UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEd

JAQUELINE KUGLER TIBUCHESKI

A ESCOLA DAS IRMÃS VICENTINAS DE ABRANCHES E A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA DOS DESCENDENTES DE POLONESES EM CURITIBA (1904-1972)

CURITIBA 2020

JAQUELINE KUGLER TIBUCHESKI

A ESCOLA DAS IRMÃS VICENTINAS DE ABRANCHES E A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA DOS DESCENDENTES DE POLONESES EM CURITIBA (1904-1972)

Tese apresentada como requisito ao título de Doutoramento em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação: Doutorado, Linha de Pesquisa: Práticas Pedagógicas: Elementos Articuladores, da Universidade Tuiuti do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Ariclê Vechia.

Dados Internacionais de Catalogação na fonte Biblioteca "Sydnei Antonio Rangel Santos" Universidade Tuiuti do Paraná

T552 Tibucheski, Jaqueline Kugler.

A escola das irmãs vicentinas de Abranches e a preservação da identidade étnica dos descendentes de poloneses em Curitiba (1904-1972)/ Jaqueline Kugler Tibucheski; orientadora Prof.^a Dr^a. Ariclê Vechia.

Tese (Doutorado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2020.

1.Cultura escolar . 2.Escolas étnicas. 3. Educação confessional. I. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação/ Doutorado em Educação. II. Título.

CDD - 371.07

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

TERMO DE APROVAÇÃO

JAQUELINE KUGLER TIBUCHESKI

A ESCOLA DAS IRMÃS VICENTINAS DE ABRANCHES E A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA DOS DESCENDENTES DE POLONESES EM CURITIBA (1904-1972)

Essa tese foi julgada e aprovada como requisito formal para obtenção do grau de Doutora em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Práticas Pedagógicas: Elementos Articuladores da Universidade Tuiuti do Paraná, pela seguinte banca examinadora.

Curitiba, 21 de agosto de 2020.

Profa. Dra. Ariclê Vechia Orientadora

Prof^a. Dr^a. Maria Arlete Rosa Membro Titular – Presidente da Banca Universidade Tuiuti do Paraná

82 anton

Prof. Dr. Ademir Valdir dos Santos Membro Titular – Externo Universidade Federal de Santa Catarina

> Prof. Dr. Ronie Cardoso Filho Membro Titular Externo Câmara Municipal de Castro

Prof^a. Dr^a. Maria Antônia de Souza Membro Titular Universidade Tuiuti do Paraná

Prof^a. Dr^a. Anita Helena Schlesener

Universidade Tuiuti do Paraná - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de doutorado é um trabalho coletivo. Quero expressar meus sinceros agradecimentos pela companhia, amizade e compartilhamento de saberes aos coordenadores, professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd) da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), assim como aos funcionários da biblioteca, do xerox e da cantina. Aqui também expresso meus agradecimentos a todos os colaboradores durante a pesquisa.

Agradeço à professora doutora Maria Edith Romano Marcondes pelo incentivo, do início e ao fim desta jornada. Vê-la assistindo à defesa desta tese me fez perceber quanto cresci no processo de aprendizado de pesquisa e de vida. Agradeço ao meu amigo-irmão professor doutor Willian Vicentin pela companhia e ombro amigo. Da busca pela vaga até a defesa final, foram muitos anos de empenho e estivemos sempre próximos. Passar pelo crivo da academia e não conquistar nenhuma amizade sincera, decididamente não foi o nosso caso. Os estudos superiores não só destroem paradigmas, mas constroem amizades para a vida.

Agradeço à professora doutora Ariclê Vechia por ter aceitado a orientação deste trabalho. Sua companhia durante o processo deu luz para que eu conseguisse vencer os percalços pelos quais passei. Sua retidão e perspicácia decididamente me fortaleceram até o fim. Tenho vivas em minha memória suas primeiras aulas ainda no mestrado, as aulas na linha de pesquisa e, principalmente, cada orientação. Quando não havia palavras em nossos encontros, a sua companhia para ver o pôr do sol bastava. Sua nobreza de espírito decididamente foi o leme forte que me fez ter a certeza de que, ao final, tudo daria certo. Agradeço aos colegas da linha de pesquisa História das Instituições Escolares, criada e dirigida pela professora Ariclê Vechia. Com nossos encontros marcamos a história do programa de doutoramento da UTP quando formamos um grupo de pesquisadores coeso e dedicado ao estudo da História das Instituições Escolares. Tenho a certeza de que ainda traremos muitas contribuições relevantes para a preservação da História das Instituições Escolares, principalmente do Paraná.

Agradeço à ex-diretora do Colégio Vicentino São José, Irmã Edith, por permitir minha entrada na instituição, o objeto da pesquisa, quando pude ter acesso aos dados da pesquisa.

Agradeço igualmente às Irmãs Filhas da Caridade que trabalham no colégio. A colaboração de todas foi fundamental para a pesquisa. Agradeço em especial à professora Lenir, responsável pela Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska", seu conhecimento sobre o material contribuiu imensamente para determinar os caminhos a serem trilhados na pesquisa. Agradeço à Irmã Raquel de Fátima Colet, da Casa Provincial das Irmãs Filhas da Caridade no bairro das Mercês, pela recepção e entrevista com o qual contribuiu para o balizamento do trabalho. Bem como agradeço à atual diretora pedagógica e administrativa, Irmã Leonides Selhorst, que deixou o Colégio Vicentino São José de portas abertas para que eu pudesse buscar subsídios para o texto final.

Um agradecimento especial à Irmã Amélia Sangali, que, embora não a tenha conhecido, deixou-nos um rico material histórico acerca do colégio, sobre o qual me debrucei com afinco. Espero ter sido fiel aos dados coletados. Agradeço ao Padre Lourenço Biernaski, da Congregação dos Vicentinos das Mercês, pela pronta disposição, em seu trabalho como bastião da memória dos vicentinos, por meio de seus livros e entrevistas, encontrei uma chave para solucionar dúvidas, conflitos de informações sobre a história da instituição investigada. Agradeço o acesso às fontes da Biblioteca Histórica da Congregação dos Vicentinos e do jornal *Lud*.

Agradeço à professora Dulce Correa pela correção e formatação para a qualificação e à professora Cleide Salme com a revisão do texto final. Agradeço à professora Maria Antônia Póvoa Lagarto Correa, pelas fotografias e figuras no decorrer da construção do trabalho, além de sua presteza em me ouvir falar sobre o trabalho. Agradeço aos muitos grupos de descendentes de poloneses das redes sociais, uma novidade nesses tempos de pandemia global. Um espaço no qual recorremos para demonstrar nossa polonidade. Nas redes sociais, pinçando informações, consegui reunir fotografias e informações que complementaram o trabalho.

Por fim, agradeço às relevantes contribuições da banca de qualificação, quando pude contar com o parecer do professor doutor Norberto Dallabrida (Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC) e demais membros que me acompanharam na banca de defesa: professor doutor Ademir Valdir dos Santos (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC), meu professor de História da Educação no Mestrado; professor Ronie Cardoso Filho (Câmara Municipal de Castro), meu amigo da cidade onde fui criada; professora doutora Maria Antônia de Souza (UTP), minha orientadora

do Mestrado em Educação, quando iniciei meu caminho de pesquisadora na História das Instituições Escolares; professora doutora Maria Arlete Rosa (presidente da banca de defesa UTP) e professora Ariclê Vechia (orientadora). Todos, com olhar cuidadoso, com preciosismos e a bagagem como pesquisadores, contribuíram sobremaneira para meu crescimento enquanto doutoranda. O meu muito obrigada, pois sem vocês este trabalho não seria possível!

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família polonesa, em especial à minha avó materna, Dona Rosa Domakoski Tibucheski. Somos integrantes da primeira leva de imigrantes espontâneos vindos para Curitiba, e por meio da pesquisa foi possível de algum modo rememorar essa história. Conhecer o caminho e os percalços vividos pelos poloneses pioneiros, as lutas cotidianas, contribuiu para que, de certa maneira, houvesse um entendimento maior da minha própria trajetória de vida.

Dedico às minhas filhas Anna Emanuella e Jaqueline Gabrielle, que com Maria Antônia, com muita paciência e amor, me ajudaram a cuidar de Dona Iná Rosemari Tibucheski em seus últimos tempos neste plano. Foi uma brevíssima jornada, porém intensa. Um grande aprendizado para todas nós!

Minha querida Mãe, Dona Iná Rosemari Tibucheski, agradeço o seu apoio, o seu exemplo e a sua companhia até o fim. Principalmente agradeço a oportunidade de ter sido sua filha nesta vida.



Hino Nacional Polonês

(Józef Wybicki, 1797)

Azurek Dabrowskiego

Canção das Legiões

Jeszcze Polska nie zginęła,

Kiedy my żyjemy.

Co nam obca przemoc wzięła,

Szablą odbierzemy.

A Polônia não desaparecerá Enquanto nós vivermos.

O que a prepotência estrangeira nos tirou

com a espada reconquistaremos.

Marsz, marsz, Dąbrowski,

Z ziemi włoskiej do Polski,

Za twoim przewodem

Złączym się z narodem.

Marche, marche Dąbrowski,

Das terras italianas para a Polônia,

Sob a tua liderança

Nos uniremos com a Nação.

Przejdziem Wisłę, przejdziem Wartę,

Będziem Polakami,

Dał nam przykład Bonaparte,

Jak zwyciężać mamy.

Passaremos o Vístula, passaremos o Warta

Seremos poloneses.

Bonaparte deu-nos o exemplo

De como devemos vencer.

Marsz, marsz, Dąbrowski...

Marche, marche Dąbrowski...

Jak Czarniecki do Poznania

Po szwedzkim zaborze, Dla ojczyzny ratowania

Wrócim się przez morze.

Como Czarniecki para Poznan,

Após a invasão sueca,

Para a salvação da Pátria Voltaremos pelo mar.

Marsz, marsz, Dąbrowski...

Marche, marche Dąbrowski...

Już tam ojciec do swej Basi

mówi zapłakany:

"Słuchaj jeno, pono nasi

Bija w tarabany".

Marsz, marsz, Dąbrowski...

O pai para a sua Bárbara

Fala chorando:

"Ouça criança, são os nossos

Que batem nos tambores"

Marche, marche Dabrowski...

RESUMO

Estudar a História das Instituições Escolares é conhecer seus caminhos e evolução. mantendo viva a trajetória de um povo e de toda uma geração, promovendo pertencimento e reconhecimento. Esta pesquisa apresenta um estudo documental e bibliográfico que se insere nos estudos da história cultural, na vertente da História das Instituições Escolares e da Cultura Escolar. A cultura escolar produzida no Colégio Vicentino São José é o objeto de estudo, tendo em vista que fora esta a primeira escola confessional levantada pelos imigrantes poloneses em Curitiba, construída ao lado da Igreja Sant'Anna, na Colônia Abranches, início do século XX. Desde sua construção, a direção e orientação couberam às Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, que ofertaram à comunidade da paróquia de Abranches uma educação que julgavam adequada aos filhos dos imigrantes poloneses. O referencial teórico foi analisado pela perspectiva de Dominique Julia, quando a cultura escolar é vista como todo conhecimento produzido dentro da escola. As fontes reuniram documentos oficiais do Colégio Vicentino São José, com os cadernos históricos organizados pela Irmã da Caridade Amélia Sangali, materiais da Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska", cadernos, livros e boletins (1876-1957), bem como seu acervo iconográfico (1886-1975). Além disso, foram analisados os acervos da Sala da Memória da Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo e da Biblioteca Histórica da Congregação dos Vicentinos. O trabalho investigou os ensinamentos das Irmãs Filhas da Caridade, que, pautados no carisma da congregação vicentina, promoveram a preservação da cultura polonesa por meio dos conteúdos desenvolvidos na escola de Abranches. Os marcos históricos considerados para o desenvolvimento da pesquisa incluíram as mudanças de nome da instituição. sua ampliação, a rotina estabelecida e enfrentamentos superados, em um recorte histórico de 1904 a 1972. Como internato, a Escola Polonesa São José possibilitou a oferta do curso de educação familiar para moças, com um currículo próprio e marcado pela singularidade da cultura polonesa. Como seminário, possibilitou a continuidade da "missão" de catequizar, educar e cuidar dos filhos e descendentes dos imigrantes poloneses no sul do país. O estudo demonstrou que, em sua trajetória, o Colégio Vicentino São José desenvolveu uma cultura escolar sui generis, com ensino e práticas educativas para a preservação da cultura polonesa, apoiando-se no tripé comunidade-Igreja-escola. Em seus processos de desenvolvimento e ampliação, superou as adversidades impostas pela legislação e oportunizou a meninas e meninos e moças, em regime de internato, a formação para um futuro além do casamento. Na mudança da Lei nº 5.692/1971, foi reconhecida como uma escola infantil e fundamental do primeiro aos anos finais. A instituição segue perpetuando traços da cultura polonesa, com o ensinamento católico, ofertando práticas de ensino de uma escola integral, na perspectiva do carisma vicentino.

Palavras-chaves: Cultura escolar. Escolas étnicas. Educação confessional.

ABSTRACT

Studying the History of School Institutions is to know their paths and evolution, keeping alive the trajectory of a people and an entire generation, promoting belonging and recognition. This research presents a documentary and bibliographic study that is inserted in the studies of cultural history, in the aspect of the History of School Institutions and School Culture. The school culture produced at Colégio Vicentino São José is the object of study, considering that this was the first confessional school raised by Polish immigrants in Curitiba, built next to the Sant'Anna Church, in Colonia Abranches, in the beginning of the 20th century. Since its construction, the direction and guidance have been given to the Sisters Daughters of Charity of São Vicente de Paulo, who offered the community of the Abranches parish an education that they thought was appropriate for the children of Polish immigrants. The theoretical reference was analyzed from the perspective of Dominique Julia, when school culture is seen as all knowledge produced within the school. The sources gathered official documents from Colégio Vicentino São José, with the historical notebooks organized by the Sister of Charity Amélia Sangali, materials from the "Irmã Luíza Olstzynska" Memory Room, notebooks, books and bulletins (1876-1957), as well as her iconographic collection (1886-1975). In addition, the collections of the Memory Room of the Congregation of the Daughters of Charity of São Vicente de Paulo and the Historical Library of the Congregation of the Vincentians were analyzed. The work investigated the teachings of the Sisters Daughters of Charity, who, guided by the charism of the Vincentian congregation, promoted the preservation of Polish culture through the contents developed at the Abranches school. The historical landmarks considered for the development of the research included the name changes of the institution, its expansion, the established routine and overcoming confrontations, in a historical section from 1904 to 1972. As a boarding school, Escola Polonesa São José made it possible to offer the family education for girls, with their own curriculum and marked by the uniqueness of Polish culture. As a seminar, it enabled the continuation of the "mission" to catechize, educate and care for the children and descendants of Polish immigrants in the south of the country. The study showed that, in its trajectory, Colégio Vicentino São José developed a sui generis school culture, with teaching and educational practices for the preservation of Polish culture, based on the community-Church-school tripod. In its development and expansion processes, it overcame the adversities imposed by the legislation and gave opportunity to girls, boys and young women, in boarding school, training for a future beyond marriage. When Law 5,692 / 1971 was changed, it was recognized as a children's and fundamental school from the first to the final years. The institution continues to perpetuate traces of Polish culture, with Catholic teaching, offering teaching practices in an integral school, in the perspective of the Vincentian charism.

Keywords: School culture. Ethnic schools. Confessional education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – A POLÔNIA OCUPADA	32
FIGURA 2 – A TRAVESSIA	37
FIGURA 3 – PARÓQUIA DE ABRANCHES	48
FIGURA 4 – A PRODUÇÃO POLONESA	50
FIGURA 5 – A CARROÇA POLONESA	51
FIGURA 6 – DIA DE MISSA	52
FIGURA 7 – CHÁCARA POLONESA	54
FIGURA 8 – A FAMÍLIA POLONESA E SEUS ANIMAIS	55
FIGURA 9 – IGREJA DE SANT'ANNA DE ABRANCHES	59
FIGURA 10 – HIPÓLIT KOWALSKI	64
FIGURA 11 – A ESCOLA COMUNITÁRIA/PAROQUIAL EM ABRANCHES –	1884.65
FIGURA 12 – A VINDA DAS IRMÃS POLONESAS FILHAS DA CARIDADE .	70
FIGURA 13 – A PRIMEIRA FACHADA DA ESCOLA POLONESA SÃO JOS	É – 1904
	74
FIGURA 14 – AS IRMÃS PIONEIRAS	77
FIGURA 15 – A FACHADA DO INTERNATO DE ABRANCHES – 1911	89
FIGURA 16 – O <i>FAROLZINH</i> O	100
FIGURA 17 – <i>DIÁRIO DA NOITE</i> , SÃO PAULO, 31 DE MAIO DE 1939	109
FIGURA 18 – AMPLIAÇÃO DA ESCOLA SÃO JOSÉ – 1927	112
FIGURA 19 – AS FESTIVIDADES	
FIGURA 20 – CLICHÊ	121
FIGURA 21 – OBRA FINALIZADA	123
FIGURA 22 – ANOS DOURADOS	124
FIGURA 23 – O GRANDE INCÊNDIO	127
FIGURA 24 – PISO CORREDOR ALA ESQUERDA	129
FIGURA 25 – PISO CORREDOR ALA DIREITA	129
FIGURA 26 – FACHADA DO INSTITUTO SÃO JOSÉ – DÉCADA DE 1970	130
FIGURA 27 – LUÍSA DE MARILLAC	133
FIGURA 28 – SÃO VICENTE DE PAULO	134
FIGURA 29 – AS IRMÃS PIONEIRAS	139
FIGURA 30 – O SANTO HÁBITO E A <i>CORNETTE</i>	146

FIGURA 31 – IRMÃS FILHAS DA CARIDADE	148
FIGURA 32 – O CONCÍLIO VATICANO II	150
FIGURA 33 – IRMÃ TEREZA DOMACHOWSKI	151
FIGURA 34 – ALA DOS MENINOS	158
FIGURA 35 – RECREIO	160
FIGURA 36 – MANUTENÇÃO DA HORTA	175
FIGURA 37 – PISO HIDRÁULICO	178
FIGURA 38 – CAPELA DA CASA PROVINCIAL DAS MERCÊS	181
FIGURA 39 – OS NOVOS MORADORES DO INSTITUTO SÃO JOSÉ	183
FIGURA 40 – A HORTA E OS MENINOS DO INSTITUTO DE AMPARO AC	
FIGURA 41 – OS ÓRFÃOS DO INSTITUTO DE AMPARO AO MENOR	
FIGURA 42 – SALA DE TV	
FIGURA 43 – ALOJAMENTO	
FIGURA 44 – ASSOCIAÇÃO FILHAS DE MARIA	
FIGURA 45 – AS SENHORAS DE ABRANCHES	
FIGURA 46 – O SINO	
FIGURA 47 – O QUADRO-NEGRO	
FIGURA 48 – HISTÓRIA DA POLÔNIA	
FIGURA 49 – O ENSINO DA CULTURA POLONESA	
FIGURA 50 – CANETAS DE PENA E SUAS TINTAS	
FIGURA 51 – CADERNO DE POLONÊS, 1912	
FIGURA 52 – CADERNO DE ARITMÉTICA, 1918	
FIGURA 53 CADERNO DA ALUNA MARTA, FOLHA 29	
FIGURA 54 – PADRE GÓRAL	
FIGURA 55 – CADERNO DE POLONÊS/PORTUGUÊS, 1918, PARTE A	224
FIGURA 56 – CADERNO DE POLONÊS/PORTUGUÊS, 1918, PARTE B	224
FIGURA 57 – DESENHOS E RISCOS DE BORDADOS	226
FIGURA 58 – A GEOGRAFIA DO PARANÁ	228
FIGURA 59 – CADERNO DE POLONÊS E PORTUGUÊS	229
FIGURA 60 – CADERNO DE MÁRIO KOVASKI, 1938	231
FIGURA 61 – CADERNO DE GEOGRAFIA	
FIGURA 62 – A PRIMEIRA COMUNHÃO	236
FIGURA 63 – BOLETIM DO INSTITUTO SÃO JOSÉ ABRANCHES	237

FIGURA 64 – DIPLOMA DO CURSO GINASIAL	238
FIGURA 65 – O UNIFORME	240
FIGURA 66 – COLEÇÃO DE REVISTAS	243
FIGURA 67 – DE PRÁTICA DE BORDADO	244
FIGURA 68 – PONTOS PARA BORDAR	245
FIGURA 69 – MODELOS PARA BORDAR	245
FIGURA 70 – O GRANDE FOGÃO	247
FIGURA 71 – AULAS DE VIOLINO	248
FIGURA 72 – A PROPAGANDA	252
FIGURA 73 – AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	254
FIGURA 74 – CANTO CORAL DO INSTITUTO DE AMPARO AO MENOR	254
FIGURA 75 – FACHADA DO COLÉGIO VICENTINO SÃO JOSÉ – 2020	255

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CHEGADA DAS IRMÃS POLONESAS	145
QUADRO 2 – SERVIÇOS GERAIS NOS PRIMEIROS TEMPOS	152
QUADRO 3 – CURRÍCULO DA ESCOLA COMUNITÁRIA/PAROQUIAL D	A IGREJA
DE ABRANCHES (1884-1903)	196
QUADRO 4 – CURRÍCULO SZKOLA POLSKA POD WEZWANIEM ŚW.	JÓZEFA –
1904	203
QUADRO 5 – CURRÍCULO SZKOLA POLSKA POD WEZWANIEM ŚW.	JÓZEFA –
1908	206
QUADRO 6 – O PROCESSO DO BILINGUISMO – 1917	214
QUADRO 7 – CONTEÚDO DO CADERNO DA ALUNA MARTA	218
QUADRO 8 – SABERES DA EDUCAÇÃO FAMILIAR	241

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. IMIGRAÇÃO, CATOLICISMO E EDUCAÇÃO NA SEGUNDA METADE DO	
SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX	28
1.1 NA POLÔNIA OCUPADA NASCE O SENTIMENTO DE POLONIDADE	29
1.2 A IGREJA CATÓLICA ULTRAMONTANA E A EDUCAÇÃO DOS	
POLONESES	38
1.3 CURITIBA E A ORGANIZAÇÃO DA COLÔNIA ABRANCHES	41
1.4 A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM CURITIBA E A ESCOLA COMUNITÁRIA/	
PAROQUIAL DE ABRANCHES	61
2. A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DAS IRMÃS FILHAS DA CARIDADE EM	
ABRANCHES	72
2.1 A EDIFICAÇÃO DA <i>SZKOLA POLSKA POD WEZWANIEM ŚW. JÓZEFA</i> –	
(ESCOLA POLONESA A SERVIÇO DE SÃO JOSÉ)	73
2.2 AULA EM LAMENHA GRANDE, O INÍCIO DO INTERNATO E OS PRIMEIR	os
PASSOS PARA O CURSO DE EDUCAÇÃO FAMILIAR	83
2.3 A PRIMEIRA TENTATIVA DE NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO	92
2.4 A CAMPANHA COMPULSÓRIA DE NACIONALIZAÇÃO DO GOVERNO	
BRASILEIRO	98
2.5 O FORTALECIMENTO DA MISSÃO – A SEGUNDA AMPLIAÇÃO DA	
ESCOLA	111
2.6 AS MUDANÇAS ARQUITETÔNICAS E A CRIAÇÃO DO INSTITUTO SÃO J	OSÉ
DE ABRANCHES	116
3. A VIDA NA ESCOLA	132
3.1 AS IRMÃS POLONESAS E OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA SÃO JOSÉ [DΕ
ABRANCHES	135
3.1.1 As Irmãs Filhas da Caridade	136
3.1.2 Os funcionários e as senhoras pensionistas	152
3.2. A ROTINA DOS ALUNOS NA ESCOLA PRIMÁRIA	154
3.3 A ROTINA DO INTERNATO DE ABRANCHES	166
3.4 O SEMINÁRIO DA PROVÍNCIA DE CURITIBA DA CONGREGAÇÃO DAS	
IRMÃS FILHAS DA CARIDADE	180

3.5 OS INTERNOS DO INSTITUTO DE AMPARO AO MENOR	182
3.6 AS FILHAS DE MARIA, A ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ABRAN	NCHES E
OS MARIANOS	190
4. OS SABERES ESCOLARES	194
4.1 A ESCOLA PRIMÁRIA DAS IRMÃS VICENTINAS	198
4.2 O INTERNATO E O CURSO DE EDUCAÇÃO FAMILIAR	238
CONSIDERAÇÕES FINAIS	256
REFERÊNCIAS	267
ANEXO I	273
ANEXO II	275
ANEXO III	276
ANEXO IV	277

INTRODUÇÃO

Ao se considerar a História da Educação uma área ampla e repleta de singularidades, quando se reflete sobre as relações entre grupos étnicos e campo educacional essa problemática mostra-se ainda mais complexa, pois, se a imigração é elemento constituinte de nossa história, o processo educacional também foi significativamente afetado por esse decurso.

Nessa perspectiva e justificando a escolha pelo tema desenvolvido no presente estudo, busca-se resgatar uma inquietação antiga, sempre presente ao longo da minha vivência¹, no que se refere à história dos imigrantes poloneses no território paranaense. De acordo com Nosella e Buffa (2008, p. 25), ao escolher o objeto de pesquisa, é importante que o pesquisador tenha com ele "uma relação de profunda empatia".

Essa relação de interesse se manifestou ainda durante meus estudos como mestranda em Educação², no ano de 2011. Na ocasião, ao me deparar com o tema da imigração, na parte inicial da pesquisa, despertaram-me lembranças familiares, como as histórias que ouvi de meu pai sobre a trajetória da família, de origem polonesa, cuja adaptação à nova terra foi comum a vários imigrantes que aqui chegaram no final do século XIX. Sendo neta de poloneses, percebi que ao estudar essa "ocupação de espaço" estaria de certa maneira resgatando não apenas a trajetória histórica dessas pessoas, mas também minha história familiar, porém sem descuidar de imprimir na investigação a imparcialidade, que é indispensável à pesquisa acadêmica.

Este estudo pretende contribuir para a preservação da memória da História das Instituições Escolares da cidade de Curitiba, tendo elegido como objeto de pesquisa o Colégio Vicentino São José, no bairro Abranches, a escola confessional étnica polonesa mais antiga na capital, instalada em 1904 e mantendo-se ativa até os dias de hoje.

¹ Aqui uso a primeira pessoa se faz necessário na construção escrita das experiências no que se refere às experiências pessoais, que são marcadas por um posicionamento individualizado no decorrer do processo de aprendizado. De outro modo, será adotada a impessoalidade para apresentar a pesquisa, e trazer as várias vozes que se entrelaçam e constroem o presente texto no posicionamento com o aporte teórico.

² Na oportunidade, estava inserida no programa de Mestrado em Educação e pude me aprofundar em estudos sobre o universo da colonização polonesa no Paraná. O trabalho de pesquisa foi realizado em parte na ex-Colônia Thomaz Coelho, a primeira colônia polonesa no interior do Paraná, situada no município de Araucária (TIBUCHESKI, 2011).

Atualmente, as investigações em História da Educação apresentam um significativo aumento nas produções acadêmicas, analisadas com base em uma instituição específica. Segundo Magalhães (2004), trata-se da possibilidade de uma renovação conceitual e epistêmica de base interdisciplinar. Santos e Vechia (2018), por sua vez, consideram que o crescimento desses estudos envolve uma produção cujos fundamentos teóricos e metodológicos operam novos conceitos, problematizações e abordagens quando dialogam com outras áreas de conhecimento.

Quando se apresenta a história de uma instituição escolar, revela-se mais que a sua história, são trazidos à tona os projetos de vida das pessoas, dos profissionais, das famílias que por ela passam. São, na verdade, sonhos formalizados na perspectiva de continuar e aperfeiçoar uma trajetória de vida, de cultura, de sociedade.

Nesse entendimento e elegendo como objetivo estudar a memória da História das Instituições Escolares, optou-se por investigar as relações entre uma comunidade étnica e a escola por ela constituída. Segundo Malikoski e Luchese (2017), a comunidade étnica torna-se a configuração do ser e do fazer nos processos identitários negociados, bem como no processo de escolarização de ensino e aprendizagem, seja pela utilização da língua e religiosidade, seja por outras manifestações culturais. Assim, ao analisar a história com base nas fontes históricas da instituição pesquisada, foi possível perceber que, depois de instalada e dirigida pelas Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, estas passam a desenvolver uma escola que julgavam apropriada. Os pressupostos iniciais eram a manutenção dos traços étnicos, porém, com o avanço dos anos, a escola passou a decidir os rumos da escolarização das crianças da colônia. Ou seja, qual era a escola que a colônia precisava? E quem realmente decidia isso?

Ao se buscar pesquisas de construções e narrativas históricas de cunho étnico confessional foram poucos os achados, sendo evidenciadas pesquisas que versam ou sobre questões étnicas ou escolas confessionais. Desse modo, pode-se afirmar que nas pesquisas atuais, tratando da perspectiva unificada da História das Instituições Escolares étnico-confessionais, ainda são poucas as pesquisas.

Quando se fala de identidade étnica, percebe-se que os sujeitos analisados partem de um amparo mútuo, em que colonos instituíram a Igreja e, juntos, introduziram a escola, numa tríade entre comunidade, Igreja e escola. Corroborando essa afirmação, encontra-se em Santos (2012) a estreita relação entre conceitos e a

abordagem da tríade etnia, cultura e identidade, e Malikoski e Luchese (2017), num processo de narrativas, estabelecem as relações entre ensino e formação das comunidades étnicas.

Amparamo-nos no trabalho de Lage (2016) para abordar a respeito da Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, quando se estabelece uma comparação entre outras instituições de recolhimento católicas no estado de Minas Gerais. Observa-se que a língua das primeiras vicentinas instaladas no Brasil era o francês, e o ensino era ofertado pela perspectiva de educação para a elite, o que revela a primeira diferença em relação a Abranches, em que a língua falada era o polonês. Em Minas Gerais, a perspectiva das escolas vicentinas era servir a elite portuguesa/brasileira, e em Abranches visava-se estruturar uma sociedade de imigrantes, em sua maioria agricultores.

Ainda na tentativa de apresentar defesas e olhares trazidos pelas recentes pesquisas no âmbito da História das Instituições Escolares, busca-se amparo teórico com outros autores que aqui auxiliam em momentos distintos.

Ao se avançar em busca de trabalhos que tratam da imigração no sul do país, em especial no Rio Grande do Sul, revelando aspectos sobre a cultura, etnicidade, história e memória, destaca-se Kreutz (2005), cujos trabalhos apresentam um olhar específico para a imigração alemã gaúcha. O autor contribuiu significativamente ao investigar questões pontuais das escolas de e para imigrantes.

Ao tratar da imigração alemã em Santa Catarina, dois autores se sobressaem. Os estudos de Santos (2007) nos aproximam de reflexões sobre o bilinguismo, as práticas educativas, a campanha nacionalista, a inspeção escolar e a organização pedagógica nas escolas alemãs. Seu trabalho nos auxilia na medida em que se coloca em estreita relação entre etnia, cultura e identidade. Por sua vez, Nawroski (2017) apresenta o processo de elaboração de uma estrutura de sentimento denominada de "amor à terra", nutrida pelo ruralismo pedagógico, pela experiência social e tradição presentes na formação cultural do meio rural, que se manifestaram em culturas ora emergentes, ora dominantes ou residuais, como estágios que se movimentam e oscilam em diferentes espaços geográficos. Outras pesquisadoras que tratam da História das Instituições Escolares em Santa Catarina são Roseli Klein (2014), que estudou a primeira escola alemã em Porto União, e Melissa Probst (2018), que investigou a escola alemã em Blumenau, ambas as autoras inseridas no Programa de Pós-Graduação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP).

No Paraná, analisando-se o período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, percebe-se um campo propício para o tratamento dos temas imigração e educação, na medida em que, desde que Curitiba fora escolhida como a capital da Nova Província, a cidade cresceu e desenvolveu-se de forma expressiva, tendo o elemento imigrante como um ativo personagem de sua história. Assim, conforme a nova capital se desenvolvia, outras colônias de imigrantes se estabeleciam, principalmente de etnias alemã, italiana e polonesa (VECHIA, 1998).

Vechia (1998) apresenta um dos primeiros estudos na temática das escolas étnicas no Paraná, intitulado *Imigração e educação em Curitiba, 1853-1889*. Nele a autora considera a educação um processo mais amplo, desvelando a contribuição de outras instituições organizadas por essas comunidades com vistas à formação das novas gerações. Vechia (1998) ainda demonstra a naturalidade com que as colônias estrangeiras foram implantadas no território brasileiro. Os europeus tiveram, em parte, a oportunidade de reconstruir na nova pátria o seu modo peculiar de viver. Transmitiram às novas gerações os seus sistemas de ideias, sentimentos e hábitos, assim como as crenças religiosas. Empreenderam ainda um amplo projeto educacional, cujos valores, tradições nacionais e opiniões coletivas em certa medida foram preservados.

As reflexões de Cardoso Filho (2009) sobre as escolas confessionais foram realizadas por meio da análise histórica do Colégio São José de Castro, da Congregação das Irmãs de São José de Moûtiers, uma vertente feminina dos jesuítas no Brasil. A origem francesa conferia ao colégio das Irmãs de São José de Moûtiers algumas regalias, uma vez que apresentavam uma educação destinada à elite paranaense, um modo de driblar às dificuldades que as outras escolas enfrentavam com perseguições por serem escolas alemãs, polonesas, italianas, ucranianas, entre outras³.

A análise de Pereira (2014) acerca da cultura escolar nas instituições da capital paranaense desenvolve-se com o título O Habitus Cajuruense: cultura escolar no curso normal do Colégio Nossa Senhora de Lourdes da década de 1960, O "Cajurú", como ficou popularmente conhecido, e cujo nome se constituiu em uma homenagem

30).

³ Quando as Irmãs Pioneiras de Abranches chegaram ao Brasil pelo Porto de Paranaguá, foram recebidas pelas Irmãs de São José de Moûtiers, quando ficaram temporariamente hospedadas na Santa Casa, aguardando o embarque para Curitiba. As Irmãs de São José já faziam um trabalho de assistência social e à saúde na Santa Casa em Paranaguá desde o ano de 1898 (SANGALI, 2007, p.

ao bairro no qual o colégio foi instalado, localizado próximo à estação ferroviária de Curitiba. De origem francesa, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes foi fundado em 1907 com as Irmãs de São José de Chambéry na administração até encerrar suas atividades, em 1999. A proposta dos colégios dessa congregação, numa perspectiva de educação francesa, era formar as moças da sociedade, preparando-as para o convívio da elite curitibana.

No que se refere às escolas confessionais em Curitiba no século XX, Lopes (2017) estudou a cultura escolar do Colégio Bom Jesus, de matriz franciscana, uma escola alemã católica fundada no final do século XIX, em 1896. O Colégio Bom Jesus era originário do colégio do Padre Auling, instituição mantida por católicos de origem alemã. A pesquisa demonstra, entre outros aspectos, uma análise do processo da implantação do catolicismo romanizado e de como a cultura escolar desenvolvida nessa escola étnica contribuiu para a formação de uma parcela significativa da população masculina da sociedade curitibana. Outros aspectos analisados foram os percalços perante a nacionalização da educação no Brasil.

Um levantamento estatístico que trata das escolas polonesas no Brasil foi realizado por Wachowicz (2002), no qual o autor revela dados sobre a escolarização dos poloneses apresentando fontes em relação ao bilinguismo, fato comum nas escolas das colônias paranaenses da época, já que estas eram subsidiadas pelo governo da província. Em seus vários trabalhos sobre o tema, Wachowicz aprofundase acerca da colonização no sul do país, em especial em sua obra *As escolas da colonização polonesa no Brasil*, de 2002, na qual menciona o "colégio dos polacos" descrevendo a rede de escolas polonesas, sua organização, seu cotidiano e como o processo de nacionalização do Estado Novo interferiu em sua organização (WACHOWICZ, 2002).

Ainda nessa temática, abordando o período da nacionalização das escolas étnicas, tem-se as pesquisas realizadas por Renk (2004), que em sua dissertação trata das escolas alemãs fazendo uma leitura do século XIX e dos imigrantes, da manutenção da fé religiosa e da etnicidade alemã. Em sua tese, *Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná*, Renk (2009) aprofunda a discussão da nacionalização das escolas eslavas (polonesas e ucranianas) num recorte entre os anos de 1920 e 1938, período da nacionalização compulsória. Seu campo de pesquisa foi o município de São José dos Pinhais, na Colônia Marcelino, Região Metropolitana de Curitiba,

contribuindo de forma significativa para se compreender a dinâmica do processo nas escolas em torno da capital.

Julia (2001) evidencia que a maioria dos historiadores estuda a cultura escolar com certo distanciamento de outros fatores, valorizando demasiadamente modelos e projetos, isolando a cultura escolar do mundo exterior. É preciso abrir a caixa-preta! Assim se expressa o autor, que faz alusão a uma rubrica aeronáutica quando busca compreender o que ocorre dentro do espaço escolar. O autor, além disso, ressalta a complexidade das relações e as possibilidades daquilo que é idealizado no interior das escolas, contextualizando como a escola se conecta com o mundo exterior, além dos muros que a cercam.

Em se tratando da Congregação das Filhas da Caridade, abriu-se a caixa-preta da instituição vicentina ao se analisar uma das principais fontes históricas utilizadas na pesquisa: em seis volumes, os trabalhos organizados pela Irmã Amélia Sangali, sobre os quais a pesquisadora se debruçou nesses anos de investigação e estudos. Esses trabalhos apresentam-se como a base da pesquisa, pois os cadernos colaboraram sobremaneira para a evolução das análises, pois, em se tratando de uma escola centenária que tem como princípio preservar a sua história, muito do acervo não seria trazido para este trabalho, como numa volta ao tempo, em razão de escassos arquivos históricos do período.

No primeiro volume da coleção, analisaram-se quinze entrevistas com irmãs vicentinas que residiam na casa oficial da congregação em Araucária, Paraná, destinada para as irmãs idosas em seu merecido repouso (SANGALI, 2005a). As entrevistas foram realizadas no período de 1994 a 1996, em um projeto de história oral para a Sala da Memória da instituição, o Colégio Vicentino São José. Essas entrevistas foram gravadas e transcritas, e, caso não tivessem sido organizadas e digitalizadas, provavelmente teriam se perdido. As entrevistas trazem informações sobre o período então estudado, de 1904 a 1972, quando as treze irmãs vicentinas e duas senhoras já estavam aposentadas dos trabalhos da congregação.

Em suas falas é possível, como "em um passe de mágica", "voltar no tempo" e assim compreender as fontes materiais didáticas disponíveis na Sala da Memória da instituição. Importante mencionar que, ao se referenciar as entrevistas, optou-se por somente citar a autoria de Sangali, em uma representação conjunta, e em raras exceções indica-se o nome das irmãs entrevistadas, visto que essa organização não afeta o conteúdo histórico da pesquisa.

No segundo volume evidenciaram-se as Irmãs Filhas da Caridade e o trabalho por elas realizado, bem como as funções que cada uma exercia, além de dados aos quais dificilmente se teria acesso no departamento de recursos humanos (SANGALI, 2005b). O terceiros e quarto cadernos, por sua vez, trazem informações dos alunos matriculados na escola a partir de 1918, constando os anos estudados, o nome completo do aluno, a origem étnica e a localidade de moradia, conforme registros na secretaria da escola (SANGALI, 2005c; 2005d). O quinto caderno apresenta os dados dos colaboradores: os funcionários e as professoras leigas (SANGALI, 2005e). Ainda foram consultados pequenos textos, rascunhos de pesquisa, trabalhos de sala de aula, com coleta de informações dos pais e avós em época de escola, mas que, infelizmente, não foi concluído (SANGALI, 2005f). Finalizando, o sexto volume apresenta a monografia de Sangali (2007), *Colégio Vicentino São José: árvore frondosa produzindo muitos frutos*. Esse trabalho foi uma análise da obra da missão das vicentinas para o centenário da instituição e aponta os principais fatos, as contribuições institucionais da comunidade e a visão dos ex-alunos.

Outras fontes somaram-se aos trabalhos de Irmã Sangali, como os arquivos do *Lud* contendo os jornais da época, os livros da secretaria, o acervo iconográfico da Sala da Memória, bem como alguns dos cadernos de alunos preservados, que datam de 1912 a 1938, fortalecendo a proposta de referir o trabalho das irmãs vicentinas e a cultura escolar vivenciada na instituição. Outro material que auxiliou na investigação foram as memórias de Góral (1929), publicadas quando das bodas dos vinte e cinco anos da Escola São José. Na produção de fontes, lançou-se mão de três entrevistas: dois momentos com Padre Lourenço Biernaski, atual responsável pela Biblioteca Histórica da Congregação dos Vicentinos; e uma com Irmã Raquel de Fátima Colet, responsável pela educação da congregação vicentina pela Casa Mãe das Mercês. Além disso, a disponibilidade da professora Lenir, responsável pela Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska" do Colégio Vicentino São José, foi determinante para a coleta de dados. Complementam as fontes outros materiais históricos e os livros de Padre Góral.

Uma abertura da "caixa-preta" deu-se sobretudo no folhear dos inúmeros álbuns de fotografia da instituição, quando foi possível resgatar a memória da escola e do período estudado. Ao se apresentar partes do acervo iconográfico, diminuem-se as lacunas que a memória oral transcrita das entrevistas e dos textos do arquivo do jornal *Lud* possibilitam. Ao se extrair das fontes pesquisadas indícios da cultura

escolar em seu cotidiano, desvela-se a história da instituição, o que, entende-se, é mais que uma possibilidade poética, mas a oportunidade de "entrar nas salas de aula".

Foi possível uma regressão no tempo por meio das palavras contidas nos cadernos, desenhos e fotografias, considerando-se que revisitar o passado parece viável a uma construção história. As práticas pedagógicas foram descritas analisando as contribuições para o fortalecimento da cultura étnica de Abranches e região, quando foram demonstradas as condutas aplicadas aos alunos da Escola Polonesa São José, no período de seu estabelecimento, em 1904, até o Instituto São José, em 1972, que é o recorte temporal escolhido para este trabalho.

Na perspectiva de Julia (2001), cultura escolar é tudo aquilo que se encontra dentro da escola. Segundo Petitat (1994), a escola cria suas próprias regras, estipula seus objetivos, desenvolve suas próprias práticas, conferindo-lhe singularidade e certa independência. Concordando com essas considerações, por hipótese pode-se afirmar que estudar a história da "Escola Polonesa São José" é investigar uma instituição que influenciou a formação social e individual das crianças e jovens de Abranches, na medida em que esses sujeitos foram imersos numa cultura escolar ao receberem influências que os acompanharam ao longo da vida.

Por meio da análise dos documentos, foi possível verificar que a atuação das irmãs professoras na escola contribuiu para preservar traços da polonidade ao estabelecerem um trabalho envolvendo a instituição escolar, o Comitê de Cidadãos de Abranches (posteriormente Sociedade Abranches) e a Igreja. No entanto, a Escola São José, ou Instituto São José, acabou tomando a frente e constituindo-se na instituição mais importante nesse tripé, passando à frente na tomada de decisões quando decidia os rumos da instituição, o seu currículo e os saberes a serem desenvolvidos, em alguns momentos representando estratégias para aplacar a fiscalização da escola, acreditando ser o melhor a fazer em benefício da comunidade na preservação da polonidade.

Os fundamentos teóricos e metodológicos embasaram-se nos estudos Instituições escolares: por que e como pesquisar, de Nosella e Buffa (2008), e Cultura escolar e história das práticas pedagógicas, de Santos e Vechia (2008). Assim, optouse por subdividir as categorias de análises, então organizadas em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, buscou-se trazer as origens da polonidade entre os poloneses e seus descendentes, discorrendo-se sobre o movimento da Igreja, o ultramontanismo e sua influência na educação dos poloneses da segunda metade do

século XIX e início do século XX. Procurou-se demonstrar como foram os primeiros movimentos na cidade de Curitiba e a imigração espontânea que oportunizou a instalação da Colônia Abranches e sua organização mediante o esforço de sua população para com os cuidados com a Igreja e a escola comunitária/paroquial. Apresentou-se Curitiba, uma capital de província em construção acelerada, atrativa para uma imigração espontânea de alemães, italianos e poloneses, o que promoveu a instalação das primeiras colônias polonesas de Pilarzinho e Abranches. Em busca de melhoria e estabelecimento, esses imigrantes não ficaram esperando do governo condições favoráveis e, sendo eles católicos romanizados, organizaram-se e construíram uma igreja, uma escola comunitária/paroquial e articularam-se para conseguir sensibilizar autoridades eclesiásticas e trazer uma Missão das Irmãs Filhas da Caridade.

No segundo capítulo, abordaram-se as articulações do Comitê de Cidadãos de Abranches: a implantação da escola nos primeiros tempos, as reformas do prédio, divulgação dos trabalhos na tentativa de nacionalização, a cultura do bilinguismo, a defesa da cultura polonesa, a nacionalização compulsória, a construção do instituto e o incêndio e a reconstrução do prédio com mudanças arquitetônicas.

No terceiro capítulo, apresentou-se a vida na escola com os princípios dos fundadores da congregação vicentina, as Irmãs Filhas da Caridade, os funcionários da escola, as senhoras pensionistas e outras associações, além dos alunos externos e internos, as moças do curso de educação familiar, o orfanato do Instituto de Amparo ao Menor (IAM), a sua rotina, a manutenção da escola e a higiene.

E, por fim, no quarto capítulo, apresentaram-se os saberes desenvolvidos na escola, com alunos externos e internos. Esses saberes foram subdivididos em currículo, método e metodologia, regimento, normas disciplinares e participação da família.

Com esta pesquisa, espera-se contribuir com a História das Instituições Escolares, em especial na temática escolas polonesas. Espera-se, ainda, contribuir para a preservação da história do Colégio Vicentino São José, o berço das escolas vicentinas da província de Curitiba.

1. IMIGRAÇÃO, CATOLICISMO E EDUCAÇÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Contextualizar as transformações ocorridas na Europa entre a segunda metade do século XIX e início do século XX é uma tarefa complexa, considerando as inúmeras mudanças ocorridas nesse continente, particularmente em meados do século XIX. No caso específico do território polonês, o foco volta-se para o período em que a Polônia tornou-se palco de constantes invasões por nações vizinhas, com seu território dividido entre Prússia, Áustria e Rússia, destacando-se durante a Guerra Franco-Germânica⁴. No âmbito da história social da imigração, e em grande parte motivados por esses eventos, os imigrantes poloneses, assim como os ucranianos e húngaros, foram afetados pela necessidade de emigrar desde os fins do século XIX em virtude de diversos fatores socioeconômicos e políticos, entre eles a determinação do "retalhamento" de suas terras, forçando milhares de pessoas a abandoná-las e saírem em busca de uma nova vida em países muitas vezes distantes. Esses sujeitos deram início, assim, ao penoso processo imigratório (BASTOS; SALLES, 2014).

Para abordar a imigração polonesa, optou-se por iniciar lembrando o Hino Polonês, a *Canção das Legiões*, uma melodia adaptada de uma canção folclórica polonesa, a *Mazurka Podlaski*⁵. Essa canção tornou-se um hino de esperança pela libertação da Polônia do jugo estrangeiro e era cantada intensa e frequentemente pelos soldados poloneses em terras italianas durante a Guerra Franco-Germânica, quando muitos soldados se juntavam ao exército francês. Inicialmente, era apenas uma canção militar. Marin (2014) nos conta que com o passar do tempo a canção tornou-se de cunho nacional, difundindo-se pela Polônia e sendo cantada pelo povo polonês nos momentos solenes, nas festas históricas e nas cerimônias patrióticas, mesmo durante o período de Ocupação⁶.

Quando os poloneses atravessaram o Oceano Atlântico para recomeçar a vida, trouxeram em sua bagagem todo o amor que um filho pode trazer de sua terra, bem

⁴ A Guerra Franco-Germânica foi um conflito armado envolvendo a França e os estados germânicos liderados pela Prússia. Deu-se entre os anos de 1870 e 1871. De um lado, o chanceler prussiano Otto von Bismarck, com a intenção de unificar a Alemanha, e, em oposição, o imperador francês Napoleão III, com o objetivo de reconquistar o prestígio perdido interna e externamente depois de inúmeros reveses político-diplomáticos (PALMER, 1982).

⁵ Uma melodia originária da dança folclórica da região de Mazury (Masúria), na Polônia.

⁶ A canção, bem como sua tradução, pode ser conferida no início desta pesquisa, nas páginas prétextuais.

como um sentimento de pertencimento étnico, chamado de "polonidade". Essa canção conta um pouco da história da Polônia, da ocupação de seus territórios, que reforçou ainda mais o "patriotismo polonês", descrito tanto nas canções como em outros atos. Constituía-se, assim, um sentimento de resistência da nação polonesa, fundamentado e alicerçado em sua "polonidade". Wachowicz (1981, p. 11) traduz o significado de polonidade como "um conjunto de sentimentos patrióticos mais ligados ao amorpróprio de um povo ferido e humilhado, do que à defesa de interesses nacionais propriamente dito".

Neste capítulo, portanto, busca-se mostrar as origens da polonidade e sua influência sobre os poloneses e seus descendentes, apresentando o movimento da Igreja ultramontana e sua influência na instalação das primeiras colônias polonesas no Paraná. O debate discorre sobre a instalação da Colônia Abranches e os primórdios da educação, em um recorte histórico que envolve a segunda metade do século XIX e início do século XX.

1.1 NA POLÔNIA OCUPADA NASCE O SENTIMENTO DE POLONIDADE

A Polônia foi invadida e ocupada por três potências vizinhas, Rússia, Prússia e Áustria, por um período que durou 123 anos, datando de 1795 a 1918. Tudo começou em 1723, quando esses países subscreveram o "Tratado das Três Águias Pretas", cuja finalidade era dominar o país da Águia Branca, a Polônia, que detinha um território de 730 mil km² (constituía a "República das Duas Nações"). Em três momentos – 1772, 1793 e 1795 –, a Polônia foi invadida e, a cada vez, repartida por esses países, que lhe subtraiam a administração e a soberania, com o intuito de romper com sua cultura e assim "despolonizar" o país (TRINDADE, 2015).

A divisão do território polonês condenou o país a uma inexistência como nação soberana durante um período de mais de um século, obrigando o povo polonês a adotar a cidadania russa, prussiana ou austríaca (NORONHA, 1915). Foi, aliás, com essas "nacionalidades" que os imigrantes poloneses chegaram ao Brasil, ainda durante o período de dominação estrangeira. Todavia, o polonês mantinha o sentimento comum de que seu povo não havia desaparecido como nação. Essas pessoas continuavam se sentindo polonesas. E o sentimento de nacionalidade arraigado na alma do povo fica evidente na declaração "seremos poloneses",

reafirmando que, uma vez libertado o país, eles voltariam a ter a identidade polonesa resgatada.

Houve uma ocasião em que a Polônia foi momentaneamente "libertada" do jugo de seus invasores em razão da investida do exército napoleônico sobre o território ocupado. Em decorrência, foi criado o Principado de Varsóvia, também denominado de Grão-Ducado de Varsóvia (1807-1815). Durante esse período e no Levante de Novembro, a Revolução dos Cadetes (1830-1831), o hino polonês era orgulhosamente executado como símbolo de polonidade (TRINDADE, 2015). O levante também ficou conhecido como a Insurreição de Novembro, uma rebelião independentista polonesa que tentou, sem sucesso, derrubar os invasores russos, prussianos e austríacos.

Nesse cenário de opressão, uma canção representava os poloneses em seu destemor, que então buscavam alento e forças para resistir. A melodia era intensamente cantada, chamando atenção, e por isso logo proibida de ser entoada. Ainda assim, sua letra não foi esquecida pelo povo. Ela se tornou um modo de manter a moral polonesa, constituindo-se em uma forma de encorajamento da nação contra a dominação estrangeira, depositando nas mãos do comandante polonês a esperança de poder viver juntos e livres em sua pátria:

Marche, marche Dąbrowski

Das terras italianas para a Polônia

Sob a tua liderança

Nos uniremos com a Nação.

Os poloneses entoavam a canção como um desafio aos invasores, cuja expressão de bravura está contida em seus dois primeiros versos: "A Polônia não desaparecerá/ enquanto nós vivermos".

Reconhecida como hino popular polonês em 1831, a letra da canção reforça a determinação polonesa de vencer os inimigos seguindo exemplos do passado: "Como Czarniecki para Poznan/ Após a invasão sueca/ Para a salvação da Pátria/ Voltaremos pelo mar". Ainda, aponta um exemplo a ser adotado para alcançar a vitória:

⁷ Em referência ao Dilúvio sueco (1655). O Dilúvio (em polonês *Potop*) compreendeu, em linhas gerais, as invasões suecas e russas, especialmente vindas da região de Moscou. Um massacre que deixou a

"Bonaparte deu-nos o exemplo/ De como devemos vencer", referindo-se à confiança de viver livre no futuro. A letra, na verdade, evoca outros feitos e conclama para a união contra a dominação estrangeira por meio da luta armada para a libertação da pátria: "O que a prepotência estrangeira nos tirou/ Com a espada reconquistaremos". A certeza da libertação do jugo estrangeiro está expressa nos versos: "O pai para a sua Bárbara/ Fala chorando:/ 'Ouça criança, são os nossos/ Que batem nos tambores". As palavras são do pai para a filha, anunciando a vitória, em um misto de emoção e alegria.

A Polônia tornou-se livre, com governo autônomo e território demarcado depois de longos 123 anos de dominação estrangeira. Fazendo uma observação sobre a força polonesa e sua história, Noronha (1915, p. 135) cita Rousseau, que ressalta: "As potências estrangeiras conseguiram engolir a Polônia, mas não digeri-la". Entre 1919 e 1920, no entanto, a Rússia soviética ainda fez inúmeras incursões bélicas contra a Polônia, com o objetivo de integrá-la ao bloco bolchevista. O exército polonês, sob o comando do marechal Józef Piłsudski, participou de combates violentos e os russos foram, enfim, derrotados na Batalha do Vístula (NORONHA, 1915, p. 135).

Como se pode perceber, a Europa sempre foi palco de embates, principalmente no século XIX. As lutas por território entre nações vizinhas culminaram com a invasão da Polônia, porém, mais que estender seus domínios, essas nações buscavam controlar o corredor de acesso da Europa ao Oriente, com a pretensão de demarcar territórios e impor sua cultura. O *corredor polonês*, localizado no continente europeu na sua porção Leste, foi o móvel decisivo de muitas disputas (WACHOWICZ, 1981).

A Polônia, que até então integrava a chamada Europa arcaica⁸, passou por transformações que mudaram totalmente a história da nação. Voltando o olhar especificamente para o reino da Polônia, ao fim do século XIX, percebe-se um país com território dividido e uma população empobrecida na luta pela sobrevivência, uma vez que parte dela foi submetida ao domínio das nações invasoras e outra transitava pelo continente europeu em busca de melhores condições de existência.

Polônia em ruínas, e o resultado foi a perda de grande parte do território polonês e de seu *status* de potência europeia (GOMES, 2018).

. .

⁸ A Europa feudal dividia-se em dois grandes blocos político-administrativos nos fins do século XVIII. O primeiro formando o núcleo básico do feudalismo europeu, compreendendo o papado, a França, a Inglaterra e o Santo Império. O segundo bloco era formado por outras potências, porém, ao entrarem tardiamente na comunidade feudal, exercendo menor poder. Esse segundo bloco era constituído pelos reinos ibéricos, escandinavos, o reino siciliano e os países localizados a Leste do Santo Império, na Europa oriental: Hungria, Boêmia-Morávia e Polônia (WACHOWICZ, 1981).

Vale lembrar que os poloneses, antes das invasões, viviam em uma sociedade tipicamente feudal, comandada por monarcas. Tratava-se de uma população predominantemente rural e organizada em aldeias. Porém, com os constantes conflitos, o país passou a ser subjugado e teve seu território ocupado por três potências, como mencionado anteriormente, passando de um regime de servidão a seus monarcas a um regime de exploração assalariada. Uma população que, na sua maioria, constituía-se em classe proletária, vivendo em um regime capitalista. Segundo Wachowicz (1981), essas mudanças afetaram profundamente os territórios poloneses, levando a uma crise sem precedentes.

A Figura 1 apresenta a configuração da Polônia ocupada, com seus territórios tomados pelas potências vizinhas, a partir de 1870. As terras polonesas ficaram assim distribuídas:

- A Prússia comportou três territórios, Pomerânia, Posnânia e Silésia, com uma população em sua maioria de religião luterana.
- A Rússia tomou o Reino da Polônia, que concentrava uma população católica ortodoxa.
- A Áustria incorporou a Galícia, com uma população em sua maioria católica.



FIGURA 1 – A POLÔNIA OCUPADA

Fonte: Wachowicz (1981, p. 18)9.

⁹ No mapa, faz-se importante entender que o reino da Prússia foi um reino alemão de 1701 a 1918 e, a partir de 1871, o principal Estado-membro do Império Alemão, compreendendo quase dois terços da área desse domínio.

Na ocupação, somaram-se à divisão territorial das terras polonesas duas circunstâncias: o processo de aculturação e o empobrecimento da população, que aconteceu durante mais de um século de invasão. Assim, os aldeões foram, lentamente, sendo oprimidos por seus invasores, e o povo polonês foi forçado a adotar costumes e hábitos dos países ocupantes de seu território (WACHOWICZ, 1981, p. 24-25).

Outros dois fatores paulatinamente contribuíram para o empobrecimento da população polonesa: a redução da mortalidade infantil e, consequentemente, o aumento da população, pois, à medida que crescia o número de habitantes, as famílias passavam por privações, sofrendo com a ausência de meios e recursos necessários para suprir suas necessidades básicas. Tais problemas já vinham manifestando-se desde o período monárquico polonês e, desde então, uma reforma agrária era esperada pelo povo polonês. No entanto, quando essa reorganização foi colocada em prática pelos invasores, os problemas aumentaram. As terras em posse dos camponeses poloneses foram reduzidas ainda mais, tornando as condições de trabalho cada vez mais difíceis e desumanas. A produção agrícola empreendida não era o suficiente para a sobrevivência das famílias. Já a venda da terra apresentou-se como uma medida mais eficaz para amenizar a pobreza dos aldeões. De posse de um pequeno capital, as famílias partiam para outros lugares, pois almejavam melhores condições de vida. Iniciou-se, assim, um período de peregrinação centenário, com uma nação em busca de trabalho, de liberdade religiosa e de uma nova morada.

No território ocupado pela Prússia, a recente política de distribuição de terras, como também várias outras medidas impostas ao povo polonês, acomodou também a *Kulturkampf*¹⁰, proposta pelo chanceler Otto von Bismark¹¹. O objetivo era eliminar o perigo, embora pequeno, do catolicismo polonês e, com isso, promover o extermínio cultural e religioso da nação polonesa. Palmer (1982) assinala que nesse processo

Na discussão sociopolítica contemporânea, o termo Kulturkampf (que pode ser traduzido como "guerra cultural") é frequentemente usado para descrever qualquer conflito entre autoridades seculares e religiosas ou valores profundamente opostos, crenças entre facções consideráveis dentro de uma nação, comunidade ou outro grupo (PALMER, 1982). Ainda, refere-se às lutas de poder entre Estadosnação democráticos constitucionais emergentes e a Igreja Católica Romana sobre o lugar e o papel da religião na política moderna, geralmente em conexão com campanhas de secularização.

¹¹ Diplomata e político prussiano, conhecido na história como o Chanceler de Ferro. Foi o estadista mais importante da Alemanha do século XIX. Para impor a unidade alemã, Bismarck desprezou os recursos do liberalismo político, preferindo a política da força. Tomou firmes atitudes anticlericais contra a Igreja Católica, estabelecendo a política que ficou conhecida como *Kulturkampf* (luta pela cultura) (PALMER, 1982).

Bismark contava com o apoio dos luteranos. O objetivo era o de extinguir a "fé polonesa", sufocar o catolicismo e implantar o protestantismo na Prússia. Na implantação dessa política, seguiu-se fechando igrejas, seminários e escolas católicas (PALMER, 1982, p. 171).

A política do *Kulturkampf* foi pensada e planejada por Bismark e, posteriormente, estendeu-se para além dos territórios da Prússia, alcançando a Rússia e a Áustria. O primeiro golpe que atingiu os poloneses foi a Lei de Inspeção Escolar, que eliminou o uso da língua polonesa nas escolas. A língua polonesa, até então, era vista como um elemento de resistência da população e, por si só, representava a cultura polonesa, agregando ao seu povo o fervor religioso e patriótico. Na visão dos invasores, era necessário proibi-la a todo custo. Foram colocadas em marcha outras práticas de oposição para fortalecer a nova política, além da proibição da utilização da língua polonesa nas escolas e em igrejas católicas e repartições públicas. Ainda nesse processo de guerra cultural, passou a ser exclusividade dos cidadãos alemães a nomeação para cargos públicos, tanto na administração pública como na magistratura (PALMER, 1982, p. 172).

Com a implantação da política *Kulturkampf*, ocorreu a imposição do ensino da língua alemã e a proibição da língua polonesa nas escolas dos territórios ocupados. Contribuiu para essa política de aculturação a substituição dos nomes poloneses das ruas, praças e espaços públicos. No caso de descumprimento da lei, escolas e igrejas católicas eram fechadas. Todo tipo de resistência às medidas publicadas motivara perseguições, prisões e multas pesadas aos poloneses. No território ocupado pela Rússia, foi implantado o "processo de russificação", seguindo o mesmo modelo. Em 1864, a Igreja Católica participou com vários de seus membros do movimento revolucionário, levando o czar a reproduzir as ações de Bismark, proibindo a língua polonesa nas escolas para prevenir novos levantes em suas regiões.

O objetivo da ocupação da Galícia pelo império austro-húngaro era o mesmo dos outros governos, porém uma ação política malsucedida, que resultou em algumas derrotas do governo de Viena, acabou debilitando o governo austríaco, que foi obrigado a retroceder em alguns aspectos relacionados à germanização pretendida. Wachowicz (1981) relata que nos territórios ocupados pela Áustria esse processo de aculturamento foi um pouco mais brando, pois o catolicismo tinha a sua força, embora esse processo não tenha deixado de acontecer (WACHOWICZ, 1981, p. 23-31).

Aos poucos, os aldeões ficaram sem terras para trabalhar e, num ato de resistência ao processo de germanização, muitos partiam em migrações sazonais. Essas movimentações das massas em um reino dividido e ocupado fizeram com que os poloneses investissem em diversas possibilidades de ir viver em regiões da Europa que oferecessem melhores condições de trabalho (WACHOWICZ, 1981).

Indubitavelmente, esse foi um período de agitação na Europa. Na tentativa de adaptar-se às mudanças impostas, os aldeões mudaram-se para os centros urbanos em busca de trabalho como operários. A esse processo de mudança dos poloneses, Wachowicz (1981) compara o movimento empreendido também pelo povo irlandês, quando essas nações imigraram em massa para os Estados Unidos das Américas, contribuindo para povoar seus espaços vazios, bem como levar mão de obra para a industrialização que iniciava naquele país. Em comum entre essas nações havia o precedente de serem elas católicas e formadas em sua maioria por camponeses. Ambas estavam esgotadas pela velha política de exploração de terras europeias. Os irlandeses explorados pela Inglaterra, e a Polônia pela Prússia, Áustria e Rússia (WACHOWICZ, 1981, p. 23).

Entre as alternativas de sobrevivência, a "polonidade" começou a tomar corpo com a ideia de emigração ultraoceânica, que surgia como uma alternativa interessante, fosse pela busca da liberdade de exercer o seu catolicismo ultramontano, fosse pela probabilidade de tornar-se dono da própria terra em condições melhores que as atuais. Sobre a vantagem de emigração, Wachowicz (1981) aponta principalmente para o polonês pobre, o aldeão ou seus filhos, relatando:

O imigrante polonês, saído de uma sociedade que havia passado pela desagregação da economia agrária, baseada na servidão, e que estava em pleno progresso de adaptação à economia de concorrência capitalista. Um camponês que não mais suportava as campanhas sistemáticas que os estrangeiros realizavam para tirar-lhes a propriedade da terra, as perseguições contra sua própria cultura e o sistema agrário caótico. Esses fatores facilitaram a emigração orientada para o Brasil, sobretudo daqueles camponeses que tinham fome de terras (WACHOWICZ, 1981, p. 11).

Padre Biernaski (2017) chama atenção para o fato de que na década de 1860 intensificou-se o recrutamento de civis para reforçar o exército prussiano, constituindo-se em um dos fatores preponderantes para a decisão de emigrar de um grande número de poloneses. Era o agente impulsionador que faltava para que as primeiras famílias da região da Silésia, provenientes da aldeia de Siolkowice,

imigrassem para o Brasil. Na chegada, essas famílias foram recebidas na cidade de Blumenau, Santa Catarina, e na sequência, em uma migração voluntária, seguiram para Curitiba, instalando-se no bairro do Pilarzinho (NAPELA *et al.*, 2016, p. 20).

Na Biblioteca Histórica da Congregação dos Vicentinos encontram-se evidências também em canções que melhor traduzem o sentimento desses imigrantes no período de adaptação na nova pátria. A canção que melhor traduz essa emoção é *Bywaj mi zdrowy kraju kochany* (Meu futuro país é tranquilo), cuja letra expressa a saudade da terra natal, quando, mesmo conscientes de estar a caminho de um lugar tranquilo, os poloneses manifestam certo arrependimento por ter deixado a sua pátria: "*Em poucas horas, dia irá surgir. Verei o sol, verei o mar, mas não verei a minha terra*". A letra retrata a tristeza vivida pelos imigrantes a bordo de um navio, quando por força da viagem tiveram tempo ocioso e puderam refletir sobre as situações que os fizeram emigrar, com a certeza de que Deus os abençoava com a partida.

Ainda assim, mesmo carregando toda a esperança de uma nova vida, alguns lamentavam a despedida. Sem dúvida que decidir deixar para trás a mãe em lágrimas ou talvez uma esposa e filhos não foi fácil. A canção também tem um cunho de fortalecimento, consolando esses imigrantes na certeza de que aqueles que ficaram compreenderiam, pois, uma vez feita a escolha, não havia espaço para arrependimentos, uma vez que já estavam seguindo uma nova jornada a bordo de um navio. Era, portanto, necessário superar a tristeza e, como uma mensagem de ânimo para suportar a longa travessia, cantavam: "Anime os olhos, ilumine sua testa. Está em um bom navio, com um bom clima".

Polônia, uma pátria invadida, dividida e condenada à inexistência. No entanto, esses fatores acabaram por fortalecer o sentimento patriótico do povo polonês, o sentimento da polonidade envolvendo dois aspectos da identidade étnica: a língua e a religiosidade da devoção católica ultramontana. Somado a isso, um aspecto importante desse povo se fazia pela busca de um território para trabalhar com liberdade. Dessa maneira, a opção encontrada foi a de imigrar para uma vida nova, em terras distantes. Se antes a ideia de "fazer a América" era vista apenas como a possibilidade de uma "aventura", esta passou a ser considerada uma questão de sobrevivência para muitos, uma vez que as condições oferecidas eram viáveis. Era preciso buscar melhores condições de vida para enfim viver a sua polonidade, e assim eles fizeram. Aqui, as primeiras províncias brasileiras a receberem os

poloneses foram Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo (WACHOWICZ, 1981, p. 37).



FIGURA 2 – A TRAVESSIA

Fonte: Acervo do Jornal Eldorado¹².

O fato é que os poloneses sonhavam havia muito tempo com um sistema de governo que lhes permitisse uma melhora real na condição de vida. Com a tomada do território polonês pelas nações vizinhas, a Polônia deixou de ser um país soberano e milhares de poloneses ficaram sem terra e sem pátria. Sem a terra para garantir seu sustento, muitas famílias alcançaram uma situação de penúria, cada vez mais agravada pelas condições políticas e econômicas impostas. Esse povo presenciou a descaracterização crescente de sua cultura, sendo proibidos de ensinar seu idioma para os filhos, e nem sequer podiam rezar em paz. Nessas condições, a possibilidade de emigrar fortaleceu o sonho de uma vida melhor para os filhos. A Figura 2, um registro iconográfico que pertence ao período entre 1860 e 1890, segundo as fontes apuradas, traz a representação de uma missa ainda com o navio aportado, possivelmente preparando o espírito dos

¹² Disponível em: http://www.gazetainformativa.com.br/148-anos-da-imigracao-polonesa-no-brasil/>. Acesso em: 20 out. 2020. O site refere a foto como sendo do livro Wsród Pionierów Polskich na Antypodach, de Głuchowski Kazimierz, edição de 1927, publicado pelo Instytut Naukowy do Badań Emigracji i Kolonizacji.

imigrantes para uma dura viagem. Um tempo estimado de travessia que chegava a durar dois meses entre a espera para o embarque.

1.2 A IGREJA CATÓLICA ULTRAMONTANA E A EDUCAÇÃO DOS POLONESES

Desde o século XIX até meados do século XX, a Igreja Católica viveu um período de reorganização, tornando-se mais centralizada sob o comando direto da Santa Sé, em Roma, por meio do movimento chamado Ultramontanismo¹³, cuja proposta era implantar o catolicismo de forma que combatesse o mundo moderno e suas filosofias materialistas. Nesse processo, dentro da Igreja surgiu a orientação política que defendia a sua independência perante os Estados nacionais e, entre suas principais características destacava-se o centralismo romano, com uma Igreja fechada em si mesma e contrária aos rumos que tomava o mundo moderno, reagindo às correntes de pensamento como o Iluminismo e o Liberalismo (MARCONDES, 1997).

Segundo Manoel (1996), o combate por parte da Igreja Católica a esses novos movimentos exigiu uma atuação concomitante em três frentes, que visava:

- eliminar as teorias racionalistas e recuperar espaços para a filosofia tomistaaristotélica, retomando alguns paradigmas da Idade Média;
- censurar a imprensa periódica laica e a edição de livros de teor anticlerical;
 e, por fim,
- 3. recuperar o controle do sistema educacional.

E recuperar o controle do sistema educacional mostrou-se fundamental o auxílio das Ordens e Congregações Religiosas, uma vez que esse era o caminho mais indicado para formar a mentalidade da época, especialmente da população feminina. Mães católicas poderiam garantir a perpetuação dos ensinamentos católicos ao mesmo tempo que garantiam a reprodução da fé no seio familiar (Manoel, 1996, p. 42-45 apud LOPES, 2017, p. 34).

Com essas ações, a Igreja Católica estimulava a formação de comunidades rurais, de associativismo religioso e cultural, dando início a um Movimento de Restauração Católica para conter os avanços modernos. Assim, estabelecia-se um vínculo entre a Igreja e a escola na formação dos futuros propagadores da fé. Na visão

¹³ A reforma proposta pela Igreja Católica expressou-se pelo termo ultramontanismo pelo fato de a Cúria Romana localizar-se além dos Alpes, ou seja, além dos montes.

da Igreja, o principal foco era formar os jovens, que seguindo sua vocação passariam a difundir a fé. Diante disso e considerando a ampliação do movimento das congregações, também as associações e as missões religiosas partiram para conquistar novos continentes. Em paralelo a esse movimento, havia o aumento expressivo da população em solo polonês, que então provocava pressões em torno de questões relacionadas à posse da terra. Em um cenário pouco promissor, tais mudanças influenciaram significativamente a decisão da população polonesa de emigrar em busca de melhores condições de vida (LOPES, 2017).

Nesse contexto, as questões envolvendo a terra foram bastante agravadas em solo polonês, uma vez que, além do aumento expressivo da população, houve também a chegada dos novos proprietários oriundos dos países invasores, legitimados pela política da *Kulturkampf*. Acuada e afligida por vários problemas internos, uma das saídas encontradas pela população despossuída foi a imigração, e a possibilidade de liberdade no campo religioso foi um grande incentivo para essa tomada de decisão. Escolher partir para as Américas, em especial para o sul do Brasil, deu-se também em razão de outras imposições ao colono polonês, como a diminuição das áreas cultiváveis para o trabalho agrícola e a política da aculturação proposta pelo então chanceler Bismark.

Segundo Wachowicz (1981, p. 32), "Quem imigrava era o povo miúdo, e somente com uma grande corrente migratória é que as altas esferas, a imprensa e as instituições polonesas se deram conta da sua existência". De fato, na Polônia ocupada, a população era constituída de duas classes sociais distintas: "Em geral, a classe que emigrava era formada por camponeses e artesãos de baixo nível cultural, e a outra classe, considerada mais elevada por ser mais intelectualizada, a *I Intelligentsia*" (WACHOWICZ, 1981, p. 39). A *Intelligentsia* não emigrou, pois encontrava-se em condições de reestruturar a nova nação polonesa.

Desse modo, iniciou-se um movimento de confronto entre essas classes: de um lado, a população de aldeões, na sua maioria agricultores, menos instruídos, e, de outro, a *Intelligentsia*, constituída pela intelectualidade e pelos líderes da nação polonesa que, mesmo destituídos, representavam o governo desfeito. O movimento inicial de resistência visava inibir e, posteriormente, proibir a emigração, mas tal ação não surtiu efeito. Ao contrário, acabou servindo de incentivo para grande parte da população, que agora enxergava a possibilidade de imigrar, principalmente para o Brasil, como uma nova oportunidade de viver sua polonidade com segurança e

liberdade. Na visão da *Intelligentsia*, o esvaziamento da população intensificava o enfraquecimento da resistência da polonidade na terra-mãe.

Os aldeões perceberam que não adiantava amedrontá-los com as dificuldades do trânsito oceânico, nem do inferno brasileiro. Despertaram para o fato de os camponeses, apesar de não possuírem formação universitária, não eram nenhuma criança nas questões práticas, possuindo frequentemente uma perspicácia aguda. Bem como traziam uma desconfiança selvagem para com pessoas de nível social mais elevado e que talvez fizessem por merecer isso (Przeglad Emigracyjnv, 1893 apud WACHOWICZ, 1981, p. 39).

Em um primeiro momento, a Igreja Católica polonesa, influenciada pela Intelligentsia, adotou uma postura contrária à emigração. Os padres, no entanto, logo perceberam que esse posicionamento resultava em um processo de afastamento entre a Igreja e os aldeões. Nessa conjuntura, a emigração propiciou uma importante mudança de visão do mundo feudal no qual os aldeões poloneses se viam inseridos havia séculos, embora mantivessem as influências de sua condição social. Essas mudanças sugeriam uma liberdade que paulatinamente quebrava a estrutura mental arraigada, à medida que abolia o regime de servidão então existente na Europa arcaica.

E foi diante de tantos reveses que a disposição de emigrar da Polônia para o Brasil tomou, principalmente, os camponeses das aldeias mais isoladas conservadoras, em uma ação coletiva. Já a imigração nos Estados Unidos foi uma iniciativa particular, em uma ação definida por conta e risco dos indivíduos, no máximo no âmbito da família ou de pequenos grupos entre amigos. No Brasil, as famílias mantiveram sua cultura campesina, trabalhando na terra e cultivando seus hábitos e costumes tradicionais do campo, uma vez que não concebiam outro modo de vida (WACHOWICZ, 1981).

Como já mencionado, um dos fatores decisivos que contribuíram para a intensificação da emigração desses camponeses foi a ampliação do recrutamento para o exército prussiano, já que a Prússia estava envolvida em conflitos externos. Em seu estudo, Góral (1929) menciona as regiões atingidas pela onda emigratória, indicando ter sido expressiva na antiga Prússia Ocidental, mais precisamente nas cidades de Pelplin e Starogard, após a Guerra Franco-Prussiana. Outro fator decisivo foi para que o povo polonês decidisse emigrar foi o econômico, na medida em que, em algumas regiões, "começou a faltar o pão".

Wachowicz (1981) nos brinda com vários depoimentos sobre a situação em que os poloneses se encontravam, o que muito contribuiu para a tomada de decisão de embarcar para o Brasil:

Eram filhos de pobres [...] o quanto minha memória não falha, sapatos nunca tive até a saída do país [...]. Nestas condições viviam centenas de meninos. Assim, quando a miséria apertava violentamente, surgiu um agente prometendo-nos uma santa vida no Brasil (santidade no sentido de bem viver). Então minha mãe e padrasto resolveram emigrar para este país enfeitiçado, onde a terra é lixo e nada custa, onde tudo cresce, o inverno não existe, a lenha não falta (Pamietniki, 1939 *apud* WACHOWICZ, 1981, p. 63).

A possibilidade de uma vida melhor levou uma parcela significativa da população de colonos a optar pela emigração, e, ainda no ano de 1871, cerca de 64 famílias deixaram a Polônia, em uma ação coletiva, um grupo que praticamente esvaziou uma aldeia inteira rumo à América do Sul. Quando chegaram ao Brasil, os imigrantes estabeleceram-se no estado de Santa Catarina e, conforme foram conhecendo as possibilidades da região, avaliando as condições, iam organizando-se e empreendendo nova mudança, sempre resolutos no desejo de vencer. Nesse processo, muitos imigrantes se aventuraram numa migração espontânea para os campos de Curitiba, e, à medida que se iam instalando, tornavam-se fonte de encorajamento para outros poloneses a também fazerem essa transposição.

1.3 CURITIBA E A ORGANIZAÇÃO DA COLÔNIA ABRANCHES

A emancipação política do Paraná foi um acontecimento pelo qual o Paraná desmembrou-se da província de São Paulo, transformando-se na mais nova província do Brasil Império, em 19 de dezembro de 1853. Nesse ínterim, a cidade de Curitiba fora designada como capital provisória até a instalação da Assembleia Legislativa Provincial, tornando-se a capital definitiva (VECHIA, 1998). Curitiba foi elevada de vila para município apenas um ano antes e até 1852 era constituída apenas de "ruas sem calçadas, casas de madeiras e toda espécie de desmazelo, cantos sujos e praças desordenadas" (Avé-Lallemant, 1980 *apud* VECHIA, 1998, p. 7).

Curitiba era uma cidade que até então apresentava sinais de decadência e atraso por todos os cantos. Todavia, a partir da criação da província do Paraná, a capital começou a tomar novos ares. Influenciada, em parte, pelo fluxo de pessoas de

outras províncias que começaram a chegar, a cidade começou sua expansão como capital legítima de província e começava a apresentar os primeiros sinais de progresso.

Para estudar esse processo de desenvolvimento, Vechia (1998) analisou diversos relatos de viajantes nacionais e estrangeiros, além de publicações da imprensa curitibana. Um de seus objetivos foi demonstrar a metamorfose pela qual passou a cidade de Curitiba como uma nova capital de província, que precisou implantar uma infraestrutura administrativa, uma vez que novas demandas surgiam a cada dia. O número de habitantes quase dobrou e a ordem pública exigiu ações imediatas, com a nomeação, em 1853, do então chefe de polícia, Antônio Manoel Fernandes Junior. Sua primeira tarefa foi a de organizar a nova província, que exibia uma ordem social precária. Na ocasião, foram nomeadas autoridades responsáveis pela manutenção da ordem e repressão da criminalidade.

Já em 1854 foi realizado um recenseamento na capital e, a partir desse estudo, elaborado um balanço dos recursos econômicos da nova província. O censo indicava que a população, no período inicial de ocupação do território paranaense, era constituída de 4.621 brancos, 1.293 mulatos e 871 pretos, sendo destes 578 escravos. Assim, a população paranaense compunha um total de 6.791 habitantes, havendo um predomínio de pessoas brancas (*Dezenove de Dezembro*, 25 nov. 1954 *apud* VECHIA, 1998).

O primeiro presidente da província foi Zacarias de Góis e Vasconcelos. Seu governo destacou-se pelo empenho para que as mudanças em várias frentes fossem concretizadas. Vasconcellos criou e instalou as diversas repartições públicas. Os primeiros tempos foram trabalhosos para todos, e uma dificuldade inicial em seu governo foi encontrar as pessoas certas para os cargos públicos. Vechia (1998) ressalta que alguns funcionários paulistas, remanescentes da época em que o território ainda era a 5ª Comarca de São Paulo, foram reaproveitados nas novas funções. Alguns desses, porém, optaram por retornar a São Paulo, criando uma vacância dos cargos que foram esvaziados. Outros cargos foram criados à medida que se impunha uma nova infraestrutura provincial e, com a escassez de profissionais para ocupar tais cargos, houve um aumento do fluxo de pessoas vindas de outras regiões do Império, convidadas a compor o quadro administrativo da nova província e assumir os cargos em aberto.

A cidade transformou-se em um "canteiro de obras", uma vez que existiam poucas casas que pudessem abrigar os prédios públicos necessários para receber os serviços administrativos recém-criados. Foi necessário reorganizar a administração pública de forma que fosse possível atender às novas necessidades. Vechia (1998) evidencia a urgência da instalação, entre outros prédios públicos, de uma agência de correios, da Assembleia Provincial, da Tesouraria do juiz de direito e da Promotoria da comarca, da Coletoria de rendas, além de residência para o delegado do governo supremo. Mesmo assim, com todas as obras de construção e benfeitorias realizadas, "Curitiba ainda impressionava pela sua simplicidade, mas também pela falta de iluminação, saneamento, calçamento, de estradas e meios de transportes que a ligassem a outras localidades" (VECHIA, 1998, p. 32).

Nessa efervescência, visando estimular a imigração estrangeira, as leis se sucediam na nova província paranaense. Desde a Lei nº 12, de 30 de abril de 1856, o governo provincial autorizava e utilizava-se de todos os meios disponíveis para incentivar a imigração espontânea. A legislação da província paranaense tratou de atrair, primeiramente, os colonos alemães, em uma emigração espontânea, facilitando a entrada desse grupo no cenário que se pretendia construir.

Segundo Vechia (1998, p. 80), o governo imperial fazia a concessão de terrenos, a proteção e a coadjuvação necessárias para atrair a imigração estrangeira e, assim, estimular o empreendimento de um ou mais estabelecimentos de agricultura. A proposta inicial visava testar os métodos mais modernos conhecidos, assemelhando-os a uma fazenda comum, bem como monitorar a adaptação dos colonos à nova província.

Ainda de acordo com Vechia (1998), com uma expressiva participação de novos imigrantes, constituídos principalmente por alemães e alguns italianos e franceses, vindos em sua maioria de Santa Catarina, aos poucos Curitiba foi tomando novos ares, assumindo uma renovada dinâmica social e econômica. Vários empreendimentos surgiram nas áreas da saúde, da engenharia e entre diversas outras profissões. A sociedade curitibana continuou delineando seus contornos, principalmente nos aspectos cultural, social e religioso, agora mais bem definidos, à medida que a cidade absorvia os hábitos próprios dos imigrantes que lá chegaram na década de 1870. Vechia (1998) afirma que os imigrantes trouxeram de suas respectivas terras de origem elementos próprios que foram recriados em um meio geográfico, econômico e socialmente diverso: "Essa fusão de elementos forneceu aos núcleos

características próprias, dando ao ambiente uma feição europeia" (VECHIA, 1998, p. 52).

Na visão dos governantes brasileiros, a vinda de imigrantes deveria suprir a falta de trabalhadores no abastecimento de alimentos, tanto na criação de pequenos animais quanto na produção agrícola. A contribuição desses homens seria, inicialmente, o trabalho, na tentativa de reduzir os problemas de encarecimento de alimentos que afligiam todo o Brasil, em especial o Paraná. Também era uma oportunidade de implantar novas tecnologias de produção, tão necessárias às terras brasileiras. Além disso, contribuiriam para a ocupação e demarcação territorial do sul do Brasil, quando os territórios de fronteira viviam sob constante ameaças de invasão pela fronteira argentina (WACHOWICZ, 1976).

Vinte anos após os iniciais movimentos imigratórios para a província do Paraná, houve a chegada dos primeiros imigrantes poloneses em Curitiba, em especial na Colônia Abranches. Vechia (1998) menciona um grupo de 32 famílias de poloneses que desembarcou em Santa Catarina, em 1871. Essas pessoas instalaram-se inicialmente na Colônia Cristina, mas não se adaptaram às condições climáticas e às novas terras, que eram encharcadas e, portanto, não produtivas, como esperavam. Quando souberam que havia outras regiões a serem exploradas na imensidão territorial do Brasil (BIERNASKI, 2003), aderiram à chamada reimigração espontânea (VECHIA, 1998). Parte dos imigrantes poloneses seguiu para os campos de Curitiba com a ajuda de Padre Antônio Zielinski e do sr. Sebastião vós Saporski.

Padre Zielinski era um cura em Gaspar, província de Santa Catarina, que mantinha bom relacionamento com o governo provincial por intermédio de Conde D'Eu, general do exército e genro do imperador D. Pedro II. Por sua vez, Saporski¹⁴ foi um grande incentivador da imigração polonesa para o Brasil e é considerado o pai da imigração polonesa no Paraná (GÓRAL, 1929). Em um trabalho conjunto, conseguiram autorização para a vinda e a acomodação das famílias transferidas para a capital da província paranaense. Foram 32 famílias, reunindo um total de 164 pessoas fixadas no Pilarzinho, região próxima da cidade de Curitiba (Warszawa, 1939,

da Europa era possível (BIERNASKI, 2003).

¹⁴ Saporski teve significativa importância nesse processo ao assegurar as imigrações espontânea de poloneses da província de Santa Catarina para a província do Paraná. Foi um determinante influenciador das frentes de imigrantes poloneses, quando suas cartas enviadas para a Polônia as seus parentes e conhecidos na aldeia de Siolkowice transmitiam a segurança de que uma vida melhor fora

p. 43 *apud* FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 2004). E assim foi formada a Colônia Pilarzinho, em 1871.

Logo a seguir, em 1873, uma segunda leva de poloneses chegou à cidade, ampliando a população polonesa e formando a Colônia Abranches. Foram cerca de 64 famílias, em um total de 258 pessoas, para as quais o Brasil viria a se tornar sua nova pátria (GÓRAL, 1929, p. 4). Como ocorreu com outros imigrantes, estes também aportaram em Santa Catarina e posteriormente seguiram em uma migração espontânea para formar uma nova colônia.

Vechia (1998) apresenta a grande imigração evidenciando que, visando a incrementar a colonização na província, Frederico Abranches, então seu presidente, pelo Decreto nº 5.699, de 31 de julho de 1874, autorizou a celebração de um contrato para introduzir, no prazo de quatro anos, quatro mil imigrantes no Paraná. Entre as etnias encontravam-se alemães, belgas suíços, bascos, lombardos e eslavos, e as exigências eram: ser agricultor e trabalhador rural, nunca menores de dois anos e maiores de quarenta e cinco, salvo se fosse chefe de família, além disso, a pessoa deveria vir espontaneamente. O governo vendia terras devolutas próximas de centros urbanos das províncias aos empresários, que tratariam com os imigrantes sobre os trâmites da viagem. Ao chegar, o imigrante era fixado e recebia títulos provisórios de terra, até que houvesse o reembolso aos empresários que os trouxeram (VECHIA, 1998, p. 85).

Segundo Vechia (1998, p. 111), Abranches e Pilarzinho são reconhecidos como os primeiros núcleos habitacionais de colonização polonesa no Paraná, formados por poloneses oriundos de uma imigração espontânea de Santa Catarina entre 1871 e 1873, portanto anterior à grande imigração polonesa estabelecida por decreto. Malikoski e Luchese (2017) destacam que nas primeiras comunidades de imigração polonesa no Rio Grande do Sul, conforme os lotes das famílias eram demarcados e a topografia dos terremos marcava a divisão das terras entre eles, a utilização da língua polonesa pelas famílias servia para delimitar uma fronteira étnica, ou seja, favoreciase ali a instalação de famílias da mesma etnia (MALIKOSKI; LUCHESE, 2017, p. 93).

Os primeiros poloneses em solo brasileiro instalados influenciaram pessoas de seu vínculo ainda residentes na terra natal para juntarem-se aos grupos de imigrantes que começavam a aportar nas costas brasileiras. O fato de ser uma colônia bem adaptada inspirava outros grupos, tornando-se um importante ponto de apoio para os novos imigrantes. A comunicação se dava por cartas, muitas vezes entre os padres

que transitavam entre as colônias brasileiras, em missões evangelizadoras pelo sul do Brasil (BIERNASKI, 2003). Os relatos sobre a nova vida na Colônia Abranches inspiravam os patrícios a se decidirem a mudar para terras longes e desconhecidas, e assim uma terceira leva de imigração espontânea chegou, formando a Colônia Santa Cândida, em 1876 (VECHIA, 1998, p. 112).

Em suas pesquisas, Wachowicz (1981) registra vários depoimentos dos primeiros imigrantes, quando mencionam as dificuldades de chegada, da mata grande para ser derrubada, para depois se plantar, demandando tempo e saúde. Todavia, conforme foram adaptando-se, as cartas davam notícias que passaram a ser uma influência, quando escreviam sobre ter superado as dificuldades e que estavam em condição de vantagem, se comparados com a situação na Polônia. Outro ponto destacado nas cartas eram os pedidos e as dicas de viagem, e os que aqui estavam pediam que os parentes trouxessem utensílios de cozinha, armas, alguma peça em especial para a agricultura, ferramentas e sementes de frutas da Polônia. A insistência era para que trouxessem moças para se tornarem esposas, para os que vieram sozinhos. A promessa era de que aqui a vida seria melhor e muito promissora (WACHOWICZ, 1981, p. 78-81).

Padre Biernaski (2017) relata que os padres também trocavam correspondências com a *Intelligentsia*, sendo um importantes canal de notícias da conjuntura sociopolítica em curso no Reino da Polônia para os colonos que já residiam no Brasil, que se mantinham atualizados sobre os acontecimentos em sua pátria de origem principalmente durante o período em que a Polônia não era ainda um território constituído. A troca de informações os estimulava a escrever para seus familiares, mantendo contato com a realidade vivida na Polônia, quando então relatavam as condições de vida que aqui encontraram, incentivando-os a também emigrar, para juntos buscarem condições de uma vida melhor em terras brasileiras.

Com a boa repercussão das instalações das colônias polonesas em Curitiba, agora, durante a gestão do presidente Lamenha Lins, teve início o segundo momento da imigração polonesa, que ficou conhecido como a grande onda imigratória de Lamenha Lins. A política desse governante consistia em financiar a vinda de agricultores poloneses diretamente da Polônia por meio de agentes colonizadores que, com propagandas de "fazer a América", conseguiam agenciar trabalhadores poloneses. A oferta era pagamento de passagem, oportunidade de comprar terras e trabalho para pagar o investimento, com uma ajuda de custo do governo para os

primeiros tempos. Entre meios de convencimento eram usados argumentos de que o Paraná era uma terra abençoada, que "nos rios paranaenses corriam leite e mel". Assim, conforme firmavam trabalho, estava garantido o embarque. Muitas histórias foram contadas nesse aliciamento, até mesmo de que seria construída uma ponte ligando os dois territórios, isso para aplacar os receios dos viajantes que sentiam muito enjoo. Bem como uma ajuda de custo para iniciar uma nova vida na agricultura no Paraná (WACHOWICZ, 1981, p. 68-69).

A política imigratória tinha como perspectiva povoar os arredores de Curitiba e garantir o abastecimento de alimentos. As primeiras colônias dessa política foram as de Lamenha Grande e Lamenha Pequena, cujo nome foi uma homenagem ao governador da província. Essas colônias, com Abranches, Pilarzinho e Santa Cândida, as três formadas de maneira espontânea, mais as colônias Cachoeira, Botiatuva e Juruqui faziam parte da paróquia de Abranches. Na Figura 3, vemos a extensão da paróquia, abarcando grande parte do território da capital por seu lado norte. Já as colônias Orleans, Riviera e Campo Comprido, localizadas no lado sul. Segundo Vechia (1998), todas próximas da capital e predominantemente formadas por imigrantes poloneses (VECHIA, 1998, p. 121). Outras colônias surgiram interior adentro da província, como Thomaz Coelho e Dom Pedro II¹⁵, e posteriormente avançaram para o sul e sudoeste do Paraná (SCHENATTO, 1999).

. .

¹⁵ Atualmente, a ex-colônia Thomaz Coelho pertence ao município de Araucária, e a ex-colônia D. Pedro II integra o município de Campo Largo.

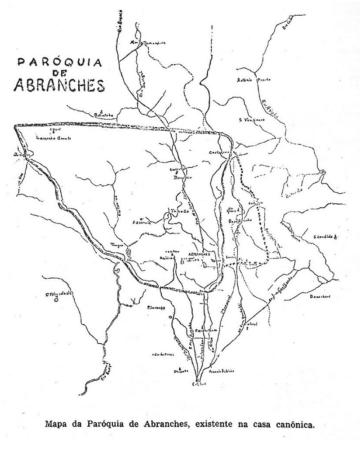


FIGURA 3 – PARÓQUIA DE ABRANCHES

Fonte: Wachowicz (1976, p. 19).

O processo de imigração polonesa para o Paraná continuou a fluir até a Primeira Grande Guerra Mundial, período em que as associações de imigrantes no Brasil e o governo polonês passaram a controlar essa movimentação (GÓRAL, 1929, p. 4). Segundo Wachowicz (1976), logo de início, o trabalho dos colonos poloneses consistia em abrir acessos para seus respectivos terrenos, ou "datas". Com estradas abertas, foi possível instalar mais e mais famílias. Na sequência, surgiam casas e, depois de instalados, os colonos iniciavam alguma plantação. Cada uma das colônias foi formada por diversas chácaras, como eram chamadas as propriedades (WACHOWICZ, 1976).

Vechia (1998) destaca a organização das propriedades polonesas, o que chamava atenção, pois eram diferentes daquelas organizadas pelos brasileiros. As casas, em geral, eram pintadas com cores vivas, cercadas por coloridos jardins com vários tipos de flores e pomares com árvores frutíferas de diversas espécies. Costumavam subdividir os terrenos por setores para o jardim, a horta, a criação de aves, de porcos, de gado e a área de plantação. As chácaras eram rigorosamente

cuidadas para que a produção desse bom resultado, mesmo em um espaço reduzido. Os cavalos e as vacas eram mantidos em potreiros, e à noite recolhidos em estrebarias.

De acordo com Góral (1929), os colonos poloneses mantinham uma agricultura diversificada e criações de pequeno porte, como aves e suínos. A produção do gado leiteiro era apenas para o consumo doméstico, garantindo leite, queijo e manteiga. Os cavalos serviam para o trabalho da lavoura e para o transporte.

Em sua tese, Vechia (1998) descreve ricamente como a vinda dos colonos europeus mudou a capital paranaense. Os imigrantes alemães, e posteriormente italianos e poloneses, que haviam chegado cerca de dez anos antes trouxeram de sua terra natal técnicas de manejo de solo e de uma agricultura até então não praticadas no Brasil. As técnicas diferenciavam-se muito pouco entre os grupos de imigrantes, como a utilização de arado com tração animal, em uma economia baseada na agricultura de subsistência. Os produtos mais cultivados eram milho, batata, feijão, cevada, trigo, hortaliças e uvas, com o excedente da produção sendo comercializado em Curitiba. Além disso produziam lenha, ovos, frangos e cultivavam frutas. Tudo era transportado diariamente para os quarteirões¹⁶ urbanizados da "cidade" em carroças, vendido diretamente ao consumidor, ofertado de casa em casa. Os produtores imigrantes cumpriam linhas de venda determinadas pelo menos uma vez por semana, conquistando clientes fixos (VECHIA, 1998, p. 52-58).

Na Figura 4 temos uma produção de hortaliças dos arredores de Abranches, na década de 1930.

¹⁶ Em 1876, Curitiba era organizada em quarteirões, distribuídos em 19 distritos (VECHIA, 1998, p. 85).



FIGURA 4 – A PRODUÇÃO POLONESA

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Segundo Iarochinski (2010)¹⁷, a lavoura tipicamente polaca trouxe para o Brasil ferramentas¹⁸ cujo modelo utilizado para o trabalho agrícola só era encontrado entre as colônias polonesas, entre os quais se destacam: arado (plug), aradinho de três lâminas (radlo), grade retangular (brona), grade triangular (bronka), carrinho sem rodas puchado por cavalos (sante), gadana (kosa), moedor de milho (zarny), picador de palha (siedczarka). Entre peças para a casa, larochinski (2010) cita o berço balançante (kolyska) e o costurador de pele curtida (szydlo). Na casa, o paiol era no sótão (pietro), onde era possível guardar sementes e feno para o inverno. Dos utensílios domésticos comuns nas casas dos poloneses, era usual encontrar-se o fazedor de manteiga (maslanska) e o azedador de repolho (beczka). Das culturas utilizadas para a alimentação, os imigrantes plantavam batata-doce, batata-inglesa, beterraba, alho, repolho, ervilha, centeio, feijão, arroz e linhaça e raiz-forte, que era usada como tempero. O milho era guardado no celeiro e utilizado como alimento para a criação de gado de leite, além de complementar a alimentação de porcos e galinhas (IAROCHINSKI, 2010).

¹⁷ Informações disponíveis no *blog A Polônia em português*. Ulisses larochinski é pesquisador da história e da cultura polonesa, bem como jornalista e autor de diversos livros e documentários sobre temas que tratam da polonidade. Disponível em: https://iarochinski.blogspot.com/2010/. Acesso em: 9 dez. 2020.

¹⁸ No Museu da Imigração, no município de Araucária, é possível ver vários desses artefatos utilizados pelos primeiros imigrantes. Muitos utilizados ainda hoje.

Segundo Wachowicz (1981), no sul do Brasil, as primeiras carroças foram trazidas pelos alemães, que mantiveram certo monopólio nos transportes por algum tempo. As carroças alemãs eram constituídas por dois eixos e quatro rodas, puxadas por seis a oito cavalos e dotadas de toldo em arco. A carroça, além de agilizar o deslocamento de pessoas, aos poucos substituiu o transporte de mercadorias, que até então era feito no "lombo de burros" (WACHOWICZ, 1981, p. 115).

Foi, no entanto, a carroça polaca que mais caracterizou o colono polonês, conforme ilustra o painel na Figura 5.



FIGURA 5 – A CARROÇA POLONESA¹⁹

Fonte: Imagem de painel em azulejo de Poty Lazzarotto, 1996. Arquivo pessoal da autora.

Tratava-se de um modelo mais simples, com menos ferragem, que utilizava dois eixos e quatro rodas, e ainda assim necessitava de uma parelha de cavalos, diferenciando-se do modelo alemão. A carroça polonesa, embora menor, tinha um custo de fabricação mais baixo, motivo pelo qual logo se popularizou. Vechia (1998), aliás, assinala que foi justamente essa característica que levou à disseminação de

¹⁹ O painel encontra-se no Mercado Municipal de Curitiba em homenagem às últimas verdureiras tradicionais da cidade. A obra remete ao início do abastecimento de alimentos em Curitiba, com o imigrante polonês vendendo verduras de sua produção, e o meio de transporte da época, a carroça.

seu uso entre as famílias polonesas. Por sua vez, Wachowicz (1981, p. 116) afirma que em Curitiba, ao se popularizar a utilização das carroças pelos colonos imigrantes, entrou-se em uma época prévia do que seria o ciclo do automóvel, o ciclo da carroça²⁰.

Uma importante contribuição do modelo de carroça polonês era a facilidade em poder utilizá-la tanto para o transporte de cargas como de passageiros. Durante a semana, as carroças serviam para o trabalho nas propriedades, e nos fins de semana, com a instalação de algumas tábuas e cobertas²¹, estava pronta para conduzir as famílias em seus passeios. Em pouco tempo, cada família tinha a sua própria carroça, e muitas delas eram coloridas e festivas (WACHOWICZ, 1970a; VECHIA, 1998).



FIGURA 6 - DIA DE MISSA

Fonte:

Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

A popularidade do uso das carroças podia ser conferida aos domingos, nas festas das igrejas. Nos fins de semana, a família toda saía para a missa de domingo e depois aproveitavam o passeio visitando outras famílias ou participando de

²⁰ Em sua obra *O camponês polonês no Brasil*, Wachowicz (1981, p. 16) nos brinda com uma lista que descreve os aperfeiçoamentos técnicos da carroça polonesa e a distingue de outros modelos. A profissão de carroceiro era reconhecida pela sociedade da época e oficialmente organizada, com certificado de habilitação expedido pelas prefeituras.

²¹ A carroça poderia ser usada para transporte de pessoas, quando eram colocados assentos de molas, ou para transportar cargas de até meia tonelada. Em dias de festa, eram usados guizos na coleira dos cavalos. A carroça possuía um cabeçalho (*dyszel*) para atrelar os arreios dos cavalos e as rodas eram de uma chapa de aço (*rajfa*) e raios de madeira (*sprechy*). Os fueiros (*konica*) seguravam as paredes (*wasong*, *zotol*) da carroça, que eram entalhadas e coloridas. Disponível em: http://tradicaopolonesa.blogspot.com/2010/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

piqueniques e pescarias. Implantavam-se, assim, novos hábitos de lazer para uma população que, sensivelmente, estava mudando o cenário da província paranaense (Figura 6). Outro meio de transporte popular era a charrete, um veículo de tração menor que utilizava um único animal e transportava até três pessoas. Por utilizar apenas um eixo, era uma condução ligeira, cuja carroceria podia ser adaptada ao tipo de carga, como para o transporte de pessoas a passeio. A carroça fez parte do cenário das festas de casamentos e da igreja, quando uma ornamentação própria para cada evento (WACHOWICZ, 1981, p. 116).

Quanto às tarefas nas propriedades polonesas, estas eram compartilhadas por toda a família. Havia, porém, uma divisão entre elas por gênero. Os homens trabalhavam intensivamente no arado, nos cuidados com a plantação e na lida com os animais. As mulheres, por sua vez, eram responsáveis pelas tarefas domésticas, com os cuidados com as crianças e a horta, além de lidar com as aves e os animais menores. Toda residência polonesa era ornamentada com flores, pois as mulheres polonesas apreciavam manter um jardim bem cuidado próximo a casa. Contribuíam, ainda, trabalhando nas atividades de plantio e colheita, sendo bastante comum as mulheres comercializarem a produção em suas carroças, vendendo de porta em porta. Os filhos participavam ativamente das tarefas, auxiliando os pais (SANGALI, 2005a).

Na Figura 7 temos o registro de uma propriedade polonesa. Nela é possível visualizar a casa, um celeiro ou estábulo e o paiol. Era usual os colonos construírem, ainda próximos a casa, um chiqueiro e um galinheiro. Na imagem, a propriedade era cercada com tábuas de madeira, com suas construções separadas por um segundo cercado, este funcionando como um pequeno muro para o quintal que dava entrada para a casa, o que se imagina ser o local destinado à criação de animais maiores, o potreiro. Todas as construções eram de madeira na posição vertical e o telhado de telha de barro, com uma angulação grande, provavelmente um costume da Polônia em virtude da frequência de neve. Esse espaço de angulação também criava um ambiente que servia de quarto para os filhos mais velhos, que costumava ser uma média alta, segundo Wachowicz (1976).





Fonte:
Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Em relação às edificações das propriedades rurais polonesas, larochinski (2010) descreve como sendo comum estas contarem com cinco construções. A casa da família, geralmente era feita de tábuas de pinheiro araucária e coberta de telhas de barro, com uma varanda ornamentada de flores e cercada de ripas de madeira para evitar que os animais invadissem o jardim ou a horta. O paiol era o local em que eram guardados a carroça e o material de trabalho, e na parte de cima era armazenado feno para o inverno. O estábulo (stajnia) abrigava os cavalos de tração, além de servir de espaço para alimentar e tirar leite de vacas, com um curral para os animais maiores dormirem. Havia ainda o galinheiro (kurnik), no qual eram guardados galinhas e galos, para a produção de ovos. Os imigrantes poloneses também criavam gansos para a produção de penas para o fabrico de cobertores de inverno (pierzyna), ou ovelhas e até coelhos. O chiqueiro (chiewek) era pensado para a produção de carne. Nesse ambiente bucólico, os guardiões da casa eram os cachorros, embora a sabedoria popular afirme que os gansos eram os verdadeiros vigias dos "polacos". E até os gatos tinham a sua importância, pois moravam no paiol e faziam o controle de ratos (IAROCHINSKI, 2010). A Figura 8 registra um momento da família e sua coleção de animais.



FIGURA 8 – A FAMÍLIA POLONESA E SEUS ANIMAIS

Fonte:

Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

A vida comunitária dos colonos poloneses girava em torno da Igreja, da paróquia e do padre como figura de autoridade. Nessa perspectiva, o governo da província do Paraná esforçou-se em providenciar uma igreja ou capela para cada uma das principais colônias. Preocupou-se também, na medida do possível, em atender à solicitação dos colonos de terem presente um sacerdote polonês, o que exigiu um longo período de espera para os colonos de Abranches.

O tempo era de mudanças, e o Brasil novo que se apresentava pela vida na colônia atendia, ao menos em parte, às necessidades do polonês. Wachowicz (1981, p. 117) assinala que os brasileiros reconheciam os méritos dos poloneses na agricultura, bem como destacavam que entre os grupos de imigrantes eles eram melhores trabalhadores para promover o desmatamento das selvas para a expansão agrícola. Notadamente, o polonês estabelecido no Brasil era camponês, cerca de oitenta por cento deles, e, embora atrasados em relação aos moldes da Europa ocidental, eram tecnicamente superiores à população brasileira responsável pela produção agrícola, que antes dos imigrantes era formada por escravos libertos e caboclos (WACHOWICZ, 1981, p. 12). Isso contribuía para que os poloneses se sentissem orgulhosos do seu trabalho. A Colônia Abranches chegou mesmo a receber uma visita do imperador Dom Pedro II, em 1880, que se mostrou entusiasmado com os poloneses.

Nesse universo de saberes, a sociedade curitibana recebeu forte influência dos hábitos sociais e culturais dos imigrantes alemães, poloneses e italianos. Muitos curitibanos, em especial os jovens, passaram a frequentar os bailes e festas promovidos pelos imigrantes. A influência se deu também nos hábitos alimentares, que eram peculiares: "Desde a broa de centeio, a cerveja, as linguiças, os salames e as carnes defumadas foram, aos poucos, sendo incorporadas aos paladares dos curitibanos" (WACHOWICZ, 1981, p. 46). As possibilidades de oferta de novos produtos foram ampliadas quando os imigrantes passaram a comercializar sua produção em carroções ou carroças, de porta em porta ou em algum ponto específico da cidade.

No âmbito social, Azzi (2008, p. 94) destaca que os colonos alemães, italianos e poloneses, ao imigrarem para o Brasil perderam o amparo das instituições públicas de seus países de origem, o que de algum modo facilitava a sua organização comunitária em solo brasileiro. Na prática, um novo modelo de organização social encontrava-se em curso, um processo de adaptação longo e muitas vezes doloroso, com uma nova mentalidade de camponês sendo construída. Nesse processo, quando os primeiros poloneses se instalaram em Abranches, na colônia em que deveriam exercer seu trabalho como agricultor, houve um apoio limitado por parte do setor governamental e da própria Igreja, que aqui já havia se instalado desde a época do descobrimento. Mesmo assim, as paróquias eram poucas e isoladas. Foi ao redor dos símbolos religiosos que se estruturou a organização das comunidades, e o ensino da doutrina cristã foi considerado fundamental para garantir a permanência dos valores religiosos e morais das novas gerações de poloneses.

De acordo com Wachowicz (1976), para a vida religiosa e social dos colonos poloneses a Igreja era uma base vital. Desde a sua chegada, esses imigrantes tinham como prática comum a reunião das famílias aos domingos e dias santos para rezar e entoar suas canções tradicionais em polonês. As comunidades recém-formadas no Paraná eventualmente contavam com algum padre designado pela capital da província para dar assistência espiritual aos colonos. O momento que antecedia esses encontros religiosos era também uma oportunidade de lazer para todos, que aproveitavam a ocasião para a troca de experiências sobre a nova terra, buscando todas as informações possíveis para melhorar as condições de trabalho em suas chácaras, de forma que passassem por uma adaptação menos árdua (WACHOWICZ, 1976).

Para acalentar o desejo de religiosidade desses imigrantes, e conhecendo os hábitos religiosos dos poloneses da Colônia Abranches, o governo provincial apressouse em restaurar uma capelinha de taipa²² já existente na localidade, construída em homenagem à Sant'Anna (SCHENATTO, 1999). A cerimônia de benção foi realizada em fins de 1874, ocasião em que foi celebrada uma missa pelo vigário da cidade, contando com a presença das autoridades da província e de colonos da região (VECHIA, 1998, p. 58). Os colonos trouxeram da Europa uma pequena imagem de madeira pintada, representando Sant'Anna, com a filhinha Maria em seu colo²³.

Aos domingos e dias santificados, as famílias dos colonos reuniam-se para a recitação do terço, acompanhado de cânticos em polonês. Em seu trabalho, Wachowicz (1976) descreve a mágoa profunda que lhes trazia a ausência de um sacerdote polonês. Reclamavam da necessidade de um sacerdote que compreendesse sua língua de origem, pois desejavam confessar-se no próprio idioma. Em 1889, esses imigrantes passaram a reivindicar com as autoridades governamentais brasileiras melhores condições de trabalho e de vida, entre elas a vinda de um padre polonês para atuar na Colônia Abranches. Os colonos, para tratar com o governo da província, segundo Vechia (1998), recorriam ao Comitê de Cidadãos de Abranches²⁴, que consistia em um grupo de cinquenta pais de família que juntos discutiam os problemas e as soluções para o desenvolvimento da Colônia Abranches. Havia uma comissão que os representava em assuntos perante o governo, a Igreja e no comércio local. Compunham o comitê homens em sua maioria alfabetizados e que exerciam outras atividades além de agricultores²⁵.

Por um período, os colonos de Abranches sentiram-se amparados com a capela, mas, segundo Wachowicz (1976), ressentiam-se com a possibilidade de ver seus filhos crescendo na ignorância. As novas gerações não estavam sendo alfabetizadas e tampouco conheciam os ensinamentos cristãos. Em sua origem

Construção em que se utiliza a armação de madeira e se preenchem as frestas com argila prensada.
 Essa imagem em homenagem à Sant'Anna encontra-se no Museu da Congregação, em Curitiba (SCHENATTO, 1999).

²⁴ Outras nomenclaturas foram usadas por historiadores para designar esse grupo de pais de família e trabalhadores poloneses de Abranches. Em seu texto *Jubileu de Prata das atividades das Irmãs polonesas da Congregação das Irmãs Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo no sul do Brasil*, Góral (1929) utiliza a nomenclatura "conselho". Aqui será usada a designação "comitê", por ter sido a registrada nos documentos analisados, em especial nas referentes à Colônia Abranches.

²⁵ Assinavam pelo comitê Padre Leon Niebieszczanski, Leon Bieleki, redator da *Gazeta Polska w Brazylji*, Hipólit Kowalski e Józef Preiss, membros da comunidade, e Stefan Witosuawski, comerciante. O comitê funcionava com uma organização de voluntários, atuando até 1910, quando foi substituído pela Sociedade Wladislaw Jadwiga, criada pelo Padre Ludovico Bronny (WACHOWICZ, 1976, p. 16).

polonesa, essas pessoas viviam em aldeias pequenas, mas contavam com uma organização social estruturada, com as casas construídas lado a lado e vizinhos próximos e presentes. Durante o dia, muitos se deslocavam até os campos, fora da aldeia, para trabalhar, fossem terras de sua propriedade ou alugadas, ou ainda quando vendiam seus serviços. Ao cair da noite, regressavam para casa e traziam as novidades, que eram compartilhadas com quem permanecia na aldeia.

De acordo com Padre Biernaski (2003), ao padre cabia um papel de destaque nessas regiões, pois tratava-se de uma presença constante na vida dos colonos. Considerado o mais culto e sábio entre todos, era o responsável pela educação cristã das crianças da aldeia. Constantemente, também os representava perante seus senhores, justamente por ter conhecimento da palavra culta.

No Brasil, no entanto, os imigrantes viviam em sua propriedade, porém, diferentemente das aldeias polonesas, a localização das casas era afastada umas das outras. A organização do Comitê de Cidadãos de Abranches trouxe a oportunidade de restaurarem sua polonidade, de criarem uma organização social, inclusive para poder contar com a presença de um padre polonês, uma aspiração persistente das comunidades polonesas, pois desejavam o vínculo da representatividade, o que acreditavam não ocorrer com um sacerdote brasileiro.

Na organização social que então se delineava, em virtude de sua localização e por ser a primeira colônia de poloneses, Abranches tornou-se referência e centro de encontros dos colonos poloneses. Ao se reunirem, esses trabalhadores aproveitavam para se atualizar sobre os acontecimentos locais, trocando experiências, fortemente reiterando o desejo de poder contar com a presença de um sacerdote polonês. Munidos com esse propósito, no ano de 1878, por meio do Comitê de Cidadãos de Abranches, os colonos resolveram, mediante contribuições voluntárias, reunir a importância suficiente para a compra de um terreno destinado a abrigar a igreja, a casa paroquial e o cemitério. Com esse objetivo, sempre que necessário o comitê organizava rifas e contava com algumas doações. Dessa forma, foi possível levantar fundos necessários para adquirir o terreno destinado à construção da casa paroquial, o que possibilitaria a fixação de um padre na colônia (SCHENATTO, 1999, p. 35).

Assim, em 1881, chegou para assumir a igreja da Colônia Abranches o Padre Francisco Xavier Gurowski, que, por meio de seu trabalho, elaborou o primeiro Livro

de Tombo²⁶ da região, dele constando as primeiras anotações sobre a colônia. A construção da casa paroquial foi finalizada ainda durante sua permanência na paróquia (SANGALI, 2007).

Em 1889, com a transferência de Gurowski da capelania de Abranches²⁷, chegou para assumir o cargo o Padre André Dziatkowiec. Durante o período de seus trabalhos na comunidade, que foi de dois anos, os colonos construíram a nova igreja matriz e, após sua saída, a Igreja de Abranches acabou ficando um período sem a presença de um padre e passou a ser afiliada à Igreja de Curitiba. Em entrevista, Padre Biernaski (2017) faz a seguinte observação: "Até hoje a Igreja de Sant'Anna permanece do mesmo tamanho, somente houve pinturas, tanto externa como internamente, no intuito de preservar a igreja na sua forma original" (Figura 9).



FIGURA 9 - IGREJA DE SANT'ANNA DE ABRANCHES

Fonte: Arquivo Digital Nacional (Polônia)28.

²⁶ A expressão "tombamento" e "livro de tombo" provém do direito português, em que a palavra tombar tem o sentido de registrar, inventariar, inscrever bens nos arquivos do reino. Tal inventário era inscrito em livro próprio, que era guardado na Torre do Tombo, a Torre Albarrã, do castelo de São Jorge, em Lisboa (Portugal) (PARANÁ, 2019).

²⁷ Na Figura 9 é apresentado o cotidiano da paróquia de Abranches na década de 1910. Ao lado, mais ao fundo da imagem, é possível notar o prédio da Escola Polonesa São José.

²⁸ Disponível em: <www.szukajwarchiwach.gov.pl>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Ao fim do ano de 1895, assumiu a capelania de Abranches o Padre Miguel Slupek. Sendo uma pessoa bem preparada e desfrutando de prestígio na Cúria de Curitiba, Slupek acumulou o cargo de cooperador da Igreja de Curitiba e o de secretário da Cúria. Graças às suas diligências e influências, conseguiu trazer para a Colônia Abranches o Padre Leon Niebieszczanski. Proveniente da Diocese de Przemysl, Polônia, Niebieszczanski foi um dos responsáveis pela vinda da Congregação da Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, em 1896, que passaria a dirigir a escola e assumir a catequese, colocando-se a serviço da Igreja e da Pastoral da Saúde (BIERNASKI, 2003).

Dois anos mais tarde, o bispo de Curitiba confiou à Congregação dos Padres Lazaristas da Província Polonesa o curato de Abranches (Aubert, 1975 *apud* LOPES, 2017, p. 35). Vários padres se sucederam na capelania de Abranches, numa rotatividade proposta pela congregação. O curato de Abranches foi promovido à paróquia quando teve nomeado como o seu primeiro pároco o Padre Góral. Por sua iniciativa, a capela de Sant'Anna foi reformada, a igreja recebeu um órgão de tubos importado da Alemanha, além de instalar um altar-mor importado da região de Tyrol, Áustria. Estes são considerados os tesouros da Igreja de Abranches. Para cada ação, para cada iniciativa, foram organizadas campanhas para levantar fundos.

A comunidade de Abranches e arredores sempre foram muito ativos e participativos na paróquia, e um exemplo mencionado por Sangali (2005a) refere-se à campanha da comunidade para se conseguir os sinos da igreja. A campanha arrecadou moedas de vintém de cobre, que fora transportado por um carrinho até a fundição Müller. A importância arrecadada permitiu a aquisição do material e o pagamento da mão de obra para a construção dos desejados sinos da Igreja de Abranches (SANGALI, 2005a).

Segundo larochinski (2010), entre os legados da contribuição da cultura polonesa para Curitiba, destaca-se a religião católica, com suas inúmeras igrejas espalhadas pelos bairros da capital paranaense. Outra influência da cultura polonesa deu-se na culinária. A população curitibana aprendeu a gostar de comer pepino e repolho azedo, pastel de requeijão cozido (*pierogi*), sonho, cueca virada, cuque (pão doce), além das tradições folclóricas que podem ser conferidas nos clubes União Juventus, Sociedade Tadeusz Kosciuszko, Sociedade Jósef Pildudzki, Central Zwiazek Polaków. Muitas dessas tradições são representadas pelas danças nos festivais de etnias nos dias atuais.

Por sua vez, Sikora (2014) ressalta que a representatividade da cultura polonesa sempre foi manifestada por meio de suas tradições, de seu modo de viver e trabalhar, de suas danças populares, do folclore, o canto polonês, os versos, a música popular e folclórica, a expressão da língua falada e escrita, a culinária, o artesanato de flores de papel, as festas de casamento, as quermesses, as atividades religiosas e a arquitetura de suas casas, elementos que caracterizaram o patrimônio cultural dos poloneses.

1.4 A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM CURITIBA E A ESCOLA COMUNITÁRIA/ PAROQUIAL DE ABRANCHES

Quando instalou-se a província do Paraná, em meados dos anos de 1800, havia três escolas públicas de primeiras letras em Curitiba, sendo uma para meninas e duas para meninos, e apenas em 1854 foi criada uma segunda cadeira de instrução pública primária de primeira ordem para o sexo feminino (VECHIA, 1998). A primeira escola particular, conforme registros, foi criada em 1856 pela professora francesa madame Gabrielle Jeanne, que fundou um colégio de instrução primária de primeira e de segunda ordem somente para meninas. E, em 1857, o professor alemão Germano Lainsten fundou um colégio nos mesmos padrões direcionado para crianças do sexo masculino.

Curitiba contava também com um liceu, criado pela Lei nº 33, de 13 de março de 1843, que funcionou precariamente apenas com três cadeiras, sendo extinto em 1868²9. No que diz respeito ao ensino secundário, a cidade passou por um período difícil, pois o número de escolas durante a década de 1850 permaneceu o mesmo. Ainda segundo Vechia (1998, p. 177), a década de 1860 não trouxe mudanças para a instrução pública; porém, visando a um melhor atendimento na área educacional dos jovens, o governo provincial celebrou contrato com um professor prussiano, Jacob Mueller, que havia fundado o Colégio de Meninos de Curitiba para atender aos alunos da capital e de toda a província no ensino secundário.

1869 (VECHIA, 1998, p. 173-177).

..

²⁹ O presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos reabriu o liceu em 1854, conforme Lei nº 17, de 14 de setembro de 1854. E o presidente Vicente Pires da Mota restabeleceu o liceu convertendo-o em internato, conforme Lei nº 12, de 30 abril de 1856. Seu funcionamento foi considerado irregular e, apesar das tentativas de organizar um liceu para atender ao ensino secundário em Curitiba, mostrouse um empreendimento muito dispendioso para o governo. Assim, o liceu foi extinto em 1º de junho de

De acordo com Vechia (1998), em 1870, o governo provincial confrontava-se com a necessidade de ofertar escolas para os núcleos coloniais, pois era preciso oferecer atendimento às crianças oriundas de distintas populações. As colônias que deveriam receber atenção seriam Angelina, Pilarzinho São Venâncio e Abranches, quando seriam providas de escola primárias. Contudo, a oferta de escola não se deu nesse momento, e essas colônias ficaram sem assistência por um longo período (VECHIA, 1998, p. 256).

Em meados da década de 1870, a instrução pública, até então estagnada em Curitiba, passou por uma série de transformações, sendo aprovados três regulamentos para a educação escolar na província, datando de 1871, 1874 e 1876. Foi a partir da administração de Lamenha Lins que a instrução pública do Paraná começou a tomar novos rumos, como resultado da ebulição de ideias e de inovações que marcaram esse período. A rede escolar pública, tanto primária quanto secundária, além de ampliada, também recebeu melhorias.

Em 1875, a Colônia Abranches ganhou uma escola promíscua³⁰ e teve a nomeação como professor o padre polonês Mariano Gizinski, que, no entanto, não assumiu o cargo. Em 1876, outro polonês foi nomeado interinamente para a vaga, o professor Motzoko. A dificuldade dessa vez foi manter prédio para sediar a escola, pois era alugado e a escola acabou mudando-se algumas vezes de lugar, sempre contando com o apoio do governo provincial. Havia uma frequência alta de crianças na escola da colônia, contando com cerca de quarenta alunos. Objetivando manter a educação dos filhos, os moradores tomaram a iniciativa de agradecer a existência de uma escola pública em Abranches, pois receavam que o professor polonês saísse dali, afinal ele fora nomeado interinamente. Decidiram enviar um abaixo-assinado contanto com o nome de quarenta chefes de família, quando externaram votos de cordialidade e solicitaram a nomeação do professor Jerônimo Durski, que havia chegado naquele ano em Curitiba. No entanto, não foram atendidos. Receberam a professora Gertrudes Leocádia da Costa Netto, que fora removida da Colônia Angelina. A professora era brasileira e, consequentemente, não falava polonês. Esse foi um fato que fez a escola pública de Abranches começar a perder alunos (VECHIA, 1998, p. 256-263).

³⁰ A escola promíscua era aquela que recebia alunos de ambos os sexos e diferenciava-se também pelos seus níveis de aprendizado.

Em Curitiba, houve uma mudança nos rumos da educação quando se deu a criação da Escola Normal, em 1870, e seu estabelecimento, de fato, em 1876, que fortaleceu a formação de professores, bem como a criação do Instituto Paranaense, em 1876 (VECHIA, 1998, p. 31). Com a obrigatoriedade do ensino instituída em 1883, a rede escolar no Paraná expandiu-se e houve um aumento considerável no número de alunos matriculados nas escolas. Em 1884, na circunscrição de Curitiba, a população de instrução primária contava com aproximadamente 1.600 alunos distribuídos por 25 escolas, sendo 11 públicas, 6 subvencionadas e 8 particulares (*Gazeta Paranaense apud* VECHIA, 1998, p. 43).

Nos estudos em que a questão imigração é tratada, a estruturação de núcleos familiares com o mesmo pertencimento étnico e sua organização em comunidades permitiam, posteriormente, que a organização escolar decorresse. Os imigrantes poloneses da Colônia Abranches, livres do jugo do império prussiano em terras antes polonesas e que em uma migração espontânea partindo de Santa Catarina escolheram Curitiba para refazer a vida, agora podiam exercer seu trabalho como colonos, resgatando a sensação de alívio e liberdade. No entanto, ressentiam-se da falta de orientação, pois eram acostumados a obedecer a regras e imposições havia quatro gerações consecutivas, mas logo compreenderam que era ali precisariam exercer seu trabalho com mais autonomia, cuidando eles próprios de seus interesses, uma vez que, se não tomassem a iniciativa, ninguém a faria por eles (WACHOWICZ, 1970b, p. 22).

Em sua organização social, empreenderam encontros no Comitê de Cidadãos de Abranches, apresentando como proposta uma construção comunitária em prol de seus membros. Os primeiros colonos de Abranches eram em sua maioria alfabetizados e exerciam outras profissões. Um exemplo claro pode ser apresentado pela pessoa de Hypólit Kowalski, que por um período foi presidente do Comitê de Cidadãos, além de juiz de paz do Taboão, em Curitiba. Hypólit Kowalski também era um dos proprietários da Pedreira de Abranches³¹ (Figura 10).

. .

³¹ Atualmente Pedreira Paulo Leminski. Segundo informações da família, a pedreira foi desapropriada pela prefeitura de Curitiba para criar um espaço cultural na região.



FIGURA 10 – HIPÓLIT KOWALSKI

Fonte: Acervo da família Kowalski. Fotografia recuperada de passaporte.

Essa forma de trabalho coletivo foi adotada na construção e na ampliação de escolas e demais obras comunitárias e ainda em festas e comemorações. O empenho era coletivo e tinha por objetivo fornecer um suporte para a educação dos jovens, preparando-os para o futuro. Góral (1929, p. 15) ressalta que em 1884 os colonos construíram uma pequena escola de madeira, próximo à Capela de Sant'Anna, e posteriormente a construção sofreu alterações para servir de moradia para o professor (SANGALI, 2007, p. 35).

Durante anos, as questões da ordenação da vida social e cultural da Colônia Abranches foram conduzidas pelo Comitê de Cidadãos, organização que reunia alguns representantes das famílias da comunidade e era responsável por conduzir a organização social e cultural da paróquia de Abranches, que incluía várias colônias de poloneses. O comitê foi também responsável pelos primeiros passos para a escolarização das crianças na colônia. Segundo Wachowicz (1976, p. 16), "o verdadeiro líder da colônia, desde 1878, foi Simão Gradowski; era o professor, cuidava dos livros do comitê, a mão direita do sacerdote local", tendo sido também o sacristão da Capela de Sant'Anna. Entre os feitos do Comitê de Cidadãos de Abranches,

destaca-se a construção da primeira escola comunitária/paroquial³², em 1884, após dez anos da instalação dos imigrantes pioneiros que se estabeleceram na região.

A escola comunitária/paroquial foi organizada e mantida pelo Comitê de Cidadãos, constituindo-se em um segundo passo fundamental para a organização da colônia (BIERNASKI, 2017), pois havia uma constante preocupação entre as famílias de imigrantes com a formação cristã de seus filhos. Considerando que todos os poloneses eram católicos, havia a necessidade de alfabetizar seus filhos em sua língua pátria, para assim ser possível ensinar o catecismo e as crianças receberem o sacramento da primeira comunhão. No início, as crianças eram preparadas para a primeira comunhão pelo próprio padre (SANGALI, 2007).



FIGURA 11 – A ESCOLA COMUNITÁRIA/PAROQUIAL EM ABRANCHES – 1884

Fonte: Polskick Stowarzyszeń Dzieci Marji w Abranches (1930).

³² Por ter sido fundada e cuidada pelo Comitê de Cidadãos de Abranches, assemelha-se a uma escola comunitária (VECHIA, 1998), porém optou-se aqui por chamar de escola comunitária/paroquial, pois a escola era um apêndice da paróquia de Abranches, quando o professor Simão Gradowski era o sacristão e braço direito do pároco. Essa escola é referência de ser a primeira escola polonesa de Abranches, e deixa-se claro que ela não se enquadra como uma política eclesiástica de Dom José de Camargo Barros, o primeiro bispo de Curitiba, quando em 2 de fevereiro de 1900 determinou a criação das escolas paroquiais (Fedalto, 2014 apud LOPES, 2017, p. 86).

Desejosos de verem seus filhos alfabetizados, os colonos não mais ficaram esperando e levantaram uma escola, uma construção rústica, de madeira de araucária, contando com uma sala de aula que foi posteriormente ampliada para servir de residência para o professor e sua família (Figura 11).

Acerca do tema, Lopes (2017) menciona a preocupação do bispo de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, quando assinala que "Uma paróquia sem escola cristã é uma diocese sem seminário, é uma congregação sem noviciado" (Fedalto, 2014, p. 158 apud LOPES, 2017, p. 86). Ou seja, nas palavras do bispo, a propagação da fé e o ensino do catolicismo demandavam um alicerce, e este passava pela oferta da educação escolar. Nesse sentido, a escola comunitária/paroquial da Colônia Abranches cumpriria com sua finalidade.

Ensinar as primeiras letras e os rudimentos da aritmética aos jovens foi um complemento à finalidade de prepará-los para a primeira comunhão. Todavia, a comunidade vivenciava um tempo novo com o crescimento da colônia e da capital, e a escola agora, no formato até então vigente, tornava-se insuficiente. Em seus registros, Sangali (2005a) assinala a insatisfação da comunidade diante da ausência de uma educação escolar mais adequada³³ e destaca a determinação da comunidade em superar tal dificuldade. A motivação para se empenhar em dispor de escolas adequadas e bem dirigidas teria como referencial as escolas polonesas, cuja organização já conheciam. Ou buscariam implantar escolas similares às existentes na capital, Curitiba. As respostas a tais questionamentos podem ser conferidas no relato de Sangali (2005a), quando sua entrevistada destaca:

Aqui os poloneses sentem grande falta das escolas, especialmente escolas permanentes e bem dirigidas. Os mais antigos morrem e a juventude cresce em total desconhecimento das coisas. Com todas as forças, procuram levantar a cultura entre si, usando às vezes o seu último dinheiro da construção de escolas mais organizadas. Mas esbarram sempre com um motivo invencível, a falta de recursos (SANGALI, 2005a, p. 36).

Segundo Góral (1929), os meios de propor melhorias para a vida dos colonos sempre se deram por intermédio de debates. As rodas de conversas entre os colonos eram uma prática constante e realizadas em diversos lugares e ocasiões, como na

_

³³ Na falta de uma escola que alfabetizasse em polonês, alguns filhos de poloneses estudaram na escola alemã do Padre Francisco Auling, a *Katholische Deutsche Volks-Schule zu Curityba* (Escola Popular Alemã Católica de Curitiba), no centro de Curitiba, pois um número de colonos dominava esse idioma.

saída da missa ou nos locais públicos onde se encontrassem representantes das famílias polonesas. As conversas, invariavelmente, giravam em torno das ações a serem adotadas para garantir melhorias na vida da comunidade, entre elas as possíveis soluções para a educação dos jovens colonos e a busca de uma escola de qualidade (BIERNASKI, 2017).

Havia uma oferta de cadeira na instrução pública para as crianças polonesas por parte do governo brasileiro, mas não havia interesse dos colonos por essa modalidade de educação. As crianças da colônia não permaneciam estudando, fosse por não entenderem o idioma português utilizado pela professora, fosse por não se sentirem acolhidos, e assim abandonavam as aulas. Além disso, muitas famílias não demonstravam interesse de que seus filhos estudassem na escola de "brasileiros", e, talvez por motivo, muito pouco se tem registrado dessas aulas.

Em 1896, o Padre Leon Niebieszczanski chegou à Colônia Abranches criando novo ânimo entre os membros do comitê, com a ideia de trazer as Irmãs Filhas da Caridade e construir um colégio nos moldes da educação vicentina polonesa (SANGALI, 2007, p. 18). Entre as propostas apresentadas até então, essa foi a que mais entusiasmou a comunidade, o que convenceu o Comitê de Cidadãos de Abranches a reproduzir o modelo de seus conterrâneos instalados no território norte-americano: trazer as irmãs religiosas da Polônia para exercer o cargo de professoras na escola polonesa da Colônia Abranches. Até então, quem havia desempenhado o papel de professor em Abranches tinham sido o padre, o sacristão e posteriormente um professor contratado. A escola comunitária/paroquial contava com o reconhecimento da comunidade, é fato, mas a proposta da vinda das Irmãs Filhas da Caridade foi totalmente aprovada pela comunidade, uma vez que era almejada uma escola confessional (BIERNASKI, 2018).

As Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo já estavam instaladas no Brasil, no estado de Minas Gerais, nas cidades de Mariana e Diamantina, desde 1849 e 1867, respectivamente. Seus colégios eram estabelecidos com uma intencionalidade do ideário católico, a língua oficial era o francês e tinham como uma de suas finalidades fazer com que as mulheres atuassem como instrumentos de expansão de um novo discurso do catolicismo. Segundo Lage (2016), a necessidade de educar formalmente as meninas não visava à sua preparação para que pudessem projetar-se e ganhar espaço dentro da comunidade, mas sim pela necessidade de fortalecer sua educação escolar, de modo que pudesse prepará-las para o casamento.

Tal era o ideário social da época: mediante as aspirações masculinas de casarse com uma esposa educada, havia a necessidade de a Igreja arregimentar mulheres para fortalecer o alicerce de suas ações na sociedade e, por fim, suprir a sempre presente ausência de investimentos no ensino público, pois, como afirmava o governo brasileiro da época, "não temos nem para os nossos filhos" (LAGE, 2016, p. 2-5).

Todavia, o sonho almejado para a Colônia Abranches diferenciava-se do que fora planejado para Minas Gerais. Em Abranches, a comunidade esperava uma escola que pudesse realmente possibilitar um futuro promissor para as crianças e jovens. As famílias aspiravam a ter uma educação prestimosa, que ao mesmo tempo zelasse pela fé polonesa, nos moldes das escolas católicas da Polônia. A proposta de uma escola como a das Irmãs Filhas da Caridade na Polônia foi bem aceita, na medida em que já conheciam o trabalho dessa congregação em sua terra natal. As religiosas viriam da província de Chelmno, que ficava próximo às aldeias de origem de muitos daqueles imigrantes poloneses. Sob a influência do novo pároco, mostraram-se entusiasmados com a ideia de que as Irmãs de Caridade pudessem se estabelecer na colônia. Assim, o Comitê de Cidadãos de Abranches enviou uma solicitação para a Companhia das Filhas da Caridade de Chelmno na Polônia, solicitando o envio de um grupo de irmãs para que iniciassem uma escola na comunidade (GÓRAL, 1929; SANGALI, 2007).

O comitê contou com a preciosa ajuda do primeiro bispo de Curitiba, que se valeu de seu prestígio e de seus contatos eclesiásticos, conseguindo que a Companhia das Filhas da Caridade, enfim, atendesse às solicitações dos colonos de Abranches. Essa ação contava, aliás, com o apoio do governo paranaense, uma vez que prestar assistência aos imigrantes contribuiria para diminuir suas dificuldades e favorecia a sua fixação na nova terra³⁴. Conforme os contatos se foram estabelecendo, os superiores da Congregação Vicentina em Chelmno foram aproximando-se da paróquia de Abranches e as negociações se concretizando. Para viabilizar os planos, os colonos deram início à construção de um prédio que iria abrigar

³⁴ O bispo de Curitiba tinha na jurisdição cerca de cinquenta padres, responsáveis por cobrir a extensão territorial no Paraná. Era de conhecimento do episcopado paranaense a vacância nas paróquias, bem como não havia nenhuma religiosa para escola, hospitais, obras sociais e muito menos para contribuir na questão dos imigrantes. Sua decisão para diminuir essa falta em relação aos imigrantes foi a de chamar padres scalabrinianos e Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus para os italianos, padres franciscanos e Irmãs da Divina Providência para os alemães, padres verbias e vicentinos, Irmãs Filhas da Caridade e franciscanas da Sagrada Família de Maria para os poloneses, padres basilianos e Irmãs Servas de Maria Imaculada para os ucranianos (BIERNASKI, 2003).

a sede da nova escola, pois o local até então utilizado como escola comunitária/paroquial não condizia com o imaginário coletivo que se tinha de um colégio das Irmãs Filhas da Caridade. Era preciso demonstrar que elas eram bemvindas, disponibilizando um espaço que favorecesse a execução de seu trabalho e propiciasse acomodações dignas e confortáveis (BIERNASKI, 2018).

Importante destacar que outras congregações católicas femininas também se fizeram presentes no início do século XX em Curitiba. Trindade e Andreazza (2001) mencionam as Irmãs de São José (1900), as Irmãs da Divina Providência (1903), as Irmãs de Nossa Senhora de Sion (1906). O Colégio Nossa Senhora de Lourdes, das Irmãs da Congregação de São José, descrito por Pereira (2014), fazia parte das escolas que eram opções para as moças da elite curitibana. As congregações masculinas foram representadas pelos padres franciscanos do Bom Jesus, em 1902, mencionados por Lopes (2017), e os Irmãos Maristas, em 1925, estudados por Trindade e Andreazza (2001).

Nessa época, tanto nas colônias dos imigrantes quanto nas cidades de todo o Paraná, várias escolas passaram a oferecer ensino pago ou gratuito, congregando cada vez mais educandos. Havia, ainda, as instituições laicas que se contrapunham às confessionais, especialmente as católicas, que eram maioria. Assim, as famílias de imigrantes cujos filhos se encontravam fora dessas escolas apelavam ao governo para que fossem tomadas providências para oferecer o ensino de primeiras letras a seus filhos (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 83).

Em Abranches, a maioria dos colonos apoiava a vinda das irmãs, pois o fato de serem polonesas, por si só, já lhes trazia a sensação de representatividade. O apoio da comunidade a essa causa crescia de forma significativa e assim, cada vez mais, seus membros passaram a colaborar com a construção do novo prédio escolar. Sempre que possível, o assunto era discutido ao fim das missas ou no próprio Comitê de Cidadãos, entre outros espaços comunitários.

Ficou definido que a localização da nova escola deveria ser nos arredores da igreja, próximo ao local em que já funcionava a primeira escola. O terreno escolhido para a edificação do prédio pertencia a José Preiss, ao lado da Igreja de Sant'Anna. Como Preiss também integrava o comitê, aceitou prontamente, cedendo uma parte do lote e vendendo o restante para a comunidade. Por essa iniciativa, tornou-se o principal benfeitor da Escola Polonesa São José, na Colônia Abranches (SCHENATTO, 1999).

Na concepção do Comitê de Cidadãos, a construção deveria causar um impacto positivo nas Irmãs Filhas da Caridade, estimulando-as a terem uma boa impressão da colônia. Com esse objetivo, havia a necessidade de levantar fundos para operacionalizar a construção, sendo realizadas coletas na própria igreja e angariados donativos entre os colonos. A opção de arquitetura do prédio escolar foi de uma construção mista, com partes de alvenaria e outras de madeira. Seguindo o planejamento, a construção deveria ser pensada de forma diferente dos demais prédios da Colônia Abranches³⁵.

O importante era que a nova escola fosse ampla e bem estruturada para receber as Irmãs de Caridade. Na visão dos colonos, era necessário "agradar às freiras", para garantir que elas ficassem definitivamente em Abranches (BIERNASKI, 2018). O prédio da escola também deveria ser condizente com a educação que pretendiam oferecer a seus filhos. Enquanto aguardavam uma resposta às solicitações feitas à congregação em Chelmno, todos os integrantes da comunidade foram requisitados a participar da construção (SCHENATTO, 1999).



FIGURA 12 – A VINDA DAS IRMÃS POLONESAS FILHAS DA CARIDADE

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

.

³⁵ Em sua maioria, as casas paranaenses eram construídas de tábuas de pinho, as construções mais baratas que se podiam fazer, pois as araucárias eram abundantes em todo o Paraná.

Na Figura 12 tem-se registrado um dos momentos das irmãs polonesas embarcadas com outras religiosas Irmãs Filhas da Caridade, com destino à cidade do Rio de Janeiro. Os detalhes da viagem fazem parte da história do Colégio Vicentino São José, quando as irmãs atravessaram o Atlântico para iniciar uma missão em Curitiba.

Após finalizada a construção da nova escola e entregue às Irmãs Filhas da Caridade, o antigo prédio de madeira da escola comunitária/paroquial permaneceu erguido e serviu à paróquia de Abranches por mais de quarenta anos. Foi a residência temporária para as primeiras irmãs e serviu para as aulas de trabalhos manuais. Muitas vezes o prédio foi utilizado como sala de aula em épocas de reformas e ampliações, funcionando também como um espaço anexo à escola das Irmãs Filhas da Caridade (SANGALI, 2007).

2. A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DAS IRMÃS FILHAS DA CARIDADE EM ABRANCHES

Após três décadas de sua imigração para Curitiba e com a formação da Colônia Abranches, os poloneses organizaram um Comitê de Cidadãos, por intermédio do qual conseguiram estabelecer a capelania de Abranches e, em seguida, a paróquia de Abranches. Esses imigrantes queriam uma Igreja que lhes desse a possibilidade de ter na comunidade padres poloneses para a condução da vida religiosa e a educação das crianças naquele novo lugar. Nesse ímpeto de manter a religiosidade. um dos principais traços da sua polonidade, os colonos de Abranches, associados a outras colônias estabelecidas desde 1873 em Curitiba, foram aos poucos percebendo que se fazia necessária uma escola que pudesse trazer o conhecimento a seus filhos e netos. Precisava ser uma escola que se equiparasse às escolas nacionais ou, ainda, às escolas polonesas, porque a escola comunitária mantida pela paróquia, que até então servia a comunidade, já não atendia às expectativas das famílias, de acordo com o entendimento daquele momento. Após muitas reuniões, os representantes do comitê decidiram que somente as Irmãs Filhas da Caridade de Chelmno seriam as professoras que poderiam estar à frente da escola desejada pela comunidade polonesa ali instalada.

A comunidade de Abranches pôs-se a reivindicar perante as autoridades brasileiras e polonesas, bem como a Congregação Vicentina de Chelmno, a liberação das Irmãs Filhas da Caridade para que viessem em missão para o sul do Brasil. Propuseram-se a edificar o prédio da nova escola como uma forma de pressionar as autoridades e de acreditar que tal objetivo seria possível. A escolha do local para a construção da escola foi uma área nos arredores da Igreja de Abranches. Muitos relatos registrados pela Irmã Amélia Sangali mencionam a insistência dos paroquianos para que José Preiss, um colono polonês, cedesse parte de um terreno de sua propriedade para a realização da obra, por ser um espaço que atendia às necessidades da edificação. O pedido que foi prontamente acolhido.

2.1 A EDIFICAÇÃO DA *SZKOLA POLSKA POD WEZWANIEM ŚW. JÓZEFA* – 1904 (ESCOLA POLONESA A SERVIÇO DE SÃO JOSÉ)

A edificação da escola para receber as Irmãs Filhas da Caridade foi construída de alvenaria, uma vez que na percepção da comunidade construções desse tipo conferiam nobreza e respeitabilidade ao ambiente. Essa característica, o entendimento dos paroquianos, poderia impressionar as religiosas, pois não queriam correr o risco de decepcioná-las. Levantar o prédio deu-se antes mesmo de uma certeza da vinda das Irmãs Filhas da Caridade, pois para os paroquianos de Abranches a vinda das religiosas era, por assim dizer, considerada fato consumado. A missão viria para Abranches, não duvidavam!

Para esse empreendimento, o comitê conseguiu levantar fundos mediante várias doações de colonos e colaboradores, entre outras ações. Muito usual na época era a venda de rifas para comprar o material de construção. Importante destacar que as irmãs, ao se referirem ao pagamento da parte do terreno que fora vendida mais tarde para que tivessem espaço para plantar e ampliar a escola, faziam questão de frisar que a quantia fora paga para José Preiss no momento da aquisição.

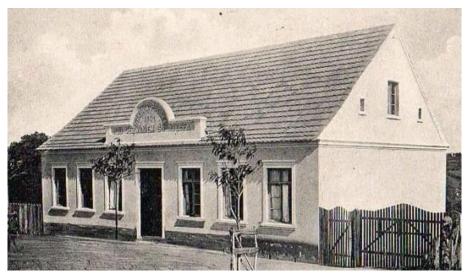
O prédio da escola polonesa em homenagem a São José foi construído nas dimensões de 16 metros de cumprimento por 13 metros de largura. Contava com três pisos, considerando o aproveitamento do declive do terreno. O piso térreo foi dividido em quatro partes iguais. Duas delas, localizadas na frente, para serem utilizadas como sala de aula, a terceira funcionava como refeitório e a quarta dependência servia como sala de visitas e parlatório. A cozinha localizava-se nos fundos, no piso inferior. No piso superior, mais precisamente o sótão, foi instalado o dormitório das irmãs, no qual dispunham de mais espaço, caso necessitassem (SANGALI, 2005a; 2007).

Na época, no que diz respeito às questões arquitetônicas, quando se tratava de escolas públicas os próprios órgãos governamentais costumavam definir o planejamento e a execução das obras. Registros indicam que para a construção de escolas públicas do período republicano havia padrões a serem seguidos; no entanto, para as escolas particulares, as únicas recomendações eram de cunho higienista. As escolas deveriam ser iluminadas e bem ventiladas. Todavia, da escola da Colônia Abranches não se tem nenhum registro sobre o modelo seguido para a sua primeira construção, o que sugere que o prédio fora construído seguindo o entendimento do Comitê de Cidadãos. Com a chegada das Irmãs Filhas da Caridade, a direção da

escola foi assumida pelas religiosas e, conforme eram identificadas as necessidades e características de construção ideais, seguiam com as modificações, bem como revendo a organização interna dos móveis.

Iwaya (2005), ao apresentar a construção do prédio, menciona que no Brasil do século XIX acentuava-se a preocupação dos administradores com a arquitetura das edificações escolares. Primavam-se por construções que não se caracterizassem somente pela sua funcionalidade, mas que retratassem sua importância para uma determinada sociedade. No caso de Abranches, a construção deveria representar a polonidade dos sujeitos ali inseridos, pois, além de agradar às irmãs, buscavam dar a devida identidade de uma escola pelo modelo de prédio construído (IWAYA, 2005, p. 179).

FIGURA 13 – A PRIMEIRA FACHADA DA ESCOLA POLONESA SÃO JOSÉ – 1904



Fonte:

Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

A Figura 13 apresenta a fachada da escola, na qual aparecia a inscrição Szkola Polska Pod Wezwaniem Św. Józefa 1904 (Escola Polonesa a Serviço de São José). O nome da escola foi uma homenagem a José Preiss, considerado o principal benemérito da instituição, pois, além da doação de parte do terreno para a construção do prédio, com sua família "muito ajudou as primeiras Irmãs a se adaptarem na colônia, quando estas ficam hospedadas em sua casa" (SCHENATTO, 1999). Segundo Viñao Frago e Escolano Benito (2001), a arquitetura escolar é um elemento cultural e pedagógico não só pelos condicionamentos a que suas estruturas induzem,

mas pelo papel de simbolização que desempenha na vida social. Assim, pode-se concluir que o nome da escola registrado na fachada do prédio denota o início de uma trajetória.

Segundo os registros de Sangali (2005a), nas divisões internas da escola, as paredes das salas de aula eram de alvenaria, pois conferia ao prédio uma aparência nobre. Já entre os ambientes que serviriam de moradia para as irmãs, apenas uma parede foi construída de madeira. Os registros de Schenatto (1999) também descrevem essa divisão interna do prédio. As salas de aula eram duas e amplas, dotadas de janelões que davam para a rua, oferecendo uma boa iluminação natural, considerada um fator de higiene. Em uma época em que não havia energia elétrica, a iluminação natural era indispensável, assim como a disposição das janelas, de frente para a rua. No acabamento, foram esculpidos pequenos detalhes contornando as janelas e a porta principal, mostrando, com propriedade, a singeleza das construções da época, mais precisamente do ano de 1904. O terreno foi contornado com cercas de madeira, dispostas na posição horizontal, para controlar o acesso ao pátio interno (SANGALI, 2005a; SCHENATTO, 1999).

Nas amplas e iluminadas salas de aula, as carteiras eram dispostas em filas, o que, segundo os padrões da época, era um modelo tradicional de ensino. Somandose a essa organização de sala, o quadro-negro à frente, com a carteira da professora em destaque, indicando a postura centrada no professor. A própria localização das salas de aula, de frente para a rua e para a igreja, demonstrava que a educação na Colônia Abranches adotava uma posição de respeito não apenas com relação às Irmãs Filhas da Caridade, mas a toda a comunidade. A escola, assim, significava uma importante conquista, tendo em vista que para os imigrantes poloneses "fazer a América" significava também poder educar seus filhos em sua língua-mãe, com liberdade de professar seu catolicismo ultramontano. Com a escola, isso estava prestes a se concretizar³⁶.

Ainda sobre as instalações da escola, nos fundos do prédio localizavam-se as chamadas "casinhas" ou "patentes", espaços destinados a atender às necessidades

³⁶ Segundo Vechia (1998, p. 263), para o imigrante polonês, a língua, a fé e nacionalidade eram elementos intrinsecamente ligados. Apesar de visceralmente católicos, os poloneses rejeitavam os brasileiros por estes não conhecerem seus ritos, principalmente a língua polonesa. A repulsa ao abrasileiramento era uma forma de resistência e de sobrevivência como nação, era o sentimento de polonidade que falava mais forte.

fisiológicas dos alunos, duas unidades separadas para uso de meninas e meninos. As patentes eram pequenas construções de madeira dotadas de latrinas, que eram posicionadas acima de uma fossa profunda.

A estrutura simples da construção atendia às necessidades básicas para seu funcionamento. Não havia sistema de água encanada, e na cozinha a água utilizada era proveniente de um poço existente no terreno, cuja nascente era protegida por um pequeno bosque, com seu escoamento em valetas abertas que corriam para os fundos da construção. No local do antigo poço, hoje existe um pequeno altar, doado pela família de uma ex-aluna, em cumprimento a uma promessa (SANGALI, 2005a, p. 27).

As inscrições na fachada do prédio destacavam-se, deixando claro que se tratava de uma escola de poloneses. Uma escola particular construída pela comunidade, apoiada e conduzida pelas Irmãs Filhas da Caridade em que todos, mediante o pagamento de mensalidades, contribuíam para cobrir as despesas das Irmãs Filhas da Caridade com a escola, uma vez que não recebiam nenhum auxílio financeiro externo. Embora qualquer aluno pudesse frequentar a escola, independentemente de sua origem, ela era essencialmente uma escola feita por poloneses para filhos de poloneses, constituindo-se, assim, em uma escola com cultura própria, o que autores como Kreutz (2005) e Santos (2012) classificam como uma escola étnica.

Nesse sentido, o processo escolar desenvolvia-se com base em características típicas da cultura polonesa, com o ensino da língua e de alguma forma tentando preservar sua formação identitária e cultural. A esse respeito, Luporini (2012) menciona certo isolamento dos imigrantes em relação à vida nacional, ou seja, certa dificuldade na afirmação da nova nacionalidade ao priorizar uma dinâmica escolar, religiosa e sociocultural estruturada nas condições típicas de seus países de origem.

A construção do prédio da Escola Polonesa São José foi, então, concluída em 1904, com as irmãs ali já instaladas. Antes disso, as religiosas haviam se hospedado por um período de dois meses na antiga escola comunitária/paroquial, uma construção de madeira, aguardando a conclusão da cozinha do prédio novo. Durante esse período, faziam suas refeições na casa paroquial ou na casa da família Preiss. Foi um período de adaptação aos costumes e à cultura da colônia e à sua culinária regional. Sangali (2007) registra que o prédio estava quase finalizado quando foi entregue às Irmãs Filhas da Caridade, tendo à frente Irmã Luíza Olstzynska como

diretora da escola, além de Irmã Leocádia Suchoswiat e Irmã Natália Zietak, ambas as primeiras irmãs professoras (Figura 14).



FIGURA 14 - AS IRMÃS PIONEIRAS

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Luíza Olstzynska".

Nos primeiros anos de funcionamento, a manutenção da escola cabia ao Comitê de Cidadãos de Abranches, responsável por cobrar, receber e repassar para as irmãs o valor da mensalidade cobrada dos colonos, que era um valor menor do que muitas outras escolas cobravam, segundo Sangali (2005a). A característica inicial da escola das irmãs era de configuração comunitária, e quem não pudesse pagar ficava isento da mensalidade. As famílias contribuíam de outras maneiras, com produtos de sua produção, como verduras, frutas, ovos, leite, queijos, ou pequenos animais, como galinhas e porcos. Outras vezes, pagavam com "presentes" artesanais, como broas, doces e conservas. Outros, ainda, responsabilizavam-se por determinadas tarefas, como a entrega de lenha.

^[...] a comunidade ajudava as irmãs pagando as aulas, depois traziam mantimentos, mas tudo pronto, como broa. Eu sei porque tinha que carregar. Também mamãe fornecia leite, manteiga, galinha, ovos de graça, era um presente para as irmãs, muitos levavam verduras, batatinha, feijão (SANGALI, 2007, p. 5).

As mulheres da comunidade contribuíam para o pagamento da mensalidade com a execução de trabalhos domésticos: passando roupas, ajudando na cozinha, entre outros serviços. Faziam o que era possível para ajudar as Irmãs Filhas da Caridade a se manterem, e, de comum acordo, nenhuma criança ficava fora da escola (SANGALI, 2005a, p. 24).

Os colégios confessionais femininos da Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, que anteriormente se encontravam instaladas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, contavam com dois tipos de alunas: as filhas de pais abastados, que seriam preparadas para as funções de "esposa e mãe"; e as meninas órfãs ou muito pobres que precisavam ser "adestradas". Para conseguir-se a manutenção das instituições assistenciais, seria necessário também o ensino para as meninas da elite, "pagantes" (LAGE, 2008, p. 9).

Na Colônia Abranches, contudo, essas diferenças sociais entre as crianças não eram evidenciadas, pois todos estavam no mesmo patamar, dependiam da força do seu trabalho como agricultores. A manutenção da escola era, portanto, também uma forma de manifestação do "orgulho polonês", conforme enuncia Sangali (2005a). As mensalidades que garantiam os custos da instituição, por sua vez, eram estabelecidas conforme as possibilidades de cada família, e seu pagamento era muitas vezes realizado à base de troca, de acordo com Sangali (2007).

Assim, a Escola Polonesa São José na Colônia Abranches oficialmente iniciou seus trabalhos no dia 16 de novembro de 1904. Contava, então, com vinte e cinco matrículas de crianças polonesas entregues aos cuidados das irmãs, tratadas pela memória da instituição como "As Irmãs Pioneiras". De acordo com Schenatto (1999), no Natal as irmãs organizaram um Auto de Natal na escola, que se constituiu em um evento marcante.

Após algumas semanas de funcionamento da escola, o Comitê de Cidadãos enviou uma carta de agradecimento coletivo à visitadora de Chelmno, o cargo superior entre as religiosas da congregação. Na oportunidade, a comunidade agradeceu o envio da missão das Irmãs Filhas da Caridade, em uma forma simples de demonstrarem que, mais que agradecidos, iriam apoiar as iniciativas das Irmãs Pioneiras para criar uma escola forte, como almejavam havia muito tempo. Na sequência, apresenta-se o teor da carta que por muito tempo repercutiu entre a comunidade.

Abranches, 25.12.1904.

Revma. Madre Superiora das Irmãs da Caridade de Chelmno

A bondade, a compreensão e a dedicação das Irmãs aumentam ainda mais nossos agradecimentos, e a nossa fé de que no futuro os frutos do seu trabalho serão grandes, e que as gerações educadas pelas irmãs, dignamente servirão a Deus e à Nação. É o que todos nós desejamos de coração e prometemos apoiar, com todos os meios a nós disponíveis. Mais uma vez, agradecemos do fundo de nossos corações, desejamos-lhes muita saúde e prosperidade.

Com votos de estima e consideração,

Pe. Leon Niebieszczanski – Vigário de Abranches

Leon Bielecki Karol Triloff

St. Witosùawski Wawrzyniec Szczepañski

Józef Preiss Józef Brzezyñski Józef Bajerski Hipólit Kowalski

> Fonte: Baseado em Sangali (2007). Elaborado pela autora.

No primeiro ano letivo da escola, o currículo constava de aulas de alfabetização em polonês, de aritmética e o ensino do catecismo. Já no segundo ano, para a turma alfabetizada anteriormente, iniciou-se o ensino de história e geografia da Polônia. Sempre permeado por eventos religiosos tradicionais, como Natal e Dia de Reis. Somente ao final do segundo ano foi realizado o "grande exame", uma avaliação aplicada a todos os alunos que encerravam esse ciclo. Inicialmente, esse exame foi realizado em uma demonstração pública, respondendo a questões de língua polonesa, matemática, história e geografia da Polônia, entre algumas questões relacionadas ao Brasil.

Importante ressaltar que o exame final, chamado pelas irmãs de "grande exame", foi regulamentado pela Instrução Primária desde 1857 no Paraná. Foi embasado nas disposições da Lei nº 34, de 1846, e no traçado pela Reforma Couto Ferraz, de 1854, estabelecendo o regulamento do ensino primário e secundário no município da Corte (VECHIA, 1998, p. 161).

O exame final, sempre realizado no mês de dezembro, de acordo com as instruções expedidas pelo inspetor geral, seguia o regulamento das escolas públicas e, segundo Vechia (1998), constava de uma prova em que o aluno, se aprovado, seria

promovido à classe seguinte. Os exames de primeira classe consistiam em soletrar palavras, decompô-las em sílabas, leitura de números e traçado de linhas curvas e retas no quadro-negro. Já os alunos de segunda classe, precisavam demonstrar habilidades em cópias de palavras, pontuação, acentuação em períodos, leitura do compêndio moral e conjugação de verbos. No exame de aritmética eram exigidos definições, unidades, números, numeração e exercícios de quatro operações. Na sequência, havia as questões de catecismo, orações, doutrina histórica e dogmática. Para os alunos da terceira classe, além das anteriores, era exigida uma prova escrita em que se observavam letra, ortografia, pontuação e a oralidade, na leitura. O tempo estimado era de dez minutos por aluno (VECHIA, 1989, p. 162).

Irmã Margarida, por ocasião da realização de seus estudos sobre o tema, relata sobre o "grande exame":

Era realizado em dezembro. As irmãs davam uns dias para os alunos se prepararem para o evento. Contava com autoridades presentes. O exame consistia em os alunos responderem as perguntas sobre a aplicação de aritmética na sua prática, como a irmã perguntava, pedia para escrever, para descrever no quadro. Os alunos precisavam fazer contas. Os primeiros anos de exame foram realizados na frente dos pais (SANGALI, 2005a, p. 8)

Outros exemplos são relatados nas entrevistas registradas em Sangali (2005a):

O pai ditava para o filho! "Pai foi para Curitiba e vendeu isso por tanto, isso por tanto, quanto ganhou?" Depois fez compra de mantimento, farinha de trigo, arroz (porque farinha de centeio todos tinham, mas a tal de farinha branca todos tinham de comprar) depois tinha de saber quanto gastou na compra, depois tinha de tirar se sobrou dinheiro, se faltou dinheiro, tinha essas práticas, eram práticas boas. Problemas práticos, tinha muito de fazer contas. "Vendeu manteiga, vendeu requeijão, vendeu ovos, vendeu galinha, mas cada coisa, esse por tanto, esse por tanto, quanto ganhou por tudo?". Assim eram essas práticas. Nas provas de final de ano as crianças podiam usar o papel, o quadro-negro ou fazer de cabeça as contas. Elas não tinham medo, pois sabiam (SANGALI, 2005a, p. 9).

Os problemas os pais falavam para eles escreverem e eles escreviam assim: a mãe foi para a cidade de Curitiba vender isso, isso e isso depois somavam quanto dinheiro a mãe ganhou. E quanto de dinheiro sobrou ou faltou (SANGALI, 2005a, p. 10).

Irmã Lúcia relata que o "grande exame" constituía-se em um importante evento para a comunidade de Abranches. "Quando a multidão se acotovelava para poder ver a exibição dos alunos e que eles não tinham medo, pois sabiam as respostas. As irmãs professoras sabiam que elas estavam bem preparadas para o grande feito"

(SANGALI, 2005a, p. 37). A magnitude do evento mostra-se até mesmo por seus convidados, o que se comprova no fato de o primeiro exame final ter sido presidido pelo cônsul-geral austríaco, sr. Olecki. Completa a irmã: "Num exame de quatro horas de duração, o povo ficou escutando no maior silêncio as respostas das crianças" (SANGALI, 2005a, p. 37). A família ficava orgulhosa de seus filhos por tudo o que o "grande exame" representava: era uma possibilidade real de demonstrar para a comunidade que o filho havia se esforçado e poderia mostrar o que aprendeu. Como convidados no evento, estiveram presentes: Padre Niebieszczanski; Padre Bayer; Padre Mietus, de Orleans; Padre Trzabiatowski, de Curitiba; e sr. Bielecki (SANGALI, 2005a).

O exame na escola das Irmãs de Caridade foi noticiado no jornal *Gazeta Polonesa no Brasil*. A reportagem, publicada em 1906, comenta sobre o progresso das crianças na escola de Abranches, sob a direção das Irmãs de Caridade:

O Exame na escola das Irmãs de Caridade realizou-se no dia 6 do corrente mês. Estiveram presentes o Pe. Visitador, o Cônsul Sr. Milkowski, vários Padres, o redator da Gazeta, Sr. Witoslawski, Sr. Preiss e considerável número de pais, aqueles que zelam pela educação e vieram a fim de ver pessoalmente o progresso de seus filhos. É muito importante para os pais esse momento, e até agora damos pouca atenção para isso. Quanto mais os pais valorizam, é melhor para a escola e educação. Os pais vendo o progresso de seus filhos, daí não receiam de gastar dinheiro e nem sacrifícios, tanto que seus filhos possam frequentar e aproveitar o ensino (*Gazeta Polonesa no Brasil*, 13 dez. 1906 *apud* SANGALI, 2005a, p. 37).

É possível perceber que na publicação procurou-se destacar positivamente o sistema adotado pela escola, exaltando seus resultados de forma que atraísse mais alunos, uma vez que o jornal era publicado pelos membros da própria paróquia de Abranches e a manutenção da escola exigia um volume expressivo de recursos. Era, portanto, necessário estimular mais pais a matricularem seus filhos, garantindo, assim, a entrada de mais recursos.

O Exame iniciou com a 2ª série. Havia mais de 50 alunos. As respostas de religião e história sagrada foram dadas tranquilamente, claras e compreensíveis. Notou-se que aprenderam não somente "para hoje". Quanto à Geografia, pela primeira vez ouvimos perguntas relativas ao Brasil. É muito desejado que se aumente o estudo dessa matéria. Precisamos conhecer a nação que habitamos (*Gazeta Polonesa no Brasil*, 13 dez. 1906 apud SANGALI, 2005a, p. 37).

Em outro trecho, a matéria publicada exalta o ensino da história polonesa ministrado na escola, destacando o método utilizado pelas irmãs, cuja proposta não se limitava a fazer o aluno somente "decorar" datas, mas sim "entender" a história:

O estudo da História da Polônia é feito de forma maravilhosa e bem compreensiva. As crianças não eram obrigadas de aprender as datas secas que não dizem nada, mas desanimam no estudo de História pátria de seus antepassados. Sabiam dizer com quem este ou aquele rei guerreou o que fez de importante para a nação, com que distinguiram, quais os mais importantes acontecimentos tiveram lugar durante do reinado do qual rei – isto sim que é história verdadeira! Mesmo que as crianças não eram alimentadas com as datas, sabiam perfeitamente quem reinou substituindo quem e quando aconteceram e onde tiveram lugar importante feitos da história pátria. As crianças leem muito bem (*Gazeta Polonesa no Brasil*, 13 dez. 1906 *apud* SANGALI, 2005a, p. 37).

Ainda sobre a prática de ensino, a publicação destaca o método utilizado pelas Irmãs Filhas da Caridade no ensino da matemática, que visava, sobretudo, ensinar ao aluno o domínio da matéria, e não apenas aprender o suficiente para seguir adiante na sua vida escolar, um princípio ainda hoje vigente no processo de ensino na escola.

A matemática também foi respondida bem; no futuro precisa ter maior abrangência. Constatou-se a forma prática não somente nos problemas e exercícios, mas igualmente, na sua condução. Especialmente em matemática é proibido ir "avante" enquanto as crianças não dominam perfeitamente o início. A escrita das crianças é legível e bonita. O ditado foi bem escrito. As declamações e cantos são maravilhosos – sobre o que já escrevemos algumas vezes. A 1ª série, igualmente, dava respostas claras e sem gaguejar (*Gazeta Polonesa no Brasil*, 13 dez. 1906 *apud* SANGALI, 2005a, p. 37).

Por fim, a publicação descreve com entusiasmo a apresentação cultural que foi exibida durante o evento, destacando-se no cenário a figura de Nossa Senhora de Czestochowa, a santa protetora dos poloneses, e reitera os agradecimentos da comunidade ao trabalho realizado pelas irmãs, solicitando, ainda, a colaboração de todos para que a manutenção da escola fosse garantida.

Depois do pequeno intervalo foi apresentado o quadro vivo. As meninas eram vestidas de branco e flores e os meninos de uniforme confederativo com faixa nacional; no fundo via-se o quadro da nossa Protetora de Czestochowa e ao lado, à direita, estava o nosso símbolo, a Águia branca. As declamações e cantos apropriados ilustravam os pensamentos e sentimentos das crianças. Todo o quadro vivo com o seu conteúdo provocou muitas lágrimas, pois tais apresentações são raras. Findo o programa, o seu gentil coração batia alegre, então com voz do coração animava para perseverança e continuação dos trabalhos. Chamava para cultura, educação, pois sem estes nada de bom se pode fazer, e com isso desafiou os caluniadores que propagam que os Religiosos poloneses forçam o não desenvolvimento da cultura! Disse,

finalmente, que gostaria de tecer agradecimentos as Irmãs pela sua dedicação, mas considera que iria ofendê-las com isso, visto trabalharem com toda dedicação por amor a Deus e de nosso povo. Será que todos avaliam com justiça o seu trabalho e colaboram com ajuda necessária? (*Gazeta Polonesa no Brasil*, 13 dez. 1906 *apud* SANGALI, 2005a, p. 37).

Todavia, para boa parte dos colonos poloneses, alguns de entendimento simples e voltados unicamente para o trabalho agrícola, era suficiente que seus filhos aprendessem apenas a ler e escrever em polonês e a fazer contas, e por meio do ensino religioso fizessem a primeira comunhão, um ritual católico importante na visão ultramontana. Vencida essa etapa, na concepção desses colonos a criança já estava pronta para encarar a vida do trabalho, fosse ajudando a mãe nas tarefas do lar ou trabalhando com o pai, e assim poderia deixar de estudar. No entanto, esse entendimento não condizia com as expectativas de outra parte da população, principalmente dos mais escolarizados. A ideia de abandonar a escola também não era aceita pelas Irmãs Filha da Caridade e pelo próprio pároco de Abranches, e sempre que possível buscavam convencer aos pais que compreendessem a importância de seus filhos seguirem os estudos. Tanto a comunidade como a Igreja e as irmãs professoras tinham pleno conhecimento que por meio do avanço nos estudos é que aquelas crianças poderiam ampliar os conhecimentos e assim melhorar as condições de vida da comunidade.

A escola cumpria a proposta da manutenção da polonidade ao seguir em seu currículo a manutenção da língua polonesa, a história e a geografia da Polônia, além da religiosidade e da música sacra e folclórica em suas apresentações. Além disso, as apresentações culturais da escola e as atividades culturais desenvolvidas na Colônia Abranches supriam a falta de oferta de lazer para os imigrantes, que sentiam falta do contato com sua cultura.

2.2 AULA EM LAMENHA GRANDE, O INÍCIO DO INTERNATO E OS PRIMEIROS PASSOS PARA O CURSO DE EDUCAÇÃO FAMILIAR

O trabalho na escola de Abranches repercutiu e, embora com muitas desistências, era considerado bem-sucedido. Em 1906, com o objetivo de solucionar pelo menos em parte o problema das crianças da comunidade de São Miguel³⁷ que

³⁷ São Miguel era uma das comunidades pertencentes à Colônia Lamenha Grande. Passou a ser a comunidade mais distante de Abranches, quando, em 1906, a Colônia Santa Cândida se separou da

não tinham condições de frequentar a escola, as Irmãs Filhas da Caridade e o pároco de Abranches, Padre Chylaszek, decidiram criar uma terceira sala de aula, agora para atender às crianças em Lamenha. Buscava-se, com isso, resolver o problema mais urgente, que era justamente o de reduzir a distância entre a escola das irmãs em Abranches e a comunidade de São Miguel.

São Miguel era uma das comunidades mais distantes da paróquia de Abranches, situada na Colônia Lamenha Grande. Havia uma distância de dez quilômetros entre essas colônias e a escola, que devia ser percorrida todos os dias pelos alunos. Conforme consta nos registros da escola, de acordo com Sangali (2005a), essa terceira sala de aula era um desejo antigo da população polonesa que lá estava radicada e se materializou nessa oferta de classe de alfabetização. Na ocasião, foram oferecidas aulas de polonês, gramática, aritmética e, como complemento, aulas de costura e culinária.

Como professora, a sala de aula da comunidade foi assumida por Irmã Jerzkiewicz. De carroça, às oito horas da manhã, ela saía da Colônia Abranches, retornando ao fim da tarde, horário em que almoçava. O condutor era um carroceiro experiente, que fora contratado pelas Irmãs Filhas da Caridade somente para esse trabalho, e a carroça utilizada para transportar Irmã Jerzkiewicz pertencia ao Padre Chylaszek, vigário de Sant'Anna, na ocasião. De acordo com Sangali (2005a, p. 38), "A Irmã seguia contente e só se importava quando pegavam chuvas na estrada". As irmãs mantinham, portanto, a proposta de oferecer educação para todos, e, segundo registros, para amenizar o problema da distância de dez quilômetros entre a comunidade São Miguel e a Escola São José, declararam: "fazíamos o que era possível" (SANGALI, 2005a, p. 38).

Os colonos demonstravam-se bastante satisfeitos com o ensino ministrado na escola dirigida pelas Irmãs de Caridade, todavia o atendimento aos alunos era limitado, já que apenas as crianças que residiam próximas eram as que tinham condições de frequentar as aulas. Os filhos de colonos que moravam distante ficavam fora da escola em razão da dificuldade de acesso, e uma das opções encontradas foi

previsto dentro de seu plano imigratório de governo.

capelania de Abranches, criando a sua própria paróquia, pois, com a vinda de novas levas de imigrantes apoiados pelo governo do Paraná, a população aumentou consideravelmente. Na atualidade, parte de seu antigo território está dividido entre os municípios de Almirante Tamandaré e Curitiba, fazendo divisa com Lamenha Grande. O nome da colônia foi uma homenagem ao então governador do Paraná, Lamenha Lins, por ter sido uma das primeiras colônias formada com levas de poloneses, conforme

a oferta de aulas de alfabetização e de catecismo após a missa de domingo. No entanto, isso não era o suficiente para atender a todas as crianças.

Havia outros fatores que contribuíam para a desistência escolar, mas o que mais interferia era a distância a ser percorrida pelos alunos até a escola. Um trajeto de dez quilômetros era o máximo que as crianças conseguiam caminhar diariamente (SANGALI, 2007). Uma distância maior as levava a desistirem, pois era uma jornada árdua para os pequenos, com idade entre 7 e 8 anos, e assim, sem opção de transporte, ficavam sem estudar. Muitos colonos que moravam em locais mais distantes mantinham seus filhos fora da escola, e nos sermões da missa de domingo o padre costumava advertir os pais sobre os prejuízos que o abandono da escola poderia trazer para o futuro de seus filhos.

Como forma de solucionar o problema pelo menos em parte, as irmãs, em 1908, decidiram receber seis alunas filhas de imigrantes poloneses no regime de internato. As alunas dividiriam os aposentos com as irmãs, uma vez que a escola possuía um sótão amplo, com espaço suficiente para abrigar a todas. Teve início, assim, o internato na escola, que com o passar dos anos mostrou-se um recurso para viabilizar o ensino na comunidade, destacando ainda mais o trabalho desenvolvido pelas Irmãs Filhas da Caridade (WACHOWICZ, 1970b, p. 31).

Em sua obra, Wachowicz (1976) menciona que em 1915 a sala de aula de São Miguel funcionou na sede da "Sociedade Santo Isidoro", em Lamenha Grande. Segundo informações coletadas nos registros de Sangali (2005a), a classe permaneceu ativa até 1925, sendo considerada uma extensão da Escola Polonesa São José, com ênfase na alfabetização em língua polonesa, e um dos fatores que parecem ter contribuído para o encerramento de suas atividades educativas foi a ampliação do internato na Colônia Abranches (SANGALI, 2005a, p. 38).

Para muitos colonos, sob o encargo das Irmãs Filhas da Caridade, a escola polonesa cumpria seu objetivo de catequizar, e as crianças, quando aprendessem a ler e escrever, poderiam receber a primeira comunhão. Para muitas famílias, essa condição era suficiente, pois seus filhos estariam aptos para o trabalho e eram retirados da escola. Para outros, nem era necessário frequentar a escola para fazer a primeira comunhão. Segundo relatos de Irmã Ângela, para as aulas de catecismo das crianças que moravam distante e não frequentavam a escola, as Irmãs Filhas da Caridade aproveitavam a presença delas na igreja aos domingos, quando, acabada a missa, reuniam-se com as crianças na escola para as aulas de catecismo.

Determinadas, as irmãs se revezavam para a execução dessa tarefa (SANGALI, 2005a, p. 52).

De acordo com os princípios ultramontanos, cabia ao padre alertar os paroquianos do problema, pois a escola contribuía para preparar futuros agentes sociais, no caso das meninas, e manter os meninos afastados de "ideias modernas", já que muitas delas não estavam de acordo com os princípios preconizados tradicionalmente pela comunidade polonesa (LAGE, 2008, p. 4). A educação católica ensinava os fiéis a serem ordeiros e respeitadores da organização constituída pela paróquia de Abranches.

Tratava-se, portanto, de um dilema difícil de ser resolvido: trabalhar na propriedade familiar ou frequentar a escola. O trabalho das crianças contribuía de forma significativa para a economia da família, embora a escola proporcionasse aos filhos dos colonos a oportunidade de um futuro mais favorável. O fato é que o abandono escolar acontecia, embora não se tenha encontrado nenhum registro específico sobre o tema no decorrer da pesquisa. Os meninos deixavam de frequentar a escola com maior frequência, pois para eles era mais interessante permanecer na propriedade dos pais ajudando no trabalho e, ao mesmo tempo, aproveitando a liberdade, pois a vida na colônia tinha muitos atrativos³⁸.

Já para as meninas ir para a escola significava a possibilidade de adquirir conhecimentos, e viam nisso a possibilidade de mudar a vida, tornando-se donas de casa prendadas, com a possibilidade de conseguir um bom emprego em casas de famílias em Curitiba. Padre Biernaski (2017) ressalta os caminhos que existiam na época e eram as opções a serem seguidas por essas crianças: meninos e meninas deveriam frequentar a escola até aprender a língua polonesa e, assim, estar prontos para o sacramento da primeira comunhão; as meninas, por sua vez, poderiam ainda, conforme sua vocação, servir à Igreja, tendo muitas jovens ingressado na Congregação das Filhas da Caridade. Em ambas as escolhas havia a influência dos pais das crianças e, caso optassem pelo abandono escolar, sabiam que seriam advertidos durante o sermão do padre nas missas de domingo.

³⁸ Neste momento da pesquisa, lembrei-me de que meu pai, também filho de polonês, abandonou a escola ainda pequeno. Ele dizia que era difícil resistir a tantas tentações no caminho, como ir atrás de um passarinho ou um mergulho no riozinho do caminho. Sempre aparecia um amigo, um primo, um vizinho a lhe tentar. Escondiam o guarda-pó e o bocó com o material da escola e dá-lhe gazeta!

Mesmo havendo desistências, o número alunos continuou aumentando. Na prática, a escola já estava funcionando em regime de "internato de meninas", uma configuração que teve início, como antes mencionado, pela tentativa de resolver um problema pontual de seis meninas com muita dificuldade de acesso à escola, por morarem muito longe, mas que desejavam frequentar a escola. Diante da perseverança das meninas, as irmãs decidiram oferecer um espaço no sótão para acomodá-las durante a semana (GÓRAL, 1929; SANGALI, 2007). As Irmãs Filhas da Caridade precisavam de mais espaço, mas como ampliar o prédio sem recursos financeiros? Para conquistar definitivamente a adesão do pároco a essa ideia, as religiosas iniciaram uma "novena" para que São José intercedesse pela escola, fornecendo as condições necessárias para a empreitada de ampliar a missão da Congregação das Filhas da Caridade em Abranches. A comunidade percebeu a necessidade de expandir o trabalho das Irmãs Filhas da Caridade e aderiu ao projeto, confirmando a satisfação que os imigrantes sentiam com a escola das irmãs, com as salas de aula repletas de crianças, principalmente daquelas que moravam próximas da escola.

A situação preocupava o pároco, especialmente quando os colonos que moravam mais distante começaram a insistir para que ele encontrasse uma solução para os problemas referentes ao acesso à escola: de um lado, a falta de vagas para as crianças, uma vez que começava a escassear espaço para receber mais alunos; e, de outro, a distância, que era o maior empecilho para manter as crianças até então matriculadas (BIERNASKI, 2017). Em busca de solução para esses problemas, o pároco, Padre Miaesopust, começou a pedir doações para cobrir as despesas de ampliação da escola, pois nem as Irmãs nem a Igreja possuíam recursos suficientes para tal obra (GÓRAL, 1929). Assim, a pressão dos colonos e das Irmãs Filhas da Caridade para que o vigário encontrasse uma solução teve bons resultados, no que ficou sendo considerado mais um milagre atribuído a São José, padroeiro da escola (SANGALI, 2007).

A comunidade imediatamente começou a trabalhar na ampliação do edifício escolar, como fizeram no início, em um trabalho coletivo. A diferença é que agora estavam sob a orientação das irmãs e com a ajuda do padre, quando foi adquirido o terreno localizado ao lado da escola. Os colonos dispuseram-se a construir um novo prédio, que serviria de alojamento para o internato que estava sendo implementado. Os recursos, portanto, foram provenientes de doações, das mensalidades dos alunos

e das aulas especiais, que eram cobradas, pois desde os primeiros anos Irmã Luíza dava aulas de alemão para algumas alunas no período da tarde, bem como aulas de corte e costura e bordado. O terreno, por sua vez, era grande o suficiente para as ampliações necessárias, com espaço até mesmo para plantar hortaliças, como feijão, milho, aipim, batatinha e batata-doce (SANGALI, 2007).

Em 1911 foi finalmente entregue à comunidade de Abranches uma nova construção para o funcionamento do internato, anexo ao edifício antigo. Composta de dois andares, no andar térreo foi instalada a cozinha e o refeitório das irmãs. Contava, ainda, com outro salão, que era utilizado para diversas finalidades para atender a escola, a Igreja e a comunidade: no dia a dia serviria para as aulas de corte e costura, e nos fins de semana seria palco para as reuniões das Irmãs Filhas de Maria e atividades de teatro. No andar superior ficavam três dormitórios, sendo um para funcionários e os outros dois para alunos, nos quais foram instaladas vinte camas em cada.

Para o ano de 1911, foram matriculadas catorze alunas internas, uma vez que nos primeiros tempos o internato era somente feminino (SANGALI, 2007). A ala antiga do prédio permaneceu como moradia das Irmãs Filhas da Caridade, e no primeiro piso continuaram as salas de aula. Na Figura 15 apresenta-se a fachada da construção incorporada ao primeiro prédio escolar. É possível notar, um pouco afastada, a construção de madeira no formato de "paiol", como algumas entrevistadas se referiram à antiga escola comunitária/paroquial. Observa-se também o terreno em frente, a rua sem calçamento e uma cerca fechando parte do pátio da frente e o acesso aos fundos da escola. Além disso, as árvores de cedro que ficaram na memória das brincadeiras durante o recreio das crianças (SANGALI, 2005a).



FIGURA 15 – A FACHADA DO INTERNATO DE ABRANCHES – 1911

Fonte:

Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

As instalações da escola, que embora se constituísse em um prédio alto, de alvenaria, sugerindo alguma imponência a quem o via de fora, eram bastante simples em seu interior. Com um pé-direito de aproximadamente quatro metros, não dispunha de energia elétrica, uma vez que poucos lugares em Curitiba possuíam luz elétrica nas primeiras décadas de 1900. Mas essa ausência era contornada, principalmente, pela luz natural que entrava através das janelas do prédio pelas manhãs, e durante à noite recorria-se à iluminação da luz de velas, lamparinas e lampião a querosene. As atividades no internato iniciavam-se ainda na madrugada, por volta das 4h, para orações e missa. O dia de trabalho terminava ao pôr do sol, quando todas as crianças já estavam na cama (SANGALI, 2005a).

A escola foi, portanto, construída a duras penas. Com o dinheiro escasso, a comunidade recorria a coletas durante a missa, a doações e a sorteio de rifas. Nessa ampliação, exigiu-se um gasto mais elevado para montar toda a estrutura de funcionamento da escola, até mesmo para providenciar o mobiliário adequado. Em entrevista, Irmã Matilde comentou que a cozinha era pequena no início do internato, quando precisavam "cozinhar o arroz o quanto antes e já punham uma panela por cima, uma panela 'dos guris' e outra das meninas, para não esfriar". Problema que foi, felizmente, resolvido com a ampliação do prédio, que recebeu uma cozinha bem maior (SANGALI, 2005a, p. 115). Também foi preciso adquirir um fogão maior, que

atendesse às novas necessidades do internato. Sangali (2005a, p. 115) assim relata: "Para a compra do fogão grandão, fizemos uma vaquinha, foi no aniversário da Irmã Superiora, demos uma parte do dinheiro e fomos pagando o restante com o que entrava na cantina".

Era preciso encontrar meios de garantir a manutenção da escola. Nessa perspectiva, vender lanches na cantina da escola para aqueles alunos que não os traziam de casa foi uma das maneiras que as irmãs encontraram para levantar fundos e auxiliar nas despesas. Os lanches e as guloseimas eram preparados pelas irmãs na nova cozinha e vendidos no intervalo das aulas, com valores acessíveis, que, além de alimentarem as crianças, ainda reforçavam os recursos financeiros, que eram revertidos em melhorias da própria escola.

Com o decorrer do tempo, a escola ampliava o número de alunos e era cada vez mais reconhecida pela sua importância na vida dos moradores da região. Nesse ritmo, surgiu a necessidade de a escola das irmãs vicentinas de Abranches ampliar o quadro de religiosas. Assim, Irmã Luíza, vice-visitadora da missão, regressou à Polônia para recrutar novas irmãs interessadas em trabalhar na missão paranaense. Dotada de grande carisma e sempre com vistas a melhorar as condições futuras da escola, conseguiu adeptas para dar continuidade ao trabalho. Wachowicz (2002) assinala que os representantes de outras colônias polonesas solicitavam às religiosas para que se estabelecessem também em suas respectivas regiões³⁹, pois todos desejavam dispor do mesmo modelo de ensino da Colônia Abranches por acreditarem que a educação das irmãs contribuiria não apenas para a manutenção da sua cultura étnica, mas principalmente propiciaria uma boa formação para seus filhos.

³⁹ Na época, início do século XX, foram criadas outras escolas da Congregação das Filhas da Caridade, sempre seguindo o modelo de Abranches, em um trabalho de interiorização da missão, a exemplo das missões em Irati, Paraná, e Itaiópolis, estado de Santa Catarina. O fato de tratar-se de uma escola católica agradava à maioria das colônias, com a proposta de um internato que seguia os preceitos das famílias católicas e formava futuras donas de casa. As alunas que se matriculavam no curso de educação familiar eram, sempre que se mostravam interessadas, convidadas a integrar a Congregação das Filhas da Caridade. Para Wachowicz (2002, p. 36), o curso tinha também como objetivo o recrutamento das jovens alunas. As irmãs atendiam às solicitações da comunidade polonesa na medida do possível, inicialmente estabelecendo-se em São Mateus (1908), em Thomaz Coelho (1911), e posteriormente nas províncias de Rio Claro (1912) e Prudentópolis (1917) (WACHOWICZ, 2002, p. 34). Conforme as escolas eram criadas, outras colônias localizadas no interior do estado solicitavam a fundação de uma instituição em suas regiões. Para dar conta do trabalho de ampliação da missão, as irmãs trabalhavam em um sistema de rotatividade de tarefas, o que facilitava a troca de experiência entre elas, principalmente por permitir o compartilhamento das ideias e novidades já existentes na escola da Colônia Abranches. Esse processo funcionava, portanto, como uma oportunidade de aprendizagem para as próprias irmãs, na medida em que a rotatividade as obrigava a renovar e criar novas alternativas em cada uma das escolas nas quais atuavam (FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 2004).

Para incentivar os pais a matricularem seus filhos e ampliar o quadro de alunos, uma estratégia utilizada pelas escolas das vicentinas foi publicar "reclames" nos jornais de Curitiba. Às propagandas seguiram-se publicações de teor católico na Associação Oswiata, e posteriormente no jornal *Lud*⁴⁰. Há indícios, porém, de que tais ações não tivessem como único e principal objetivo somente ampliar o número de alunos, pois os comentários feitos "boca a boca" já traziam esse resultado. As propagandas eram uma oportunidade de também manifestar o "orgulho polonês", apresentando uma escola polonesa que cultivava a polonidade exaltada na imprensa. De fato, as irmãs vicentinas souberam como usar as publicações nos jornais e periódicos da época, principalmente entre os jornais e revistas de cunho católico. Esses episódios fortaleciam a missão das Irmãs Filhas da Caridade, bem como contribuíam para expandir a missão, pois em partes atingia as colônias no sul do Brasil.

Conforme as turmas avançavam no aprendizado, a escola ampliava seu espaço físico, na medida em que o número de matrículas crescia consideravelmente. Os bons resultados obtidos pela escola repercutiam também na Polônia, o que era um incentivo para que mais Irmãs Filhas da Caridade desejassem aderir à missão no Brasil (SANGALI, 2007). A Escola São José, a paróquia de Abranches e a Sociedade de Abranches (anteriormente Comitê de Cidadãos de Abranches) estavam intrinsecamente ligadas, um tripé que sustentou a polonidade na paróquia de Abranches. Tratava-se de um esforço coletivo para manter a cultura do povo polonês e seus descendentes em território brasileiro. Embora amparadas mutuamente, a Escola São José, agora sob a direção das Irmãs Filhas da Caridade, apresentava características de uma instituição confessional, com a comunidade perdendo o poder na gestão da escola.

Com a ampliação do internato e início do curso de formação para moças, o trabalho das Irmãs Filhas da Caridade ecoa por todo o sul do país. Era um momento próspero, não restam dúvidas! No entanto, com o advento da Primeira Grande Guerra

⁴⁰ O jornal *Lud* atendeu as colônias polonesas no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos da América. O *Lud* fez parte da chamada "imprensa de imigração" que ocorreu no sul do Brasil, criada para atender às mais variadas colônias de imigrantes polonesas que se estabeleceram nessa região. Nesse segmento, foi o periódico de maior longevidade editorial. Quando perseguido pelo governo de Getúlio Vargas, entre os anos de 1940 e 1945, deixou de circular. Retornou somente em 1947, com publicação semanal e em formato bilíngue (polonês e português). Em 1989, o jornal passou a se chamar *Nowy Lud*, porém, poucos anos mais tarde, retornou ao nome original e, em 1999, encerrou suas publicações em razão do baixo número de assinantes (*Revista Polonicus*, 2015, p. 14 *apud* NAWROSKI, 2017, p. 14).

Mundial, o governo brasileiro deu início a um processo de nacionalização das escolas estrangeiras.

2.3 A PRIMEIRA TENTATIVA DE NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO

Desde o início, as aulas na Escola São José da paróquia de Abranches eram essencialmente polonesas. Disseminava-se a cultura da língua polonesa e tratava-se de conteúdos pertinentes à Polônia, próprios de sua geografia e história, do ensino de música sacra e folclóricas, apresentando os heróis da pátria distante. Além disso, no período da tarde também eram ensinados trabalhos manuais de origem polonesa, entre outras artes, sempre mantendo proximidade com a Igreja, ofertando aulas de preparação para a primeira comunhão, cantos e apresentações na missa e dias santos. Porém, com o advento da Primeira Grande Guerra, o cenário mundial era de mudanças. A eficiente organização da imigração alemã e das colônias alemãs começou a despertar no governo federal certa preocupação. Agora havia uma inquietação pelo fato de que os filhos de imigrantes continuavam a ser estrangeiros nos territórios do sul do Brasil, pois insistiam em manter a sua cultura étnica, ou seja, continuavam a ser estrangeiros dentro de território brasileiro, principalmente por preservarem a língua materna (WACHOWICZ, 1976).

A Constituição Federal do período permitia que os estados legislassem sobre o ensino. O estado do Paraná estabeleceu o Código de Ensino, de 1915, cujo Título V, Capítulo Único — Do ensino particular, instituiu a obrigatoriedade do ensino de língua portuguesa, de geografia e história do Brasil, da adoção de exercícios físicos, bem como de hinos, entre eles, o Hino do Brasil. Também regulamentava os exames finais das escolas particulares, que deveriam ser realizados perante o superintendente da Instrução Pública ou um dos delegados destacados para esse fim. Foi necessário cumprir as exigências do Código de Ensino, pois só assim os alunos das escolas particulares poderiam equiparar-se aos alunos das escolas públicas. A legislação deixava claro que, caso a escola não se submetesse às exigências das autoridades brasileiras, ela poderia ser fechada (PARANÁ, 1915, p. 41).

Até 1917, a inspeção nas escolas particulares por parte do governo do Paraná era praticamente inexistente. No máximo, as autoridades do governo compareciam aos almoços oferecidos às autoridades eclesiásticas na escola das Irmãs Filhas da Caridade e às festas da paróquia de Abranches, e desde 1906 integravam a banca de

exame final. Com a exigência do Código de Ensino Estadual, em 1917, teve início o bilinguismo na Escola Polonesa São José, uma vez que o ensino da língua portuguesa agora era obrigatório. Em Abranches, a língua falada continuou sendo a polonesa, e o português passou a ser a segunda língua. Na concepção da escola, ela cumpria as exigências da lei, por isso a língua oficial dentro da instituição continuou a ser a polonesa.

A mudança de postura do governo começou com inspeções sistemáticas às escolas. De acordo com Renk (2004), em vários momentos os inspetores da educação, a serviço do governo estadual, fizeram várias incursões pelas escolas étnicas a fim de as notificarem quanto ao desrespeito à legislação que obrigava o ensino da língua portuguesa. Os jornais faziam alarde com relação à nacionalização das escolas no Brasil, o que criava certa tensão. Temendo represálias, as Irmãs Filhas da Caridade decidiram estudar com maior interesse e dedicação a língua portuguesa, receosas de sofrer algum tipo de ação que pudesse interromper a missão no Brasil, um sentimento que aos poucos foi tomando vulto. Por fim, em 1920, o governo brasileiro instituiu a Lei nº 2005, que exigia dos professores estrangeiros o ensino da língua portuguesa (WACHOWICZ, 1970a, p. 37-38).

Para demonstrar que o ensino utilizado na escola estava em conformidade com a lei e receber a aprovação dos inspetores, a estratégia utilizada pelas irmãs foi encobrir o improvável uso do polonês nas salas de aula como primeira língua e ao mesmo tempo demonstrar que a escola de Abranches cumpria os requisitos para equiparar-se a uma escola nacional, com aulas ministradas na língua vernácula. A situação satisfazia as exigências dos inspetores de ensino, uma vez que a escola se esforçava em ensinar o português.

Na prática, a escola continuava a ser uma escola polonesa. O governo sabia que em um curto espaço de tempo não seria possível implementar mudanças significativas para efetivar o ensino do português como a primeira língua nas escolas, assim a aplicação se fez somente para efeitos de inspeção, diante da necessidade de comprovar a adoção, pela escola, dos requisitos impostos pela lei. Os próprios inspetores afirmavam que era impossível recriminar o colono polonês por alfabetizar as crianças em sua língua de origem. Ao menos ele conseguia proporcionar aos filhos o acesso às primeiras luzes do saber. Então havia uma inspeção, porém por pura formalidade, até mesmo porque a oferta de escolas públicas para a população era por

si só caótica, como atestou o próprio inspetor César Prieto Martinez, citado por Wachowicz:

O estado lamentável do nosso aparelho escolar [...]: Por toda parte irregularidades sem conta: escolas fechadas, outras abandonadas há muitos meses; frequência diminuta, professores ausentes substituídos por pessoas da família ou gente alugada; salas de aulas sem conforto algum; mobiliário impróprio ou em absoluta falta; regime de trabalho incompatível com o ensino, nem horário, nem programa — a leitura, única matéria lecionada e com imperfeições, aos poucos dos já escassos frequentadores (WACHOWICZ, 1970b, p. 38).

Nesse contexto, o governador Afonso Camargo decidiu enfrentar o problema da nacionalização do ensino, até então prevista para a cadeira de língua portuguesa. Agora o governo exigia que todas as disciplinas fossem ofertadas na língua vernácula e, dessa maneira, a língua portuguesa, considerada a segunda língua nas escolas, era o único idioma aceito para o ensino dentro da escola. Nessa perspectiva, o deputado governista Hugo Simas apresentou um projeto de lei que visava à nacionalização das escolas paranaenses, determinando que as instituições que não cumprissem a lei fossem fechadas (WACHOWICZ, 1970b).

Em síntese, conforme assinala Wachowicz (1970b), o projeto de lei assim determinava as modificações a serem feitas nas escolas polonesas:

- a Nenhuma escola particular poderia funcionar sem a prévia autorização e aprovação dos seus programas de ensino pelo Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública;
- b Seria obrigatório o uso da língua portuguesa em todas as cadeiras que o governo determinasse;
- c Cabia à Secretária do Interior, Justiça e Instrução Pública verificar o conhecimento do português por parte dos professores estrangeiros. (WACHOWICZ, 1970b, p. 40).

Todavia, fosse nos espaços de convívio na colônia, dentro ou fora da escola, ou nas colônias vizinhas, segundo Padre Biernaski (2018), os colonos continuaram a falar como sempre falaram. Eles se sentiam em uma colônia polonesa, e a sua escola também era polonesa, e poucas mudanças foram notadas. Para as irmãs, ficava claro que com as exigências legais de que as aulas fossem ministradas na língua vernácula, era preciso que, além de as irmãs professoras falarem bem o português, estivessem aptas para uma metodologia do ensino da língua portuguesa. Os representantes das escolas polonesas obtiveram do governo estadual o prazo de um ano para preparar

seus professores, depois teriam de comprovar sua proficiência no ensino de português mediante exames a serem prestados nas autoridades legalmente constituídas.

Segundo afirma Sangali (2005a), as Irmãs Filhas da Caridade sempre participaram dos cursos de formação oferecidos para que tivessem acesso às novas metodologias. De imediato, buscaram se qualificar, pois não queriam correr o risco de ver a sua escola fechada. Nessa busca de adequação, de modo geral nem todos os professores tiveram facilidade em aprender a língua portuguesa, e os cursos das associações e seus materiais didáticos fizeram toda a diferença. Para se atualizar, as Irmãs Filhas da Caridade submeteram-se a cursos preparatórios oferecidos pelo governo brasileiro a professores estrangeiros, que deveriam cumprir todas as determinações, principalmente aquela relacionada à fluência na língua portuguesa.

Outra contribuição para o processo de nacionalização das escolas polonesas foi estabelecida por meio das associações. A União dos Democratas Poloneses, conhecida pelo nome Kultura, foi criada durante a Primeira Guerra Mundial pelo cônsul polonês em Curitiba, Casimiro Gluchowski, com o intuito de auxiliar na reestruturação da Polônia. Mais tarde foi reformulada e renomeada como União das Sociedades Kultura, uma organização que tinha como objetivo contribuir para a estruturação das escolas polonesas do Brasil. De seus desdobramentos surgiu a União dos Professores das Escolas Polonesas Particulares, com a finalidade de melhorar o nível cultural e profissional dos professores (Gluchowski, 1927, p. 189 *apud* SANGALI, 2007, p. 22). Os padres vicentinos da Congregação da Missão opuseram-se à Kultura e criaram a Associação Oswiata, a União das Sociedades e o Círculo de Professores Cristãos das Escolas Polonesas (WACHOWICZ, 1970b, p. 48).

As duas associações se diferenciavam pela imposição do ensino de religião em seus currículos. A Kultura era progressista, e a Oswiata era clerical. Iniciou-se uma disputa que, segundo Padre Biernaski (2017), foi salutar para os poloneses, pois, com o orgulho exacerbado, cada qual ao seu tempo buscava fazer o melhor. Em alguns momentos conseguiam congregar-se e lançavam-se em empreitadas nos mais longínquos confins para fundar escolas polonesas. Com uma oferta maior de escolas, aumentava também o número de alunos. Também o material didático foi aprimorado e as condições dos professores melhoravam, pois ambas as sociedades organizavam cursos de atualização docente. Wachowicz (2002) trata desse tema com propriedade, sendo um dos teóricos mais renomados na questão da educação dos poloneses.

Nesse contexto, é importante frisar, a defesa da polonidade foi um ato de resistência organizada, quando o imigrante polonês não perdeu o seu modo de viver, contrapondo-se às exigências governamentais de nacionalização dos estrangeiros, mas criando estratégias para se adequar e manter funcionando suas instituições escolares. Importante também observar que passada a guerra, em 1918, a nacionalização enfraqueceu a polonidade, com a imprensa polonesa constituindo-se em um espaço de luta, principalmente com contribuições de Padre Góral à frente do jornal Lud.

Padre Góral⁴¹, em 1920, foi destacado para ser vigário da paróquia de Abranches e assumiu conjuntamente a tarefa de coordenar a imprensa polonesa. Tornou-se o redator do jornal Lud, cujo significado é "Povo". A publicação foi criada como um jornal quinzenal, em língua polonesa, com o objetivo de ser um periódico de variedades e manter informados os imigrantes polacos sobre assuntos sociopolíticos de sua terra natal. Segundo Padre Biernaski (2003), com Góral deu-se início à "boa imprensa". Na tarefa de levar informações aos imigrantes poloneses no Brasil, a congregação vicentina adquiriu os tipos e a máquina de impressão, com Padre Góral sendo redator do jornal *Lud*, redigindo seu primeiro número em 1920. O desafio era opor-se à onda anticlerical do hebdomadário *Polak W Brazylii*, "O Polonês no Brasil", jornal anticlerical em circulação.

Outra publicação importante no período foi o Przyjaciel Rodziny, "O Amigo da Família", de 1921. Tratava-se de uma revista mensal que circulou até 1933. Sua criação foi uma promessa dos superiores da Igreja, em acordo com o governo paranaense, para fortalecer os colonos e, consequentemente, o estabelecimento das colônias no Paraná. O trabalho de Padre Góral na imprensa dos poloneses contribuiu para a organização da Associação Oswiata. Em sua extensa biografia⁴², destaca-se sua pesquisa quanto à metodologia de ensino da língua portuguesa por parte dos

⁴¹ Nascido em Pelplin, em 1873, foi seminarista em Cracóvia, onde emitiu seus votos religiosos, recebeu os ministérios e a ordenação presbiteral em 1899. No início de seu ministério, foi professor nas escolas de Cracóvia, também nessa cidade se dedicando aos enfermos, além de atuar nessa frente na cidade de Lwów. Foi um dos primeiros missionários a acompanhar emigrantes poloneses, levando assistência espiritual e apoio moral pela Europa. Suas andanças por países vizinhos, como Dinamarca, Bélgica e França, deram-lhe forças para apresentar-se como voluntário e seguir para o Brasil. Chegou por aqui em 1911, iniciou seu apostolado em Massaranduba, Santa Catarina, seguindo posteriormente para a comunidade de Rio Vermelho.

⁴² Recebeu como homenagem póstuma o seu nome na rua do Colégio Vicentino São José, Rua Padre Góral, uma justa homenagem dos paroquianos ao seu trabalho pela paróquia de Abranches, como também de todos os seus leitores de livros e jornais (FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 2004).

poloneses. Ao perceber a dificuldade dos colonos em aprender a língua falada no Brasil, Padre Góral elaborou um dicionário polonês-português, que era distribuído com o jornal *Lud* – os suplementos formavam uma coleção que ao final permitia a cada colono que adquirisse os exemplares ter seu próprio dicionário polono-brasileiro (BIERNASKI, 2018).

A normatização entre as escolas polonesas, agora regulamentada pela Lei de Nacionalização, disponibilizava apenas duas opções: ou os professores prestavam os exames comprovando que dominavam a língua vernácula ou fechavam as portas. Nessa perspectiva, para continuar com a missão as irmãs e demais professores das escolas polonesas de Curitiba e arredores passaram por um processo de preparação que contou com o apoio das sociedades e organizações culturais polonesas. Segundo Wachowicz (1970b), em 1923 foi organizado um curso preparatório para professores poloneses, sob a orientação oficial do professor Nicéfaro Modesto Falarz, quando 56 professores, após exames, receberam autorização para lecionar as cadeiras de português, história do Brasil e corografia⁴³ do Brasil, dos quais 19 eram religiosas e 37, leigos (WACHOWICZ, 1970b, p. 44).

O inspetor Martinez assim descreveu, em 1924, a situação da Escola Polonesa São José, conforme destaca Wachowicz:

[...] pouco adiante, em torno da igreja, o colégio mantido pelas religiosas. Os alunos se dividem em duas turmas: externos e internos. Pouco paga o colono por essa educação proporcionada aos filhos: 1\$50 mensais pelos primeiros, e 15\$, 20\$, e 25\$ pelos segundos [sic]. Dentro do colégio a criança está dentro da própria Polônia. Dir-se-ia que até o céu e ares são poloneses, tal o ambiente moral que ali se respira. É deveras notável o esforço dessas irmãs para manterem com tanto asseio, ordem e arte o seu colégio no meio de arvoredos e de flores [...]. As crianças aprendem a ler, a contar, a escrever e a rezar (WACHOWICZ, 1970b, p. 45).

Ainda em suas análises, o inspetor Martinez relata que aos poucos era possível se perceber uma acentuada mudança no ensino das instituições polonesas. Todavia, muitas outras escolas polonesas foram fechadas por não seguirem as regras de nacionalização do ensino impostas pelo governo. Na Escola São José, as religiosas empenhavam-se em aprender a língua portuguesa, recomendando aos alunos a leitura de livros de autores nacionais, os hinos patrióticos brasileiros começam a ser cantados e a bandeira brasileira a ser hasteada (WACHOWICZ, 1970b, p. 46). As

⁴³ Uma especialidade da geografia, principalmente nos séculos XVIII e XIX, que se dedicava à descrição de uma região ou de uma parte do território.

aulas passaram a ser ministradas na língua vernácula, conforme exigia a lei, e a escola obteve permissão de ensinar a língua polonesa, desde que as aulas fossem ofertadas somente no período da tarde. Assim, o polonês tornou-se, gradualmente, a segunda língua utilizada na escola.

Com todas as mudanças no currículo, ainda sob o olhar desconfiado do governo para com as escolas particulares organizadas por estrangeiros, e apesar de todos os problemas econômicos resultantes da Primeira Grande Guerra, o internato de Abranches, como era mais conhecido, aumentava sua demanda por vagas. E assim mais uma ampliação se fez necessária. Para conseguir levantar fundos, a comunidade contribuía com doações. O Padre Góral era constantemente cobrado pela comunidade e de certa maneira pressionado pelas irmãs, pois estavam sempre dispostas a "puxar" uma novena pedindo a intercessão de São José para que algum milagre acontecesse. E o milagre acontecia: disposição para planejamento, trabalhos voluntários e dedicação de todos. Assim a escola foi crescendo em tamanho e ânimo.

2.4 A CAMPANHA COMPULSÓRIA DE NACIONALIZAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO

Na primeira metade do século XX, o mundo viveu o advento de conflitos globais que envolveram vários países, e os danos resultantes das duas grandes guerras mundiais atingiram o mundo de todas as maneiras. Na ocasião desses confrontos, cada país se pronunciou e tomou partido do lado que lhe seria mais conveniente, e no Brasil não foi diferente. Embora com uma postura favorável à ditadura, o presidente Getúlio Vargas posicionou-se a favor dos países que defendiam a democracia mundial. O grupo dos Aliados foi representado e liderado pelos Estados Unidos, Inglaterra, França e Rússia. Posteriormente, com a vitória dos Aliados, o mundo passou a defender o Estado democrático.

Durante o período dos grandes conflitos, o governo brasileiro voltou sua atenção para os problemas internos, em especial com preocupação em relação aos estrangeiros, imigrantes e filhos de imigrantes que aqui estavam e mantinham seus costumes, sua cultura e sua língua. Com um expressivo número de habitantes, as excolônias de imigrantes, principalmente no sul do país, não podiam ser ignoradas, destacando-se colônias de alemães, eslavos, italianos, japoneses e russos domiciliados no Brasil. Ter a cidadania brasileira não os isentava de serem vistos

como estrangeiros, pois a conduta, o sotaque e o modo de ser determinavam a sua origem, independentemente de possuir um documento de nacionalidade.

Nesse contexto armado, imigrantes passaram a ser vigiados também pela população brasileira. Havia o receio de que aqueles, estimulados pelos conflitos mundiais, provocassem um motim, despertado pelo patriotismo acalorado. Assim, as pessoas, antes e durante a Segunda Guerra Mundial, conviviam com o chamado "perigo germânico", quando maior parte da população local não distinguia a língua alemã de qualquer outra língua que a ela se assemelhasse, acreditando que estes poderiam ser potenciais inimigos instalando-se em território brasileiro.

De fato, as colônias polonesas cultuavam sua pátria de origem, o que desagradava tanto ao governo brasileiro quanto à própria população nacional. Os costumes poloneses eram preservados no cotidiano desses imigrantes, como rezar em sua língua de origem. O padre pregava as liturgias em latim e o sermão em polonês; nas conversas entre eles e nas comemorações sociais e culturais, cantavam e reverenciavam a Polônia. O hino nacional polonês era ensinado nas escolas e a bandeira polonesa era hasteada ao lado da bandeira brasileira. As crianças aprendiam a ler e escrever na língua polonesa, estudavam os pontos geográficos e os heróis da Polônia. Além disso, todas as publicações dirigidas aos imigrantes e seus descendentes eram redigidas em polonês. Esses comportamentos eram reproduzidos em outras colônias de imigrantes, como as eslavas, ucranianas e aquelas constituídas por outros grupos étnicos, como os alemães, italianos e japoneses, instalados décadas antes no estado do Paraná.

Desde 1930, a política nacional visava impor uma educação nacional, de acordo com o Plano Nacional de Educação. A proposta ia além de alfabetizar em língua vernácula, uma vez que era preciso formar o caráter das novas gerações em uma luta contra inimigos internos e externos. Uma das propostas consistiu na publicação do jornal escolar, principalmente entre 1940 e 1942⁴⁴, que consistia em um

⁴⁴ Na Sala da Memória do Colégio Vicentino São José estão arquivados alguns exemplares que foram publicadas no Paraná. Em Curitiba, citam-se aqui alguns dos periódicos encontrados: *O Cajuru*, do Ginásio Nossa Senhora de Lourdes; *O D. Pedro II*, do Grupo Escolar D. Pedro II; *O Ateneu*, do Ginásio Novo Ateneu e Cenáculo Rui Barbosa; *Vozes do Bom Jesús*, do Colégio Bom Jesús; *Dezenove de Dezembro*, do Grupo Escolar 19 de Dezembro; *Presente*, do Grupo Escolar das Mercês. No interior, apresentam-se para a cidade de Ponta Grossa: *A Voz do Liceu dos Campos*, do Liceu do Campos; *A Voz do Operário*, do Grupo Escolar Noturno para Operários; *Alvorada*, do Grupo Escolar Dr. Colares. Em Palmas, citam-se: *O Colegial*, do Colégio Diocesana; *Auri-Verde*, do Grupo Escolar Domingos Soares. De Joaquim Távora, constam: *Voz Escolar*, do Grêmio Literário Olavo Bilac. De Cerro Azul, encontrou-se o jornal *O Cerro-Azulense*, Grupo Escolar de Cerro Azul, e, por fim, *Folha do Iapó*, do Grupo Escolar Vicente Machado, da cidade de Castro. Do litoral, apresenta-se *Casmurrinho*, do Grupo

material obrigatoriamente elaborado pelas escolas. Por meio de uma cartilha, a meta proposta era forjar a mente de toda a população, inculcando a ideologia do Estado Novo, exaltando a pessoa de Getúlio Vargas.

Na Figura 16, apresenta-se o jornal *O Farolzinho*, uma publicação das Filhas da Caridade em obediência ao Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas. *O Farolzinho*, jornal elaborado pela Escola São José, em Abranches, foi distribuído para a Escola Nossa Senhora das Mercês, no bairro das Mercês, em Curitiba, e ao Colégio Santa Sofia, na cidade de Prudentópolis. Em sua ideologia, a cartilha deveria exaltar a figura de Getúlio Vargas e sua política, uma vez que na visão de sua equipe de governo as crianças eram mais suscetíveis de inculcação ideológica, servindo de instrumento de difusão de ideias dentro do lar (LOPES, 2017, p. 56).



FIGURA 16 - O FAROLZINHO

Fonte:

Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

No entendimento do governo federal, era preciso mudar a conduta dos estrangeiros e de seus descendentes, que permaneciam no Brasil vivendo como se

Escolar Faria Sobrinho. Em comum, todos exaltam a política de Getúlio Vargas e sua pessoa, bem como exibem fotos e a bandeira brasileira.

fossem estrangeiros. Que os imigrantes não reconhecessem o Brasil, de fato, como sua verdadeira pátria incomodava parte da população brasileira, que via nessa situação não somente uma ameaça, mas também um desprezo por parte desses grupos. Na percepção de muitos, os poloneses foram favorecidos pelo governo brasileiro e, passadas poucas gerações, tinham conseguido se estabelecer, eram proprietários de terras e alguns gozavam de boas condições financeiras, ostentando posições sociais em seus clubes e até mesmo viajavam constantemente para seu país de origem (WACHOWICZ, 1970b).

De acordo com Wachowicz (1970b), as tendências nacionalizadoras das autoridades que frequentemente se manifestavam por meio da imprensa também estimulavam críticas e ataques violentos contra as escolas de estrangeiros no país. A ameaça de deflagração de uma segunda guerra reforçou ainda mais o nacionalismo, e a presença de comunidades estrangeiras organizadas no território brasileiro era motivo de inquietações. Sobretudo as comunidades germânicas e italianas, na época dependentes de regimes como o nazismo e o fascismo. O contato entre as comunidades e esses governos deixou as autoridades brasileiras alerta, surgindo a tese do "perigo germânico", que se traduzia como uma ameaça. Mediante essa compreensão, muitos imigrantes que aqui estavam já estabilizados passaram a ser vistos com desconfiança por parte dos brasileiros.

Tal situação favoreceu a disseminação da ideia de que todos os imigrantes poderiam aceitar o mesmo posicionamento de guerra, apoiando Hitler e o nazismo, e fazer aqui ressurgir uma nova Alemanha, Polônia ou Rússia, pois acreditava-se que, juntos, essa população de imigrantes poderia insurgir contra o governo brasileiro. Decidido a conter qualquer forma de anarquismo, o governo brasileiro rapidamente começou a atuar contra as lideranças e instituições germânicas, italianas e, por extensão, também polonesas (WACHOWICZ, 1970b, p. 91).

As autoridades brasileiras preocuparam-se principalmente com a manutenção da educação dos jovens descendentes de estrangeiros em sua língua pátria; com a Igreja, pela persistência em manter tanto a liturgia quanto os sermões proferidos no idioma de origem; e, ainda, com a imprensa, uma vez que as publicações, fossem em alemão, polonês, russo ou italiano, insistiam em trazer notícias da pátria mãe, como se aqui fosse uma extensão de seus países de origem. Nesse cenário, surgiam cada vez mais solicitações, seguidas de decretos e inspeções dos governos estaduais para coibir manifestações estrangeiras. Contudo, tais ações não intimidavam os imigrantes

e, ao contrário, pareciam reforçar o nacionalismo dessas pessoas, que carregavam suas bandeiras e reclamavam dos serviços, sempre apoiadas no patriotismo de sua terra de origem (BIERNASKI, 2017).

Entre as determinações instituídas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná no ano de 1938, publicada pelo Decreto Federal nº 383, de 18 de abril, foi vedado aos estrangeiros encontrarem-se para exercer qualquer atividade política, com proibição de organizarem-se em sociedades, fundações, clubes ou estabelecimento político. Ainda se institui a proibição de homenagens a bandeiras estrangeiras e publicações que não fossem em língua nacional. As escolas eram agora obrigadas a ministrar aulas em língua nacional, bem como ficou proibido o ensino de língua estrangeira. As igrejas também foram afetadas pelo decreto, quando os sermões em língua estrangeira passaram a ser proibidos (Anexo I).

Em cumprimento a esse decreto, as associações estrangeiras formalizaram suas instituições sociais, fossem como associações ou clubes, colocando-se como entidades regularmente organizadas conforme as leis brasileiras. Todas as organizações que não se enquadraram foram fechadas pelas autoridades policiais.

As igrejas tornaram-se alvo de diversos embates nos jornais paranaenses. A situação agravava-se com as missas sendo celebradas ainda em polonês, uma vez que em português muitos fiéis não entenderiam. Os padres poloneses foram resistentes em se adequar à legislação, pois na concepção deles os poloneses estavam sendo penalizados duas vezes: pela Grande Guerra e pelo governo brasileiro.

Outro documento, assinado pelo major Bandeira Moreira, do Estado Maior da 5ª Região Militar, tratou da campanha de nacionalização nos estados da Região Sul do Brasil, no qual, em especial, questiona-se a postura dos padres poloneses quanto ao seu patriotismo. Nele, a discussão gira em torno da insistência de os eclesiásticos em realizar as pregações em polonês, salientando que essa persistência em desobedecer à lei brasileira na questão do idioma se devia ao fato de não terem eles ainda adotado efetivamente o Brasil como pátria. Entre os argumentos que o major utiliza no mencionado documento, evidencia-se uma citação dos artigos nos quais determinados padres defendem a fé dos poloneses, ressaltando algumas observações:

1ª – Ao Padre José Joaquim Góral, vigário da freguesia de Abranches, município de Curitiba, que publicou em 1932 um artigo sobre a *Polonidade*, na *Polacy Zagranica*, órgão da União Mundial dos Polacos no Exterior e que é uma organização oficial mantida pelo governo da Polônia, em Varsóvia. Nesse artigo, destaca-se a seguinte frase sugestiva e que constituem para eles como um verdadeiro programa: *Entretanto as igrejas polacas, as escolas, as sociedades polacas são fortalezas invencíveis da Polonidade* (p. 20 do nº 3 – de março/abril de 1932).

2a – O segundo artigo citado é do Bispo Dr. Theodor Kubina, de Czestochowa, Polônia, que quando visitou o Brasil, em 1935, publicou no mesmo ano um livro sobre polonidade dos brasileiros natos e descendentes de polacos, que não assimilaram ao nosso meio, aditando em língua polonesa, sob a denominação de Milagres da Fé e da Polonidade: nesse livro, o referido Bispo Dr. Kubina reconhece como obra meritória dos padres poloneses o terem evitado que os brasileiros natos de origem polaca se tenham assimilado, reconhecendo ainda que na nossa Pátria não há mais polacos e sim descendentes de polacos. E é bem característica a seguinte expressão que desse livro ressalta: Dos primeiros pioneiros, que, ainda nasceram na Polônia e que iniciaram estas obras, vive apenas um pequeno punhado, mas o seu grande espírito de fé e o espírito de polonidade passou para as jovens gerações. Os mais jovens já pertencem a terceira e a quarta geração, entretanto, falam quase que cristalina e corretamente o polaco e, contanto nunca tenham visto a Polônia, amam-na e orgulham-se de serem polacos (ARQUIVO LUD, 1938, grifos da autora).

Como visto, em seus discursos, as autoridades brasileiras acreditavam que os colonos não poderiam ser brasileiros de fato se os padres continuassem insistindo em usar a língua polonesa como extensão da "fé polonesa", salientando que esse seria um dos empecilhos para que os descendentes dos poloneses se tornassem verdadeiramente brasileiros. Diante disso. as autoridades chamaram responsabilidade os padres, mencionando sua indisciplina ao não atenderem às normas impostas, quando se negavam a utilizar a língua vernácula durante o sermão, embora a missa em latim ainda fosse permitida, pois fazia parte da tradição litúrgica da Igreja Católica. Por fim, o documento afirma que o padre polaco, no Brasil, atuava como um mero instrumento do governo polonês, ao obrigar os descendentes poloneses a reconhecerem somente a Polônia como sua verdadeira pátria e por ela trabalharem. Esse sentimento constituía, portanto, um perigo a ser combatido, fosse nas igrejas ou nas escolas, como também nas publicações dos jornais de língua estrangeira (ARQUIVO LUD, 1938).

Ao se dimensionar os fatos relativos à nacionalização compulsória por meio da adoção da língua portuguesa, ocorridos na sociedade paranaense entre os anos de 1927 e 1938, ampliam-se as perspectivas quando se analisam ambos os lados. Entre os envolvidos, apresentam-se o governo estadual, a imprensa da sociedade curitibana e a da colônias dos imigrantes e seus descendentes, a Igreja, as escolas dos

imigrantes e seus descendentes, bem como as organizações dos agricultores, que também se lançaram na defesa de seus interesses. De fato, com base na leitura dos vários documentos analisados, percebem-se as seguintes distinções: de um lado, uma campanha de nacionalização partindo do governo federal e estendendo-se para os estados e municípios, em uma disputa de território na qual buscava estabelecer, em definitivo, a bandeira Nacional e a bandeira do estado, na medida em que interferiu diretamente no funcionamento e na estrutura das organizações ditas "estrangeiras"; e, de outro lado, as entidades mantidas por imigrantes e seus descendentes, ainda guardando vínculos com a pátria de origem, principalmente a língua.

Todos os estrangeiros e suas culturas diversas eram agora vistos como um inimigo em comum, morando e apropriando-se do Brasil. Nas reportagens analisadas, percebe-se um nacionalismo exacerbado de ambos os lados, em um cenário no qual apenas um era detentor de poder, estando em sua própria casa, o que por si só já o fazia vencedor nessa disputa. Os jornais registraram como se deu o desenrolar dessa contenda nos meandros da política, que fora então acompanhada pela população. Na leitura do jornal *Gazeta do Povo* (1938), foi registrada uma disputa entre uma associação de professores polacos e o comandante general Meira de Vasconcelos, da 5ª Região Militar, representando a autoridade do governo do estado do Paraná. Trata-se de uma carta do comandante que, segundo o editor do jornal, "vale por uma brilhante página de civismo".

Intitulada "Os estrangeiros e a Campanha da Educação Nacional", a publicação cita o memorial endereçado ao comandante da 5ª Região Militar, escrito pela ex-Associação dos Professores das Escolas Polonesas do Brasil. O texto foi dirigido ao general Meira de Vasconcelos no intuito de questionar os meios de ação e a legitimidade da ordem judicial de fechamento da Associação dos Professores Poloneses (*GAZETA DO POVO*, 1938, p. 8).

Segundo os professores, de acordo com seus estatutos, a ex-associação tinha como finalidade congregar os professores particulares; defendê-los e garanti-los materialmente, principalmente os inválidos do serviço profissional; melhorar a situação financeira do professorado; manter cursos de aperfeiçoamento e elaborar programas para as escolas, entre outros objetivos. O autor da matéria destaca que, em seu regimento, a ex-Associação dos Professores Poloneses declarava não ter por objetivo qualquer ação que de alguma forma pudesse ferir os interesses do Brasil, pois tratase de uma instituição que visava auxiliar os poderes públicos, na medida em que o

funcionamento das escolas particulares era assegurado pelas leis em vigor (*GAZETA DO POVO*, 1938, p. 8).

A imposição da língua não era uma novidade para o povo polonês. Embora vivendo no Brasil, algumas famílias de imigrantes poloneses ainda guardavam mágoas pelas dificuldades que seus ascendentes haviam enfrentado em um passado distante. Mesmo depois de anos, muitos ainda se ressentiam dos povos invasores, havia uma memória coletiva de quando o povo polonês foi obrigado a viver em uma Polônia invadida, quando foram obrigados a abandonar a sua escola polonesa em virtude da cultura alemã que lhes fora imposta. Foi a "fé polonesa" que os moveu em uma odisseia transoceânica. E, passadas algumas décadas, encontravam-se novamente envolvidos na questão da língua. Eram tempos difíceis, principalmente para as colônias mais distantes da capital. As inspeções novamente rondavam as escolas, as discussões se davam por meio de jornais, nas rodas de conversas e na porta das escolas. No entanto, o orgulho polonês se mantinha, até porque eram conscientes de que o governo paranaense sabia do valor e da importância do seu trabalho (BIERNASKI, 2017).

Na mencionada publicação do jornal *Gazeta do Povo* (1938), segue-se um pequeno histórico da emigração polonesa que embalava a conversas:

A emigração no Brasil, mesmo a mais remota, trouxe consigo os melhores sentimentos para expressá-los no altar da nova Pátria, que a recebeu acolhedoramente e soube relevar o mérito desse elemento essencialmente trabalhador, ordeiro e honesto (*GAZETA DO POVO*, 1938, p. 8)⁴⁵.

O texto prossegue exaltando os colonos, destacando que desde sua chegada haviam trabalhado duramente para se manter, mencionando que as necessidades desses homens e mulheres não foram somente "materiais", mas também "morais e espirituais", que foram sanadas mediante esforço próprio, pois o apoio governamental fora escasso. Ressalta, ainda, que havendo quase absoluta ausência de escolas públicas na província, o colono procurou minorar essa escassez criando associações para poder construir prédios escolares e manter um professor. E tal esforço não fora em vão, pois a porcentagem de analfabetismo nas colônias, após essas iniciativas,

.

⁴⁵ Na pasta localizada nos Arquivos Históricos do *Lud*, intitulada "Nacionalização da Educação", existem vários recortes de jornais que lá se encontram sem, no entanto, apresentar maiores detalhes, como data e número de edição. O ano foi indicado na fonte por se tratar de assunto atual das informações da própria publicação.

era mínima. A publicação também destaca que os alunos recebiam orientações em português, seguindo a legislação brasileira, e um conhecimento rudimentar da língua de origem apenas como atividade extraclasse (*GAZETA DO POVO*, 1938, p. 8).

Em entrevista, Padre Biernaski (2018) menciona o tema "necessidades materiais" e frisa que o polonês conquistou no Paraná o tão sonhado pedaço de terra, que fora pago com seu trabalho, quando muitas estradas foram abertas por mãos polonesas, sem contar que a transformação de florestas fechadas em campos cultivados foi possível graças à utilização da tecnologia de que esses imigrantes eram conhecedores. Ações suficientes para modificar a paisagem do Paraná. Fazer a América foi um sonho que custou muito trabalho, mas que se tornou real. Todavia, quando o governo abordava as necessidades morais e espirituais, tocava em um assunto delicado, que envolvia questões emocionais relacionadas à tradição de seus antepassados e da sua cultura europeia. E uma maneira de manter vivas essas memórias era por meio da escola, pois consideravam ensinar polonês aos seus filhos fundamental, e foi a Igreja polonesa que em suas peculiaridades deu ao colono estabelecido no Brasil a força espiritual para seguir em frente.

Ainda no artigo publicado pelo jornal *Gazeta do Povo*, em especial, a exassociação de professores relata a ausência de atendimento em relação às diversas modalidades de interesse coletivo, cujas finalidades encontravam-se descritas no estatuto da instituição. O texto trata a associação como uma instituição de caráter privado, porém sua ação era de interesse público, uma vez que os professores contribuíam com o Estado na campanha contra o analfabetismo. Afirma ainda que, graças à ex-associação, os professores saíram de um estado de trabalho precário, sem garantias e sem possibilidades de melhorar de vida para, após anos, a comunidade contar com professores devidamente diplomados e habilitados no magistério primário, e com escolas registradas no departamento competente do Estado, tudo de acordo com as leis vigentes que regiam a matéria do ensino particular.

Ao texto, segue-se um abaixo-assinado argumentando que as escolas dos professores poloneses, então organizados pela ex-associação, não se constituíam em uma ação nociva ou indesejável, sugerindo ser necessário investigações mais acuradas antes de se trancar uma escola. Defendia-se que o fechamento das escolas que dispendiam esforços efetivos em prol da educação do povo seria prejudicial. No estado do Paraná, somente vinte e seis por cento das crianças podiam usufruir os benefícios da educação escolar, conforme demonstrava a estatística oficial, e essa

condição não era vista como justa pelos professores poloneses organizados pela associação. Assinaram o documento o presidente da ex-Associação dos Professores Poloneses, Waldomiro Radimski, e Educardo Czerwonka, da extinta *Zrseszenie Nauczycielstwa szkol Polskick w Braziiji* (Associação dos Professores das Escolas Polacas do Brasil) (*GAZETA DO POVO*, 1938, p. 8).

Havia anos que a condição de as escolas particulares não ministrarem aula em idioma estrangeiro estava pronunciada, porém antes não houve perseguições, e somente em 1938 foi que a questão se tornou mais tensa. Segundo o Decreto nº 710, de 18 de outubro de 1915, já se tratava da obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa em todas as escolas particulares, e estava proibido receber favor dos estados e municípios, bem como o descumprimento dos preceitos de lei, de subordinação, higiene e moral. As escolas deveriam seguir o programa oficial, prestar os exames na presença de delegados ou inspetores escolares, além de manter o superintendente informado das ações, matrículas, informações sobre os professores e a obrigatoriedade de estes ensinarem a teoria e a prática da língua portuguesa, normas que ao serem descumpridas seriam suficientes para o fechamento da escola (PARANÁ, 1915).

Em resposta à publicação, o comandante-geral, general Meira de Vasconcelos, esclarece que não era de sua competência o fechamento da ex-associação, mas sim do governo do estado do Paraná. Mesmo assim, diante dos fatos relatados, aproveita a oportunidade para reforçar que, de acordo com as leis brasileiras, os filhos de estrangeiros nascidos em nosso país são brasileiros. E, como tal, deveriam ser educados em língua nacional, à exceção daqueles cujos pais se encontravam aqui a serviço oficial de suas pátrias. O general prossegue com o discurso nacionalista da época, assinalando ainda:

O Brasil, sendo um país em formação, não só precisa dos braços civilizadores das correntes imigratórias estrangeiras, como acolhe fraternamente todos aqueles que honestamente procuram a fertilidade de nosso imenso território, desejando que todos os mesmos elejam nossa Pátria como sua e exigindo que sua prole lhe seja consagrada. Ora, o que observamos, sem ver na sua totalidade espírito preconcebido, é que os lares estrangeiros oportunizam a seus filhinhos, na primeira infância, uma educação que não a nacional, com o aprendizado de uma língua que não a vernácula, com a prática de costumes que não os nossos, com o imbuir de uma mentalidade que não a brasileira (*GAZETA DO POVO*, 1938, p. 8).

Nessa perspectiva, o general destaca que os estrangeiros que lançavam mão de tal expediente, não oportunizando a seus filhos tornarem-se genuinamente brasileiros, a falarem o português, incorriam em uma ação desnacionalizadora, embora muitas vezes inconsciente. Questiona o que seria de um povo sem fibra e virilidade, caso essa ação se processasse no decorrer da segunda infância e na adolescência, a ponto de na maturidade tornassem-se brasileiros nominais, mas vivendo na sua própria pátria como perfeitos estrangeiros? Meira de Vasconcelos defende a ação da nacionalização das escolas, acreditando que seria naquele momento que o Estado conseguiria nacionalizar suas crianças, pondo em execução o *jus soli* em contraposição ao *jus sanguinis*. A recomendação era de que as crianças recebessem nos três primeiros ciclos educacionais (jardim de infância e curso complementar) a educação e a instrução moldadas em normas e princípios absolutamente nacionais e geridos por professores genuinamente brasileiros, com um espírito de nacionalidade elevado ao mais alto grau (*GAZETA DO POVO*, 1938).

Na visão do general Meira de Vasconcelos, pela perspectiva do governo nacionalista, em grande parte do território nacional, com a justificativa de que os governos federal, estadual e municipal não possuíam recursos para atender aos anseios do povo e alegando combater o analfabetismo, disseminavam-se nos jardins de infância e nas escolas particulares o ensino de línguas estrangeiras. Era evidente a prática de um método educacional que não o nacional, assistido por professores estrangeiros que não estariam à altura para transmitir a seus alunos brasileiros um sentimento puro de brasilidade. Essas condições concorriam decisivamente para o ambiente desnacionalizado em se que vivia (*GAZETA DO POVO*, 1938).

No entanto, o representante da 5ª Região Militar não condenava a colaboração da iniciativa particular para resolver os problemas da educação e da instrução do povo, mas a condicionava à norma tal que a colocava no mesmo paralelo das escolas governamentais, ou seja, equiparava as escolas particulares às escolas públicas, estando estas condicionadas ao governo. Era preciso evitar as organizações que transmitiam o sentimento "racial de origem", como pretendia a Associação dos Professores das Escolas Polacas do Brasil, pois seriam profundamente prejudiciais aos interesses do governo, constituindo-se em um crime de "lesa-pátria brasileira" e cujo castigo magnânimo seria o fechamento, o que seria insuficiente ante as penas justificáveis que poderiam ser aplicadas (*GAZETA DO POVO*, 1938).

AN ROXVS. PAULO—Quarte-foix, 31 de Mais de 1939 RUM. AASI

CONTRAA OBRASIL

A imprensa de São Paulo, Santa Calharina e Paraná a serviço de ideo-logias estranhas — A campanha de demacionalização — Como se o Sal do pais fora terra de infinguem.

O alcance do decreto-lei (166 de 40 em inde 1938

"Touris remain de infinitigals à anisis." W. n. d. y. e. F. F. F. F. T. A. S.

CONTITURA, 30 (Pre size en insulante significance de incidence of infinitigals anisis, per incidence of infinitional anisis of

FIGURA 17 – DIÁRIO DA NOITE, SÃO PAULO, 31 DE MAIO DE 1939

Fonte: Biblioteca Histórica da Congregação dos Vicentinos.

Outro exemplo da Campanha de Nacionalização é apresentado na Figura 17, com reportagens do jornal *Diário da Noite*, de São Paulo, que reproduziam o discurso de um governo repressor, estabelecendo uma situação de temor que repercutiu de tal maneira que alguns colonos poloneses, principalmente por denunciarem sua nacionalidade pela língua, pelo sotaque e trejeitos, mudaram suas atitudes, falando o menos possível em público, concordando com as escolas fechadas, decididos a trabalhar em sua terra e esperar por tempos melhores (*DIÁRIO DA NOITE*, 1930).

Novamente os imigrantes vivem a imposição da língua, a aculturação de sua juventude e a ameaça contra sua fé polonesa, como havia acontecido no passado a seus ascendentes. Para aliviar as tensões com os colonos, o governo partiu para uma ofensiva deixando claro que eles não eram os responsáveis por toda aquela situação, mas sim os professores, na medida em que um estrangeiro que quisesse viver honestamente no Brasil, desenvolvendo suas atividades como agricultor, industrial ou comerciante, seria bem-vindo, sendo útil e digno de toda a admiração e respeito da sociedade brasileira.

O governo insistia, segundo a mencionada publicação do jornal *Gazeta do Povo* (1938), em apresentar o educador como um elemento indesejável e, como tal, merecedor de repulsa e combate, destacando que os estrangeiros poderiam

congregar-se para organizar uma escola particular. O texto segue ressaltando que as escolas deveriam dedicar-se exclusivamente à sublime missão de educar os filhos dos colonos, filhos estes que tiveram o privilégio de nascer nesta pátria. E continua afirmando que o Brasil, ao mesmo tempo que os acolhera, sendo hospitaleiro para os que aqui viviam digna e honestamente, saberia ser enérgico contra os exploradores da boa-fé do povo. Assim, buscava-se justificar por que se considerava oportuna e acertada a extinção da Associação dos Professores Poloneses (*GAZETA DO POVO*, 1938).

As disputas travadas por meio dos jornais não se limitavam somente às escolas. Por vezes, os próprios colonos também se manifestavam, fosse como agricultores ou pais de alunos que tiveram suas escolas fechadas. Os colonos poloneses resistiram até o fim. O Anexo II apresenta uma carta aberta, na qual é possível constatar o sentimento comum aos colonos poloneses a esse respeito. A carta, publicada em jornais e entregue às autoridades paranaenses, demonstra habilidade no uso das palavras pelos moradores da Colônia Abranches e de todos os colonos radicados no Paraná e foi escrita com o objetivo de apresentar justificativas que propiciassem a reabertura das escolas polonesas. Os colonos argumentaram que ao fechar as escolas polonesas também se fechava a porta para o aprendizado da língua portuguesa e, se todos falavam polonês até então, sua língua de origem era necessária para o ensino da língua portuguesa. Como ensinar português sem o polonês? Expressaram sua consternação diante das perseguições aos padres, principalmente pela imprensa paranaense. Alegaram que lhes fora proibido celebrar a missa em polonês; porém, se a Igreja era um local sagrado para todos os católicos, o Deus não era o mesmo?

Por fim, os colonos reclamaram argumentando que esse movimento não condizia com o trabalho e o progresso que os poloneses haviam trazido para o Brasil. Tanta dedicação e nenhum reconhecimento? Pelo contrário, parecia a eles uma retaliação por conta de sua origem e tradições, como se o governo estivesse cobrando as ofertas feitas para seus ancestrais ainda na Polônia, quando o Brasil precisava dos braços dessa população para desenvolver a agricultura paranaense, bem como ocupar seu espaço. Manifestaram uma indignação para a qual não encontravam respostas. Na percepção dos colonos descendentes de poloneses, eles encontravam-se reféns de um governo que não os representava. E essa era uma condição que lhes causava medo, semelhante àquela que seus antepassados experimentaram com a

invasão da Polônia pela Prússia, Rússia e Áustria. Por fim, apelaram para a justiça dos homens e da Igreja Católica.

As reclamações e indignações continuaram sendo travadas por meio da imprensa, com cada lado apresentando a sua verdade, entre elas a existência do "perigo germânico", o mais expressivo e preocupante. O "perigo germânico", segundo Campos (2006), refere-se a uma "preocupação manifestada pela imprensa e intelectuais brasileiros com reação ao fato de os alemães buscarem num processo de colonização tardia anexar o sul do Brasil à Alemanha, uma vez que a maior parte dos imigrantes dessa etnia estavam localizados nessa região" (LOPES, 2017, p. 65). Discursos mencionando o "perigo alemão" vigoravam desde o final do século XIX para evitar a criação de cistos raciais, uma afirmação da política integradora como parte da construção de uma identidade nacional. No entanto, o perigo que as escolas de imigrantes representavam nada mais era que um "velho papão" criado pelo descaso do governo brasileiro pelas coisas públicas, ou ainda um produto da inveja em razão da prosperidade econômica conquistada pelos colonos de várias nacionalidades, principalmente alemães e poloneses, no caso do Paraná (CAMPOS, 2006 apud LOPES, 2017, p. 65).

2.5 O FORTALECIMENTO DA MISSÃO - A SEGUNDA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA

A ampliação da Escola São José não se limitou à parte externa do edifício, mas também se deu em sua oferta de vagas, e após a Primeira Grande Guerra Mundial passou a receber alunas de outras etnias, inclusive brasileiras, e meninos de até 12 anos. De acordo com Sangali (2007), a inauguração da nova ala da escola foi comemorada com a realização de uma missa, pois aquilo que se relacionava com a escola incontestavelmente passava pela Igreja. A missa de inauguração contou com a presença do arcebispo Dom João Braga e de alguns políticos da época. O evento foi divulgado e reverenciado nos principais periódicos católicos da época.

A popularidade do colégio crescia conforme seu trabalho era mostrado e, em decorrência, foi inaugurada uma nova ampliação do prédio escolar em 1927. As mudanças estruturais em seu projeto arquitetônico podem ser visualizadas na Figura 18, quando foi retirado da fachada o telhado e elevado mais um piso. Ambos os telhados ficaram em altura aproximada. Outra modificação significativa na fachada foi a retirada do nome em polonês, pois, com a pressão para "abrasileirar" as escolas

polonesas, as irmãs, em decisão tomada em conjunto com os cidadãos de Abranches e demais membros da paróquia, retiraram a identificação da instituição como sendo uma escola polonesa.



FIGURA 18 – AMPLIAÇÃO DA ESCOLA SÃO JOSÉ – 1927

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Deve-se ressaltar que, da mesma forma que se intensificou a fiscalização no período de nacionalização das escolas estrangeiras, o mesmo ocorreu nas escolas polonesas para garantir a qualidade do ensino. A irmã visitadora, cargo superior entre as irmãs da congregação, tinha como função fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento da missão no sul do Brasil. A primeira visitadora foi Irmã Luíza, depois substituída pela Irmã Estanislawa Perz, que atuava como sua assistente, assumindo a função de visitadora mais tarde. Como polonesas, cobravam dessas escolas que os ensinamentos fossem ministrados nos dois idiomas, português e polonês (SANGALI, 2005a, p. 15).

Em tempos de ampliação, na área interna da Escola São José foram construídos dois banheiros, com vasos sanitários dotados de encanamento com escoamento de esgoto. A instalação do sistema de esgoto era parcialmente manual, sendo necessário despejar água após o seu uso, uma vez que não havia água encanada. A água era levada em grandes jarros para o piso superior e utilizada para a higiene dos internos, e após o uso era reutilizada para a higienização dos vasos sanitários. Entre as melhorias, a luz elétrica foi instalada no prédio antes da água

encanada (SANGALI, 2005a, p. 103). Para os dias de banho, era necessário transportar a água para a cozinha, aquecê-la e depois levar para o ambiente do banho. A água era retirada de uma nascente nos fundos do quintal, onde posteriormente foi perfurado um poço:

Aqui no fundo era aquela casa velha que se reunia já com a outra aqui, que tinha, só que depois foi aumentando, essa aí virou prédio, foi aumentando para um lado, aumentando para outro. Aqui, naquela época, tinha um pátio aqui que chamávamos de "Quim", depois era o quintal. Ali tinha um poço que a água era bombeada e pegávamos com um balde... Os alunos não tinham acesso ao quintal, à criação, só os internos (SANGALI, 2005a, p. 84).

Uma das dificuldades que a escola enfrentava na época era a ausência de um meio de comunicação. Até o ano de 1935, a colônia não contava sequer com um telefone, e quando acontecia algum problema ou quando as irmãs precisavam entrar em contato com os pais de seus internos, por exemplo, eram obrigadas a deslocaremse até Curitiba. Uma das poucas opções de transporte rodoviário era "pegar o ônibus no João de Lara para ir até o centro, ou então ir a pé" (SANGALI, 2005a, p. 85). Diante dessas circunstâncias, ainda no ano de 1935 foi instalado um aparelho telefônico em Abranches, em frente à Pedreira dos Gava, não tão longe do colégio, mas mesmo assim distante. O telefone era utilizado pelas irmãs em caso de necessidade e emergências, mostrando-se um meio indispensável de comunicação, sobretudo para repassar recados dos pais para os filhos. Para solucionar o problema da distância que ainda existia e agilizar a comunicação, as irmãs solicitaram ao governador Manoel Ribas a instalação de um telefone na escola, no que foram prontamente atendidas. O atendimento a essa e a outras tantas solicitações fizeram com que o governador Manoel Ribas fosse visto como um benfeitor e sempre que possível era homenageado pela escola, sendo muito considerado pelas irmãs (SANGALI, 2005a, p. 94).

Na segunda ampliação da Escola Polonesa São José, em 1927, a primeira providência foi apagar a inscrição da fachada do prédio, com a escrita em polonês. Assim o nome Szkola Polska Pod Wezwaniem Św. Józefa foi substituindo por uma imagem de São José e agora chamava-se Escola São José de Abranches. Obviamente que essa simples mudança não bastaria ao governo, o principal fiscalizador da sociedade paranaense, que não via com bons olhos qualquer escola para estrangeiros. A partir de 1938, a adaptação exigida pelas autoridades passava pelo currículo e devia ser feita com urgência para se adequar às novas leis. A nova

adequação previa que os(as) professores(as) para atuar na educação deviam ser brasileiros, não permitindo que estrangeiros ocupassem o cargo docente. Caso o(a) professor(a) não se tornasse brasileiro conforme as leis, deveria deixar de lecionar. Deveria também comprovar o domínio da língua portuguesa por meio de provas específicas aplicadas pela Inspetoria de Ensino do Paraná.

No entanto, o movimento de fechamento de escolas no sul do Brasil não impactou de forma negativa nas escolas das irmãs vicentinas. Ao contrário, observando o número de matrículas (SANGALI, 2005d; 2005e), percebe-se um aumento expressivo de novos alunos. Quando algumas das escolas polonesas no interior do estado foram fechadas, o internato de Abranches recebeu um significativo número de matrículas, assim como outras escolas da congregação no interior. Na disputa travada por meio dos jornais, o *Lud*, o jornal dos poloneses católicos, também divulgava o trabalho das Irmãs Filhas da Caridade veiculando propagandas, agora publicadas em português, principalmente no Semanário dos Vicentinos.

No sul do Brasil, a partir de 1938, durante o período político denominado de Estado Novo, tratado oficialmente na historiografia como um regime ditatorial, houve muitas contrariedades entre membros do governo e escolas estrangeiras. As autoridades de fiscalização verificavam as salas de aula em busca de traços de nacionalismo que não fossem brasileiros. Nesse ínterim, as provocações veiculadas pelos jornais se intensificaram, em uma sequência de ataque e defesa. Configurouse, assim, uma verdadeira guerra da imprensa, da qual participavam jornais da sociedade paranaense da época, das sociedades estrangeiras, ou ainda eram publicados documentos e manifestações de classe espontâneas. A proposta do governo federal com a imposição da nacionalidade brasileira buscava o apogeu da educação, primando pela ordem de um conteúdo nacional direcionado para a educação escolar e não escolar, pelo ufanismo ao verde e amarelo, ou seja, a história mitificada dos heróis e das instituições nacionais (VECHIA, 2008, p. 9).

Em Abranches, o movimento de nacionalidade mostrou-se mais tenso com as intervenções e ações dos delegados de polícia. Documentos oficiais circulavam demonstrando que a sociedade brasileira começava a se posicionar enquanto Estado, e assim teve início um período de intensos conflitos. Por meio dos jornais, os estrangeiros demonstravam seu descontentamento, e a imprensa brasileira, da mesma forma, revidava a postura daqueles estrangeiros que teimavam em manter sua cultura e sua língua-mãe.

Na paróquia o controle também foi exercido. As missas nas colônias polonesas eram celebradas em latim, assim como em todas as outras igrejas católicas do Paraná, mas o sermão era proferido em polonês, pois do contrário ninguém entenderia. A maioria dos frequentadores dos serviços religiosos era polonesa ou descendentes diretos de poloneses, que pouco falavam ou entendiam o português. Nesse período, durante a celebração das missas, os fiscais do governo apareciam inesperadamente, exigindo que o padre fizesse o sermão em português (SANGALI, 2005a, p. 93).

Também as salas de aula do colégio das Irmãs Filhas da Caridade foram fiscalizadas em busca de indícios que provassem que a escola estaria dedicando-se a ensinar uma cultura estrangeira. A resistência às novas leis da nacionalização é descrita por Sangali (2005a), quando explicita que existia na escola a sala de aula de polonês, com paredes exibindo quadros de personalidades da história da Polônia, além de fotografias e mapas, que eram retirados cuidadosamente pelos alunos e as Irmãs Filhas da Caridade e escondidos sempre que algum representante do estado chegava para fiscalizar os trabalhos educativos. Tratava-se de uma tarefa trabalhosa, que era realizada rapidamente e em equipe.

Com a decretação compulsória da nacionalização das escolas de imigrantes, era exigido que, nas escolas para estrangeiros e seus descendentes, os professores de todos os níveis de ensino ministrassem suas aulas na língua vernácula, além de serem brasileiros natos. Em Abranches, no entanto, mesmo com a decretação compulsória, não houve mudanças drásticas. Em entrevista, Padre Biernaski (2017) considera que houve ganhos nesse transcurso, uma vez que as irmãs se anteciparam às mudanças prevendo a nacionalização. Quando o momento chegou, já estavam em um processo de substituir as irmãs professoras polonesas de origem por irmãs brasileiras, formadas no seminário da congregação, que já conheciam a rotina da escola e, nesse sentido, conseguiram manter o funcionamento da escola sem grandes alterações. Sangali (2005a) registra várias falas afirmando que a escola não precisou fechar um dia sequer para adequar-se aos novos tempos.

2.6 AS MUDANÇAS ARQUITETÔNICAS E A CRIAÇÃO DO INSTITUTO SÃO JOSÉ DE ABRANCHES

Passado o período da nacionalização compulsória das escolas para estrangeiros, em 1938 a Escola São José deu entrada com documentação em órgão estadual do Paraná para regularizar a condição de escola particular. Sangali (2005a) destaca que esse procedimento seguiu os moldes exigidos pelos referidos órgãos da educação do estado para a implantação do instituto. Enquanto os ajustes burocráticos se davam, a escola seguia com a oferta do ensino primário, tendo em vista que na nova organização um projeto de ampliação e modernização da escola foi exigido. O planejamento incluía ofertar o ensino profissionalizante no período da tarde, o que na prática já acontecia.

Nesse período a colônia permaneceu no mesmo, não houve mudanças e as diferenças entre italianos e alemães e outras etnias não chegava na escola. Os moradores mais antigos, ainda imigrantes, tinham grandes preocupações com os parentes deixados na Europa. Em Curitiba houve certa escassez de alimentos e outros produtos (SANGALI, 2005a, p. 96).

Penso que foi bom essa coisa de não deixarem vir coisa mais de fora, pois assim se desligaram, cada um foi fazer a sua própria parte (SANGALI, 2005a, p. 130).

No período pós-guerra não tivemos problemas, pois não sofremos. O governo nos agraciou muito. Não houve rivalidade entre governador e prefeito, era tudo na paz. Quando foi para fazer o novo prédio do colégio, foi uma coisa maravilhosa, pois todo mundo estava ali pronto para fazer alguma coisa para ajudar o colégio (SANGALI, 2005a, p. 131).

Não me lembro de problema de ser estrangeiro, agora os tempos eram outros, tudo tinha de ser Brasil mesmo, tinha que se organizar e construir (SANGALI, 2005a, p. 131).

Assim, em busca de soluções para que a escola pudesse prosperar após a nacionalização compulsória, as irmãs colocaram um plano em ação: construir o Instituto São José. Sem dúvidas que se tratava de um projeto que demandaria muito esforço e planejamento, como também muita "reza" e "fé" por parte das Irmãs Filhas da Caridade. Logo de início, a irmã diretora foi buscar informações na congregação do Rio de Janeiro, pois precisavam de um modelo que comportasse o novo colégio, um projeto arquitetônico seguro que pudessem ter como base.

Quando fomos fazer a construção, ainda em 1947, nós tínhamos que ver o material! Que era preciso para a escola, que foi preciso ir para o Rio de

Janeiro ver plantas de outros colégios de lá para a gente fazer o nosso colégio. Aí juntamos dinheiro, tudo começou quando juntamos a caixinha de dinheiro para o aniversário da Irmã Superiora, 8 mil réis! Entregamos esse dinheiro para começar o começo! Aí nos levantávamos às 4h, como sempre fazíamos, depois das orações, pegávamos dois baldes, latinhas e íamos esvaziar as pedreiras lá embaixo. Pois a pedreira enchia de água e o homem para explodir com dinamite precisava que a gente esvaziasse o buraco, tínhamos de esvaziar e secar toda a água. As 8h o homem vinha e colocava a dinamite. E aí foi um amontoado de pedras, essas pedras foram o começo das pedras para a fundação do novo colégio (SANGALI, 2005a, p. 132).

Nos primeiros tempos, as festas de Sant'Anna eram promovidas pelos paroquianos para arrecadar fundos que serviam para a manutenção da escola e da igreja. Nesses eventos, as comemorações constavam apenas de missa, almoço e, à noite ou à tardinha, um baile. Seguindo uma tendência da época, nos moldes das festas que já eram realizadas em outros lugares, como na Igreja das Mercês, as Irmãs Filhas da Caridade trouxeram para as comemorações da comunidade a festa do tipo quermesse, com atividades como pescaria, ratinho na toca, entre outras. Com a venda de doces e salgados e as barracas de diversão, as irmãs recolhiam recursos para as reformas e necessidades da escola. Os prêmios das barracas eram obtidos mediante doações, solicitadas pelas irmãs aos pais ou à comunidade (SANGALI 2005a, p. 94).

Uma inovação nas festas partiu da iniciativa de um ex-aluno da escola, Vicente Mickoz, que na época trabalhava em uma emissora de rádio e trouxe para as festividades da escola ou da comunidade um alto-falante, um modelo tipo corneta, e músicas, o que era uma diversão a mais para as pessoas. Na comunidade, geralmente eram realizadas grandes festas religiosas no mês de outubro, em homenagem à Nossa Senhora de Fátima, sempre precedidas de novenas, das quais grande parte da comunidade participava formando grupos de noveleiros (SANGALI, 2005a, p. 95).



FIGURA 19 - AS FESTIVIDADES

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Na Figura 19 apresenta-se uma vista panorâmica partindo da torre da igreja, no que parece ser uma procissão ou outro evento de cunho religioso. De um lado, a igreja, do que se pode ver o telhado, e, em frente, a escola enfeitada para a celebração, demonstrando uma ligação entre as instituições. Na fotografia, ainda é possível ver a lateral da escola com seus detalhes em arco.

Nas festas promovidas para arrecadar fundos para a construção do instituto, as senhoras da comunidade, sob o comando das irmãs, preparavam almoços com churrasco e maionese. No preparo da carne, os homens da comunidade eram os responsáveis por temperar a carne, na véspera, e no dia da festa assavam e vendiam. O macarrão era artesanal e feito três dias antes⁴⁶. No dia do evento, os pastéis eram preparados e fritos, tudo no "muque", segundo Irmã Matilde, quando tinham que abrir a massa e preparar mais de trezentas unidades fritas antes do almoço (SANGALI, 2005a). Em média, cerca de noventa galinhas eram assadas nos fornos de pão. Muitas pessoas da comunidade ajudavam no pré-preparo, auxiliando nas tarefas de matar, depenar, preparar, rechear e assar as aves, ou na hora de aquecê-las no momento de servir, já que alguns moradores queriam saborear os assados ainda quentes.

,

⁴⁶ "Para fazer o macarrão, andávamos uma semana antes por tudo, pelo Pilarzinho, para ganhar os ovos, chegávamos a juntar cerca de cento e poucas dúzias de ovos, de prendas, acabávamos não gastando nada, pois ganhávamos tudo" (Irmã Matilde *apud* SANGALI, 2005a, p. 105-123).

Para aqueles que trabalhavam como voluntários, era servido um almoço antes de iniciar o evento. Depois da refeição, todos seguiam trabalhando até às seis horas da tarde. Em uma sala preparada para esse momento, as irmãs vendiam café, que podia ser consumido no local acompanhado das tradicionais guloseimas, ou levado para serem consumidos em casa. O cardápio trazia bolos decorados, sonhos, cuques, bolachas e cocadas fresquinhas. Sangali (2005a, p. 112-113) destaca que os doces mais procurados eram as cocadas de casca de laranja, feitas seguindo a receita de Jorge Favo⁴⁷, um morador local: "Vendíamos tudo e às vezes até faltava; a música para alegrar era de radiola" (SANGALI, 2005a, p. 114).

Nas análises das entrevistas registradas em Sangali (2005a), percebem-se detalhes da cozinha polonesa estabelecendo uma cultura da organização das festas da Colônia Abranches. Quase tudo era vendido em benefício da Igreja, da construção da escola, contribuindo também com a casa paroquial. As festas geralmente eram realizadas no pátio da Sociedade Abranches e, como não podia faltar, logo no início as moças Filhas de Maria distribuíam distintivos aos rapazes da colônia, que consistiam em florzinhas ou medalhinhas, e assim arrecadavam dinheiro que ia imediatamente para a caixinha com os donativos. A preparação da comida ficava a cargo das mulheres, que preparavam os alimentos e serviam os pratos. Todos os anos, a Festa de Sant'Anna era uma muito aguardada por todos da paróquia, para o festejo, a diversão. Para essa organização, tudo era trazido da casa dos paroquianos, pois na igreja não havia material necessário para trabalhar, especialmente para cozinhar. Todas as mulheres da comunidade colaboravam com seu trabalho, preparando a comida e as guloseimas, como sonhos, cuques e pastéis. Os bolos eram preparados na véspera, para que conseguissem atender aos pedidos, pois no dia não venciam preparar todos as encomendas. Sangali (2005a) assim descreve os encontros de véspera:

O grupinho das "Mães Cristãs" 148 nos reunia lá embaixo; no pátio tinha um forno grande. Fazíamos de cento e poucos bolos sempre. Então um dia nós vínhamos para bater as massas e assar, no dia seguinte vinha para preparar os recheios, as coberturas, depois transportava lá pra cima. Fazia-se com

⁴⁷ Aproveitávamos as cascas limpas de laranjas que os alunos comiam, cortávamos bem fininha, deixávamos uns dias de molho na água, depois cozinhávamos um caldo e jogávamos as cascas naquele caldo até dar o ponto de cocada (SANGALI, 2005a, p. 114).

⁴⁸ "Quando a mulher se casava e deixava as Filhas de Maria, logo chegava a fita e a ficha de inscrição para entrar no grupo das 'Mães Cristãs', uma associação em que trabalhávamos para ajudar na Igreja, trabalhar nas festas, em tudo o que fosse possível. Eventualmente ocupávamos algum cargo na associação" (SANGALI, 2005a, p. 129).

prazer, todas participavam sem preguiça. O padre pedia pra fazer, pra preparar, então as pessoas iam de corpo e alma. Eram poucos os paroquianos da época, então os de perto principalmente participavam, se dedicavam mesmo, todos participavam, e não se ganhava nada (SANGALI, 2005a, p. 75).

Com iniciativas e de posse de algum valor que possibilitava iniciar mais uma ampliação, que edificaria o Instituto São José, o colégio também pleiteou e recebeu ajuda da prefeitura de Curitiba, conforme menciona uma das entrevistadas: "Não pagávamos nada e eles traziam tudo e ajudavam a gente". No dia 13 de maio, data em que deveriam iniciar o trabalho de preparo do terreno, todos se perguntavam: "Como aplainar este terreno?". Era preciso arrancar árvores, pois havia um pomar no lugar. Tempos antes, as irmãs haviam feito uma novena dedicada a Nossa Senhora de Fátima, com a promessa de que se conseguissem um trator, que viria de São Paulo para finalmente levantar o instituto, iriam homenageá-la com uma imagem sua no colégio. Logo pela manhã, bem cedo, finalmente chegou o tão esperado trator e a plaina niveladora do solo⁴⁹, possibilitando a derrubada das árvores e a terraplenagem do terreno. O acontecimento foi comemorado como em uma festa, com salva de foguetes e as crianças cantando o hino nacional. "Foi uma festa daquelas!" (SANGALI, 2005a, p. 132).

O milagre se deu graças ao empréstimo das máquinas para o serviço de terraplenagem para iniciar a reforma e ampliação da escola e estruturar a escola com a atual disposição espacial dos prédios (SANGALI, 2005a, p. 96). O responsável pelo trabalho nessa etapa foi Raul Azevedo de Macedo, engenheiro da prefeitura, a quem as irmãs ficaram muito gratas.

Foram construídas quatro alas. A frente e os lados do terreno foram nivelados e depois foi lançada a pedra fundamental da construção, em um evento que contou com a participação da família dos alunos (SANGALI, 2005a, p. 133).

E assim começamos a construção com todo mundo ajudando, os tijolos foram recebidos da olaria de Curitiba, foi emprestado dinheiro de Thomaz Coelho, de um senhor que tinha uma grande olaria por lá. Assim foi indo com festa para juntar dinheiro. O seu Baggio foi o engenheiro. O governador Ney Braga também ajudou em dinheiro, pois tinha interesse nas escolas particulares, principalmente com a ideologia católica; ele acreditava que a as escolas particulares formava bons cidadãos, um dos seus filhos estudou no Colégio (SANGALI, 2005a, p. 133).

⁴⁹ A entrevistada não deixa claro o modelo de máquina usado nem se era um trator ou dois, mas possivelmente deveria ser algum tipo de trator de lâmina, potente para arrancar árvores e aplainar a terra, ou ainda duas peças separadas que poderiam ter sido montadas, conforme o modelo da época.

Ainda com o objetivo de angariar fundos para a construção, a irmã superiora elaborou "clichês" (Figura 20), que era um cartão-postal que fora feito em gráfica com o desenho da nova fachada do Instituto São José de Abranches. Cada irmã recebeu a incumbência de vender uma quantidade deles, e em algumas semanas todos os clichês tinham sido vendidos. Essa fora uma das muitas campanhas para conseguir recursos e dar continuidade à obra.

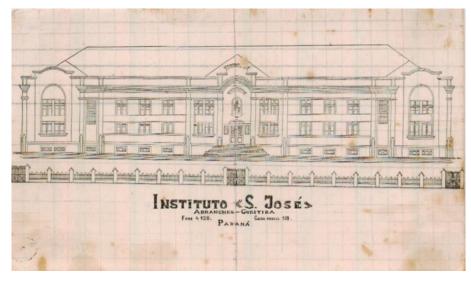


FIGURA 20 - CLICHÊ

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Luíza Olstzynska".

Com relação ao desenvolvimento dos trabalhos de construção, Sangali assim o descreve:

Os homens ajudaram a trabalhar e contribuíram bastante. Depois de puxarem a terra, levar terra, ora pra cá, ora pra lá, onde era preciso aquele "toco duro" puxado por burrinho com a carrocinha cheia, emprestados da prefeitura. As crianças não viam a hora de tocar o sino do recreio para poder ir ajudar os homens a puxar a obra. Os homens eram uns presidiários que eram trazidos por um tenente. Ele trazia de carro e deixava-os aqui, almoçavam, jantavam, e tomavam o lanche às 3h e depois, às 6h, vinham novamente o tenente e levava-os. Não tinha ninguém cuidando deles, vigiando. A Irmã Matilde era que era responsável por eles, nunca deram trabalho. Nós não pagamos operários, pois, se assim fosse preciso, não teríamos, somos eternamente gratas por estes homens que pagaram sua pena (SANGALI, 2005a, p. 133).

A disponibilidade do trabalho dos presidiários cedido pelo governo do estado foi um fato marcante na obra, pois a população via nisso uma possibilidade de aqueles homens redimirem a culpa quando trabalhavam para as Irmãs Filhas da Caridade. A

ajuda dos dez operários que trabalharam em troca de comida e de remissão de pena fez a diferença, pois as irmãs não tinham como pagar, uma vez que os fundos arrecadados em festas serviam para o material de construção. Uma troca justa segundo uns; uma boa ajuda, segundo depoimentos em Sangali (2005a).

Com a derrubada das paredes da construção antiga ficou um amontoado de tijolos. Tínhamos que limpar os tijolos velhos e aos poucos, todos ajudavam um pouco, fomos limpando e reaproveitando os tijolos. A comunidade nos ajudava, os alunos, as irmãs, aos poucos tínhamos tijolos prontos para o uso e assim seguir com a construção. Quando estávamos fazendo esta ala aqui, a da direita, nós tínhamos que puxar tudo para lá perto do pátio interno, ao lado da santa, esses andaimes de lá. Aí levávamos aquelas tora de eucalipto, aquelas "varonas" e ia embora (SANGALI, 2005a, p. 131).

A maior dificuldade para a construção do novo prédio agora envolvia a questão de limpeza do terreno, com o entulho da derrubada de parte da construção antiga. Limpar tijolos e ajudar os operários passou a fazer parte das atividades das irmãs e também dos alunos.

Para fazer a nova construção, foi emprestado 11 carrinhos desses "toco duro", foram usados para retirar a terra. O lugar foi limpo para fazer o salão da entrada. Foram trabalhados nove dias, quando os homens tiraram a terra e carregavam os carrinhos, as irmãs tocavam os carrinhos com cavalos e as moças derrubavam a terra. Assim foi limpo o terreno que era um barranco alto, de aproximadamente dois metros de altura e levado para servir de aterro na nova construção do salão, lá era um buraco e agora tem um muro (SANGALI, 2005a, p. 107).

As obras de construção do novo colégio foram realizadas em três etapas. Na primeira, uma parte foi construída até alcançar a estátua de Nossa Senhora de Fátima, que já havia sido instalada no pátio. A seguir, levantaram uma segunda parte, na qual construíram outra sala. A obra, porém, ficou um tempo parada até as irmãs conseguirem angariar fundos para finalizá-la (SANGALI, 2005a, p. 108). E a ajuda chegou de todos os lados, inclusive do então governador Ney Braga.

A Figura 21 mostra o prédio finalizado, sem pintura e pouco tempo antes da inauguração. Embora, segundo Sangali (2005a), vários relatos afirmem que a escola não parou, as aulas seguiram espalhadas por onde era possível, como na casa paroquial, em espaços cedidos ou alugados. Na nova arquitetura, a parte frontal continuou com dois pavimentos e a lateral, que exibia um corredor em arcos que foi então incorporado ao prédio, acomodou três pavimentos, com aproveitamento do

declive do terreno. Conforme a obra era terminada, as aulas seguiam para o novo prédio.

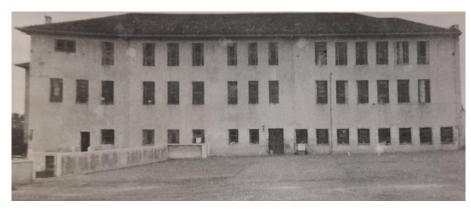


FIGURA 21 – OBRA FINALIZADA

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Em relação ao espaço físico da escola, a maior mudança foi na dimensão do prédio, que teve sua edificação triplicada. De acordo com Sangali (2005a), as irmãs contaram com a participação e o auxílio de muitas pessoas, entre elas o Padre Góral, políticos, comunidade, a congregação e até mesmo de presidiários, que trabalharam como operários. O espaço cresceu quando a escola adquiriu parte do terreno vizinho, de propriedade da família Kovaski. Esse terreno dava acesso à mina d'água, que até então era "puxada por burrinho" Com essa medida, estava garantida a água para uso na lavanderia, na criação dos animais e na manutenção do quintal (SANGALI, 2005a, p. 95).

Sangali (2005a) relata que nas mudanças ocorridas na reforma foram derrubados o pomar, a horta, ampliando o espaço para a construção. "Em 1950 a escola recebeu o Alvará de Licença para demolir a escola polonesa de 1904. A obra levou quase dois anos de construção" (SANGALI, 2007, p. 103). Os relatos afirmam que com a ampliação do prédio o trabalho triplicou, mas a escola continuou suas atividades com o mesmo número de irmãs. Importante ressaltar que desde o fim da Primeira Guerra a escola aceitava alunos de outras etnias⁵¹, inclusive meninos de até 12 anos, porém aprendendo o polonês (SANGALI, 2005a, p. 130-133).

^{50 &}quot;Burrinho" é uma bomba d'água que funciona por sucção.

⁵¹ A iniciativa de receber crianças de outras nacionalidades deu-se em virtude de a escola entender que era preciso trabalhar mais com os princípios inspirados em São Vicente, ou seja, que conduzir a vida não seria apenas ensinar o ensino religioso, mas também contribuir na vida social para que não existissem rivalidades entre as nações, fossem povos negros, brancos, italianos ou alemães.

Chamar os outros de, por exemplo, "ah, você é alemão, você é negro", então a gente ensinava, e tinha essa parte da moral onde nós ensinávamos moral; a moral tinha um texto, assim, um esquema para conduzir aquelas crianças para o bem, então ensinávamos as partes da moral, tanto a moral do corpo, quanto a moral do espírito, porque não se pode se apegar só na espiritualidade, ficar sem os profetas. É diferente, então tinha as duas maneiras e tinha de ser moderado (SANGALI, 2005a, p. 130).

Terminada a obra, o número de alunos ampliava-se ano a ano. Cada vez mais, o prédio por si só já era motivo de orgulho para os moradores de Abranches e a colônia de poloneses. Vale ressaltar que nesse aspecto, embora Abranches já integrasse a cidade de Curitiba, permanecia como uma grande colônia em que a polonidade continuava por meio do trabalho das Irmãs Filhas da Caridade. A Figura 22 exibe a nova fachada, provavelmente ainda na década de 1950, tendo em vista os automóveis estacionados na frente do colégio.



FIGURA 22 - ANOS DOURADOS

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

O Instituto São José crescia significativamente, buscando nas próprias dificuldades a solução. E com essa disposição se manteve por longo tempo como uma escola confessional particular de grande prestígio em Curitiba. Aos poucos, os encontros promovidos pela escola transformaram-se em cafés bem servidos no

refeitório, com a família pagando as despesas ao final do dia. Os recursos provenientes desses encontros somados ao aumento do número de alunos pagantes permitiam às irmãs garantirem as questões financeiras, bem como manter estruturada uma escola confessional particular de prestígio em Curitiba. Esse período foi considerado os anos de ouro do Instituto São José, quando a escola conseguia manter-se e seguir com um padrão de ensino que julgavam ideal para a juventude.

No entanto, passadas duas décadas, no ano de 1966, uma tragédia ocorreu alterando completamente o funcionamento do Instituto São José. Um incêndio de grandes proporções destruiu parte do colégio, com relatos de que era "possível ser visto do centro de Curitiba" (SANGALI, 2005a). O fato foi explicado pelo Corpo de Bombeiros como um acidente causado por um curto-circuito elétrico, mas havia uma segunda versão, que corria de boca em boca. Acreditava-se que o incêndio teria sido uma ação criminosa⁵². Nos relatos analisados em Sangali (2005a, p. 172), destaca-se: "Consta registro de dois incêndios, um na estrebaria onde tinha os animais e a lenha para a cozinha, e depois na outra vez, um mês depois, foi no colégio". O incêndio começou no andar de cima, no alojamento, onde havia muitas camas e colchões de palha. Uma ala foi completamente destruída, com a parte de baixo não sendo afetada, pois os bombeiros conseguiram controlar a tempo e resfriar o espaço (SANGALI, 2005a, p. 155).

No momento do incêndio, a população de Abranches seguiu, apressada, para ajudar. Enquanto os bombeiros esfriavam o prédio, os homens esvaziavam a parte de baixo, levando tudo para dentro da igreja. No dia seguinte, fizeram a mudança dos móveis, distribuindo-os pelas casas da congregação, tendo que reorganizar o colégio. As irmãs foram transferidas para Curitiba e, posteriormente, instaladas provisoriamente em Araucária. Os alunos internos foram levados para a casa de sua família e depois para outras casas da congregação que mantinham internato em outras cidades (SANGALI, 2005a, p. 158).

Sangali (2005a) apresenta depoimentos narrando os fatos, permitindo constatarem-se as diferentes percepções daqueles que vivenciaram de perto a tragédia do incêndio:

⁵² Na versão do incêndio premeditado, conta-se que o ato foi provocado por um dos alunos internos, numa atitude de vingança porque uma das moças que trabalhava na escola o havia maltratado. O incêndio começou no quarto dessa jovem, por isso afirmavam ser ele o culpado. Por fim, a moça se escondeu com medo, indo embora do colégio, e o aluno não foi mais visto (SANGALI, 2005a).

A causa do incêndio foi um aluno que era interno, dizia-se que ele tinha apanhado de uma funcionária e disse que ia se vingar. Vingou-se dela incendiando o colégio, ele apanhou duas vezes e aí se vingou. Mas ninguém viu, só sabia uma das funcionárias, que sabia dos pormenores. Que ele ia se vingar, e ela conhecia bem ele. Não conseguimos pegar esse sujeito [...]. O incêndio começou no quarto dessa moça, era uma moça solteirona, sabemos que o quarto dela foi o primeiro que queimou. A moça se escondeu, foi embora do colégio, porque ele disse que iria matar ela, para completar ele queria matar. Então ela saiu do colégio nunca mais vimos esta moça. Na verdade, foram dois incêndios, uma na estrebaria onde tinha os animais e a lenha para a cozinha, e depois na outra vez, um mês depois, foi no colégio (SANGALI, 2005a, p. 172).

Ainda assim, o laudo do Corpo de Bombeiros constatou uma pane elétrica, associada com muito material inflamável, como teto de madeira e colchões. Em entrevista registrada em Sangali (2005a), há uma das versões em relação ao início do incêndio:

O incêndio queimou uma parte daquele lado e desse lado não queimou nada. Acho que alguém pois fogo, porque não pegou debaixo do fogo, pegou de cima fogo, porque tinha bastante colchão espalhado, alguém incendiou colchão e num instante já pegou no telhado fogo (SANGALI, 2005a, p. 155).

Com essa fala, e observando a Figura 23, pode-se perceber a extensão do incêndio, que mostra a ala esquerda do colégio parcialmente atingida, e o outro lado preservado.

Na parte de cima, o local onde o fogo começou eram os dormitórios das crianças. No momento do fogo, as coisas do primeiro andar foram levadas para a igreja, as crianças foram levadas um pouco para cada casa, quem pode levou para a casa, distribuindo uma a duas em cada casa, até restabelecerem as ordens na escola (SANGALI, 2005a, p. 12).

Fiquei sabendo pelo rádio, não estava lá, só sei que chorei, chorei tanto! Fecharam a casa e levaram a mudança para Curitiba, as camas, geladeira, tudo o que tinha. Consegui com o prefeito o carro para transporte (SANGALI, 2005a, p. 158).

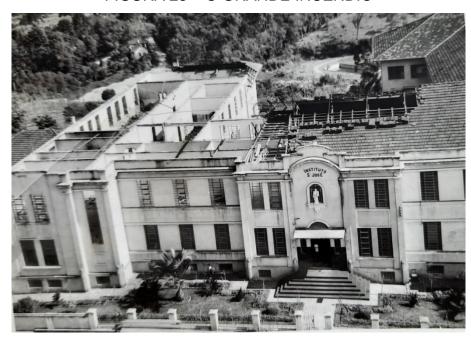


FIGURA 23 – O GRANDE INCÊNDIO

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Após o incêndio, com ajuda da comunidade, as irmãs tentaram remover com picaretas o que havia restado da destruição, afastando a sujeira, o concreto retorcido. Entretanto, chegaram à conclusão de que seria impossível reerguer o prédio sem que as aulas sofressem prejuízos. Para solucionar tamanha dificuldade, as Irmãs Filhas da Caridade contaram com a ajuda do estado na reconstrução, mediante um convênio firmado entre a congregação e o estado durante o governo de Paulo Pimentel (SANGALI, 2005a, p. 171). O Instituto São José, até então um dos internatos de maior prestígio entre as ex-colônias de poloneses, após sofrer um incêndio foi reconstruído pelo governo estadual, quando continuou a ser uma escola particular e agora abrigando um orfanato. O incêndio comprometeu somente em parte as salas de aula do piso térreo, por isso foi possível a escola voltar a funcionar rapidamente, mas o internato acabou, e os internos foram remanejados para outras escolas vicentinas. Nessa nova realidade, a escola continuou atendendo aos alunos moradores da região e aos órfãos, agora os novos moradores do Instituto São José.

Os orfanatos mantidos como planos de governo no Paraná existiam desde a administração de Manoel Ribas, de 1937 a 1945. Durante esse governo, foram construídas várias instituições pelo interior do estado do Paraná, em regime de internato. Essas instituições acolhiam crianças órfãs, jovens em situação de risco ou,

ainda, filhos de mães viúvas sem condições de lhes oferecer uma boa educação⁵³. Para essa modalidade de atendimento, outras instituições também formalizaram convênios com o governo por período definidos.

O então governador Paulo Pimentel ofereceu uma solução que fora aceita pelas Irmãs Filhas da Caridade: um convênio entre a congregação e o governo do estado, por meio do Instituto São José, para assim garantir a reconstrução do prédio. O governo encarregou-se de toda a obra de reconstrução e as irmãs passaram a abrigar e cuidar da educação de cem órfãos que estavam sob a tutela do estado. Os órfãos, todos meninos vindos do Instituto de Amparo ao Menor, o IAM. O governo contribuiria com a manutenção das crianças, como alimentação e pagamento de salário a professoras, e o restante seria de responsabilidade da escola (SANGALI, 2007). Nesse momento de reconstrução, o prédio sofreu alguns ajustes, quando houve mudanças mais significativas no aspecto visual.

Os quartos foram unificados, e no piso do corredor da ala esquerda foram colocados cacos de cerâmica vermelha (Figura 24), ficando evidentes as marcas da reconstrução. Conforme descreve Sangali (2005a, p. 178), "Nas novas instalações não havia separação de quartos; era um dormitório enorme, a irmã dormia na frente, separada por uma fibra, qualquer barulho e ela acordava". Na Figura 25, temos o corredor da ala direita nos dias atuais, revelando o piso original, que fora preservado após o incêndio. O corredor que liga as duas alas também sofreu danos e atualmente tem um piso de cimentado.

Muitas dessas instituições transformaram-se em escolas agrícolas do estado ao longo do tempo, tendo sido estruturadas durante os dois mandatos do governo de Manoel Ribas e posteriormente mantidas na administração de Moisés Lupion. Cabe ressaltar que se tratava de instituições confessionais antigas voltadas ao público carente, fundadas em sua maioria na primeira década de 1900, eram ligadas a alguma congregação e foram reestruturadas seguindo seu trabalho em parceria com o governo. Muitos desses internatos foram fechados na década de 1970, durante o governo de Álvaro Dias. Foi um tempo de penúria para todos os internatos que tinham como mantenedoras as congregações católicas. As instituições passavam por dificuldades em todos os aspectos, sempre em busca de ajuda governamental, então a decisão foi fechar parte dessas casas ou ainda estadualizar, da mesma forma que ocorreu com algumas escolas, como nas da Congregação Sagrado Coração, em Santa Cândida, Orleans, Campo Magro e Campo Largo, funcionando em regime de cooperação.

FIGURA 24 – PISO CORREDOR ALA ESQUERDA



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

FIGURA 25 – PISO CORREDOR ALA DIREITA



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Quando se segue a trajetória histórica analisando as mudanças arquitetônicas do prédio, tem-se uma visão panorâmica da escola que pouco foi alterada (Figura 26), mas em muitos momentos as transformações se deram intramuros, com o ensino e a aprendizagem, bem como nos cuidados com os alunos. Nesse sentido, é possível perceber as nuances políticas em que modificações foram implementadas para poder seguir com a vida na escola.

Uma postura observada na história da instituição dirigida pelas Irmãs Filhas da Caridade foi a de sempre acatar as normas estabelecidas pelos governos que se sucediam, na medida em que entendiam ser uma maneira para se ter a liberdade de continuar desenvolvendo a missão educativa para a qual foram designadas. Munidas dessa concepção, em novos tempos outros desafios se impuseram com a nova Lei da Educação nº 5.692/1971, que exigia um espaço destinado para a prática de educação física, uma biblioteca e um laboratório de ciências, estando só assim o

colégio adequado para funcionar. As irmãs seguiram com as devidas providências de implantação das novas medidas, estabelecendo que no contraturno das aulas a escola continuaria ofertando o ensino de datilografia, entre outros cursos rápidos destinados à preparação para o trabalho. Com a lei n º 5.692/1971, a escola retoma a denominação de Escola São José, com ensino de 1º grau, e estende sua oferta educativa ao ensino infantil e às séries finais do ensino fundamental.



FIGURA 26 – FACHADA DO INSTITUTO SÃO JOSÉ – DÉCADA DE 1970

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Quando da implantação da Escola Polonesa São José, no início da década de 1900, a comunidade preocupou-se com a questão arquitetônica do prédio que abrigaria a instituição, pois, além da sua funcionalidade, significava uma projeção da polonidade daqueles imigrantes. A cultura desenvolvida no interior da instituição e ligada à Igreja simbolizava o modo de ser e viver de uma população que buscava possibilitar uma cultura e educação específicas à sua juventude em franco crescimento. Assim se foi construindo a história de uma instituição escolar, com seus desafios, dificuldades, mas muito embasada na fé, na coragem e determinação de ter como marca uma educação de qualidade.

Na atualidade, um dos cuidados possíveis de se notar no prédio do colégio refere-se ao risco de incêndio, com uma brigada de incêndio bem ativa, por zelo mas também pela memória que a construção guarda em si. No entanto, o que mais chama

atenção é que, entre as muitas mudanças e ampliações pelas quais o prédio passou, a modernização se deu sem perder o respeito ao modelo construído ao longo do século XX, visando alcançar o lugar que seus idealizadores acreditavam ser o melhor para todos. O prédio do Instituto São José, com certeza, continua a ser um marco na comunidade e para a cidade de Curitiba.

3. A VIDA NA ESCOLA

No desejo de melhor entender a história e a essência daqueles que estruturam o Instituto São José, buscou-se acompanhar os registros que narram os primórdios da criação Companhia das Filhas da Caridade. No livro *Jubileu: um tempo de ação de graças*, as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo (2004) assinalam que São Vicente de Paulo, filho de camponeses, nasceu em 1581, na aldeia de Pouy (hoje Saint Vincent de Paul). Ainda muito cedo, aceitou o sacerdócio e com 19 anos foi ordenado padre. Mesmo atuando em Paris como capelão da rainha Margarida de Valois, desfrutando de prestígio e bons cargos na nobreza, organizou a Primeira Confraria da Caridade buscando dar resposta à situação de grande pobreza existente na época. Dedicou-se à formação do clero com o objetivo de aplacar a ignorância religiosa. Em 1625, com outros três padres, fundou a Congregação da Missão para trabalhar na formação de padres nos seminários e pregar missões na zona rural.

O referido documento também registra a respeito de uma personalidade importante na criação da Companhia das Filhas da Caridade. Luísa de Marillac, nascida em 1591, de família nobre de Paris, mesmo percebendo sua vocação religiosa, acatou as determinações do pai e se casou. Quando ficou viúva, aceitou o convite de São Vicente de Paulo para iniciar uma missão e, no ano de 1633, reuniu camponesas decididas a servirem a todos os que sofriam e iniciaram a Companhia das Irmãs Filhas da Caridade. Luísa encarregou-se da formação das irmãs e da organização de todo o trabalho de ajuda ao pobre. Em 1642, consagrou-se totalmente a Deus pelos votos de pobreza, castidade, obediência e serviço aos pobres. As cartas de Luísa às irmãs revelam sua fé em Cristo e na Virgem Maria, que ela elegeu como única Mãe e Mestra da companhia (FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 2004)⁵⁴.

O legado de Luísa de Marillac está em suas falas direcionadas para a formação das novas irmãs, documentos que foram cuidadosamente preservados, hoje traduzidas para o português e à disposição daqueles que optaram por seguir a sua vocação com as Irmãs Filhas da Caridade. Em suas meditações, Luísa de Marillac

⁵⁴ Em 2017, Irmã Raquel, então coordenadora do setor de educação da Congregação das Filhas da Caridade em Curitiba, aponta que Irmã Luísa de Marillac foi uma pessoa extremamente metódica e organizada, em parte devido à sua formação e, como visualizava o crescimento da congregação, deixou muitos apontamentos norteando a instituição.

estabelecia um paralelo entre Maria e a Filha da Caridade: "Maria é a mulher escolhida por Deus para dar ao mundo o Verbo da Vida; a Filha da Caridade é uma mulher chamada por Deus para levar aos pobres a vida de Deus" (FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 2004). Na Figura 27 mostra-se um painel no interior da Igreja São Vicente de Paulo, no bairro das Mercês, em homenagem à Luísa de Marillac.



FIGURA 27 – LUÍSA DE MARILLAC

Fonte: Interior da Igreja São Vicente de Paulo, Curitiba. Arquivo pessoal da autora.

Por sua vez, São Vicente de Paulo era mais reservado. Muitas de suas falas foram registradas sem o seu consentimento e, somente depois de muito tempo e de muitas negociações, foram autorizadas e publicadas. São reafirmações de sua fé em Cristo e na Virgem Maria, que também ele considera como a única Mãe e Mestra (FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 2004). Na Figura 28, tem-se o altar-mor da Igreja São Vicente de Paulo, Curitiba, em destaque a imagem de São Vicente e, ao fundo, no afresco, as Irmãs Filhas da Caridade.



FIGURA 28 – SÃO VICENTE DE PAULO

Fonte: Interior da Igreja São Vicente de Paulo, Curitiba.

Arquivo pessoal da autora.

A Congregação Companhia das Irmãs Filhas da Caridade foi fundada em Paris por Vicente de Paulo e Luísa de Marillac, em 29 de novembro de 1633. Em um contexto de injustiça e miséria na França, seus fundadores inspiraram-se nos princípios já pregados por Vicente de Paulo em busca de lenitivo para atenuar o sofrimento da população. Em virtude dessa união, as Irmãs Filhas da Caridade também são conhecidas como "vicentinas" (SCHENATTO, 1999). Nessa energia pautada na fé e no trabalho com a população carente, o carisma vicentino chegou à Polônia em 1652 e, quase três séculos depois, entoou o hino jubilar: "Rumo ao Brasil, três corações disseram: Adeus Polônia. Deixaram tudo, tudo por amor e foram navegar nas águas do mar até Paranaguá" (FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 2004, p. 6).

A proposta da congregação era levar conforto a quem precisasse, quer fossem crianças abandonadas, doentes de todos os gêneros, loucos, juventude pobre, mães solteiras, feridos em campos de batalha, nobres empobrecidos, galerianos⁵⁵ ou camponeses arruinados pelas constantes guerras. As Irmãs Filhas da Caridade

•

⁵⁵ Galeriano: diz-se de um condenado às galés; referência a um prisioneiro ou condenado (Dicionário Michaelis, 2020). Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/galeriano/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

cuidavam daqueles que eram excluídos da sociedade e procuravam fazer com que os nobres ouvissem o lamento dos infelizes de toda natureza, zelando pelo respeito e a dignidade de todo ser humano. Rapidamente a companhia expandiu-se por todas as regiões da França e, em 1652, enviou as primeiras irmãs para a Polônia, quando começou a atuar em vários outros países do continente europeu, assim como na Ásia e África (FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 2004).

A primeira casa das Irmãs Filhas da Caridade ficava ao norte de Paris e permaneceu ali até a Revolução Francesa, quando a Casa Mãe foi transferida para a Rua Du Bac, endereço em Paris no qual foi construída uma capela que ainda hoje é muito visitada por fiéis de todo o mundo. Foi nesse endereço que ocorreu o aparecimento da Santíssima Virgem a uma jovem, Catarina Labouré, dando um novo alento e fervor ao trabalho na missão. O aparecimento, por sua vez, originou a "medalha milagrosa", com grandes significados sacros para a fé católica (FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 2004).

O trabalho da Companhia das Irmãs Filhas da Caridade foi assumindo vital importância no auxílio aos pobres, ajudando a matar a fome e a promover a saúde, contribuindo com a população ao buscar alternativas para o melhoramento do povo também por meio da promoção da educação. Em 1668, depois de trinta e cinco anos de trabalho em favor dos pobres, a companhia teve sua aprovação no Vaticano. Aprovada pelo papa Clemente IX, foi uma das primeiras iniciativas da Igreja de trabalhar pelo povo fora da clausura (FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 2004).

3.1 AS IRMÃS POLONESAS E OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA SÃO JOSÉ DE ABRANCHES

A Colônia Abranches, desde 1876, em parte estabelecida e organizada pelo Comitê de Cidadãos, por meio de empenho coletivo conseguiu erguer a Igreja de Sant'Anna, contando com um padre efetivo polonês estabelecido na capelania da comunidade. Ambas as instituições, com apoio do bispo de Curitiba, conseguiram trazer a missão das vicentinas para atuar em prol da educação dos poloneses e de seus descendentes. O primeiro pedido do bispo Dom José⁵⁶ foi enviado para a Polônia

⁵⁶ Dom José de Camargo Barros foi o primeiro bispo de Curitiba e iniciou um trabalho de organização da vida paroquial. Chamou para Curitiba os padres missionários de São Carlos, os padres lazaristas

em 1899, pois já se sabia que a "febre brasileira"⁵⁷ na imigração polonesa começava a ganhar repercussão e força. Diante disso, a Igreja, que no início ignorou as circunstâncias, resolveu apoiar os colonos em sua solicitação de trazer uma educação que cultivasse também a fé polonesa (WACHOWICZ, 1981, p. 45).

Wachowicz (1981) destaca que havia certo temor por parte da Igreja de que os camponeses, católicos fiéis até antes de embarcarem para o Brasil, se perdessem de suas origens ao entrar em contato com os brasileiros, deixando de seguir a Igreja romanizada. Por precaução e para incentivar os imigrantes poloneses a não abandonarem sua fé, antecipadamente foram disponibilizados três padres um ano antes de sua chegada para iniciar uma missão em Thomaz Coelho, hoje município de Araucária⁵⁸.

3.1.1 As Irmãs Filhas da Caridade

Em 1903, as Irmãs Filhas da Caridade foram autorizadas a seguir em missão para Abranches. Depois de muitos apelos e da intervenção do bispo de Curitiba, a Congregação das Vicentinas disponibilizou três irmãs para iniciar trabalhos de educação na comunidade de imigrantes poloneses. Preparadas para assumir a missão ainda em 1903, chegaram ao Brasil em 1904 e logo se puseram a servir à comunidade de poloneses e seus descendentes na cidade de Curitiba, na Colônia Abranches.

A presença e o trabalho desenvolvido pelas Irmãs Pioneiras, como são carinhosamente lembradas, estabeleceram um marco histórico na vida dos poloneses em Curitiba, bem como as outras Irmãs Filhas da Caridade que chegaram depois. A

(os vicentinos) para as colônias polonesas, as Irmãs Filhas da Caridade, as Irmãs da Divina Providência, as Irmãs Zeladoras Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, comprou e construiu a maior parte do Seminário Diocesano, fundou em 1898, em Curitiba, o *Estrella*, um jornal católico, instituiu os retiros para o clero, promoveu as missões. Dom José pereceu em um naufrágio, em 1906. ⁵⁷ A "febre brasileira" foi a política imigratória estabelecida posterior à imigração espontânea ocorrida em Curitiba, criando as colônias Pilarzinho, Abranches e Santa Cândida. Foi uma política colocada em prática pelo presidente da província, Lamenha Lins.

⁵⁸ Thomaz Coelho foi a primeira colônia polonesa no interior do Paraná (situada hoje no município de Araucária), estabelecida segundo a política de imigração do presidente da província paranaense. A missão dos padres vicentinos foi um acordo entre o bispo de Curitiba e o governo paranaense, pois a presença de padres poloneses nas colônias polonesas deveria dar o apoio necessário a essas pessoas na difícil tarefa de iniciar uma nova vida fora da Polônia. Na realidade, as condições impostas eram muito diferentes daquelas propagadas pelos agentes de emigração, uma vez que não eram das mais fáceis, com muito trabalho e pouca ajuda. Nas colônias do interior, as associações, em conjunto com a Igreja, formaram as escolas-sociedades, que fora o início da escolarização de muitas das colônias do interior do estado (TIBUCHESKI, 2011).

vinda das religiosas foi contada e recontada na comunidade de imigrantes. A travessia transoceânica para o Brasil foi uma epopeia, a mesma que muitos imigrantes e missionários fizeram a bordo de um navio. Para essa realização missionária, houve a seleção das três religiosas que assumiriam o trabalho em solo brasileiro, que foram prontamente enviadas para Poznan, na Polônia, para participar de um retiro por cerca de um ano. Essa preparação foi cercada de todos os cuidados, pois o sucesso dessa primeira experiência garantiria a expansão da congregação pelo sul do Brasil.

No dia 4 de setembro de 1904, ainda na Polônia, as Irmãs Pioneiras foram abençoadas pelo padre visitador Józef Kiedrowski, que as animou e encorajou para a missão em terras paranaenses (GÓRAL, 1929; FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 2004). Seguiram de carruagem para a estação de Poznan, trocando de trem em Berlim, seguindo para Paris dois dias mais tarde. Lá permaneceram por mais duas semanas. Estudaram, passearam e oraram na cripta dos fundadores da congregação. Enfim, partiram para Bordeaux a bordo do vapor *Atlantique*, rumo ao Brasil, mais precisamente para a cidade do Rio de Janeiro. Com direito a muitos enjoos provocados pela viagem, passaram pelas cidades de Porto, Lisboa e Dakar, até aportarem no Brasil. As religiosas chamavam atenção pelas vestimentas, em especial os chapéus, conhecidos como "cornetas brancas", e pela muita cantoria. Conta-se que as irmãs polonesas, a cada "encontrão" com os marinheiros, eram saudadas com um "*Vive la Pologne*" (SANGALI, 2007, p. 29).

Na viagem, vieram acompanhadas de outras vinte Irmãs Filhas da Caridade de origem francesa e de três padres vicentinos que seguiam para Araucária no intuito de fortalecer a missão dos vicentinos iniciada anteriormente. Todos seguiram juntos e aportaram na Bahia de Guanabara (FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 2004).

Na chegada ao Brasil, em 2 de outubro de 1904, por duas semanas as religiosas ficaram na Santa Casa, instituição dirigida pelas Irmãs Filhas da Caridade da Congregação da Capital do Brasil (FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 2004). Passado esse tempo, em 5 de outubro seguiram para Paranaguá acompanhadas de Irmã Castet, da congregação do Rio de Janeiro, que iria ajudá-las em sua adaptação na missão em Abranches por duas semanas. Ao desembarcar,

⁵⁹ Embora o hábito das freiras vicentinas polonesas e das francesas fossem idênticos, suas bagagens foram identificadas com uma escrita bem acentuada com "Polônia". Polônia e França, países aliados em antigas batalhas, inclusive lutando juntas, o que deu espaço para brincadeiras entre os marujos.

então na data de 2 de outubro de 1904, contaram com os préstimos das Irmãs de São José de Paranaguá, com as quais se hospedaram para aguardar o dia do embarque de trem para Curitiba. Na plataforma de desembarque, estavam sendo esperadas pelo pároco de Abranches, Padre Niebieszczanski. Já na chegada, as irmãs passaram por um incidente, quando uma das rodas da carroça quebrou e elas acabaram chegando à Abranches quase dez hora da noite. No mesmo dia, ainda foram à igreja para conhecer e agradecer a boa viagem e proteção. E no dia seguinte já iniciaram seus trabalhos na escola polonesa de Abranches, contando com a ajuda da família de José Preiss nesses primeiros tempos.

As três Irmãs Pioneiras⁶⁰ chegaram à Abranches com uma formação sólida e preparadas para enfrentar as dificuldades que poderiam surgir na missão, aptas a ajudar na catequização e estabelecer uma escola católica para os colonos poloneses. As Irmãs Filhas da Caridade chamavam atenção não somente por seu trabalho na comunidade, mas também por suas roupas, um hábito níveo e um chapéu específico, as "cornettes", traje característico da Congregação das Filhas da Caridade.

Com a formação de professoras enquanto religiosas, as "servas de Deus" eram boas ouvintes e conselheiras, o que fazia com que a comunidade de Abranches se sentisse amparada espiritualmente, e por conseguinte também suas crianças. As irmãs desempenhavam a função de evangelizadoras, acima de tudo, correspondendo aos desejos dos imigrantes poloneses. Em entrevistas registradas em Sangali (2005a), encontram-se falas que confirmam o impacto que a presença das irmãs causava, bem como suas características de evangelizadoras:

As irmãs eram todas da Europa naquele tempo. Então juntava as crianças e trazia aqui na escola para falar qualquer coisa das Senhoras de São José, e são assim essas coisas na aula e assim no catecismo, eu também vinha aqui. Acho que tinha umas duas vezes por semana assim; o catecismo as irmãs davam para nós, o padre também (SANGALI, 2005a, p. 16).

A Figura 29 mostra uma homenagem às Irmãs Pioneiras que se encontra no corredor do Colégio Vicentino São José, ao lado da Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

⁶⁰ Quando se observa a vinda de outras congregações, como a do Sagrado Coração em Curitiba, ou mesmo a dos padres vicentinos em missão em Araucária, nota-se que os religiosos eram sempre destacados em trios, e a cada novo grupo que chegava o número era normalmente de três pessoas.

FIGURA 29 - AS IRMÃS PIONEIRAS



Fonte: Colégio Vicentino São José, quadro exposto no corredor da Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Irmã Ludovica Olstzynska, conhecida como Irmã Luíza, nasceu no ano de 1873, em Wolkowo, região da Polônia ocupada pela Alemanha. Era a visitadora61 e respondia pela direção da escola. Foi enviada para o Brasil partindo da província de Chelmno, Polônia, para atender aos apelos dos poloneses e seus descendentes estabelecidos em Abranches. À Irmã Luíza coube ser guia espiritual da missão em Curitiba, iniciando uma escola e o trabalho de catequese. Com diploma universitário de farmacêutica, trabalhou como enfermeira em diversos hospitais da Polônia antes de vir para o Brasil (SANGALI, 2005a; 2007). Assim que se estabeleceu em Abranches, Irmã Luíza iniciou o cultivo de ervas medicinais, bem conhecidas em seus estudos, que doravante passaram a fazer parte da "farmácia popular da colônia". Era vista por todos os colonos como uma mulher forte, pois suportava as dificuldades, ficando conhecida como a "Irmã dos Pobres". Ela foi responsável pela vinda de cinquenta Irmãs Filhas da Caridade da Polônia e, mesmo a distância, quando em suas viagens, mantinha correspondência frequente com as irmãs, para mantê-las informadas e encorajadas.

Na escola, chegou a abrir um ambulatório e uma farmácia para atender os doentes do lugar. Consta nos registros da Congregação das Filhas da Caridade que Irmã Luíza estava sempre pronta para socorrer um enfermo, e apenas o som das rodas de sua carroça nas proximidades já representava um alívio ao doente. Assim encontra se registrada a fala de uma entrevistada: "Pois, longe do hospital de sua Poznan, repleto de equipamentos, assumiu uma pequena escola de madeira, carente

⁶¹ Na Companhia das Filhas da Caridade, uma congregação vicentina feminina, não existe a função de irmã superiora, como a exemplo de outras congregações. O nome que se dá à irmã que ocupa uma função de liderança é de visitadora, pois, segundo a fundadora da congregação, Luísa de Marillac, não deve existir distinção entre elas, uma vez que todas estão a serviço da caridade.

de tudo, entregue à caridade e ao carinho das famílias dos imigrantes" (SANGALI, 2005a, p. 1).

Para as outras duas Irmãs Pioneiras, Leocádia e Natália, que eram professoras de formação acadêmica, Irmã Luíza era considerada uma mãe (SANGALI, 2005f). Há relatos que descrevem o carinho da comunidade com as religiosas, principalmente pela vocação que demonstravam em ajudar os pobres e pela coragem naqueles tempos difíceis. As impressões sobre a missão desempenhada por essas três religiosas comprovam a satisfação dos colonos pelo trabalho que realizavam:

A Irmã Luísa, a primeira professora de Abranches, era corajosa por morar naquela casa que parecia um paiol. Era dedicada, amável e gentil com todos e principalmente com as crianças. Abriu uma pequena farmacinha logo no começo. Trabalhava com plantas, que cobrava um pouquinho de cada um que atendia, pois comprava muitas coisas em Curitiba, coisas que não tinha ali, como extrato de algumas ervas secas que eram estrangeiras ali (SANGALI, 2005a, p. 163).

As Irmãs Pioneiras viam as alunas como "meninas muito tímidas e de pouca cultura, sem saber os bons modos que eram esperados de uma moça". Alarmavam-se pela "falta de jeito" das alunas com as atividades domésticas e com o cuidado da casa. Um comportamento que se devia a várias circunstâncias, e a principal delas, talvez, fosse o isolamento em que essas meninas viviam, dada a distância entre uma propriedade e outra, o que dificultava a troca de experiências entre elas. Essas meninas aproximavam-se da Igreja e da escola com muita curiosidade, por vontade de saber o que realmente se passava dentro dos muros do colégio (SANGALI, 2007, p. 43).

A comunidade, por sua vez, percebia as mudanças que a escola sob os cuidados das irmãs polonesas poderia fazer surgir, principalmente pelo entusiasmo ao assistirem ao primeiro Auto de Natal, uma apresentação que encheu de orgulho os moradores de Abranches.

No mês de dezembro reina aqui um calor muito forte, e nem conseguimos acreditar que é Natal. No dia de Ano Novo as crianças da escola fizeram apresentação do *poklon* – Adoração dos pastores junto ao presépio. Deveria ser exclusivamente para as crianças, visto ser o princípio, mas o povo reuniuse numeroso e todos queriam ver a novidade. Muitos não tinham ideia nenhuma do que seria. As crianças representaram muito bem, e no final duas crianças vestidas de anjo apresentaram felicitações de Ano Novo ao Pe. Vigário. Ele se emocionou, agradeceu cordialmente, mostrando ao povo os sadios resultados da escola Católica, e animava a todos para que enviassem seus filhos para a Escola (SANGALI, 2007, p. 32).

O comentário, citado em uma das primeiras cartas de Irmã Luíza para Chelmno, menciona, além da apresentação do *poklon*, um auto de Natal, uma oportunidade em que o pároco aproveitava para convocar novos alunos, apelando para a emoção dos pais durante a apresentação das crianças, o que demonstra o vínculo entre a comunidade, a paróquia e a escola desde o início do trabalho. Porém, parafraseando Irmã Luíza, "nem tudo foram flores". Os desafios eram muitos, e as dificuldades eram sempre reportadas a seus superiores, em Chelmno.

O primeiro dos desafios surgiu com a preocupação das irmãs em relação aos hábitos e comportamentos das meninas da comunidade. Conforme conviviam com os colonos e alunos, mais as religiosas evidenciavam sua falta de cultura. Na visão das Irmãs Pioneiras, era preciso tomar alguma providência para mudar essa circunstância – em uma de suas cartas, uma das irmãs até mesmo usou as expressões "chucras" e "bichos do mato" ao se referir a algumas alunas. Estava evidente que o trabalho da escola deveria ir além de simplesmente alfabetizar e, mediante essa constatação, Irmã Luíza decidiu tomar providências e formar as moças da colônia. A escola deveria fazer mais do que ensinar as primeiras letras, era preciso evangelizar, bem como ensinar as meninas a serem também boas mães e esposas (SANGALI, 2005a, p. 16).

O segundo desafio a ser superado pelas irmãs envolvia o clima de Curitiba. As religiosas viveram, conforme descreve Sangali (2007), um período de adaptação que durou cerca de dois anos. Vindas de uma região com um inverno rigoroso, não tiveram problemas com o clima frio, considerado tranquilo, porém estranharam o verão intenso, ao qual não estavam acostumadas. Além disso, os novos costumes na terra escolhida eram muito diferentes. Os que mais chamavam a atenção das Irmãs Filhas da Caridade eram os hábitos alimentares, com suas frutas, uma alimentação diferenciada. Foi preciso um tempo para adequarem-se ao clima, na medida em que estavam decididas na missão para a qual foram eleitas. Era preciso sobreviver. Para lograrem bom êxito nesse processo, era salutar a convivência com as famílias que moravam próximas.

As irmãs iniciaram o segundo ano da escola com cerca de 114 crianças frequentando as aulas de alfabetização, mais as jovens que recebiam aulas de trabalhos manuais e iniciação à leitura e escrita no período da tarde. As crianças, segundo as irmãs professoras, eram vistas como "muito atrasadas, pois algumas com doze e quatorze anos não sabiam nem rezar, ou sequer conheciam alguma letra" (SANGALI, 2007, p. 12). A justificativa para a situação era atribuída ao fato de que

muitas moravam "mato adentro", o que dificultava ainda mais o acesso ao que lhes era oferecido.

De acordo com o que escreviam nas cartas que eram enviadas à sede da congregação, as irmãs acreditavam que as alunas "tinham a inteligência pouco desenvolvida" e consideravam que, se algo não fosse feito com urgência, seria preciso um tempo maior de trabalho para reverter a situação. Apesar das impressões, viam as jovens como um "diamante bruto a ser lapidado". Mesmo com toda a dificuldade aparente de aprendizagem, as irmãs não perdiam a "coragem" e se diziam "felizes por Deus ter permitido a elas trabalhar no meio deste povo simples, para sua glória e para o bem deles" (SANGALI, 2007, p. 12).

O imaginário dos colonos de Abranches foi agregando-se à curiosidade dos alunos, na medida em que era a primeira vez que a população tinha acesso a uma escola confessional. Pesava a favor das irmãs o fato de a Congregação das Filhas da Caridade serem conhecidas na Polônia, quando já tinham alguma informação repassada pelos primeiros imigrantes aqui residentes, o que facilitou o entendimento dos alunos quanto à autoridade diária das Irmãs Filhas da Caridade. Juntava-se a essa facilidade o carisma pessoal delas, pois as professoras eram bem próximas dos alunos, segundo consta nos registros, embora o uso do hábito conferisse à sua imagem certo rigor (FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 2004; SANGALI, 2007).

As dificuldades muitas vezes enfrentadas no aprendizado, segundo as Irmãs Filhas da Caridade, eram reflexo das rudes condições de vida dos colonos. Tal circunstância indicava que houve um abandono das crianças em relação aos estudos, mas superar as dificuldades fazia parte da missão das irmãs, e a confiança inabalável que carregavam consigo era transmitida a todos. Sabiam que era possível e que, aos poucos, a escola cresceria e se desenvolveria, e os alunos prosperariam em seus conhecimentos ao adquirir novos hábitos de ensino. Acreditavam em uma união, um tripé que daria sustentação ao futuro da escola polonesa de Abranches: as Irmãs Filhas da Caridade no comando, a paróquia amparando a fé e o povo participando e ajudando naquilo que fosse preciso.

Com a repercussão positiva do trabalho inicial da Escola Polonesa São José entre os colonos poloneses e seus filhos, outras colônias que começavam a se instalar no interior do estado solicitavam o trabalho das Irmãs Filhas da Caridade em suas regiões. Para que a ampliação da missão vicentina no sul do Brasil ocorresse e, assim,

propiciasse a criação de novas escolas, foi necessário solicitar ajuda para atender às solicitações que chegavam, quando também veio da Polônia um novo grupo de três irmãs para se juntar à missão em solo brasileiro. A estratégia adotada pela congregação foi a transferir as professoras mais adaptadas ao Brasil para a linha de frente.

Na ocasião, as Irmãs Pioneiras Leocádia e Natália foram transferidas para o interior do Paraná, com a missão de abrir outra escola. Irmã Luíza, até então diretora da escola em Abranches, foi nomeada vice-visitadora da missão no sul do Brasil, deslocando-se para Thomaz Coelho. A escola polonesa dirigida pelas Irmãs Filhas da Caridade trazia a experiência do ensino adquirido na Polônia, portanto, no entendimento dos poloneses, era um bom exemplo a ser seguido (SANGALI, 2007).

Em 1907, as classes foram divididas em dois níveis de conhecimento: a primeira, com a alfabetização e o ensino dos rudimentos da aritmética; e a segunda, que iniciou os estudos de geografia e história da Polônia, além de aprimorar o ensino de língua polonesa e matemática. Na nova distribuição de pessoal, uma nova irmã cuidava da sala de alfabetização e das classes de trabalhos manuais na Colônia Lamenha Grande. Outra irmã assumiu a cozinha, e a última cuidava da sala de costura.

Por ocasião da vinda desse segundo grupo de religiosas, Irmã Valentine ocupou o cargo de diretora da escola. Irmã Sofia era poliglota fluente em francês, alemão, português e polonês, além de ter conhecimentos em versos e cantos, escrevia os discursos para recepcionar superiores ou autoridades, em francês ou português. Além disso, "saía-se muito bem como professora, uma artista em trabalhos manuais, bordados, canto e teatro, era a alma das festas, muito querida pelos estudantes (SANGALI, 2005b, p. 7).

Irmã Gabriela, por sua vez, era diplomada pela Academia de Música e Belas-Artes de Chelmno. Assim, além de ministrar aulas para as crianças pequenas, tornouse professora de piano de alunas, entre as quais muitas delas se tornariam também Irmãs Filhas da Caridade. No período da tarde, Irmã Gabriela lecionava pintura e fabricação de flores. "Seu tempo era dividido entre aulas de música, pintura e trabalhos manuais: tocava órgão da Igreja e regia o coral" (SANGALI, 2005b).

Em 1908, um terceiro grupo de freiras vindo da Congregação Vicentina da Polônia para reforçar a missão chegou a Abranches. A Escola Polonesa São José agora contava com Irmã Josefa Szandrach, que inicialmente exerceu o cargo de

professora, escolhendo depois trabalhar para os doentes, tarefa com a qual tinha mais afinidade⁶². Completando o grupo enviado pela congregação para reforçar a efetivação da escola, veio também Irmã Tereza Domachowski, a qual, registra Sangali (2005b), chegou a receber menções honrosas da Secretaria de Educação por seus progressos no ensino e na educação, com suas classes sempre se apresentando as mais adiantadas. Mais tarde, Irmã Tereza assumiu a direção da escola, sendo também conhecida pela sua farmácia e pelo atendimento que prestava aos enfermos de Abranches.

Irmã Helena Bruska, que chegou com o quarto grupo de freiras vindo da Polônia⁶³, era uma musicista nata. Nas palavras de Sangali (2005b, p. 10), "Tocava muito bem órgão e cantava como um passarinho. Nunca se cansava de preparar um bom coral para embelezar as liturgias que tanto amava. Sempre repetia: 'Quem canta reza duas vezes'". Além de Irmã Helena Bruska, chegaram Irmã Maria Edler e Irmã Inês. Irmã Maria Edler era professora formada e dedicou-se ao magistério, principalmente aos pequenos, no jardim de infância⁶⁴. Também foi dirigente das Irmãs Filhas de Maria. A terceira religiosa vinda com esse mesmo grupo, Irmã Inês, ficou encarregada das atividades na sala de costura, inclusive da confecção de parlamentos litúrgicos, estandartes e bandeiras para as demais paróquias. Ensinava os meninos nas aulas de trabalhos manuais e na pintura. Era considerada a "pintora" da província (SANGALI, 2005b, p. 12).

Importante ressaltar que Irmã Luíza foi a responsável por trazer cinquenta Irmãs Filhas da Caridade polonesas como reforço para a missão. Muitas ficavam por um período na Escola Polonesa São José e depois seguiam para outras escolas da congregação no sul do país. Irmã Luíza, na função de vice-visitadora, retornou à Polônia várias vezes em cumprimento a seus deveres e encarregava-se pessoalmente de recrutar e acompanhar outras religiosas em sua preparação para a missão que iniciariam em Abranches, um período que demandava certo tempo. Os

⁶² Chamada de "Mãe Szandrach", em virtude de sua solicitude maternal e prontidão em ajudar. Em todas as escolas por onde passou, montou um pequeno ambulatório para atender os doentes e uma farmácia equipada, que contava até mesmo com ferramentas odontológicas próprias, que naqueles tempos eram as torqueses de ferreiros específicas para extrair dentes (SANGALI, 2005b, p. 9).

⁶³ Trabalhou em Abranches entre os anos de 1911 e 1933. Posteriormente, tornou-se diretora do Noviciado das Filhas da Caridade da província de Curitiba, cargo que exerceu por 21 anos, de 1927 a 1948, retornando para Abranches em 1961, onde permaneceu por dois anos.

⁶⁴ Nas informações coletadas referentes ao jardim de infância não há dados claros se foi formada uma turma e qual a idade precisa para essa modalidade de ensino. Porém, há indicações de que era sempre dirigida por irmãs que tiveram uma formação especial para trabalhar com as crianças "pequenas".

dados coletados por Sangali (2005a) permitem afirmar que, entre o período de 1904 e 1972, cerca de 116 Irmãs Filhas da Caridade exerceram suas funções na escola vicentina de Abranches, considerando nesse número as irmãs que se formaram posteriormente no próprio seminário da missão.

De acordo com informações disponíveis no *site* da Congregação Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, a província de Chelmno enviou vários grupos de irmãs missionárias entre os anos de 1904 e 1937, em um total de cinquenta religiosas. O Quadro 1 resume o número de missionárias e a data de chegada de cada grupo. Nele é possível constatar que, até um ano antes da determinação governamental da nacionalização compulsória das escolas de imigrantes, novas irmãs polonesas ainda chegavam ao Brasil. Tal conclusão sugere que, se não fosse a proibição imposta de nacionalização, mais e mais irmãs vindas da Polônia teriam se instalado na província de Curitiba.

QUADRO 1 - CHEGADA DAS IRMÃS POLONESAS

GRUPOS	DATA DE CHEGADA	NÚMERO DE RELIGIOSAS
1	17/10/1904	3
2	29/06/1907	4
3	19/08/1908	5
4	12/08/1911	5
5	15/10/1912	5
6	19/07/1914	6
7	18/11/1921	7
8	19/12/1924	4
9	01/04/1927	3
10	06/12/1930	4
11	24/11/1933	2
12	12/11/1937	2

Fonte: Baseado em Sangali (2005c).

Elaborado pela autora.

Além da determinação de se juntar à missão, na viagem as irmãs traziam apetrechos para uso da comunidade, como parlamentos, objetos sagrados,

instrumentos musicais, livros, revistas, medicamentos, além de dinheiro para abertura de novas casas. Tratava-se de objetos que remetiam à origem polonesa e à religiosidade, reafirmando a polonidade a cada chegada de novas Irmãs Filhas da Caridade (SANGALI, 2007).

Todas contribuíram de forma inestimável para a formação de uma escola cuja qualidade de ensino tinha reconhecimento pela comunidade de descendentes de poloneses, bem como de outras etnias. As Irmãs Filhas da Caridade, além da postura como religiosas e da formação, portavam uma identidade que as distinguia de todos: o santo hábito acompanhado do chapéu, sempre alvo e engomado (Figura 30).



FIGURA 30 – O SANTO HÁBITO E A CORNETTE

Fonte: Congregação Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo⁶⁵.

Essas missionárias seguiam uma rotina de trabalho como religiosas e professoras na Escola Polonesa São José, com uma cultura escolar própria de uma

_

⁶⁵ Disponível em: https://filhasdacaridade.com.br/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

escola confessional. Nos relatos das irmãs mencionados por Sangali (2005a), é possível conferir a rotina de trabalho estabelecida:

Levantávamo-nos às 4h, fazíamos nossas orações e depois uma revisão dos cadernos das crianças, que a gente segurava consigo ou senão preparava as aulas para aquele dia. Ou faziam revisão das aulas. Às 8h batia o sino, recolhia todas as crianças, formavam filas no pátio e depois entrávamos para a sala de aula, cada professora entrava com sua turma para a sala de aula. Tínhamos dois primeiros, dois segundos, uma terceira e uma quarta série. As séries iniciais com bastantes alunos. Às 10h era o intervalo do recreio, 15 minutos de recreio, e depois já batia o sino, formavam as filas e entrávamos para a sala de aula (SANGALI, 2005a, p. 127).

A rotina das Irmãs Filhas da Caridade diferenciava-se um pouco em relação à rotina dos alunos. Após o almoço, enquanto as crianças faziam uma pausa de trinta minutos, as irmãs se recolhiam para suas orações e leituras, além de preparar a aula para o dia seguinte. Na sequência, todos retornavam às aulas, com estudos que seguiam até as 15h, com mais um intervalo. Depois disso, os alunos seguiam para as aulas especiais de trabalhos manuais e as irmãs ocupavam-se com outras obrigações. Acabada a rotina de aula, os alunos se preparavam para o jantar, e às 19h todos estavam na cama, depois de fazer a higiene pessoal (SANGALI, 2005a, p. 127). O currículo da escola buscava complementar o tempo de estudo dos alunos no período da tarde, contribuindo para a prosperidade e o desenvolvimento humano integral dos sujeitos ali inseridos (BIERNASKI, 2017).

A cada grupo de Irmãs Filhas da Caridade que chegava para somar-se à missão, o ensino ofertado pela escola se potencializava. Sempre aptas para atender os doentes, uma vez que muitas tinham experiência na área da saúde por terem trabalhado em hospitais na Polônia, abriam ambulatórios em todas as instituições aqui instaladas. Traziam em sua bagagem a arte, a cultura, o aconselhamento e, é claro, sua formação como docente. Santos (2007), quando trata do processo de organização das escolas polonesas no Rio Grande do Sul, afirma que à escola coube um papel imprescindível na preservação do patrimônio cultural dos imigrantes, na medida em que a primazia cultural trazida de além-mar era a escola.

A vinda das Irmãs Filhas da Caridade para a escola de Abranches, assim como para outras escolas confessionais no sul do país, aos olhos dos imigrantes apresentava vantagem em relação às instituições não confessionais, considerando que o fato de as escolas confessionais manterem vínculos com sua terra de origem propiciava o fortalecimento das relações culturais. Essa situação se reforçava com a

chegada de novas irmãs na missão, pois, além de estarem atualizadas por terem passado por um processo de preparação em Chelmno, aprofundando seus estudos, traziam conhecimentos e informações da sua terra de origem. Traziam, ainda, pequenos mimos, como livros, partituras e objetos sagrados (SANGALI, 2005a).

Na Figura 31, apresentam-se em pé, da esquerda para a direita, as irmãs Genoveva, Vicência, Verônica, Ana Maria, e, da direita para a esquerda, sentadas, estão as irmãs Eulália, Helena e Maria. A última religiosa não está identificada na fotografia original.



FIGURA 31 – IRMÃS FILHAS DA CARIDADE

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Luíza Olstzynska".

Com o processo da nacionalização compulsória, gradativamente, em uma evolução que demandou certo tempo, as irmãs professoras conseguiram dominar a língua vernácula, bem como o método de ensino para as crianças em português. Puderam contar com a ajuda de Padre Góral, pároco de Abranches e autor de diversos livros que auxiliaram na transposição da língua polonesa para a portuguesa. O trabalho desenvolvido em sua obra⁶⁶ foi além do ensino da língua. O pároco de Abranches elaborou vários títulos nos quais decodificava a gramática da língua e

retiros para as freiras.

6

⁶⁶ Outros feitos do Padre Góral incluem a reforma da Igreja Matriz de Sant'Anna, além de ser o responsável pela construção de capelas mais distantes. Padre Góral dedicou-se às escolas, pois as considerava a *cellula mater* do futuro. Foi o fundador da Sociedade de Mulheres "Rainha Edviges" e da Sociedade Agrícola. Foi diretor das Irmãs Filhas da Caridade de 1921 a 1931, sendo o pregador nos

utilizava em seus exercícios de fixação, propiciando a aprendizagem a partir do modo peculiar dos diálogos, o que contribuiu para que poloneses e brasileiros pudessem se comunicar em diferentes situações que requeriam algum contato social ou comercial.

As irmãs de nacionalidade polonesa, depois da intervenção do governo quando da nacionalização compulsória, ficaram proibidas de exercer o magistério, mas ajudavam a cuidar das crianças, na farmácia, ou onde fosse preciso. Mesmo as irmãs mais idosas colaboravam para manter a rotina da escola (SANGALI, 2005a, p. 108). Essas religiosas, sempre à frente, buscavam a educação que acreditavam ser a mais conveniente para a paróquia de Abranches.

No espaço da escola funcionavam também a casa das irmãs e o Seminário da Congregação das Filhas da Caridade da província de Curitiba, que visava formar as alunas jovens que manifestavam o desejo de ingressar na vida religiosa, também com trabalhos na educação. No período da nacionalização compulsória, essas irmãs ocuparam o lugar das professoras na missão da congregação, pois eram preparadas para ministrar aulas, além de dominarem o idioma nacional. Importante mencionar que não houve alterações significativas na rotina das irmãs quando precisaram administrar as adequações exigidas por lei para a nacionalização das escolas de imigrantes. No entanto, houve sim uma demanda maior de trabalhos na escola mediante sua ampliação, o que exigiu a contratação de novos funcionários, e as irmãs foram adaptando-se à nova vida no Brasil, buscando manter traços de polonidade na cultura escolar.

Uma contribuição que merece destaque e que repercutiu diretamente na vida da Irmãs Filhas da Caridade refere-se ao Concílio Vaticano II (1961-1965), inicialmente coordenado pelo Papa João XXIII e concluído pelo Papa Paulo VI, gerando mudanças profundas na Igreja e, consequentemente, para a vida religiosa católica em aspectos diversos. O chamado vocacional no concílio foi intenso, com a abertura de uma forte e séria reflexão. Nesse sentido, era comum muitas mulheres, sem sentirem verdadeiramente o chamado vocacional, ingressassem nas ordens e congregações, mas após o concílio muitas religiosas desistiram da vida confessional. Em contrapartida, houve uma maior participação das religiosas nas decisões da Igreja (COLET, 2017). Nessa perspectiva, as modificações na Congregação das Filhas da Caridade se deram até mesmo com a mudança nas vestimentas das religiosas, que deixaram de usar o tradicional chapéu, a *cornette*, sinalizando uma mudança de paradigma não só das missões, mas da mulher enquanto missionária. Na Figura 32,

apresentam-se as Irmãs Filhas da Caridade participando do Concílio Vaticano II já com o novo hábito, sem as *cornettes*.

O Concílio Vaticano II é considerado um divisor de águas para as congregações, com mudanças que foram se efetivando durante os anos de 1960, quando um número expressivo de religiosas deixa a congregação (SANGALI 2005b).



FIGURA 32 – O CONCÍLIO VATICANO II

Fonte: Congregação Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo⁶⁷.

Em solo brasileiro, é reconhecido o trabalho significativo que essas missionárias prestaram para a comunidade, mesmo no que diz respeito à área da saúde, com a qual muitas se identificavam. Um exemplo é irmã Tereza Domachowski (Figura 33), que trabalhou como professora e diretora em Abranches por dois períodos, de 1908 a 1910 e de 1930 a 1966. Enfermeira de formação, fazia as vezes do médico, e cuidava dos dentes dos alunos. "Outras vezes, vinha uma dentista de Curitiba três vezes ao mês, vinha cuidar das crianças" (SANGALI, 2005a, p. 129). Complementando os cuidados com a saúde dos alunos de Abranches, irmã Pelágia menciona "o trabalho do Dr. Edwino Tempskie, médico externo, que atuou no início do internato" (SANGALI, 2005a, p. 95). Mesmo recebendo atendimento que vinha de

. 7

⁶⁷ Disponível em: https://filhasdacaridade.com.br/. Acesso em: 20 jan. 2020.

fora, nas questões de saúde a comunidade de Abranches sempre pôde contar com as irmãs para complementar um papel que o governo não conseguia garantir para toda a população das colônias.



FIGURA 33 – IRMÃ TEREZA DOMACHOWSKI

Fonte:

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Luíza Olstzynska".

Ao se analisar a equipe de irmãs que atuou na escola, percebe-se o cuidado com que as missionárias eram escolhidas, na medida em que se pode evidenciar, em todos os períodos, a presença de uma irmã com conhecimento em saúde e em várias outras áreas, garantindo uma amplitude de conhecimentos. Da missão das vicentinas, além de escolas, surgiram hospitais, asilos e orfanatos, pois a formação e a experiência que as irmãs traziam as capacitavam para socorrer ou até fazer um diagnóstico, quando alguém da escola ou da comunidade necessitava de farmácia, práticas de enfermagem, dentista e oculista. Desde os primeiros tempos da instituição, a escola contou com uma sala que servia de enfermaria, sala de dentista e até mesmo para exames de visão.

3.1.2 Os funcionários e as senhoras pensionistas

Desde sua abertura, a escola já contava com funcionários (Quadro 2) que exerciam tarefas específicas, como um condutor de carroça⁶⁸ e serviços gerais, cuja função era a de cuidar da lenha, da horta, auxiliar na limpeza e, sempre que possível, ficar de olho nas crianças, como um cuidador. Os primeiros funcionários eram moradores da Colônia Abranches, de composição polonesa. Conforme a instituição crescia em tamanho e número de moradores, aumentava também o volume de trabalho: cuidados com os animais, manter o estoque de lenha, desde receber, rachar e guardar, entre outros serviços, além da manutenção da casa, do quintal, do pátio, da cozinha e até da igreja. Tornava-se, portanto, necessário contratar mais funcionários. Mesmo com voluntários, com o esforço das próprias irmãs, ou com a ajuda de alunos mais carentes como forma de pagamento, ainda assim era muito trabalhoso manter a estrutura e fazer a escola funcionar (SANGALI, 2005a).

QUADRO 2 – SERVIÇOS GERAIS NOS PRIMEIROS TEMPOS

Serviços gerais	Função
Ana Maria Waituch	Cozinha e horta
Vitória Sczpanski	Limpeza da igreja e colégio
Antônio Krasinski	Corte de lenha
"Velho" Kuk	Serviços gerais e carroceiro
Helena Krainska	Auxiliar de cozinha e limpeza
Helena Mickoz	Limpeza, arrumação da igreja e escola

Fonte: Baseado em Sangali (2007).

Elaborado pela autora.

Com a instalação do internato, além dos funcionários usuais para dar conta das demandas já existentes, surgiram os trabalhos especializados de rouparia. Nos primeiros tempos, as roupas eram lavadas e passadas com "ferro a brasa", e havia outros cuidados com as roupas dos internos, caso necessitassem de conserto. Em determinados períodos, eram contratadas senhoras para esse tipo de serviço, e as

⁶⁸ A escola dispunha de uma carroça para o transporte das Irmãs Filhas da Caridade, uma condução para irem às compras, para os passeios, para as aulas na Lamenha Grande, entre outros lugares.

irmãs também se valiam da mão de obra das senhoras pensionistas que moravam no colégio.

Havia uma senhora pensionista que ficava na rouparia com uma máquina de costura, consertando as roupas dos pequenos. Um remendo, um botão, tudo ela arrumava. Durante a lavagem das roupas, as roupas que necessitassem de conserto eram separadas e deixavam no cesto da rouparia. Depois de prontas, as roupas eram organizadas para serem guardadas (SANGALI, 2005a, p. 123).

Enquanto internato, em períodos distintos, principalmente quando o número de internos se manteve em franco crescimento, o colégio aceitava senhoras pensionistas, que na maioria das vezes eram também funcionárias do internato (SANGALI, 2005a). Eram mulheres que trabalhavam e moravam na escola, levavam uma vida ilibada, algumas não tinham família, chegando a morar por muitos anos no colégio, porém sem fazer parte da congregação das vicentinas, ou seja, não faziam os "votos". Seguiam uma rotina dentro da instituição de acordo com as ordens das irmãs, recebiam salário e, mesmo algumas se aposentando após tempo de serviço, continuavam a morar nas dependências.

Essas senhoras eventualmente executavam tarefas específicas ou eram contratadas para alguma função essencial. Seus aposentos eram separados dos dormitórios das irmãs e dos alunos. Entre várias funções, assumiam como tarefas a de cuidar da escola e, em alguns casos, dos alunos. Dentro da organização interna, na primeira década de funcionamento o internato aceitava somente meninas, mas com o passar dos anos admitiram meninos de até 12 anos, como também crianças de outras etnias, já por volta de 1914, e após o ingresso de meninos, alguns senhores foram também recebidos como pensionistas no colégio.

Na Sala da Memória da escola, hoje Colégio Vicentino São José, encontramse dois atestados assinados pela irmã diretora solicitados para fins de previdência social, afirmando que ambas as senhoras eram solteiras, com mais de 60 anos, do lar, vivendo e residindo no colégio em Abranches havia mais de cinco anos e se conservavam em regime de celibato, levando uma vida honesta (Anexo III).

3.2. A ROTINA DOS ALUNOS NA ESCOLA PRIMÁRIA

Analisando a estrutura da escola e seu processo histórico, ficou evidente a necessidade de se pesquisar a rotina dos alunos e como se davam suas relações no ambiente escolar, fossem alunos internos ou regulares. Esse corpo discente certamente revela muito de como se construiu a escola intramuros, com experiências e aprendizados.

Quanto às memórias dos ex-alunos da escola polonesa das Irmãs Filhas da Caridade, é de muita importância o trabalho realizado por Irmã Sangali (2005e)⁶⁹ no intuito de coletar dados e informações, mas que, infelizmente, não foi concluído. Assim, visando ilustrar a rotina dos alunos no período estudado, optou-se por selecionar informações que foram distribuídas entre os anos de 1904 e 1972, quando termina o recorte temporal previsto para este trabalho. Seguindo a rotina da escola na busca por uma educação primorosa que ensinasse a língua polonesa e os princípios do catolicismo ultramontano, pode-se afirmar que tal objetivo de fato se materializou na Escola Polonesa São José. No entanto, nunca é demais ressaltar, foi um longo caminho trilhado, pois as primeiras impressões das Irmãs Filhas da Caridade em relação aos alunos eram de que "as crianças eram rudes, que nunca antes tiveram um contato com o que se imaginava ser uma escola" (SANGALI, 2005a).

Na Colônia Abranches, a língua considerada oficial na escola era o polonês, e todos viam essa preferência com normalidade, uma vez que os alunos eram descendentes de poloneses. Apesar da experiência de uma escola pública em Abranches e de pequenas salas de aula mantidas pelos imigrantes, além de outras salas nas localidades vizinhas, o acesso à escola era difícil. Segundo Malikoski e Luchese (2017, p. 16), a comunidade étnica tinha a intenção de manter alguns valores que para ela tinham se tornado sinônimo de resistência diante dos processos institucionalizados. Então, para os colonos de Abranches, apesar das dificuldades, a escola polonesa sob o comando das Irmãs Filhas da Caridade era uma oportunidade de resistir (SANGALI, 2007).

esse desejo para um próximo trabalho e oportunidade.

⁶⁹ No período de 2004 a 2007, Sangali iniciou a organização de vários cadernos que compõem a coleção histórica comemorativa dos cem anos do Colégio Vicentino São José, porém o último, que trata a respeito de alunos, não foi concluído. Na Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska" há vários apontamentos em relação às memórias de ex-alunos de várias épocas do colégio, mas, na impossibilidade de localizá-los e realizar entrevistas, optou-se por analisar o material disponível, ficando

Desde sua chegada, as Irmãs Filhas da Caridade se puseram a trabalhar com o que havia disponível, ou seja, uma escola contando com uma única sala de aula, uma vez que construção do novo prédio estava sendo finalizada. Na possibilidade de ocupar o prédio terminado, instalaram na fachada a inscrição em polonês identificando a instituição como uma escola polonesa a serviço de São José. Agora a irmãs dispunham de duas salas de aula, uma para cada professora, e a população depositava nessas missionárias uma profunda confiança de que elas saberiam conduzir a escola da melhor maneira:

No início eram duas aulas bonitas, uma de 1º ano e outra de 2º ano. Depois tinha 3º, mas só duas aulas (sala). Meninos e meninas que vinham de longe. O povo ajudava a construir a escola nova. Aonde as irmãs vão tem dinheiro, depois esses pobres nem pagavam, e pagavam muito pouco, não dava para as irmãs viverem e tudo, mas o povo ajudava (SANGALI, 2005a, p. 82).

As aulas na escola polonesa de Abranches iniciaram oficialmente em 16 de novembro de 1904, com cerca de vinte e cinco alunos. Esse número cresceu e, em dois anos, havia 120 crianças matriculadas, uma média de sessenta alunos por sala de aula. Segundo cartas de Irmã Luíza, a primeira diretora da escola, enviadas a seus superiores na Polônia, a escola iniciou seu trabalho com aproximadamente cem alunos, semelhante ao mesmo número que frequentava as aulas da escola comunitária/paroquial, que anteriormente esteve a cargo do professor e sacristão da paróquia de Abranches. No entanto, as Irmãs Filhas da Caridade constataram várias falhas na formação das meninas maiores, entendendo que era preciso contribuir para que as meninas mais velhas tivessem acesso a esse conhecimento (SANGALI, 2007).

Em 1905, em carta a seus superiores, Irmã Leocádia informou que naquele ano 130 alunos haviam frequentado a escola. Nesse período, foi mantida uma rotina no decorrer dos anos, com a oferta de aulas regulares pela manhã e, duas vezes por semana, aulas de trabalhos manuais (crochê, bordado e costura) para meninas maiores⁷⁰. Contando também com aulas, após a missa, aos domingos e dias santificados, para alunos e alunas que não podiam frequentar a escola durante a semana. Segundo Irmã Marta, "os poloneses sentiram muito a falta de escolas permanentes e bem dirigidas, com todas as forças procuram levantar a cultura entre

⁷⁰ Nas correspondências de Irmã Luíza consta que no primeiro ano de funcionamento da escola já havia uma turma de meninas alemãs mais velhas, uma média de 30 alunas, com frequência variando de duas a três vezes por semana, todas de confissão evangélica (SANGALI, 2007, p. 36).

si, desejam muito, mas esbarram na falta de condições financeiras". Assim, saber que a escola estava em funcionamento em Abranches já era motivo de muito orgulho (SANGALI, 2005a, p. 36).

E foi com essa afinidade que a população de Abranches abraçou o trabalho desenvolvido pelas Irmãs Filhas da Caridade, principalmente nos ofícios relacionados à igreja. A "alegria" e o "orgulho de ser polonês" voltaram a brilhar. Havia entusiasmo em participar das missas, em cantar. As correspondências das religiosas enviadas a seus superiores na Polônia deixam transparecer a saudade, mas as missionárias percebiam também que o trabalho que se iniciava por meio da escola seguia transformando o cotidiano da comunidade. E, por sua vez, as irmãs também demonstravam entusiasmo, sentiam-se acolhidas pelos colonos:

Janeiro de 1905. Já são perto de quatro meses que chegamos à nossa nova Pátria e já estamos um pouco acostumadas. Como estamos constantemente ocupadas, o tempo corre rapidamente. Passamos a Festa de Natal felizes e alegres. Durante a Missa da meia-noite, pela primeira vez, recebemos a Divina Criança em tão longínquo país. Uma imensa saudade invadiu nossos corações, de nossas queridas companheiras tão distantes. Mas Jesus enchia nossa alma de suave felicidade e paz. A Igreja estava enfeitada com flores frescas, dando uma maravilhosa visão! O povo preencheu totalmente a Igreja, cantando as mesmas canções de Natal da Polônia (SANGALI, 2007, p. 32).

A Escola Polonesa São José veio completar o tripé que se iniciou com a implantação da colônia: primeiro, a organização das famílias, que culminou na criação do Comitê de Cidadãos, posteriormente Sociedade Abranches; segundo, a construção da igreja, conseguindo também um padre polonês, fortalecendo a paróquia e as duas entidades; e, terceiro, trazendo a missão das vicentinas, as professoras Irmãs Filhas da Caridade, para erguer uma escola polonesa em Abranches. Passada a fase de inauguração, a escola seguiu crescendo, e as três entidades se fortaleciam para cada vez mais preservarem a etnicidade dos poloneses de Abranches, na medida em que o Paraná ainda não oferecia muitas oportunidades para esses imigrantes. Segundo Wachowicz (1981, p. 138), até 1912, o Paraná possuía um sistema de escolas elementares totalmente deficiente, com apenas duas unidades de nível secundário.

Consistentemente, a escola das irmãs vicentinas estabeleceu-se com uma rotina escolar na década de 1910. Em sua organização, nas classes regulares oferecidas pelas manhãs, os alunos ingressavam com 7, 8 e até 9 anos. Em 1906, as turmas mais adiantadas passaram a ter aulas de geografia e história da Polônia, quando já estavam alfabetizadas. Eventualmente, eram trazidas algumas informações

sobre o Brasil, porém o idioma usado para ensinar era o polonês (SANGALI, 2005a). "As irmãs ensinavam na escola primeiro as coisas principais, como a ler, a escrever e a contar, também eram ensinados trabalhos manuais, crochê e bordado" (SANGALI, 2005a, p. 6).

No decorrer dos anos e sob a direção das Irmãs Filhas da Caridade, demonstrando uma educação acertada, a instituição passou a desfrutar de certo prestígio e, consequentemente, houve um aumento na procura de matrículas entre as colônias de imigrantes, principalmente quando a escola começou a aceitar, no período da Primeira Grande Guerra, meninos e meninas, além de criancas de outras etnias.

Wachowicz (2002) compara a diferença entre os dois tipos de escola existentes no Paraná, a saber: as escolas-sociedades e as escolas confessionais. As primeiras haviam sido iniciadas por poloneses vindos da parte ocupada pela Rússia. Foram organizadas pelos moradores e colocavam-se muitas vezes contrárias às escolas católicas, em parte por ciúmes, e em parte pelo debate que se estabeleceu na organização dos professores. Uma disputa que se instituiu também entre clericais e professores progressistas. Vindos em parte da Polônia russificada, os colonos, que já eram arredios pela desconfiança imposta por cinco gerações sem acesso à educação, na dúvida preferiam ter seus filhos fora da escola a verem eles entregues a freiras e padres, embora os moradores de Abranches fossem católicos na sua maioria (WACHOWICZ, 2002, p. 30-31).

Contudo, o fato de a escola de Abranches estar com suas salas de aula lotadas não garantia o tempo de permanência do aluno. Havia um índice de abandono bastante significativo, e havia uma renovação constante de alunos. As crianças pequenas desistiam, assim como aquelas que poderiam progredir para as séries finais abandonavam a escola, depois de aprender a ler. Esse fato chamava a atenção das irmãs professoras. O pároco da Igreja de Santana ajudava sempre que possível e na missa louvava e agradecia o trabalho das Irmãs Filhas da Caridade, além de dar "bronca" nos pais, incentivando para que os alunos voltassem para a escola (SANGALI, 2007).

No entanto, isso era em vão, pois para a comunidade de Abranches a escola era, acima de tudo, uma escola comunitária/paroquial, ou seja, sua atribuição era de simplesmente preparar os alunos para a primeira comunhão. Era comum nas famílias católicas que os pais, ao perceber que o filho estava alfabetizado e recebesse a primeira comunhão, o tirasse da escola. Ou, ainda, os próprios alunos abandonavam

a escola, pois esta já teria cumprido sua missão: ensinar as primeiras letras e preparálos para a primeira comunhão (SANGALI, 2007).

Analisando as matrículas do período no cadastro de ex-alunos, conforme relacionado por Sangali (2005d), constatou-se que a maioria dos alunos entrava na escola com 7 ou 8 anos, e em alguns casos aos 9 anos, e a média de permanência era de um ano. As meninas seguiam os estudos por mais tempo, cerca de um ano a mais que os meninos. Na distribuição dos alunos, havia uma separação entre as alas, sendo uma para meninas e outra para os meninos, todos em carteira dupla, conforme ilustra a Figura 34. Na ocasião da fotografia⁷¹, todos os alunos seguravam um livro, provavelmente para abrilhantar a imagem, apesar de ser comum a utilização de livros e cartilhas pelos alunos.



FIGURA 34 - ALA DOS MENINOS

Fonte: Imagem extraída do filme *Osadnictwo polskie w puszczach Brazylii* (1933) – Em comemoração ao Jubileu de Ouro da chegada dos poloneses em Abranches.

O principal fator apontado para a desistência dos alunos, entre outras possibilidades, foi a distância a ser percorrida pelas crianças, uma vez que, entre as chácaras, da residência dos colonos até a escola havia uma distância de aproximadamente dez quilômetros, e acima disso os alunos acabavam desistindo

⁷¹ Imagem extraída do filme *Osadnictwo polskie w puszczach Brazylii* (1933), em homenagem à Colônia Abranches pela ocasião dos cinquenta anos da imigração polonesa e vinte e cino anos da vinda das Irmãs Filhas da Caridade em missão no Paraná.

(Sangali, 2007). E, de fato, essa era uma jornada árdua para os pequenos, ainda com 7 e 8 anos, e sem opção de transporte, acabavam desistindo e ficando sem acesso à escola. Era comum, na época, que os colonos que moravam distante mantivessem os filhos fora da escola, e nem o sermão da missa de domingo, quando o padre chamava a atenção dos pais para esse abandono, trazia alguma mudança para esse cenário. Padre Biernaski (2017), em entrevista, aponta o fato de que isso ocorria porque as crianças não eram acostumadas ao regime escolar.

As Irmãs Filhas da Caridade procuravam demonstrar afeto pelas crianças, mas disciplina imposta era rígida, e a conduta adequada era cobrada dentro dos muros do colégio, seguindo os padrões do começo do século XX. Em uma fala da entrevistada de Sangali (2005a), a professora afirma que "não pegavam pesado", pois a criança poderia chorar e não querer mais voltar. Mesmo com o rigor, a boa reputação da escola se firmava, em boa parte pelas atitudes das Irmãs Filhas da Caridade, que se mantinham animadas, em constante movimento em busca de novidades e, assim, mantendo a escola com turmas lotadas. Ainda em seus primeiros tempos, o número de matrículas na escola atingiu a média de 120 a 130 alunos por ano (SANGALI, 2005b).

A rotina escolar começava com os alunos entrando nas salas organizados por fila, aguardando para que as professoras entrassem primeiro. Já em suas carteiras, faziam as orações do dia e, na sequência, as professoras realizavam a chamada. No internato, os alunos eram chamados somente pelo número indicado na lista de classe. No entanto, os alunos externos eram chamados pelo primeiro nome, e o sobrenome era usado somente se houvesse na sala dois alunos com o mesmo nome. E era bem comum as irmãs esquecerem o nome dos alunos: "Só os alunos marotos, esses lembrávamos!" (SANGALI 2005a, p. 136). "Não havia reuniões de pais na escola, os alunos recebiam o boletim e o levavam para casa para os pais assinarem, era só" (SANGALI, 2005a, p. 74).

Mas nem tudo era só estudo. Havia o esperado recreio, quando os alunos ficavam livres para brincar com os brinquedos disponíveis, como corda, bola e arcos. Nessa dinâmica, logo que as irmãs perceberam que os alunos compravam merenda na "bodega da esquina", começaram a fazer doces para vender na escola. Instituiu-se assim a cantina. Os doces feitos para vender faziam sucesso entre os alunos, como cocada de coco e de laranja, pirulitos tipo "pimentão" e "vela", bolachas de pão torrado,

coco e claras, e um doce muito famoso, "o vento levou". As irmãs aproveitavam o calor do forno para assar as guloseimas depois que os pães e as broas eram assados.

Durante o recreio, as crianças brincavam de pega-pega e de outras brincadeiras tradicionais, sempre com alguma supervisão, e mesmo de longe constantemente havia uma irmã ou funcionário observando. Irmã Margarida, comentando sobre as crianças, as definiu como sendo "arteiras", porém termina concluindo que "crianças são crianças" (SANGALI, 2005a). Na Figura 35, é possível ver os alunos livres no pátio e todas as irmãs presentes, mas, considerando os depoimentos em Sangali (2005a), pode-se concluir que se trata da encenação do que poderia ser um recreio naqueles tempos de 1930, mas também, provavelmente, de uma euforia em virtude da filmagem em comemoração aos 30 anos da imigração polonesa. Sangali (2005a) geralmente se refere aos recreios com as irmãs sempre recolhidas, no máximo com uma delas ou alguma funcionária fiscalizando o tempo de intervalo.



FIGURA 35 - RECREIO

Fonte: Imagem extraída do filme *Osadnictwo polskie w puszczach Brazylii* (1933) – Em comemoração ao Jubileu de Ouro da chegada dos poloneses em Abranches.

Analisando as entrevistas em Sangali (2005a), observa-se que, na memória dos adultos, as impressões do recreio são literalmente doces, pois a maioria das lembranças referem-se às guloseimas da época. Com base em algumas informações,

pode-se deduzir como era a cultura do lanche nesse momento no Instituto São José, entre os anos de 1939 e 1972. Anterior a esse período, não havia cantina, os alunos traziam o lanche de casa, e aqueles que tinham dinheiro iam até a esquina da escola comprar alguma merenda no armazém. Porém, na busca de levantar fundos para erguer o novo prédio, todos as estratégias foram usadas, entre elas a criação da cantina para arrecadar fundos. Segundo relatos encontrados em Sangali (2005a), eram vendidos pães e doces, entre outros lanches.

A cantina era ótima. As irmãs faziam doce de cascas da laranja, com calda, Era uma raspadinha. Vinha dentro de um jornal enrolado assim num canudo, mas era uma delícia aquela casquinha de laranja, e era bem baratinho. Então, era a única coisa que podíamos comprar mesmo era a casquinha. Eu me lembro que gostava muito do pão do colégio, o pão e o doce eram elas que faziam também. Era um doce aos pedaços, era muito bom (SANGALI, 2005a, p. 152).

Quando se pensa em cultura alimentar em uma escola polonesa, esperam-se doces poloneses, mas não foi o que se encontrou nos depoimentos. Dos doces vendidos na cantina das Irmãs Filhas da Caridade, um que ficou na memória dos exalunos foi a raspadinha de casca de laranja, coberto por uma calda açucarada, conforme antes mencionado. Por ser um doce de valor módico, era o que alguns alunos podiam comprar, equivalendo ao valor das balas de hoje, tão desejadas pela maioria das crianças. Segundo os depoimentos em Sangali (2005a), as Irmãs Filhas da Caridade inicialmente elas mesmas faziam os doces, com as moças do curso de educação familiar ajudando, principalmente na época áurea do internato, entre os anos de 1950 e 1960, para vender nos encontros em que serviam cafés. Porém, após a fase de ouro do internato, até o período de 1966, as irmãs ainda produziam "bolachas de mel", mas optaram por comprar tudo pronto da "Todeschini", da "Lucinda" e da "Glória", todos fabricantes de bolachas e biscoitos de Curitiba.

Mesmo assim, quando surgia um novo doce, elas insistiam com os vendedores pedindo as receitas, pois sabiam que no colégio seria bem mais barato fazer. "Ficávamos de olho nas novidades e ficávamos a perguntar como eles faziam os doces, eles enleavam, enleavam e não contavam nada, mas íamos fazendo amizades" (SANGALI, 2005a, p. 119). As Irmãs Filhas da Caridade compravam os doces conhecidos, tais como maria-mole e pipoca. Alguns produtos de confeitaria eram comprados direto da Buschle, uma distribuidora de confeitaria de Santa Catarina, quando o representante vinha até o colégio e elas faziam as encomendas.

Dessa maneira, as irmãs lançavam mão de suas dinâmicas e visão de mercado, pois o custo para a produção do doce era mais baixo e acabava ficando mais barato para vender. "Estávamos sempre testando e inventando outras receitas" (SANGALI, 2005a, p. 119-120).

Das memórias relatadas em relação ao almoço, uma ex-aluna conta sobre quando os alunos integrais faziam essa refeição no colégio: "Eu almoçava todos os dias, a comidinha era boa, almoçava e de tarde tinha chá. Tinha um refeitório para as meninas e outro para os meninos, cada criança tinha o seu pratinho" (SANGALI, 2005a, p. 147-152).

Outra lembrança que chama atenção e merece destaque nos relatos de Sangali (2005a), ainda em relação ao momento de recreio e suas brincadeiras, diz respeito às relações entre as meninas e os meninos, que se provocavam entre eles. Em 1930, o pátio da escola era um território livre, embora sempre vigiado, e meninos e meninas eram separados por uma linha imaginária, e, em certas brincadeiras de menino, menina não participava e vice-versa (SANGALI, 2005a, p. 36). O relato de Sangali (2005a) descreve como se dava essa relação entre meninos e meninas nos anos iniciais de 1960, quando a linha imaginária dividindo os meninos e meninas persistia:

As meninas ficavam no pátio da Santa e os meninos ocupavam o pátio das festas. Com os recreios separados e no refeitório também, não havia brigas, mas provocações sempre. As implicações eram dentro da sala de aula, as irmãs eram em poucas e eventualmente saíam da sala, para ir lanchar, entre outras coisas. Aí, elas escolhiam um para ficar cuidando. Eu era ruim, sempre que podia, pegava a régua e batia no João Maria, um menino que era quieto, mas quieto de tudo! Eu o surrava, eu implicava porque ele era quieto, hoje somos amigos, mas eu me envergonho disso a toda hora que eu vejo ele (SANGALI, 2005a, p. 147-152).

Das diversões, "Havia as matinês, um baile das Filhas de Maria no salão externo, vinha um guarda para cuidar. Ao final da tarde iam todos embora, felizes" (SANGALI, 2005a, p. 166-167). A Escola São José era um local que além de proporcionar educação, religiosidade, proporcionava lazer e cultura. Traços da polonidade estavam sempre as voltas durantes as atividades, as apresentações, tornando, dessa maneira, significativa na vida dessas pessoas. Acima de tudo, a escola tornou essas pessoas melhores e, consequentemente, um exemplo a ser seguido por seus filhos e netos, fatores que fizeram com que ela e sua família conseguissem sobreviver e progredir, o que também pode ser evidenciado pela

estreita relação entre os conceitos e as abordagens da tríade etnia, cultura e identidade, constituindo os indicadores da cultura da Colônia Abranches.

Para tratar a respeito da rotina dos alunos, faz-se importante trazer os contextos históricos ao longo dos primeiros tempos da escola, com uma rotina que se alterou ou se adequou conforme a necessidade, às vezes mais ou nem tanto. Assim, com o advento dos grandes conflitos mundiais, muitas posturas foram questionadas pela sociedade brasileira e pelo governo, principalmente o fato de as colônias se manterem em uma cultura própria, diferente dos nacionais, fazendo questão de manterem sua língua de origem. Mesmo com a popularidade da escola e o internato das Irmãs Filhas da Caridade entre os colonos, uma coisa era certa para todos: os tempos eram outros, mas as dúvidas persistiam. A Colônia Abranches precisava abrasileirar-se pela língua. Mas era possível mudar o idioma sem perder os costumes? Aprender a falar o português e fazer dela o seu idioma do coração? Seria tudo isso possível? Porque, para o polonês, falar em sua própria língua, manter sua cultura polonesa e sua Igreja fazia parte de um único sentimento. No entanto, no momento da nacionalização compulsória, que se deu em grande parte por motivos de segurança nacional, falar a língua nacional era uma questão de sobrevivência, pois as notícias que chegavam, principalmente pelos jornais que circulavam nas colônias polonesas, eram de que escolas de estrangeiros estavam sendo fechadas (BIERNASKI, 2017).

Wachowicz (1981) traz a questão da afinidade cultural dos eslavos poloneses com a cultura latino-luso-afro-brasileira, afirmando que não era das maiores, na medida em que há pouco correspondência entre elas. Os poloneses sentiam uma dificuldade maior que os espanhóis e italianos para aprender a língua portuguesa, uma vez que eles levavam uma nítida vantagem em aprender a língua vernácula, em virtude da origem latina do idioma. Se, por um lado, a massa camponesa poderia sentir-se atraída pela cultura urbana, por outro, o Paraná não se apresentava ainda como um estado representativo do novo Brasil próspero e desenvolvido, portanto não oferecia elementos culturais capazes de atrair os filhos dos imigrantes para a cultura brasileira (WACHOWICZ, 1981, p. 138-139).

Depois de tantos embates travados por meio dos jornais, a nacionalização do ensino foi decretada compulsoriamente nas escolas estrangeiras em todo o país, com a legislação prevendo a proibição imediata de professores estrangeiros de trabalharem, mesmo os naturalizados. As mudanças em razão da nacionalização seguiram-se com exigência de serem colocadas em prática quase que de imediato. A

Escola Polonesa São José, no entanto, não se abalou, pois já contava em seu quadro com irmãs professoras brasileiras natas, sem contar que as irmãs criaram estratégias para driblarem esse momento sem causar prejuízos para a instituição. Com crescimento da missão das vicentinas, muitas se encontravam em outras tarefas, espalhadas em outras casas da congregação. Nessa perspectiva, a modificação ocorreu mediante a reorganização das irmãs.

A situação em Abranches resolveu-se da seguinte maneira: as professoras polonesas de origem deixaram as aulas e partiram para outras missões, como asilos, atendimento aos pobres, entre outras, assumindo essa função as irmãs professoras brasileiras habilitadas para ministrar aulas, e muitas delas já haviam estado na escola em Abranches e conheciam sua rotina. Como as irmãs viviam à espera de que algo mais sério e urgente acontecesse, não foram pegas de surpresa. As aulas não foram interrompidas um dia sequer na escola de Abranches, no entanto se questionavam se seria mesmo necessário deixar de falar o polonês? Por muito tempo ainda se falou a língua de origem na escola, pois as crianças não entendiam o português, e para ensinarem a falar o português utilizaram-se da língua polonesa.

Por sua vez, na colônia, cada vez mais os contatos se estabeleciam entre pessoas que não falavam o polonês. Os próprios descendentes de poloneses foram aprendendo o português, e, sempre que possível, deixando de falar em polonês. A urgência de se falar a língua portuguesa mostrava-se em outros aspectos que não apenas pela exigência da lei. Para alguns, o simples fato de não ser incomodado pelo governo ou ser olhado diferente por um brasileiro já era motivo suficiente para falar em português.

Além disso, a Colônia Abranches cada vez mais alcançava o centro comercial de Curitiba, pertencendo a um município que crescia aceleradamente, e assim seu espaço foi gradualmente se integrando à capital. Sangali (2005a) destaca um exemplo dessa situação na década de 1938, quando a vergonha de ser polonês se expressa na língua, em um encontro inusitado que revela os conflitos pela expressão da língua:

Quando as crianças encontravam algum senhor na rua, a gente tinha de cumprimentar "Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo". Um dia uma menina que estudava no colégio, ela encontrou um senhor italiano, desses antigos, e sempre se fazia assim, pois aprendeu com a mãe que deveria cumprimentar uma pessoa idosa ou que não seja de idade, passe e cumprimente. Quando na rua a menina avistou um senhor, era um italiano, lembrou-se do ensinamento e o cumprimentou "Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo", mas falou em polonês, e ele se virou: "O quê?" E ela repetiu

novamente; ele disse: "O que você fala menina?" Aí ela ficou com medo e saiu correndo, chegou em casa e falou isso, ela disse "Nunca mais eu vou cumprimentar um senhor em polonês". Porque falávamos só em polonês, daí ela não sabia brasileiro, não (SANGALI, 2005a, p. 77).

Como visto, eventualmente as crianças das colônias polonesas passavam por situações vexatórias ao se expressarem na língua polonesa. Ainda, surgiram expressões consideradas ofensivas, que destratavam os poloneses, e até mesmo a simples palavra "polaco" para muitos poloneses já era um incômodo. Falar o português talvez fosse uma decisão que, além de ser mais confortável, protegeria as crianças de zombarias e, quem sabe, de eventuais agressões. O preconceito existia de ambos os lados. Dos colonos para com os brasileiros também havia diferenças, com cada um buscando defender suas barreiras culturais. Dentro de uma escola polonesa, as crianças sentiram-se protegidas por anos, mas a partir de 1938 a situação mudou. Agora, as irmãs estavam proibidas de falar em polonês na escola, e na Igreja o padre não devia mais rezar em polonês. Os jornais poloneses foram proibidos de circular, todos severamente fiscalizados por órgãos de repressão do governo.

Na escola, quando a fiscalização que chegava sem avisar foi tornando-se habitual, a principal orientação era a de que todos ficassem de olhos e ouvidos atentos. Também se decidiu designar uma das professoras que falassem melhor o português, de preferência brasileira nata, que se disporia a receber e acompanhar os fiscais ou o inspetor de ensino. Em Sangali (2005a), muitas das entrevistas mencionam essas inspeções inoportunas. No entanto, desde o primeiro grupo de religiosas vindo da Polônia, já havia irmãs que eram preparadas para receber as autoridades, fossem estrangeiras ou brasileiras, quer se tratasse apenas de uma visita ou de uma fiscalização de repressão. Assim, quando os fiscais batiam à porta da escola, lá estava uma das Irmãs Filhas da Caridade disponível para recebê-los, acompanhá-los e convencê-los de que tudo estava na mais perfeita ordem. Enquanto isso, as outras irmãs, ou alunos que porventura tivessem alguma dificuldade em demonstrar que haviam sido nacionalizados, principalmente na questão da língua, entravam colégio adentro e "sumiam".

Diante de circunstâncias tão opressivas, as irmãs decidiram elaborar um novo plano para a escola, a começar pela alteração de nome, designado agora de Instituto São José. Munidas de determinação, partiram para construir uma escola em que

trariam para Abranches a melhor educação possível, pois o trabalho não se encerraria com a proibição da língua polonesa, pelo contrário, a missão estava apenas começando (BIERNASKI, 2017). Até a inauguração do novo colégio, que passaria a se chamar Instituto São José, as irmãs e a comunidade trabalharam duríssimo. As irmãs buscaram ajuda para o planejamento, e as senhoras de Abranches se movimentaram para organizar as quermesses e levantar o dinheiro necessário. Os alunos ajudaram até mesmo na construção.

Par finalizar este tópico, vale mencionar que na década de 1940 a escola registrou o número de seis turmas de alunos do ensino primário, da primeira à quarta série. As alunas maiores não frequentavam o período matutino de aulas, pois participavam da alfabetização no curso de educação familiar, fossem como alunas internas ou que frequentavam regularmente as aulas no turno da tarde, caso alguma aluna chegasse sem ter sido alfabetizada antes (SANGALI, 2005e).

3.3 A ROTINA DO INTERNATO DE ABRANCHES

A Escola Polonesa São José iniciou a oferta de regime de internato para meninas no final da década de 1910. A escola oferecia um lugar para dormir para jovens que moravam distante, ou quando a família estivesse disposta a pagar pela formação em tempo integral para as jovens. As Irmãs Filhas da Caridade percebiam que somente as aulas do ensino regular não eram suficientes para a formação dessas meninas, na medida em que o conteúdo das aulas era voltado ao ensino primário, e na equiparação entre as escolas públicas e privadas exigida pelo governo, conforme registra Sangali (2007), a oferta das disciplinas para a formação familiar, curso que era então oferecido no período da tarde, complementava o trabalho das irmãs religiosas.

A experiência de internato para meninas já era conhecida no Brasil. Lage (2014) aponta que a Congregação das Filhas da Caridade oportunizou uma nova perspectiva de ensino em Minas Gerais, nos anos finais do século XIX. As escolas vicentinas eram diferentes dos recolhimentos católicos anteriores que se estabeleceram no período do Império⁷², e a congregação vicentina trouxe uma

⁷² As congregações aprovadas pelo papado (XVIII-XIX) eram as religiosas de *vida perfeita*, as reclusas que proferiam votos perpétuos, sendo ordens religiosas em comunidades independentes de outras casas. Já as religiosas congregadas de *vida ativa*, que proferiam votos simples ou de obediência,

possibilidade de assistência a meninas órfãs, estendendo-se, porém, para atender meninas de família abastada. Antes de a congregação instalar-se em Mariana (1849) e Diamantina (1867), ambas cidades mineiras, as meninas eram retiradas da família. No período da instalação das escolas em Minas Gerais, a intuito era do fortalecimento do ideário ultramontano, no qual, em um ambiente feminino, as promotoras de ensino, as freiras ou educadoras mantinham estreitas relações com as internas ou educandas (LAGE, 2014, p. 1-21).

Quando os colonos de Abranches solicitaram à Congregação de Chelmno ajuda para iniciar uma escola em Abranches, tinham em mente somente uma escola regular. Todavia, passados quatro anos, então 1908, iniciaram o internato de forma natural ao abrigarem seis meninas que moravam distante, aos poucos iniciando as primeiras atividades de "economia doméstica", oferecidas no período da tarde. Essas aulas foram constituindo-se no currículo do curso de educação familiar, cuja oficialização se deu somente em 1914. A média de matrículas por ano nesse curso era de 20 a 30 moças, que eram instruídas nas primeiras letras e também preparadas para serem futuras donas de casa e mães, quando recebiam noções de higiene e culinária, complementando o currículo da escola (SANGALI, 2005a; 2007).

Na prática, as irmãs já procuravam fazer a diferença. Segundo Wachowicz (2002, p. 36), essa atitude garantiu às Irmãs Filhas da Caridade a primazia nesse tipo de curso no sul do país, voltado para as filhas dos imigrantes poloneses. Segundo Malikoski e Luchese (2017, p. 88), a comunidade étnica tornou-se a configuração do ser e do fazer nos processos identitários negociados, bem como no processo de escolarização ou de ensino e aprendizagem. Utilizando a língua polonesa, o catolicismo romanizado e a rotina escolar, as irmãs professoras determinaram qual seria a escola ideal para Abranches.

As moças entravam para o curso de educação familiar, que pela perspectiva das famílias polonesas era uma oportunidade de tornar as moças de Abranches mais preparadas para a vida, de acordo com Sangali (2005a). Algumas dessas meninas eram observadas pelas irmãs e, quando demonstravam ter alguma vocação religiosa, recebiam o convite para fazer parte da Congregação das Filhas da Caridade. Muitas moças, no entanto, segundo relatos mencionados em Sangali (2005a), já chegavam

renováveis em determinados períodos e com regras, suas congregações caracterizam-se por um misto de práticas sociais e religiosas, podendo circular pelas cidades, possuindo uma superiora-geral no local da fundação da congregação (LAGE, 2016, p. 58).

no internato com essa intenção, e outras descobriam a vocação com o passar do tempo, vivenciando a experiência de internas, familiarizando-se com a rotina da escola.

Padre Biernaski (2017) afirma que essa era uma forma de recrutar jovens para a Congregação das Filhas da Caridade. Abraçar a vocação de ser freira era uma oportunidade de avançar nos estudos, pois para ser uma Irmã Filha da Caridade era necessário terminar os estudos primários e depois se juntar à missão vicentina, primeiramente como aspirante, até estar pronta para fazer os votos para tornar-se uma religiosa da congregação de fato (SANGALI, 2007). Muitas seguiam fazendo o magistério nas escolas de Curitiba, para poder continuar como professoras.

As atividades educativas foram incluídas no currículo das internas aos poucos. Como exemplo, citam-se as alunas internas que ajudavam na cozinha e acabavam aprendendo a cozinhar – mais à frente, quando da formalização do curso de educação familiar, essa prática passou a compor a disciplina de culinária. Assim, em dois anos as irmãs estabeleceram uma rotina, e a rotina estruturou o currículo. Outro exemplo eram os trabalhos manuais, também ofertados no período da tarde. Essas atividades, informa Sangali (2005a), incluíam aulas de costura, bordado e crochê para as meninas, e para os meninos as aulas eram de cestaria.

Importante mencionar que as práticas ensinadas dependiam das habilidades das irmãs professoras, com uma variedade que ofertava aulas de artes (pintura, música), o ensino de trabalhos manuais (corte e costura, crochê, tricô e bordados) e cuidados com a casa, passando pela culinária e pelo atendimento às jovens que eram preparadas para exercer sua função também no Clube das Filhas de Maria. Concomitantemente, conforme eram abertas novas escolas no Paraná e em Santa Catarina, o quadro de Irmãs Filhas de Caridade ampliava-se por meio do noviciado. Quando alguma jovem se mostrava interessada em ingressar na congregação, era convidada para estudar no seminário, sendo preciso mudar para a cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Wachowicz (1970b), as exigências para as escolas particulares perante o governo brasileiro nas primeiras décadas de 1900 davam-se somente em relação à higiene e à moral, mas a fiscalização do governo estadual era incipiente e inócua. Assim, ficava a cargo da comunidade, da Igreja e das irmãs decidirem os rumos da escola polonesa de Abranches, do internato e, posteriormente, do seminário. As irmãs que possuíam diplomas de professoras tinham o privilégio de

determinar o conteúdo, o currículo, as normas. Aos alunos cabia seguir e ser comandado, pois a escola seguia o método de ensino tradicional.

Comparativamente, Lage (2016) assim ressalta a educação ofertada pela mesma congregação em Minas Gerais:

Esses eram os aprendizados que desejavam para uma menina da elite naquele momento: uma educação literária, musical, moral e também de prendas domésticas, enfim, uma educação que as preparasse para circularem nos salões da sociedade da época e também se transformarem em ótimas esposas e mães nos moldes do catolicismo. [...]. Ali as órfãs eram preparadas tanto para trabalhos futuros, com a confecção de artefatos que poderiam ser comercializados, quanto para exercer a função de professoras (LAGE, 2016, p. 63).

Sangali (2007), por sua vez, informa que a Escola São José, em especial o internato, ofertava o curso de formação para o lar, cujos conteúdos eram pautados em economia doméstica e nos preceitos católicos ultramontanos. Aos moradores de Abranches também houve outras possibilidades de escolha para a formação escolar de suas meninas, pois desde 1856 o governo brasileiro possibilitava a vinda de congregações femininas com a finalidade de criar colégios confessionais para formar bem as futuras mães, uma vez que educar uma menina era a promessa de se ter uma professora no lar.

Em Abranches, porém, havia algumas diferenças quanto às práticas educativas estabelecidas nas escolas das vicentinas de Minas Gerais citadas por Lage (2014), bem como de outras escolas de Curitiba. Embora mantivesse igual direcionamento, de que as alunas deveriam receber formação para serem esposas e mães nos moldes do catolicismo ultramontano, as diferenças consistiam no fato de que no internato de Abranches a formação estimulava alguma autonomia para as meninas.

Nas propagandas distribuídas nas colônias polonesas, as Irmãs Filhas da Caridade destacavam que, dentro das casas polonesas as mulheres deveriam ser mais bem preparadas para contribuir com o sucesso da família, pois "o que a dona de casa economiza vale tanto quanto o marido ganha" (WACHOWICZ, 2002, p. 37). Mesmo que timidamente, havia um reconhecimento do trabalho das mulheres, uma valorização em uma sociedade que não estimulava a formação escolar para esse público. Essa iniciativa das Irmãs Filhas da Caridade de Abranches sutilmente sugeria uma mudança de comportamento, e era de certa forma um avanço nas questões relacionadas à valorização feminina.

Uma exigência para as alunas internas era providenciar um enxoval exclusivo para ser usado na escola, cujos itens eram assim relacionados: 4 lençóis, 4 fronhas, 4 toalhas (2 de banho e 2 de rosto), 2 ou 3 pares de sapato, 1 par de sapato preto para compor o uniforme, que consistia em: sapato preto e meia branca, 2 uniformes, um para do dia domingo e outro para a semana, que podia ser de fustão, contanto que fosse saia azul e blusa branca para as meninas, e calça azul e camisa branca para os meninos. No domingo, as meninas usavam uniforme de gala, composto de saia de casimira pregueada, boina e blusa branca engomada, uma exigência que valia tanto as meninas como para os meninos. Nos dias frios, os alunos usavam seus próprios blusões, que podiam ser de qualquer cor, além de cada um usar a roupa que tinha durante o inverno (SANGALI, 2005a, p. 138).

Com a notoriedade de ser a primeira instituição das Irmãs Filhas da Caridade no Paraná e, consequentemente, de difundir a educação vicentina, a escola de Abranches serviu de modelo para todos os internatos da congregação vicentina que começaram a surgir no interior no sul do país, tais como em Araucária, Prudentópolis e São Mateus, no Paraná, além de Itaiópolis, em Santa Catarina. Passada a Primeira Grande Guerra, o internato de Abranches continuou a crescer, e no interior do colégio as crianças eram mantidas afastadas das dificuldades resultantes da pressão do governo sobre as escolas estrangeiras, que persistiam, por mais que aparentemente houvesse uma boa relação entre a Igreja e a governança local.

A convivência das alunas e as práticas educativas proporcionavam a manutenção da casa, ao mesmo tempo que serviam para disciplinar tanto os alunos internos como os externos que faziam jornada integral, com todos eles participando das atividades de cuidado da casa.

A rotina incluía aulas pela manhã, tanto para os alunos internos como externos, com intervalo às 10h. O almoço era servido ao meio-dia, com os alunos internos retornando aos estudos às 15h, e os demais voltavam para casa. Depois das aulas regulares, que poderia ser de religião e, mais à frente, aulas de polonês, vinham as aulas especiais, de atividades manuais. No período da tarde, as atividades femininas eram corte e costura, tricô, crochê e bordado, e para os meninos eram aulas de marcenaria, tapeçaria, cestaria, entre outras. Acabado esse momento, era servido o jantar, das 18h às 18h30min. Os alunos internos se recolhiam entre 19h30min e 20h.

No espaço de tempo do recreio, às vezes as crianças saíam do colégio e iam comprar sua merenda no armazém da esquina. "Muito dos alunos internos podiam

pagar, outros eram mais pobres, alguns eram brasileiros, mas todos se tornaram amigos, formavam-se grupos das meninas e outro das gurizadas" (SANGALI, 2005a, p. 78). Alguns eram vistos pela comunidade como "filhos de ricos", pois podiam pagar um lanche, mas na realidade eram todos iguais, e em pouco tempo se tornavam amigos. Sempre foi permitido conviver estabelecendo amizades, mas visitar os aposentos era proibido, bem como algumas áreas internas do colégio. Interessante, essa regra era algo que gerava curiosidade em todos os alunos que não eram internos, criando um suspense entre as crianças (SANGALI, 2005a, p. 78).

Os alunos ficavam brincando no pátio e as irmãs ou as aspirantes mantinhamse sempre nas imediações, vigiando, pois sempre havia a possibilidade de alguém se machucar durante as brincadeiras. Na hora de se recolher, primeiro os alunos tomavam banho, sempre acompanhados pelas irmãs. Era preciso certificar-se de que faziam sua higiene corretamente, porque não dispunham de banheiro, apenas de lavatórios para lavar os pés. No jantar, os alunos também eram acompanhados e depois seguiam para uma sala, no andar inferior, para rezar. Depois do momento de orações, seguiam para os dormitórios.

Nos anos entre 1934 e 1950, um senhor fora contratado para cuidar dos meninos do internato, seu Olegário, que passou a morar no colégio. Ele acompanhava e dormia no quarto com os meninos. As meninas ficaram sob os cuidados de D. Júlia e D. Lina, que as acompanhavam. D. Júlia também era professora de costura (SANGALI, 2005a, p. 102; 2005c). Os dormitórios contavam com 20, 30 e 40 camas e eram divididos conforme a faixa etária da criança, havendo alunos pequenos, médios e os maiores.

Em referência ao período do Instituto São José, conforme entrevistas em Sangali (2005a), Irmã Ricardina é a personalidade mais citada pelas entrevistadas, tendo trabalhado em Abranches de 1939 a 1959. Era a irmã responsável pelos meninos internos, levantava várias vezes e fazia a "ronda", indo de dormitório em dormitório, aluno por aluno, verificando se estavam todos deitados, se estavam bem, se estavam descobertos, se estavam doentes, se tinham pesadelos, atenta às necessidades das crianças. Com as meninas, a responsável pelos cuidados era Irmã Júlia, algumas vezes substituída por uma das aspirantes ou postulantes, a quem cabia a responsabilidade de fazer a ronda. "Ao romper do dia, pela manhã, Irmã Ricardina ia de quarto em quarto e dizia: 'Viva Jesus', e era a hora que todos pulavam da cama,

ajoelhavam-se perto da cama, faziam suas orações, depois arrumavam a cama e iam lavar-se e vestir-se" (SANGALI, 2005a, p. 129).

Aos sábados, as aulas eram ministradas até o meio-dia, com um intervalo para o almoço, e seguiam novamente os estudos até as 14h, e depois disso as crianças estavam livres dos estudos. No entanto, sábado também era dia de faxina, e todos precisavam ajudar. Meninas e meninos participavam da limpeza, que se iniciava pelos dormitórios e depois pelos pátios, deixando tudo limpo e organizado para o domingo. Apenas no segundo domingo do mês era quando os alunos visitavam a família. Os pais vinham buscá-los no sábado, após as aulas, e retornavam na segunda-feira. "Mas havia aquelas crianças que suas famílias moravam muito distante, de outros estados ainda, até da Argentina tivemos aluno, estas ficavam de folga no colégio" (SANGALI, 2005a, p. 128).

Nesse período, havia cerca de cento e cinquenta alunos externos e cem internos. "Era muita roupa, muito sapato, então tínhamos senhoras que nos ajudavam" (SANGALI, 2005a, p. 127). A demanda de trabalho era grande, mas não descuidavam da boa apresentação dos alunos, conforme destaca Sangali (2005a):

O domingo começava pela missa, às 8h na Igreja e às 9h já estavam de volta para a catequese e depois estavam livres para brincar a tarde toda. Todos os alunos iam uniformizados, com seus uniformes, e ninguém podia entrar na escola sem uniforme. Os meninos com a camisa bem engomada, sapato preto, meias brancas e o terninho azul. Os sapatinhos bem engraxados. As meninas com boina azul na cabeça, blusa branca e saia azul-marinho pregueada, com sapatinho azul e meia branca (SANGALI, 2005a, p. 128).

Para as refeições, fora elaborado um cardápio na própria escola, servindo aos alunos e às irmãs. Em seus registros, Sangali (2005a) dá um exemplo do cardápio do almoço:

O almoço era escolhido diariamente, fazia-se carne, arroz, feijão, batatinha, ou batata-doce, ou mandioca. Também serviam eventualmente bife com batatinha. As carnes eram encomendadas de Curitiba, do açougue "Garmatter" e quem entregava era o padeiro. As verduras eram da horta e muita coisa dependia do clima. O almoço sempre variava. Era servido arroz, verdura cozida, salada e carne, e de sobremesa fruta [...] Algumas vezes serviam sopa de feijão (SANGALI, 2005a, p. 119).

⁷³ O açougue Garmatter situava-se na Rua Nestor de Castro, próximo à Catedral de Curitiba.

Na Sala da Memória do Colégio Vicentino São José, encontram-se preservados vários objetos da cozinha antiga da escola, como balança, tachos, cortadores, além de uma máquina de moer carne para fazer linguiça.

Quase toda a produção de frutas, verduras e legumes era de Abranches, cultivados na chácara da escola, que colhia uva, laranja e limão, assim como outras frutas da região, também produzidas nas chácaras dos moradores. As frutas eram usadas em diversas preparações, conforme explica Sangali (2005a):

Eram espremidas, destilavam e faziam sucos, doces, geleias ou vinho que usavam para fazer sagu. As frutas eram fervidas, espremidas e destiladas depois deixadas para esfriar e fermentar, descansando por 3 a 4 dias nos potes de barro, que cabiam cerca de 8 litros. Depois de prontos, eram envasados (SANGALI, 2005a, p. 131).

Como havia uma grande quantidade de frutas disponível na produção da colônia, elas eram aproveitadas durante o ano todo: "As frutas eram desidratadas (peras, maçãs, bananas e figos). Além disso, faziam mingau, arroz-doce, canjica" (SANGALI, 2005a, p. 119).

Com a ampliação do prédio e a inauguração do Instituto São José, no início da década de 1940, a rotina estabelecida não sofreu alterações. O uniforme imposto para as meninas continuou saia azul e blusa branca, e por cima do uniforme os alunos agora usavam um guarda-pó azul, uma cor preferível à branca, que não foi aceita pelos pais. Uns diziam que os alunos ficariam iguais aos do grupo escolar da região, outros falavam que era uniforme de pedreiro, então a cor determinada ficou o azul. Terminado o momento de escola, muitos alunos tiravam o avental, dobravam e guardavam em suas malinhas, já os alunos internos penduravam seu avental em cabides, que eram numerados, cada interno tendo o seu. "Os internos, para assistirem às aulas usavam uniforme igual aos alunos externos; após as aulas é que usavam roupa comum, era livre. Quem queria vinha de sapato, ou chinelo" (SANGALI, 2005a, p. 137).

A prática de momentos da religiosidade católica no internato de Abranches manteve-se como parte da instituição até o seu fim. Um exemplo era as leituras à noite, quando as Irmãs Filhas da Caridade liam trechos da Bíblia, histórias sagradas que seriam usadas durante as aulas. Ainda nesse intuito, havia a leitura de trechos do conteúdo de catecismo, com o propósito de prepará-los para as aulas.

Havia alunos de várias religiões, como adventista, sabatista, presbiteriano, até islâmico. Os pais de outras religiões traziam seus filhos porque acreditavam que o ensino do Instituto São José era mais forte do que outras escolas em Curitiba, ou até de São Paulo ou do Rio Grande do Sul (SANGALI, 2005a, p. 140).

O trabalho sempre foi pautado num respeito entre os alunos para com as professoras, era um respeito mútuo (SANGALI, 2005a, p. 138).

Pela citação, conclui-se que havia também muito respeito com as crianças de outras religiões. Outro exemplo desse momento de religiosidade era ao acordar, quando todos rezavam, um ritual que era também repetido antes das refeições. "Às vezes durante algum trabalho elas pediam 'Irmã, puxe o terço', e todos participavam, elas gostavam" (SANGALI, 2005a, p. 139).

Uma quebra de rotina imposta pela Irmã Superiora Perz⁷⁴ durante os anos em que desempenhou a função de diretora em Abranches, entre 1927 e 1934, fazia-se pelo seu hábito de entrar nas salas em silêncio e assistir parte das aulas, um momento tenso para os alunos e para as professoras.

A superiora, a Irmã Estanislava Perz, ia de sala em sala assistir às aulas das irmãs. Na sala de aula, sentava na última carteira e ficava quietinha, assistindo à aula como uma estagiária normalista. Anotava no caderno o que estava falho, e após a aula dizia: "A senhora deu muito bem, mas faltaram esses pontos, a senhora tem que corrigir nisso e nisso, e a gente tinha de corrigir". Ela entrava na sala de aula e ia verificando os cadernos dos alunos, a gente tremia um pouco e as crianças também. Quando terminava e ia embora, sentíamos um alívio, pois sabíamos que tínhamos feito tudo certo (SANGALI, 2005a, p. 140).

As aulas do período da tarde também eram oferecidas para os meninos e as meninas que moravam perto da escola, os alunos integrais, que permaneciam o dia todo na escola e iam dormir em suas casas, um serviço oferecido desde os primeiros tempos de funcionamento da escola. Já as meninas que dormiam na escola, as internas, seguiam um currículo em parte diferenciado. Buscava-se aplicar práticas educativas fortalecidas na cultura peculiar do ideal de uma escola polonesa católica, com muita religiosidade, além do currículo de economia doméstica.

⁷⁴ Irmã Valentine Estanislava Perz, tinha formação docente e experiência em enfermagem. Depois de trabalhar em Abranches, substituiu Irmã Luísa como visitadora nas escolas do sul do Brasil da Congregação das Filhas da Caridade. Nesse período, as escolas já não eram exclusivamente para poloneses, mas também recebiam italianos, alemães e brasileiros, entre outras etnias. Pelos serviços prestados para a cidade de Curitiba, Irmã Perz recebeu uma homenagem com seu nome a uma praça, próxima a Casa Provincial, em comemoração ao 1º Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná (SANGALI, 2005b, p. 20).

Além do currículo regular estabelecido, todos os alunos ajudavam na produção de alimentos. Eram as atividades preferidas pelas crianças, pois era um trabalho que conheciam, estavam acostumados em casa a contribuir. A Figura 36 registra meninas trabalhando em uma horta, e ao fundo pode-se ver o antigo prédio da escola polonesa, com a primeira ampliação do internato, o que sugere tratar-se dos anos entre 1908 e 1927.



FIGURA 36 – MANUTENÇÃO DA HORTA

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

As crianças contribuíam com trabalho na horta, nos cuidados com os animais e ainda com trabalhos manuais de cestaria. Todos sempre em constante atividade e sempre supervisionados pelas irmãs ou funcionários. Assim Sangali (2005a) menciona sobre o aprendizado dos alunos:

As crianças que moravam lá na escola, elas assistiam às aulas com as crianças que vinham, com todos, e depois da escola eles tinham trabalhos manuais, vinham meninos e meninas, e os meninos estavam aprendendo... fazendo coisas de vime, cestinhas, até mesinhas de madeiras estavam fazendo (SANGALI, 2005a, p. 16).

A questão da higiene dos internos do colégio era levada bastante a sério pelas Irmãs Filhas da Caridade. Para a higiene pessoal dos alunos, nos primeiros tempos, no final do corredor do piso superior havia jarras de água e bacias, bem como uma bacia esmaltada para alguma necessidade no meio da noite. Cada aluno possuía um

kit com toalha de rosto, toalha de banho e sabonete. Nessa época, usavam paninhos para a higiene dental e o banho era duas vezes na semana, sempre às quartas e sábados, no período da tarde. Irmã Marta descreve o preparo do banho como um "verdadeiro ritual".

Começava logo muito cedo, com o acendimento do fogo (fogueiras) para esquentar a água em dois grandes tambores. Durante todo o dia, duas aspirantes enchiam os tambores com água retirada do poço (hoje embaixo da estátua da Santa, no pátio interno da Escola). Com os baldes, a água era levada até uma grande sala onde era acesso o fogo e colocada dentro dos tambores. Numa sala contígua havia duas banheiras separadas em duas salas, uma para meninos e outra para meninas. As aspirantes colocavam água quente, "temperavam" com água fria e cada criança entrava na banheira para o seu banho, cada um tinha o seu sabonete e sua toalha pessoal. Quando a criança acabava o seu banho, as aspirantes (sempre em duas), entravam na pequena sala, soltavam a água, lavavam a banheira, secavam e tornavam a encher de água quente e fria para o próximo banho, e assim seguia-se a tarde toda até que todos tivessem acabado a sua higiene. A seguir dos alunos, o banho era preparado para as aspirantes e depois para as irmãs. Este trabalho era feito duas vezes por semana, às quartas e aos sábados, sempre à tarde (SANGALI, 2005a, p. 35).

A cultura da higiene corporal dos alunos foi uma prática também desenvolvida pela escola, já que chegavam ao colégio sem muita noção de asseio corporal. Sangali (2005a) assim descreve as atividades de higiene realizadas pelos alunos no período do internato da Escola São José:

Tinha os lavatórios, que era uma bacia apoiada numa cadeirinha com um furo, um pertinho do outro, era uma fila de uns 10. Tinha torneira, jarros com água de manhã, quando a gente lavava o pé. Depois tomava café e ia para a aula. O banho completo só duas vezes por semana. De tarde lavava outra vez. Eram dois banheiros, uma para as meninas e outro para os meninos. Nas quartas e sábados era dia de tomar banho, havia certa demora, pois tinham que esperar a encher a tina, a esvaziar, a limpar e colocar mais água para o banho. Sempre de dois em dois alunos e na presença de duas aspirantes também. Nessa época eram uns 30 alunos internos. Para a higiene dos internos a água era quente, pois o inverno de Curitiba judiava! (SANGALI, 2005a, p. 129).

Para a higienização dos dentes, inicialmente usavam um paninho, e depois passaram a contar com um dentifrício em pó. Mais à frente, no período do Instituto São José, passaram a dispor de escovas dentais, de uso coletivo, sendo uma para os meninos e outra para as meninas. Na época, o creme dental usado pelas crianças era da marca Kolynos, bastante popular e ainda hoje lembrada por muitos brasileiros. Para as crianças internas era exigido um enxoval, que deveria ter toalha de rosto, de

banho e roupas. Com o decorrer do tempo e condições, o acesso a outros itens de higiene pessoal foi se efetivando entre os alunos e na cultura da higiene da escola.

Em relação à saúde coletiva dos alunos, nos primeiros anos da década de 1940, primeiros tempos do Instituto São José, houve epidemias de sarampo, caxumba e de doenças de inverno. Dos casos graves, consta o registro de um internamento hospitalar, que, segundo Irmã Pelágia, "foi feito um grande alarde com os médicos de Curitiba, mas na verdade foi só um caso de alergia medicamentosa". Outro caso registrado foi o falecimento de uma aluna com aproximadamente 7-8 anos, de compleição frágil, que teve uma forte pneumonia e não resistiu (SANGALI, 2005a, p. 93).

No que diz respeito à arquitetura do prédio, com o transcender de suas modificações visando suprir os cuidados com a higiene e ao bom funcionalismo dos cômodos, dá-se origem a uma nova forma de comunicação cultural, que também é pedagógica em um sentido amplo e distinto. Para Viñao Frago e Escolano Benito (2001), a arquitetura influencia a sociedade, favorecendo uma cultura mais aguda e primorosa, marcando épocas e comportamentos. Desse modo, os autores afirmam que a função pragmática da arquitetura adquire uma função semântica (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO BENITO, 2001, p. 38).

Na história arquitetônica da escola, como antes mencionado, a estrutura do prédio foi sendo adaptada conforme necessidades e condições. Ainda no aspecto higiene, nos banheiros, primeiramente foi instalado água e depois o encanamento de esgoto, com uma rede de escoamento sendo incorporada na ampliação do prédio, na década de 1940. Nos registros fotográficos dos 1970, percebe-se que os sanitários foram modificados em suas paredes, portas e instalação hidráulica, e somente o piso ainda se manteve, o piso hidráulico, conforme Figura 37.





Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

A título de concluir este tópico, ressalta-se que a boa fama do internato trouxe novos alunos, o que contribuiu para ajudar na manutenção das despesas. Foram ampliando-se não só as vendas da cantina, como também nos cafés oferecidos aos pais em suas visitas. Quando os pais vinham para a visita, as irmãs preparavam um salão de café, e os pais mais abastados "encomendavam uma mesa" em que era servido café e tudo o mais, como se fosse uma festa. Havia uma diversidade de guloseimas: "folheados" pastéis com nata, "joelho", sonhos e biscoitos. As mesas eram servidas e todo o consumo cuidadosamente anotado. Ao final da tarde, os visitantes pediam a conta, pagavam e iam embora: "Teve um tempo que até garçom tínhamos, o sr. Vutzen, que vinha da Barreirinha, trabalhava como garçom e não cobrava nada" (SANGALI, 2005a, p. 117).

Irmã Matilde relembra os domingos em que o café era servido:

O café começava a ser servido após as 13h e seguia até a última visita ir embora. Os pais que tinham dinheiro pediam para que o filho convidasse seus amigos para se sentarem à mesa; então até os mais pobres ou sem família participavam do lanche com a família. Tinha um turco que vinha visitar o seu filho e pedia para preparar um sanduíche de mortadela e queijo (SANGALI, 2005a, p. 117).

⁷⁵ Folheado é um canudinho de massa de manteiga recheado com creme.

No terceiro domingo do mês, que era reservado para a visita, as professoras tinham contato com os pais, conversavam e relatavam como estava a criança, se precisavam chamar a atenção para que melhorasse nos estudos ou alguma doença que eventualmente pudesse ter tido, o que era sempre comunicado (SANGALI, 2005a, p. 131). De acordo com Sangali (2005a), o café encerrava-se após terminada a última visita, e só então era servido pão com linguiça para os alunos como jantar. Do café, quando sobrava algum alimento, entre doces e quitutes, era distribuído entre as crianças pobres no lanche do outro dia (SANGALI, 2005a, p. 119).

Os cafés promovidos pelas irmãs era uma das fontes de renda do colégio, e os doces, bolos, pães, entre outras receitas desenvolvidas na cozinha da escola, também faziam parte dos conteúdos aprendidos e desenvolvidos pelas alunas do curso de educação familiar. Nessa dinâmica, nem todos os doces eram de origem polonesa, bastava ser gostoso e que pudesse alavancar as vendas para ser incorporado ao cardápio. As irmãs, sempre que possível, quando iam para o centro de Curitiba visitavam confeitarias, faziam pesquisa e pediam receitas. As moças aprendiam e treinavam essas receitas, e parte dos lucros financiava outras novas receitas, ou seja, no colégio, o movimento do internato contribuía para a geração de renda utilizada para abater parte das despesas da escola. A fama do curso era muito boa, e os cafés eram uma forma de divulgar o trabalho realizado pelas irmãs.

Importante mencionar que um dos registros de Sangali (2005a) descreve situações em que alguns alunos eram internos por motivo de separação dos pais:

Uma coisa que eu me lembro dos internos nos anos 50 era de que muitos que ficavam lá eram filhos de pais separados, eles deixavam os seus filhos lá. Sabíamos por que ouvíamos as irmãs falarem, muitas eram abandonadas pela família. Alguns levavam muitas coisas para os seus filhos, inclusive leite condensado, aquilo era difícil. Minha mãe não comprava. As mulheres da cozinha cozinhavam para elas e elas comiam na lata, dava uma vontade de querer (SANGALI, 2005a, p. 135).

A escola das Irmãs Filhas da Caridade em Abranches e também as do interior do sul do Brasil firmaram-se como escolas que ofertavam o ensino primário, em regime de internato ou externato, com a possibilidade de aulas em regime integral. De Escola São José para Instituto São José, a partir da década de 1937, foram poucas as mudanças e, em geral, os alunos permaneciam na escola da primeira à quarta série, quando concluíam o ensino primário. Concluído esse nível de ensino, alguns alunos se preparavam para fazer o exame de admissão nas escolas de Curitiba. Caso

fosse reprovado, voltava a fazer a quarta série até que conseguisse se aprovado no exame, mas eram poucos os repetentes (SANGALI, 2005a, p. 130). Embora não fosse regra, os rapazes buscavam o Colégio Estadual do Paraná, já as meninas se preparavam para o ginásio visando ingressar no curso normal, no Instituto Paranaense.

3.4 O SEMINÁRIO DA PROVÍNCIA DE CURITIBA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FILHAS DA CARIDADE

Ao concluírem o curso primário no internato, muitas moças faziam a opção de seguir a vocação confessional, o que abria a possibilidade da renovação do grupo das novas Irmãs Filhas da Caridade em solo brasileiro. Era uma oportunidade que se apresentava para as jovens internas de continuar os estudos dentro da escola, porém como aspirante a Irmã Filha da Caridade. Trazer as irmãs da Polônia, mesmo que tenham sido bem recebidas e esperadas pela comunidade, era um alto custo para a congregação. Chamar essas jovens para fazer parte do futuro da congregação constitui-se em uma possibilidade de formar as novas professoras, viabilizando ampliar e estabelecer cada vez mais a missão educacional vicentina, entre outras questões.

Na ampliação da missão vicentina, nos anos adventos da Primeira Guerra Mundial, algumas jovens optaram por entrar para a missão da Congregação Filhas da Caridade, e a vida confessional era bem aceita pelas famílias, um caso de orgulho polonês. No entanto, foi necessário esforço para superar as dificuldades para cursar o seminário na cidade do Rio de Janeiro. A dificuldade inicial foi a língua, pois, embora pertencesse à congregação vicentina, no seminário carioca a língua falada era o francês, o que exigia uma fluência nesse idioma. Outra dificuldade mostrou-se em relação à distância, uma vez que as jovens não estavam acostumadas a ficar longe da família. E a terceira dificuldade deu-se na adaptação ao clima quente, ao qual as moças também não estavam acostumadas.

Na experiência durante o tempo das Grandes Guerras, a Congregação das Filhas da Caridade percebeu que as missões espalhadas pelo Brasil precisariam de mais independência, o que se mostrou evidente quando a comunicação ficou muito complicada, chegando a ser cortada, e a congregação do sul do Brasil, que seguia as recomendações da Casa Mãe em Chelmno, ficou isolada. Com a lentidão entre as

comunicações em virtude da guerra, muitos problemas menores eram resolvidos pela visitadora de Abranches, porém as situações mais complexas permaneciam estacionadas aguardando instruções de Chelmno. Assim, o Seminário da Província da Congregação das Filhas da Caridade do sul do Brasil foi criado e passou a funcionar no mesmo prédio da escola (FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 2004). A Figura 38 mostra a capela da casa provincial da Congregação das Filhas da Caridade, no bairro das Mercês, em Curitiba.



FIGURA 38 – CAPELA DA CASA PROVINCIAL DAS MERCÊS

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Para tornar-se uma Irmã Filha da Caridade era necessário mais que disposição, era preciso demonstrar às Irmãs Filhas da Caridade uma proximidade com a missão. O convite para entrar para o seminário era feito de modo franco e direto, e as moças e as famílias aceitando, eram promovidas a aspirantes, que começava a estudar os conteúdos do seminário, "faziam as provas e, aos poucos, as meninas vislumbravam a possibilidade de se tornar uma postulante. Alcançavam um novo degrau, com mais

estudos, mais responsabilidades até fazer os votos e receberem o santo hábito" (SANGALI, 2005a, p. 23).

Para ser uma Irmã Filha da Caridade era necessário seguir a rotina dos estudos e aos poucos se juntar à missão vicentina. Primeiramente como aspirante e, quando estivesse pronta, a jovem fazia os votos. Se a opção fosse ser professora, fazia o curso normal nas escolas de Curitiba. Independentemente do futuro, as aspirantes a se tornarem Irmãs Filhas da Caridade trabalhavam em todas as atividades na escola de Abranches. Entre suas tarefas, deveriam auxiliar as irmãs professoras durante as aulas, cuidar das crianças nos intervalos e, principalmente, auxiliar nos cuidados com as crianças internas. Irmã Marta dá um exemplo, quando revela: "Duas aspirantes eram destacadas por noite para fazer a ronda, verificando as crianças se havia alguma doente ou mal agasalhada ou ainda com sonhos ruins" (SANGALI, 2005a, p. 34).

Conforme novas Irmãs Filhas da Caridade se formavam, dava-se a ampliação da missão. Em Abranches, com a nacionalização compulsória do ensino, foram as alunas formadas no seminário de Abranches que substituíram as irmãs polonesas, então proibidas de exercerem o magistério. O seminário em Abranches funcionou no mesmo espaço que a Escola São José até a construção de prédio próprio no bairro das Mercês, próximo à paróquia vicentina, aproximadamente em 1923. Em virtude dessa mudança, abriu-se espaço para uma ampliação expressiva do número de vagas de novos alunos.

3.5 OS INTERNOS DO INSTITUTO DE AMPARO AO MENOR

Em meados de 1960, o Instituto São José de Abranches encontrava-se no seu auge, funcionando pelas manhãs como uma escola primária convencional e no período da tarde com atividades educativas para alunos integrais, além de contar com alunos internos e o curso de educação familiar para moças. Recebia filhos de descendentes de poloneses, como também cidadãos ilustres de Curitiba, pois os jovens que buscavam uma boa formação ingressavam no Instituto São José. Havia alunos que pagavam um valor menor que a mensalidade estipulada, mas havia aqueles que não pagavam nada, uma vez que eventualmente as irmãs acolhiam órfãos e filhos de pessoas pobres, mas que contribuíam trabalhando para o colégio. No entanto, no ano de 1966, um incêndio em suas instalações provocou mudanças sensíveis no funcionamento do internato de Abranches. Esse evento dramático

provocou um esvaziamento do número de matrículas de alunos internos e o internato praticamente fechou, restando aproximadamente sete crianças, de acordo com registros de Sangali (2007).

A saída encontrada para vencer tamanha dificuldade foi contar com a ajuda do estado na reconstrução do prédio, mediante um convênio firmado entre a congregação e o estado durante o governo de Paulo Pimentel (SANGALI, 2005a). O convênio previa que o instituto abrigasse em regime de internato crianças órfãs, o que fora então aceito pela congregação das Irmãs Filhas da Caridade, que recebeu meninos de até 12 anos do Instituto de Amparo ao Menor (IAM). O Instituto São José, até então um dos internatos de maior prestígio entre as ex-colônias de poloneses, foi assim reconstruído pelo governo estadual após ter sofrido o incêndio que destruiu uma ala inteira de sua estrutura. A escola continuou a ser uma instituição particular, com seus alunos pagantes, mas agora abrigando também um orfanato.

Desse modo, o trabalho do internato passou "formativo", entre os anos 1940 até 1966, para um trabalho de "assistencialismo", que seguiu de 1966 até os primeiros anos da década de 1970.



FIGURA 39 – OS NOVOS MORADORES DO INSTITUTO SÃO JOSÉ

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Nos primeiros anos do convênio firmado com o instituto, o governo fornecia suprimentos mais que suficientes para a alimentação dos menores, assim como outros produtos para ajudar na manutenção da casa (Figura 39). Nessa nova

realidade, com menos funcionários e o governo contribuindo com a alimentação, a horta foi abandonada e poucas hortaliças foram cultivadas. No entanto, gradativamente a situação inverteu-se e começaram a faltar produtos para preparar as refeições dos menores do IAM. Uma das irmãs tomou a iniciativa de capinar e reativar a horta com a ajuda dos meninos, no que passou a ser uma atividade frequente para todos, pois era preciso ter o alimento na mesa. Em seu relato, Irmã Ângela assinala que para manter a horta era preciso vender uma parte da produção:

Eventualmente vendia um pé de alface, um pouco de couve, alguma coisa assim, para pessoas que apareciam para comprar, então, com esse dinheiro ela comprava as sementes, pois o dinheiro era escasso. Foram tempos de penúria, a produção que sobrava presenteava alguns vizinhos mais carentes (SANGALI, 2005a, p. 61).



FIGURA 40 – A HORTA E OS MENINOS DO INSTITUTO DE AMPARO AO MENOR

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Reativar o cultivo da horta foi um modo de disciplinar e formar os menores por meio do conhecimento da terra, ao plantar, cultivar e cuidar das plantas, uma cultura polonesa antiga, mas que na situação em que se encontravam contribuía sobremaneira (Figura 40). Foi um período marcado por muitas dificuldades financeiras, com poucos alunos pagantes e o governo contribuindo cada vez menos, tempos difíceis para as Irmãs Filhas da Caridade conseguirem sustentar e administrar a estrutura do internato. Esse estado de penúria também foi sentido por outras instituições de órfãos no Paraná, ocasionando uma procura permanente dessas

instituições pela ajuda de órgãos governamentais. O governo estadual, por sua vez, buscava soluções pontuais para cada instituição ou congregação que recorresse para obter ajuda⁷⁶. No depoimento de uma irmã que trabalhou no internato de Abranches, é possível perceber as dificuldades enfrentadas:

É difícil com criança porque não chega funcionário, lembrando que o funcionário trabalha 8 horas e que criança precisa de cuidado o dia inteiro, desde levantar até dormir. O cuidado é de tempo integral, e as crianças órfas não têm quem pague os serviços, o governo paga pouco as irmãs na luta para conseguir prover tudo o que elas precisavam (SANGALI, 2005a, p. 50).

A situação mostrou-se alarmante quando começou a efetivamente faltar comida para os meninos do orfanato. Com a diminuta contribuição do governo, a saída foi pedir doações para a comunidade de Curitiba. As irmãs buscavam os donativos, fossem nas fábricas de bolachas, de macarrão, ou de qualquer outro produto que fosse utilizado no preparo das refeições. Segundo relatos, muitas crianças chegaram a realmente passar mal sentindo fome durante a aula, em virtude da pouca alimentação, quando eram encaminhadas novamente para o refeitório.

As dificuldades não foram somente relacionadas à manutenção da casa, mas também com o quadro de trabalhadoras, uma vez que após o incêndio houve um remanejamento das Irmãs Filhas da Caridade e poucas permaneceram em Abranches. Assim, a diretora, Irmã Salomé Detz, acumulou as funções de diretora, professora e secretária, pois não havia alguém para ajudar. Infelizmente, a irmã acabou adoecendo de tanto trabalhar (SANGALI, 2005a, p. 166).

As entrevistas mencionadas em Sangali (2005a) afirmam que os primeiros internos órfãos eram meninos carentes de afeto e revoltados, de comportamento difícil. No início do convênio, ficou determinado que duas irmãs seriam as responsáveis pelos alunos do IAM, com cada uma encarregada de cuidar de 50 meninos. As irmãs se desdobraram entre o possível e o impossível e aos poucos foram encontrando estratégias para driblar as situações e educá-los. As atividades realizadas pelos meninos, agora os novos moradores da escola, após o almoço era a educação física e o ensino de trabalhos manuais ou artes plásticas. Importante frisar

Muitos internatos mantidos por congregações religiosas no Paraná foram fechados na década de 1970, durante o governo de Álvaro Dias. Foram tempos de penúria, as instituições enfrentavam dificuldades de todo aspecto e, como alternativa, buscavam ajuda governamental, que raramente acontecia. Os pedidos de ajuda se arrastaram por muito tempo, com as congregações sempre pedindo auxílio para o governo, e este buscando soluções que nem sempre representavam o anseio da comunidade.

que nesse momento a escola abrigava o orfanato e oferecia aulas curriculares no período da manhã para crianças.

Superadas as primeiras agruras após o incêndio, houve uma tímida retomada do atendimento aos alunos regulares, e o instituto então contava com cerca de doze senhoras pensionistas. Diante de muitas urgências e pouca receita, era preciso encontrar formas de conseguir recursos para pagar as despesas, além de dar conta de todo o trabalho, pois havia poucas irmãs ali atuando naquele momento, configurando mais uma dificuldade a ser vencida.

Além das dificuldades econômicas, havia outras em relação à adequação do comportamento dos meninos órfãos, que apresentavam resistência em seguir as ordens impostas, como no exemplo relatado a seguir por Irmã Pelágia:

Eles tinham muitas dificuldades de seguir as ordens, eram revoltados. Se pedíamos para organizar uma fila, não faziam, iam do jeito que queriam. Para fazer eles lavarem as mãos antes de comer era outra dificuldade. Não atendiam, não seguiam as ordens do refeitório. Aos poucos fomos bolando psicologicamente, fomos estudando o comportamento, e assim fomos conseguindo. Eram bons meninos. A idade era até 12 anos. Observávamos quem eram os líderes, daí fazíamos um trabalho para que eles fossem líder do bem e não do mal (Irmão Pelágia *apud* SANGALI, 2005a, p. 167-169).

Regularmente o IAM em Abranches recebia mais meninos, que chegaram a um número de cento e cinquenta, mudando de instituição conforme completavam 12 anos. Esses meninos seguiam para a unidade do IAM de Campo Comprido, em Curitiba, quando continuavam a escolarização em outro internato, cujos cuidados eram prestados por homens (SANGALI, 2005a, p. 189). As meninas não foram aceitas em Abranches, por isso então seguiram para um internato na cidade de Jacarezinho (SANGALI, 2005a, p. 169).

Quando o Instituto São José recebeu os meninos do IAM, houve certa resistência por parte das irmãs professoras. Das dificuldades apontadas, consta a escassez de material didático para esses alunos. Nesse impasse, a diretora passou a lecionar especialmente para essa turma, que era composta de cerca de quarenta alunos. Para o IAM instalado no Instituto São José, o governo disponibilizou três professoras contratadas em regime suplementar, como em qualquer escola pública. Na Figura 41, tem-se uma turma de meninos, de 7 a 9 anos, e no alto da escada a Irmã da Caridade responsável e a professora suplementarista da turma.



FIGURA 41 – OS ÓRFÃOS DO INSTITUTO DE AMPARO AO MENOR

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

No período em que se instalou o orfanato, poucas Irmãs Filhas da Caridade permaneceram no Instituto São José, e as poucas que ficaram acabaram acumulando cargos e responsabilidades, sem mencionar os cuidados com os alunos da escola regular pela manhã, os alunos órfãos e as atividades da tarde. Além disso, conforme os meninos do IAM eram transferidos para outras instituições, na idade de 12 anos, da mesma forma o número de irmãs também diminuía.

A rotina estabelecida com os meninos do IAM, entre os anos de 1966 e 1972, era simplificada se comparada com o regime de aula regular, pois não havia uma oferta diferenciada de disciplinas. Os meninos do IAM iniciavam o dia com uma oração proferida em comum, depois todos seguiam para a igreja para assistir à missa, e na volta era servido o café da manhã. Na sequência, tinham aula até as 10h, quando faziam uma pausa para o recreio e retornavam com as aulas até o meio-dia, sendo liberados para trocar de roupa e seguir para o refeitório para servir-se do almoço. No período da tarde, os meninos órfãos tinham educação física e realizavam atividades de trabalhos manuais, acompanhados de uma irmã que se encarregava de ensinálos. Terminadas as atividades, era hora de se recolher. No recreio ou depois do jantar, os meninos do IAM assistiam a um pouco de televisão na sala de TV (Figura 42). Depois desse pequeno tempo de distração, eram levados pela irmã responsável para as orações e seguiam para a cama, entre 18h e 18h30min (SANGALI, 2005a, p. 178).



FIGURA 42 - SALA DE TV

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Após a reforma, o novo alojamento não apresentava uma separação de quartos (Figura 43), sendo um espaço de dormitório enorme, no qual a irmã responsável "dormia na frente, separada por uma cortina de fibra, qualquer barulho e ela acordava" (SANGALI, 2005a, p. 178). Em relação à disciplina, passado o período de adaptação, de modo geral os meninos se relacionavam bem, brigas violentas não existiam ou muito raramente aconteciam, e havia apenas pequenas discussões.



FIGURA 43 - ALOJAMENTO

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Após o convênio firmado com o governo, em que o Instituto São José recebeu meninos órfãos em acordo pela reconstrução exigida em virtude de um incêndio, os tempos em que os fins de semana de visita dos pais era um evento em Abranches ficaram esquecidos. Tudo havia mudado, e pouquíssimas pessoas visitavam os órfãos. No intuito de trazer conforto humano, alguns meninos foram apadrinhados por casais da comunidade, em uma sugestão da diretora, Irmã Detz. Era uma oportunidade de alguns órfãos saírem do instituto e passar o fim de semana convivendo com uma família. Aos que ficavam na escola, o lazer preferido nesse momento era o futebol ou algum passeio com as irmãs (SANGALI, 2005a, p. 179).

Apesar de todas as dificuldades de conseguir manter o internato com os menores carentes do IAM, com o passar dos anos houve o abandono por parte do governo. No entanto, as irmãs sentiram que a missão de cuidar dos necessitados, os órfãos do IAM, dava continuidade à obra iniciada desde a chegada das Irmãs Pioneiras, um trabalho de dedicação que tinha sentido com os votos das Irmãs Filhas da Caridade. Assim, no período da manhã, as atividades da escola primária continuaram a prestar seus serviços para a comunidade do bairro Abranches, estabelecendo, na medida do possível, relações com a cultura polonesa e com a paróquia. E seguiram também com o orfanato, buscando um equilíbrio para cumprirem a sua parte, fosse pelo convênio ou pela ideologia da obra vicentina.

De acordo com Sangali (2005a, p. 189), com muita paciência e tato, as poucas irmãs e funcionários conquistaram a confiança dos meninos órfãos, e iniciou-se um bom trabalho pedagógico e de humanização. Além do trabalho escolar, esses meninos recebiam atendimento médico e odontológico semanalmente nas instalações da escola. O convênio teve validade por dez anos, porém, já nos anos iniciais de 1970, poucos órfãos foram designados aos cuidados das Irmãs Filhas da Caridade. Com o vencimento do contrato, não houve intenção por parte das instituições em renovar o contrato. Por alguns anos, muitos dos meninos, então crescidos, voltavam para visitar as irmãs e a comunidade, demonstrando um vínculo de amizade e respeito entre ambos.

3.6 AS FILHAS DE MARIA, A ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ABRANCHES E OS MARIANOS

Quando se buscam evidências de ex-alunos nos relatos de Sangali (2005a, 2007c), encontram-se três grupos organizados em associações. As Filhas de Maria e os Marianos e a Associação das Senhoras de Abranches. Há registros das Filhas de Maria já na primeira década de funcionamento da Escola Polonesa São José. Os marianos, no entanto, funcionaram por pouco tempo, e a Associação das Senhoras de Abranches aparecem em várias circunstâncias na história da instituição. Todas essas associações destinavam-se a complementar a estruturação da escola, bem como contribuir nas obras para levantar fundos para a igreja e o colégio. Foram criadas pelo inventivo dos padres que eram destacados como vigários na paróquia de Abranches. A finalidade maior, porém, era a de oportunizar a vida social e cultural da comunidade, em conjunto com a Sociedade Abranches (BIERNASKI, 2003, p. 18).

O grupo das Filhas de Maria reunia-se no período da noite (Figura 44). Eram momentos em que as conversas versavam sobre outros temas além de religião, visando preparar as jovens para as responsabilidades da vida adulta na comunidade. Entre as várias atividades das Filhas de Maria, geralmente diretamente ligadas às tarefas da igreja de Abranches, fazer parte do coral era uma delas.



FIGURA 44 – ASSOCIAÇÃO FILHAS DE MARIA

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Geralmente cantávamos no coral da igreja até se casar e depois despedíamos das Filhas de Maria e saíamos do coral, mas os homens continuavam a participar do coral. Para sair havia também uma pequena cerimônia entre as integrantes, coisa simples, geralmente na escola, tinha de ler uma espécie de livro (SANGALI, 2005a, p. 72).

Sangali (2005a) relata que os encontros eram realizados nas dependências da escola e, mais que um espaço de formação, era um momento em que a confraternização com os rapazes proporcionava amizades e casamentos, conforme relato a seguir:

Nos primeiros tempos das Filhas de Maria ainda era o prédio antigo, não tinha o prédio de cima, não era grande. Havia uma entrada que entrávamos com uma carrocinha, tinha um poço. Estacionávamos a carroça dentro do pátio. Para entrar nas Filhas de Maria havia uma cerimônia para receber as "cifras", participar do Coral da Igreja, os ensaios eram à noite... Só havia música de igreja, tinha diversas, que tinham aquele livro grosso. [...] Foi nesses cantos que entre um olhar e outro conheci o meu marido (risos) (SANGALI, 2005a, p. 71).

As Filhas de Maria, quando convocadas pelo pároco ou pelas Irmãs Filhas da Caridade, participavam prontamente das reuniões e dos preparativos para os eventos especiais, como a procissão com o Santíssimo, após a missa das dez horas, sempre no primeiro domingo de cada mês. A procissão avançava pelas imediações da igreja de Abranches com as Filhas de Maria usando vestido e sempre com os cabelos cobertos por um véu, levando velas e fita branca (SANGALI, 2005a). Quando as jovens se casavam, desligavam-se da Associação das Filhas de Maria, assim como deixavam de cantar no coral. Algumas entravam para o grupo das Senhoras de Abranches.

As Senhoras de Abranches (Figura 45) organizavam-se em reuniões que aconteciam após a missa das oito horas de domingo. O local dos encontros era no prédio da escola e a pauta consistia primeiramente na atualização das informações dos programas e calendário de visitas. Depois eram discutidos os temas de interesse das senhoras, que era previamente escolhido e preparado por uma delas, que assim fazia sua apresentação. Estudavam, por exemplo, a vida de São Vicente, de Santa Luísa, ou algumas vezes temas relacionados à convivência entre as voluntárias. O grupo trabalhava principalmente com assistência social na paróquia, especialmente

na assistência aos pobres⁷⁷. As senhoras dividiam-se em grupos e trabalhavam em tarefas específicas. Um grupo ajudava confeccionando acolchoados, enquanto outro dava aulas de religião ou rezava com os pobres. "Quando chegava um pobre, eles recebiam uma sacola de emergência" (SANGALI, 2005a, p. 81-82).



FIGURA 45 - AS SENHORAS DE ABRANCHES

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

O trabalho realizado pelas Filhas de Maria e pelas Senhoras de Abranches era integrado e consistia em uma das possibilidades de as mulheres continuarem próximas das Irmãs Filhas da Caridade, em uma continuidade da escola, uma vez que a terceira possibilidade para estender esse vínculo era entrar para a congregação. O trabalho das irmãs a frente da Escola São José, como também a participação das

O programa de assistência aos pobres iniciava-se com uma primeira visita na casa de pessoas carentes para confirmar se realmente era preciso ajuda. Confirmada a necessidade, a pessoa receberia uma sacola mensal, e aquelas que podiam eram convidadas a também ajudar com pequenos trabalhos na associação, como desfiar lã. A confecção de acolchoados de lã de carneiro trazia uma boa renda para o grupo, pois sempre havia fila de interessados em comprá-los, mas, como eram poucas as ajudantes, a colaboração era bem-vinda. Com o dinheiro da venda das peças eram comprados os alimentos. As Senhora de Abranches também eram responsáveis pela "Campanha do Quilo", e no primeiro domingo do mês eram distribuídos folhetos da campanha na igrja, e no segundo domingo eram recolhidos os alimentos. Essa ajuda complementava o serviço social de atendimento às famílias consideradas carentes, que contavam com o auxílio das Senhoras de Abranches. "A ideia era distribuir para quem precisava. As sacolas tinham de tudo: mantimentos, produtos de limpeza, sabonetes, escova de dente, pasta de dente, entre outros itens" (SANGALI, 2005a, p. 81-82).

religiosas na vida da paróquia de Abranches, sempre causou nas meninas e nas mulheres de todas as idades uma forte impressão. Nos primeiros tempos, as irmãs com seu hábito sempre alvo e chapéu engomado eram um exemplo de postura que incentivou o ingresso de muitas jovens nessas associações, bem como fazer parte da congregação.

A participação dessas associações na comunidade, na escola e na igreja era de extrema importância nos períodos em que as Irmãs Filhas da Caridade buscavam formas de levantar fundos para as ampliações do prédio da Escola São José promovendo festas, bem como foi fundamental, posteriormente, para ampliar o Instituto São José. Sempre que eram realizados almoços festivos, festas na igreja, essas associações eram convocadas para colaborar. Vinham dispostas ao trabalho, que, segundo Sangali (2005a), não era pouco, na medida em que as famílias de Abranches participavam em grande número das festividades. Nos tempos da colônia, as atividades de lazer giravam em torno da igreja e da escola, e o tripé comunidade, escola e Igreja sempre atuou mantendo a cultura dos cidadãos de Abranches. Essas reuniões festivas ou de comemorações abriam-se em uma possibilidade de diversão, de contribuir com a escola, revertendo em benefícios para os filhos dos moradores de Abranches e arredores.

Segundo Azzi (2008), havia um desejo da Igreja de arregimentar⁷⁸ homens jovens e adultos para demonstrar que estes compreendiam e até lutariam pela fé católica, pois o catolicismo passou a ser uma prática de mulheres e crianças.

Em Abranches, os Marianos eram um grupo composto de rapazes, ex-alunos da Escola São José. O funcionamento era parecido com o das Filhas de Maria, porém o grupo atuou por um breve período. Quando os Marianos se reuniam uma vez ao mês, estudavam, cantavam no coral e colaboravam em tudo que era preciso na igreja e no que mais fosse possível (SANGALI, 2005a, p. 80).

⁷⁸ Essa tarefa era feita por meio de agremiações marcadamente masculina, tais como a União de Moços Católicos, A Liga de Jesus, Maria, José, as Congregações Marianas e a Ação Universitária Católica (AZZI, 2008, p. 110).

4. OS SABERES ESCOLARES

Neste capítulo buscou-se demonstrar a trajetória dos saberes trilhada pela escola das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, em um recorte histórico que parte de sua implantação, em 1904, até o ano de 1972. Um percurso em que a escola das irmãs vicentinas precisou enfrentar diversas imposições políticas. Na perspectiva de apresentar os saberes desenvolvidos na Escola São José, e ao mesmo tempo seguir com sua histografia, optou-se por evidenciar a organização de sua oferta de ensino: escola primária, regime de internato, seminário, escola de formação para moças e o orfanato.

As escolas particulares, entre elas as confessionais, até mesmo por força das leis do ensino primário a partir do ano de 1940, mantinham certa proximidade com as escolas de instrução pública, mas em sua organização, sempre que possível, contemplavam no currículo e nas práticas de ensino as representações culturais de seus grupos de origem.

No intuito de compreender os processos vividos pela instituição por meio da rotina escolar seguida pelos alunos da escola, a análise do capítulo aborda questões relacionadas aos seguintes saberes escolares: currículo, método e metodologia, regimento, normas disciplinares e participação da família. Juntam-se a esses saberes as provas materiais coletadas em distintos períodos, como: entrevistas registradas em documentos organizados por Sangali (2005a), bem como o acervo historiográfico da Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska", do então hoje Colégio Vicentino São José, com cadernos, livros, acervo iconográfico, entre outros materiais. Além disso, realizaram-se entrevistas com Padre Biernaski (2017 e 2018) e Irmã Raquel (2017), ambos de suma importância ao trazerem suas falas para engrandecer o trabalho, além da disponibilização de materiais históricos.

No momento em que se adensa na pesquisa, é preciso abrir a "caixa-preta", conforme ressalta Julia (2001, p. 10), na medida em que "a cultura escolar não pode ser estudada sem o exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas". É nessa perspectiva que se iniciam as análises da escola comunitária/paroquial de Abranches, que, entende-se, constituiu-se em um dos precedentes para a vinda das Irmãs Filhas da Caridade para Abranches. A instituição, mesmo em sua precariedade, abriu espaço para a vinda da missão vicentina para o

sul do Brasil, dando-se aí a primeira experiência de escolarização em Abranches, em uma tentativa de a comunidade e a paróquia melhorarem o futuro das crianças. Não que não houvesse escolas ofertadas para os imigrantes poloneses, mas havia sim uma resistência grande por parte dessa comunidade, que prezada por seus costumes. Além disso, as escolas nacionais eram poucas e o idioma, o português, não era de conhecimento das crianças filhas de imigrantes. Aprender o português não era visto pelos imigrantes como algo necessário, e o bom era aprender o polonês, que os ajudaria no entendimento da fé católica, a Igreja Ultramontana, ou ainda o alemão e o francês, idiomas considerados por muitos colonos como sinônimos de um estudo erudito (BIERNASKI, 2017).

Em suas análises, Wachowicz (1976) afirma que, aproximadamente trinta anos após a chegada do primeiro grupo de poloneses em Abranches, a comunidade, formada em sua maioria por colonos católicos, compreendeu que, se não chamasse para si a responsabilidade de estruturar uma escola, seus filhos cresceriam na ignorância. Essa preocupação se agravou pela percepção de que mesmo após o estabelecimento e crescimento da colônia o governo brasileiro nada fez no intuito de oferecer um ensino que correspondesse aos anseios e às necessidades dos filhos de imigrantes. Um dos receios do governo dava-se pelo fato de Abranches tratar-se de uma comunidade católica devotada na fé ultramontana, que apresentava algumas diferenças do catolicismo já estabelecido em solo brasileiro, além de envolver a questão da língua. As famílias acreditavam que se um providência não fosse tomada a esse respeito as próximas gerações de descendentes de poloneses aqui iriam padecer na ignorância: tanto ignorância a respeito do fervor católico ultramontano como do aprender a escrever e falar a língua polonesa, além dos rudimentos da aritmética. Importante ter em mente que no primeiro grupo de imigrantes pioneiros de Abranches a maioria era de cidadãos alfabetizados, por isso conhecedores da importância do ensino. Nesse processo, a comunidade organizou-se e foi criado o Comitê de Cidadãos de Abranches, representado por pais de família e trabalhadores poloneses, que enviaram várias solicitações assinadas requisitando um padre e uma escola para a colônia, como se pôde conferir em registros de historiadores de Abranches.

A instrução que precisava ser ministrada pela escola era considerada indispensável para a manutenção da organização social da colônia, pois esta era uma instituição vista pelos imigrantes como um elemento importante para garantir os

valores culturais trazidos de sua terra de origem. Segundo Wachowicz (2002, p. 24), a ideia de preservação dos valores culturais foi bastante difundida pelos capelães de passagem por essas comunidades do sul do Brasil. Havia um receio de que a crença católica fosse enfraquecida ou até mesmo perdida com a aproximação entre imigrantes e brasileiros.

A escola comunitária/paroquial de Abranches teve como mantenedora a paróquia e o Comitê de Cidadãos, implementada na tentativa de ser um instrumento que traria uma melhor a aprendizagem às crianças, além de ser a responsável por inculcar valores, crenças e princípios morais preconizados pela fé católica ultramontana⁷⁹, mantendo a união da comunidade. O catolicismo fazia parte da identidade polonesa, da fé polonesa, e era o que dava sentido a muito do "ser polonês". E o catolicismo bem fundamentado por intermédio de uma escola poderia manter as novas gerações unidas, na medida em que a religião católica, de fato, era considerada um fundamento necessário para a manutenção da própria ordem social na colônia (AZZI, 2008, p. 94).

QUADRO 3 – CURRÍCULO DA ESCOLA COMUNITÁRIA/PAROQUIAL DA IGREJA

DE ABRANCHES (1884-1903)

NOME OFICIAL	Escola Polonesa de Abranches
DURAÇÃO	Até a criança receber a primeira comunhão
	 Alfabetização em polonês (leitura)
CURRÍCULO	 Rudimentos da aritmética
	Catecismo

Fonte: Baseado em Góral (1929) e Sangali (2005a; 2007).

Elaborado pela autora.

De acordo com o Quadro 3, o currículo da escola polonesa de Abranches era composto de aulas de alfabetização em polonês, rudimentos de aritmética e catecismo. No currículo estabelecido, a criança seguia frequentando a escola até

⁷⁹ "O bom católico, segundo o modelo romano, era aquele que tinha o conhecimento das verdades da fé, seguia os preceitos morais estabelecidos pela Igreja e recebia com frequência os sacramentos da confissão e comunhão" (AZZI, 2008, p. 96).

quando atingisse os resultados pretendidos, ou seja, estivesse apto para receber a primeira comunhão, quando então a missão da escola havia sido cumprida. Antes de catequizar, no entanto, era preciso instrumentalizar a criança, ensinando os rudimentos da leitura do polonês, para a partir daí aprenderem a escrever, além de iniciar a aprendizagem em aritmética, esta última, aliás, de grande valia principalmente na educação dos meninos, uma vez que precisavam ser habilitados para tratar futuramente dos negócios da família. O conhecimento da aritmética era, portanto, uma necessidade de ordem prática, que os preparava para comercializar a produção agrícola da família, uma atividade essencial para garantir a sobrevivência e a ampliação dos negócios. Ter conhecimento sobre cálculos habilitava-os a evitar prejuízos nas vendas ou na compra de mercadorias, uma vez que negociavam com brasileiros e demais comunidades. Nesse aspecto, muitas vezes as vendas eram feitas diretamente aos moradores de Curitiba, outras vezes eram tratadas com comerciantes já estabelecidos (SANGALI, 2007; BIERNASKI, 2018).

Para os colonos, os jovens de Abranches deveriam, além de conhecer as regras de aritmética, tão úteis para o comércio, precisariam entender um pouco da língua portuguesa. Negociavam com brasileiros, alemães e italianos, e não dominar a língua escrita, qualquer que fosse, resultaria em prejuízos. Para crescer como produtor, era preciso controlar os custos e os lucros do negócio, assim a preparação escolar dos filhos significava um importante passo para a vida familiar. No entanto, esses colonos viam o tempo passar e acabaram percebendo que se eles próprios não tomassem a frente, seus filhos cresceriam na ignorância e sua esperança de prosperar seria frustrada (FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 2004; BIERNASKI, 2018).

Romanelli (1978) aponta que, numa perspectiva social, a educação escolar pode ser considerada uma necessidade que gera uma demanda capaz de determinar uma oferta. Nessa mesma perspectiva, fatores como herança cultural, ordem política e o próprio sistema econômico podem atuar de forma que orientem a demanda social de educação e controlem a oferta de escolas, mas também os próprios conteúdos oferecidos podem ser adaptados (ROMANELLI, 1978, p. 26). Seguindo nessa direção, os colonos de Abranches se organizaram buscando sanar suas necessidades, não sem antes muito discutirem e chegarem a uma solução: seguir os passos dos vicentinos norte-americanos, que encontraram na Congregação das Filhas da Caridade radicadas na Polônia a ideia de criar uma escola que pudesse ser de

qualidade, nos moldes das escolas que havia na Polônia. Uma instituição que respeitasse suas origens e apostolasse a ideologia católica romanizada. Mesmo antes de conseguirem a autorização das autoridades eclesiásticas para a vinda das irmãs vicentinas, foi iniciada a obra da construção do prédio que abrigaria o trabalho das Irmãs Filhas da Caridade.

Desse modo, contando com a organização do vigário e do Comitê de Cidadãos de Abranches, o prédio da escola foi construído e entregue para as três Irmãs Pioneiras no início de sua missão, em 1904. O trabalho pedagógico na escola polonesa de Abranches, a cargo das Irmãs Filhas da Caridade, teve como meta inicial alfabetizar em polonês e categuizar os filhos e descendentes de poloneses.

4.1 A ESCOLA PRIMÁRIA DAS IRMÃS VICENTINAS

Analisando o contexto de implementação de uma escola que atendesse às expectativas dos colonos poloneses em solo brasileiro, ou seja, uma escola envolvendo dois aspectos de identidade étnica, a língua e a religiosidade da devoção católica ultramontana, tem-se um cenário em que a comunidade de imigrantes poloneses acreditava que a escola governamental não chegaria para atender suas crianças, e mesmo sendo possível uma escola na colônia, sabia-se que não seriam respeitadas as particularidades da cultura polonesa. Diante dessa conclusão, os colonos organizaram-se e construíram sua própria escola. Em um primeiro momento, buscavam apenas formar bons católicos⁸⁰. Importante mencionar que o mesmo se repetiu em todas as colônias de imigrantes, principalmente nas de formação alemã e italiana, assim como também se deu em outros estados do sul do Brasil. De parte do governo brasileiro, questionava-se como o Estado poderia dar suporte para a escolarização dos imigrantes, se pouco havia sido feito pela escolarização dos brasileiros?

Desse modo, a escola comunitária/paroquial de Abranches seguiu por cerca de trinta anos oferecendo o mínimo possível para ensinar os rudimentos da língua polonesa para que os alunos conseguissem rezar o catecismo e estar preparados

⁸⁰ O bom católico, segundo o modelo romano, era aquele sujeito que tinha o conhecimento das verdades da fé, seguia os preceitos morais estabelecidos pela Igreja e recebia com frequência os sacramentos da confissão e da comunhão, participando da missa regularmente. A partir daí se dividiu e se estabeleceu o termo católico e católico praticante, somente este último sendo considerado o verdadeiro fiel da Igreja Católica (AZZI, 2008, p. 96).

para a primeira eucaristia. Determinados a oferecer um ensino melhor a seus filhos, os colonos uniram-se e conseguiram trazer para Abranches as Irmãs Filhas da Caridade, com a função de cuidar e promover a educação de seus filhos e descendentes.

As aulas na Escola Polonesa São José iniciaram-se oficialmente em 16 de novembro de 1904, com cerca de vinte e cinco alunos distribuídos em duas salas de aula. Em dois anos, no entanto, a escola alcançou o número de cento e vinte matrículas, com uma média de sessenta alunos por sala. Em sua organização prática, inicialmente o sinal de entrada para as aulas era por meio do toque de uma sineta, e com a ampliação do prédio foi instalado um sino no primeiro piso, que, ao olhar dos alunos e pais, contribuía para impor a disciplina que uma escola confessional exigia (Figura 46).



FIGURA 46 - O SINO

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Para impor a disciplina, no princípio eram aplicados castigos físicos, quando as professoras "colocavam a crianças indisciplinadas para ficar ajoelhada atrás da porta".

O uso da palmatória era uma punição apenas em casos extremos. Porém o "puxão"

de orelha" fazia parte da rotina, e as irmãs professoras tinham de estar atentas aos limites, porque, segundo Sangali (2005a, p. 27), "As professoras não podiam exagerar, pois corriam o risco de os alunos começarem a chorar, e aí desistiam de ir para a escola".

No entanto, a disciplina se impunha na maioria das vezes pelo silêncio, e, assim que percebiam a postura da professora, os alunos se aquietavam, mas se insistissem nas conversas era chamada a sua atenção. A disciplina também era imposta por meio da intimidação e da cobrança: simplesmente se mandava estudar. Com turmas numerosas, chegando a ter sessenta alunos em sala, as irmãs estavam sempre atentas. A própria imagem da irmã, vestida com seu hábito e o chapéu conhecido como "cornetas", já era intimidante para aquelas crianças sem proximidade com a cultura da disciplina escolar. Manter a ordem em sala de aula foi, certamente, um investimento de paciência e persistência das Irmãs Filhas da Caridade.

Uma lembrança que se eternizou entre os ex-alunos refere-se às ações reservadas aos que não cumprissem o regimento as normas impostas. Na pesquisa, embora sejam perceptíveis falas de carinho e de respeito mútuo, também há alunos que mencionam surras com régua nas mãos de alunos indisciplinados. Importante se faz entender que essas ações eram usadas com o aval dos pais, pois a escola tradicional do início do século XX era vista como disciplinadora, e essas ações só foram revistas anos mais tarde. As Irmãs Filhas da Caridade, enquanto professoras, eram vistas por alguns alunos como tranquilas, e por outros como bravas, enérgicas, principalmente quando vinham substituir uma outra professora.

Em Sangali (2005a, p. 153), uma ex-aluna menciona: "Batiam com a régua bem no ossinho, outras usavam milho. Punham um montinho de milho e deixavam de joelhos na frente do quadro. Geralmente eram os meninos, alguns eram terrivelmente insuportáveis, criados sem mãe, sem pai". Aqui se nota o efeito moral da disciplina, quando a ex-aluna menciona que o fato de os meninos serem insuportáveis era culpa da família, ou da falta da família.

No que diz respeito ao regimento e às normas de funcionamento da Escola São José, as aulas iniciavam-se pontualmente às 8h da manhã, quando tocava a sineta, e os estudos seguiam sem interrupção até o meio-dia, em uma sequência não muito longa. Observando-se que nos dois primeiros anos de atividade da escola não havia intervalo entre as aulas, e somente por volta de 1906 foram inseridos alguns minutos de recreio para um breve lanche. Nessa configuração, o intervalo acontecia às 10h da

manhã, com duração de cerca de quinze minutos. Na continuação da rotina, os estudos prosseguiam até o meio-dia, com mais um tempo reservado para lanche ou almoço, entre 12h e 12h30min, depois havia cerca de meia hora para algumas brincadeiras, quando enfim todos retornavam para as salas, às 13h, e prosseguiam com aulas que duravam até as 14h. Quando as aulas da manhã se encerravam, seguiam-se as aulas de catequese e/ou de trabalhos manuais para os alunos interessados. Nos intervalos após o almoço, as Irmãs Filhas da Caridade aproveitavam para corrigir as tarefas dos alunos ou se recolhiam para suas orações. Segundo Sangali (2005a), o cotidiano seguia, basicamente, o seguinte roteiro:

Começava às 8 horas. Depois tinha recreio só ao meio-dia. Outro recreio às 10h, como temos agora, não tinha. Até ao meio-dia nós estudávamos, depois tinha o recreio para cada criança que trouxe um lanche, ao meio-dia comia uns dois pedaços de broa com banha, passado com banha; isso que é bom, dá força, e com salame dentro, 2 fatias dobradas cada um comia. Numa garrafinha trazia café com leite ou só tomava leite, com isso comia e passavase meia hora, assim e nós brincávamos um pouco e depois entrava novamente até as 2h. As aulas eram até as 2h (SANGALI, 2005a, p. 5).

Definindo o regulamento de duração das aulas, novas configurações de horários se revelam nas falas registradas em Sangali (2005a). Considerando as transformações e as necessidades que se impunham para que a escola funcionasse, as atividades da tarde recomeçavam às 13h e terminavam às 15h, sempre respeitando um breve intervalo entre as aulas de dez minutos, o suficiente para a criança ir ao banheiro, tomar água, enfim, um breve descanso antes de retornar às atividades. Em um cuidado especial com os alunos, ficou determinado que nos meses mais frios as aulas iniciariam uma hora mais tarde, às 9h, terminando às 16h.

Sobre a organização dos alunos em sala, alguns depoimentos mencionam o número de até setenta alunos na mesma sala, dispostos em carteiras duplas. Para compor as filas, as irmãs professoras dividiam a turma: de um lado, as crianças mais adiantadas, e na outra fileira os que não acompanhavam bem a aprendizagem, os menos adiantados. As fileiras eram compridas, formadas de carteiras duplas, e os alunos sentavam-se em pares.

Em caso de algum peralta, para a gente trazia para frente e ali ensinava. Eu não sabia dar castigo para meus alunos, eu mandava sentar-se na minha mesa, pois eu ficava circulando e entre os alunos, vendo todas as lições, tomando conta de um e de outro, ensinando um, ensinando outro (SANGALI, 2005a, p. 126-127).

No que diz respeito ao regimento e às normas de funcionamento da Escola São José, não ocorreram mudanças substanciais com o passar dos anos. Foi somente no período pós-nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes que algumas mudanças, embora sutis, estabeleceram-se. Um exemplo é o momento de entrada para as aulas: antes da nacionalização, os alunos aguardavam o toque da sineta e podiam entrar em fila direto para sua sala; no pós-nacionalização, os alunos aguardavam o toque da sineta para iniciar o momento cívico. No pátio interno da escola, os alunos formavam filas conforme sua classe, lado a lado, e todos cantavam o Hino Nacional e o Hino à Bandeira, entre outros, enquanto era hasteada a bandeira nacional, sendo essa uma atividade obrigatória e estendida a todas as escolas do país após a nacionalização compulsória da educação (SANGALI, 2005a, p. 27).

Terminado o momento de cantar o hino, cada fila seguia para sua sala, com os alunos permanecendo em pé enquanto a irmã professora discorria sobre temas religiosos e morais, um momento chamado de "presença de Deus", o que, de acordo com Sangali (2005a), era uma forma de despertar nos alunos reflexões sobre a presença de Deus em suas vidas. Apresenta-se, aqui, um exemplo dessa chamada:

Para que nós vamos rezar? Para que essas paredes aqui? Claro que não, mas quem fez esse prédio aqui? Foram os homens? Mas para quem rezar? Quem olha por nós todos os dias? Quem nos dá vida, nos dá comida, nos dá tudo?

Quem olha por nós? Você tem pai? Tenho e tem mais um pai? Quem fez essas árvores, o céu e as águas? Foi papai? Não. Quem foi? Deus! (SANGALI, 2005a, p. 28).

Após ao acolhimento inicial, a irmã professora iniciava uma prece e só então todos os alunos eram autorizados a sentarem-se e a aula propriamente começava. Havia uma primeira atividade, que era sempre o ditado, após seguia-se uma leitura, uma recitação que podia ser coletiva ou individual (Sangali, 2005a). Para menter a a disciplina, a postura das irmãs era de manter o chamado "pulso firme", no que os colonos concordavam ser necessário, afinal eram em média sessenta alunos por sala. Assim, eventualmente havia casos de indisciplina durante as aulas, como indica a narrativa que se segue:

Havia uma aluna que eram em três irmãs, ela não gostava de mim e ficava sempre me perturbando. Um dia não aguentei, ela tinha um cabelo bem grande, sempre amarrado, então eu peguei o rabo e puxei até o chão, isso dentro da sala de aula, a irmã deixou nós duas de castigo, na frente, ajoelhadas (SANGALI, 2005a, p. 151).

As condutas disciplinadoras indicadas na citação se justificam pelo período histórico, quando esse comportamento era aceitável e apoiado pela família. Sobre o que observavam no comportamento das crianças, as Irmãs Pioneiras reportavam-se a seus superiores poloneses por meio de cartas, informando: "os alunos vindos das colônias apresentavam inteligência rude e capacidade lenta de aprendizagem devido ao seu isolamento e pouca cultura das famílias" (SANGALI, 2007, p. 41). Percebe-se que o distanciamento das famílias do centro da paróquia de Abranches, que era composto pela igreja, a casa da Sociedade Abranches e a Escola Polonesa São José, era um fator predominante para as limitações também citadas pelas irmãs como "bicho do mato". A timidez tomava conta das crianças quando se encontravam diante das Irmãs Filhas da Caridade e de outras crianças.

Durante os primeiros anos da escola polonesa de Abranches, com a iniciativa de atender o alunos que residiam mais afastadas, foi aberta uma sala de aula na comunidade de São Miguel⁸¹, na Colônia Lamenha Grande, distante dez quilômetros da Igreja de Abranches. Essa sala foi considerada uma extensão da Escola Polonesa São José, com currículo e conduta comuns, com alfabetização em polonês e ensino dos rudimentos da aritmética (Quadro 4).

QUADRO 4 – CURRÍCULO SZKOLA POLSKA POD WEZWANIEM ŚW. JÓZEFA – 1904

NOME OFICIAL	Szkola Polska Pod Wezwaniem Św. Józefa (Escola Polonesa a serviço de São José)
DURAÇÃO	Máxima de 2 anos
	Alfabetização em Polonês
CURRÍCULO	Aritmética Básica
	 Religião/Catecismo

Fonte: Baseado em Góral (1929) e Sangali (2005a; 2007).

1

⁸¹ A sala de São Miguel, segundo Wachowicz (1976), manteve seu funcionamento até 1915. A implantação do internato de Abranches foi um dos fatos que contribuíram para o seu fechamento, bem como as grandes distâncias a serem vencidas pelas crianças com estradas precárias, entre outras dificuldades da época (SANGALI, 2005a, p. 38).

As aulas de religião foram ministradas em formato de palestras, e aos poucos os alunos eram catequizados e preparados para receber o sacramento da comunhão. Tratava-se de uma escola que seguia os preceitos católicos ultramontanos, portanto a catequese era o auge do ensinamento das aulas de religião. Aos domingos, após a missa, as irmãs convidavam os alunos que não frequentavam a escola para participar de atividades no pátio, quando contavam histórias bíblicas e, aos poucos, ensinavam os preceitos do catolicismo, dando início à sua catequização. Estavam sempre na tentativa de convencer os pais a matricularem as crianças na escola, uma vez que os alunos da escola recebiam aulas de religião, e os que não frequentavam a escola precisavam fazer aulas de catecismo até completar 10 anos, idade em que comumente recebiam a primeira comunhão⁸² (SANGALI, 2005a).

No ano de 1905, paulatinamente, a Escola Polonesa São José, sob a direção das Irmãs Filhas da Caridade, ofertava aulas de alfabetização também para alunas maiores, bem como aulas de bordado e costura, entre outras opções de trabalhos manuais, sempre no período da tarde. Nas classes regulares, pela manhã, os alunos ingressavam com 7, 8 e até 9 anos. Aos poucos, foi estabelecendo-se uma rotina escolar: "as irmãs ensinavam na escola primeiro as coisas principais, como a ler, a escrever e a contar, também, eram ensinados trabalhos manuais, crochê e bordado" (SANGALI, 2005a, p. 6).

Quanto ao material didático do aluno, nos anos iniciais da escola não eram utilizados cadernos, e pequenas "lousas de ardósia" constituíam-se em tabuletas⁸³ que a criança usava para escrever com giz (SANGALI, 2005a). Outro material didático utilizado pelas Irmãs Filhas da Caridade consistia em uma tábua pintada de preto – o quadro-negro –, posteriormente substituída por um quadro de ardósia verde.

O quadro-negro foi, sem dúvida, uma das metodologias de ensino utilizadas com maior frequência para treinar a escrita e alfabetizar na língua polonesa, pois cadernos eram quase inexistentes, além de caros. Assim, cópias do quadro-negro ou ditados eram grafados nas tabuletas, que era de uso individual. Uma constante

⁸² A Eucaristia é o segundo maior sacramento católico, considerado essencial em sua fé praticante, pois lhes permite comungar durante a celebração da missa. Nessa perspectiva, o padre, sempre que possível, descrevia os benefícios que a frequência à escola poderia trazer ao futuro dos filhos dos colonos, além da primeira comunhão. E essa fala era uma constante durante o sermão de domingo, na missa (SANGALI, 2007).

⁸³ Esse tipo de material é citado com frequência em vários trabalhos que tratam das escolas de imigração, seja alemã, italiana ou polonesa.

repetição de palavras, até o aluno conseguir quase alcançar a perfeição. A Figura 47 apresenta uma fotografia do ano de 1933, com uma criança participando da aula escrevendo no quadro-negro e sua professora.



FIGURA 47 – O QUADRO-NEGRO

Fonte: Imagem extraída do filme *Osadnictwo polskie w puszczach Brazylii* (1933) – Em comemoração ao Jubileu de Ouro da chegada dos poloneses em Abranches.

Em relação aos livros didáticos, as fontes disponíveis na Sala da Memória do Colégio Vicentino São José guardam, entre muitos⁸⁴, três livros do período de 1877 a 1904. Estes, em especial, chamam atenção pelas datas de publicação, próximas à abertura da escola, sugerindo que possivelmente tenham sido usados pelas irmãs para preparar suas aulas⁸⁵.

⁸⁴ A maioria dos livros do período anterior à nacionalização compulsória das escolas encontra-se na Biblioteca Histórica da Congregação dos Vicentinos, um acervo suficiente para atender um livro por aluno. Boa parte do material apresenta carimbo do Colégio Vicentino São José, datando de 1903 a 1945.

⁸⁵ O primeiro livro intitula-se *Nauka Przygotowawcza: ELEMENTARZA: Cześ I (Lições Preparatórias: Elementar, Nível I)*, autoria de Józefa Chielewskiego, datando de 1877. O segundo livro, *Krótki Wykland: Prawidel gramatycznych: do nauki jezyka polskiego (Lições Rápidas: regras gramaticais para aprender polonês)*, de 1903, é de autoria de Wlod Yimery Kuhn, e, por fim, a terceira obra, intitulada *SZKÓŁKA: La łodzieży. Cześć II (Escola: a juventude, Nível II)*, de 1904, sem autoria. Trata-se de material de apoio à docência, pois não há evidências do uso de livros pelos alunos até o ano de 1918. As obras, porém, não foram exploradas neste estudo, uma vez que tal empenho se traduziria em uma análise mais aprofundada sobre o ensino da língua polonesa, tema que não é, no momento, contemplado na presente tese.

Em 1908, o programa escolar da Escola Polonesa São José foi ampliado de dois para quatro anos e todas as disciplinas eram ministradas na língua materna dos alunos (Quadro 5).

QUADRO 5 – CURRÍCULO SZKOLA POLSKA POD WEZWANIEM ŚW. JÓZEFA – 1908

NOME OFICIAL	Szkola Polska Pod Wezwaniem Św. Józefa
DURAÇÃO	4 anos
PRIMEIRA SÉRIE	 Alfabetização em Polonês
	 Aritmética Básica – contas
	 Religião
SEGUNDA SÉRIE	 Polonês – gramática, leitura, cópias,
	ditados, produção de pequenos textos
	• Religião
	 Aritmética e resolução de problemas
	Canto Sacro e Canto Popular
	 Polonês – leitura, gramática avançada,
	cópias, ditados, produção de textos
	Aritmética avançada e resolução de
	problemas
	Canto Sacro e Canto Popular
TERCEIRA E QUARTA SÉRIES	História da Polônia. Algum conteúdo sobre
	a História do Brasil
	Geografia da Polônia. Algum conteúdo Algum conteúdo Algum conteúdo
	sobre a Geografia do Brasil
	Aulas de Ginástica Uintério Notural
	História Natural Alfabetização de Massa
	Alfabetização de Moças Trobalhas Manusia para massa a maninas
	 Trabalhos Manuais para moças e meninas – crochê, corte e costura
PERÍODO DA TARDE	Trabalhos Manuais para meninos – Trabalhos Manuais para meninos –
	cuidados na horta e com os animais
	Canto Sacro e Canto Popular
	Religião – catecismo preparação para a
	primeira comunhão
	Princila contantac

Fonte: Baseado em Góral (1929) e Sangali (2005; 2007a).

Elaborado pela autora.

Em seu espaço de aula, a escola era organizada em duas salas divididas em quatro séries, com as salas dos alunos menores abrigando a primeira e a segunda série. Em relação aos conteúdos ministrados, não houve alteração do que já tinha sido estabelecido na escola comunitária/paroquial, mantendo o foco na alfabetização em língua polonesa. A metodologia aplicada seguia uma cartilha com os elementos básicos de leitura e escrita da língua polonesa, bem como eram ensinados os rudimentos de aritmética, com ênfase no estudo da tabuada. Havia também as aulas de religião no ensino do catecismo, pois visava à preparação para a primeira comunhão.

Ainda no ano de 1908, o ensino para a turma dos alunos adiantados, que eram a terceira e a quarta série primária, sofreu modificações sensíveis, seguindo no aprofundamento do conhecimento da língua polonesa e da matemática. Da metodologia, Sangali (2005a) cita a ampliação das aulas de leitura, bem como o aprimoramento das regras gramaticais, acompanhados da construção de pequenos textos. A alfabetização em polonês constava da prática de "ler e escrever", uma vez que em Abranches o falar polonês no começo do século XX fazia aporte do contexto das famílias. Na matemática, ampliaram-se as regras da aritmética e os fundamentos da álgebra aplicada em resolução de problemas (SANGALI, 2005a, p. 7).

Pela perspectiva da linguagem, para o colono descendente de polonês, andar pelas ruas de Abranches era como se estivesse na Polônia, já escrever era para poucos. Na colônia, somente os mais velhos sabiam ler, pois haviam chegado à nova pátria alfabetizados; das gerações seguintes, poucos tiveram a oportunidade aprender. O mundo, em Abranches, era do trabalho (BIERNASKI, 2017).

Entre as metodologias usadas na escola, destacam-se as cópias do quadronegro, ditados com textos de descrição da realidade, ou ainda cópias de livros de história ou contos poloneses. Muitas vezes a cópia partia do modelo elaborado pela própria professora, quando iniciava a linha com uma letra e, na sequência, o aluno repetia a mesma configuração da palavra ou frase até conseguir quase a perfeição.

Nesse momento, a alfabetização compreendia principalmente crianças de 7 anos, mas alunos de até 9 anos também foram aceitos na escola. Nesse processo, os alunos mais novos iam descobrindo como escrever, juntando as letras, treinando repedidas vezes a escrita, com a gramática sendo inserida paulatinamente aos alunos que se mostravam capazes. Aos alunos maiores, a gramática polonesa foi ensinada seguindo a sua divisão, conforme os manuais de ensino da língua polonesa em vigor

no período. E a aritmética era "sempre ensinada do mais fácil para o mais difícil" (SANGALI, 2005a, p. 5).

Segundo o Código de Ensino de 1915, as modificações do currículo, além da obrigatoriedade da língua portuguesa, incluíam o ensino de geografia e história do Brasil (2 § do art. 196). A prática de ginástica e os cânticos escolares, entre eles o Hino Nacional do Brasil, também estavam contemplados na lei (PARANÁ, 1915, 3 § do art. 196). O artigo nº 197 do Código do Ensino do Estado do Paraná, em seu Título V, versava especificamente sobre o ensino particular, que passou a influenciar o funcionamento da Escola Polonesa São José:

Art. 197º Os alumnos do curso primário particular em que for cumprido o programma official de escolas urbanas e suburbanas e cujos exames de 4ª série se realizarem perante o Superintendente ou um dos seus Delegados ou Inspectores Escolares eram equiparados aos alumnos das escolas públicas para os effeitos de nomearão para o cargo de professor provisório (art. 110, § único) e de admissão na escola intermediaria, letra a do art. 189 (CÓDIGO DO ENSINO no Estado do Paraná, Decreto nº 710, de 18 de outubro de 1915) (PARANÁ, 1915).

Foi em 1908 que as disciplinas de história e geografia da Polônia foram incluídas no currículo da escola, como destaca Sangali (2005a, p. 9): "o conteúdo de geografia era tudo sobre a Polônia, desde os seus países vizinhos, os distritos, os rios, as montanhas. Os nomes das cidades. Estudavam num mapa. Da história da Polônia, estudavam sobre os seus reis". Nesse período, afirmava-se que "a pessoa poderia ir para a Polônia que sabia de tudo". A geografia e a história do Brasil eventualmente eram abordadas durante as aulas, conforme se pode conferir no seguinte relato:

Depois tinha geografia da Polônia, nós tinha que saber tudo da Polônia, os países, os distritos, os rios, as montanhas, tudo. Quantos metros quadrados tem o Brasil, tudo. E assim era divisão do tempo depois. Tudo sobre os rios, todos os países, mas tudo em polonês (SANGALI, 2005a, p. 9).



FIGURA 48 – HISTÓRIA DA POLÔNIA

Fonte:

Biblioteca Histórica da Congregação dos Vicentinos.

Na Figura 48 tem-se o exemplo de um livro que traz a história de uma batalha polonesa, bem como de sua cultura. No acervo da Biblioteca Histórica da Congregação dos Vicentinos foram encontrados vários títulos poloneses do ano de 1912. Na imagem, o texto revela a atenção dada à história dos reinados poloneses, com o item 93, intitulado "Książę Józef i dzieci", constituindo-se no capítulo que trata do "Príncipe Josef e seus filhos"86. Nas entrevistas de Sangali (2005a), várias são as citações revelando a ênfase no ensino sobre a história da família real polonesa, com as entrevistadas mencionando quadros emoldurados de gravuras e desenhos dispostos em algumas salas da escola.

⁸⁶ Tradução livre da autora.

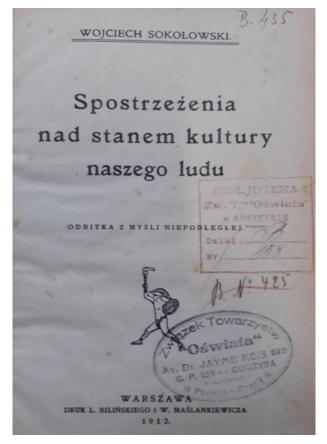


FIGURA 49 – O ENSINO DA CULTURA POLONESA

Fonte:

Biblioteca Histórica da Congregação dos Vicentinos.

Outro exemplo mostra um livro a respeito da cultura polonesa: "Descobertas sobre o estado da cultura do nosso povo" 47, de 1912, de autoria de Wojciech Sokolowski (Figura 49). O ensino de história e geografia da Polônia, segundo Sangali (2007), fazia parte da grade curricular da escola de Abranches desde o ano de 1908, quando o currículo foi ampliado para quatro anos, sendo disciplinas ofertadas para as turmas mais adiantadas, terceiras e quartas séries. Nesse período, os conhecimentos básicos sobre o Brasil eram limitados, na medida em que a ênfase se dava nos estudos sobre a Polônia. Sangali (2005a) menciona o uso de mapas para ilustrar o conteúdo das aulas, um material didático que contribuía para o entendimento dos alunos, pois seu país de origem estava saindo de uma guerra mundial. Embora as crianças não fossem diretamente envolvidas nas questões que tratavam sobre a guerra, esse aprendizado era fundamental para conhecer a história e a geografia da Polônia.

⁸⁷ Tradução livre da autora.

Nos anos que se seguiram, cadernos foram introduzidos na rotina de estudos dos alunos. No entanto, esse material era um artigo caros em dois sentidos: cadernos significavam a possibilidade de uma vida melhor por meio dos estudos e uma despesa para os pais, pois tratava-se de um artefato raro. No registro de suas entrevistas, Sangali (2005a) deixa claro em vários momentos que era com grande dificuldade que as famílias adquiriam os cadernos para os filhos, pois não era apenas uma questão de custo, mas também de vencer a distância para comprá-los. Muitas famílias só superavam essas dificuldades com a ajuda da irmã diretora, conforme se descreve a seguir:

Havia uma oferta limitada de cadernos no mercado, e quando havia era caro para os colonos. Uma das diretoras desenvolveu um hábito. Ao escrever para as papelarias famosas do Rio de Janeiro e São Paulo e solicitar remessas de cadernos e material escolar, como caneta, tinta, lápis, entre outros materiais que o colégio adquiria, além de pedir desconto, contava das dificuldades das crianças de Abranches, apelava para quem fosse preciso e muitas vezes a escola recebia pacotes de encomenda. A escola recebia o aviso dos Correios, que precisavam retirar pacotes da agência em Curitiba. Pacotes estes cheios de material escolar. Alguns ficavam para doação, socorrendo crianças carentes, outras eram vendidas por preços acessíveis aos alunos (SANGALI, 2005a, p. 140).

Os cadernos eram comprados pelos pais no início do ano letivo, com também pelas Irmãs Filhas da Caridade, para distribuir aos alunos carentes. Das falas recorrentes nas entrevistas reunidas por Sangali (2005a), consta o registro de que nenhuma criança da paróquia de Abranches deixou de estudar por falta de material didático. Nos primeiros anos da escola polonesa de Abranches, acredita-se que o quadro-negro foi mais utilizado para o treino da escrita pelos alunos que os cadernos, justamente pelas dificuldades enfrentadas em relação ao acesso a esse material. Outra possibilidade de estratégia pedagógica sugere terem sido privilegiadas as atividades de leitura que de escrita, na medida em que os alunos aprendiam primeiro a ler e posteriormente escrever. Além do lápis e da borracha, eram usados as canetas-tinteiro e o mata-borrão para a escrita nos cadernos. Na Figura 50, apresentam-se alguns artefatos da Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".



FIGURA 50 – CANETAS DE PENA E SUAS TINTAS

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Arquivo pessoal da autora.

Dos vários cadernos do acervo do Colégio Vicentino São José, analisaram-se oito deles, pertencentes a diferentes alunos. Caracterizam-se por disporem de poucas páginas, vinte no máximo. As atividades neles contidas apresentam um espaçamento de tempo, sendo duas páginas, no máximo, utilizadas em cada mês. Esses registros sugerem uma periodicidade para a realização das atividades em sala de aula ou que se tratava de cadernos utilizados apenas para o dever de casa, ou, ainda, que o ensino enfatizou mais a leitura que a escrita.

O primeiro caderno analisado, o mais antigo encontrado no acervo, datando de 1912. A Figura 51 apresenta o registro do conteúdo de uma aula, cuja metodologia aplicada foi o ditado.

Torrawka

The childre childred rowy, Ten plak ma bardro tadou

redrowy, redrowy, pixro,

pixro pixro, wazek, maka, Ty piorwe of inig nie ja Una jest

maka, maka, biala, biala,

nie uwaina, hiposeie sepiewaly

biala, rymny, rimny, najglośnie, se matema i

pioro, pioro,

Dyktando,

Driewczynka, driewczynka,

11 Ja driewcznaka jest najmiejna,

dziewczynka, najmniejoza,

FIGURA 51 - CADERNO DE POLONÊS, 1912

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Nas entrevistas de Sangali (2005a), muitas irmãs mencionam que o primeiro período da escola foi pautado no conteúdo, principalmente nas divisões de gramática, e, ao mesmo tempo, na metodologia da língua polonesa, em que se aplicava a teoria na escrita dos textos com muitos ditados e cópias, pois são as atividades nos cadernos mais recorrentes.

Tudo ensinado em polonês, pois quando eu foi pra escola com 5 anos era só polonês, polonês, polonês, depois veio a ordem para aprender também o português... Nós falávamos em polonês, ninguém falava português, muito pouco... As Irmãs ensinavam um pouco de tudo, principalmente leitura e escrita, boa escrita, boa gramática, todas as divisões da gramática polonesa. Tinha a escrita, tinha ditado, tinha esse trabalho, assim, qualquer coisa, assim a descrição de uma árvore, um pinheiro, de uma chácara, de criação de gado, assim tinha que descrever uma pesquisa tudo em polonês (SANGALI, 2005a, p. 8).

O conteúdo ensinado nas aulas do período da manhã, de acordo com Sangali (2005a), complementava o processo de ensino então pautado na leitura e escrita. Resumidamente, a metodologia aplicada nas salas de alfabetização envolvia leitura, cópias e ditados. Com os alunos mais novos, o processo de escrita se dava por meio de repetição de letras e de palavras, e dos alunos mais avançados já era cobrada a elaboração de pequenas redações, que deveriam ser construídas por descrições de situações vivenciadas no dia a dia dos próprios alunos e/ou elementos e cenários com

os quais conviviam. O tema da descrição poderia ser um pinheiro ou uma chácara de criação de gado, por exemplo.

O Quadro 6 apresenta o currículo ofertado a partir de 1917, quando a instituição adotou oficialmente o nome Escola São José.

QUADRO 6 - O PROCESSO DO BILINGUISMO - 1917

NOME OFICIAL	Escola São José
PERÍODO DA MANHÃ	Máximo de 4 anos
PRIMEIRA SÉRIE	 Língua portuguesa – alfabetização
	 Aritmética básica – contas
	Aulas de desenho
	Catecismo
SEGUNDA, TERCEIRA E QUARTA SÉRIES	• Língua portuguesa – gramática, aulas de
	leitura, cópias, ditados, produção de
	pequenos textos
	 Aritmética e resolução de problemas
	 Canto de hinos nacionais
	História do Brasil
	Geografia do Brasil
	Aulas de desenho
	Aulas de ginástica
PERÍODO DA TARDE	Aulas de polonês
	 Aritmética avançada e resolução de
	problemas
	 Cantos sacros e folclóricos polonês
	História da Polônia
	Geografia da Polônia
	Trabalhos manuais: meninos – cuidados
	na horta

Fonte: Baseado em Sangali (2005a; 2005b; 2007).

Elaborado pela autora.

Quando se deu o fim da Primeira Grande Guerra, os poloneses insistiam em se manter fiéis à sua pátria, cultivando um profundo sentimento de orgulho e pertencimento. E, assim, as Irmãs Filhas da Caridade, para preparar as aulas, utilizavam-se de livros que abordavam a cultura e a história da Polônia, fosse com o uso de ilustrações para as aulas de ortografia e gramática, ou mesmo para as aulas de canto. Cantar as canções folclóricas polonesas era fazer uma viagem ao passado, pois muitas carregam como tema as batalhas em que a Polônia esteve envolvida, exaltando seus reis e suas conquistas, ou seja, são canções que enaltecem a polonidade. Cantar era uma forma de estudar a cultura polonesa sob vários aspectos, conforme indicam vários livros didáticos localizados na Biblioteca Histórica da Congregação dos Vicentinos, datados a partir de 1912.

O segundo caderno analisado, pertencente ao período do bilinguismo, é de matemática e data de 1918, sem identificação do nome do aluno (Figura 52). Nele, percebe-se uma metodologia de ensino para a fixação das regras matemáticas e a resolução de problemas, iniciando pela decomposição da expressão. Pode-se notar pelas atividades que, conforme o aluno progredia, maior era o desafio proposto, com destaque para o grau de dificuldade da divisão, com a utilização de até três dividendos. Ainda, é possível verificar a utilização da matemática comercial, em que é recorrente o uso da vírgula, sinalizando tratar-se de um caderno de um aluno de classe mais adiantada. De fato, na capa do referido caderno consta a inscrição II, o que indica ter pertencido a um aluno da sala II, que poderia ser terceira ou quarta série.

No entendimento dos colonos da época, conforme depoimentos, a melhor forma de avaliar se os filhos estavam de fato aprendendo matemática era quando os levavam para o centro comercial de Curitiba, e no momento de negociar sua produção agrícola aproveitavam a presença da criança para testá-la. Nesse contexto, havia um medo constante entre os colonos de serem enganados pelos comerciantes de Curitiba, mais experientes. Esse medo fundamentava-se na falta de domínio da língua portuguesa, o que muitas vezes atrapalhava na condução dos negócios. Dessa maneira, ser "bom nas contas" era sinal de ser bom também nos negócios. Era importante, portanto, que os filhos fossem hábeis nos cálculos, e levá-los para a vida prática era a melhor forma de ensinar matemática. Na visão das irmãs (SANGALI, 2005a), os alunos aprendiam em razão da metodologia, quando insistiam,

perguntando, forçando-os a desenvolver um raciocino rápido. O pensamento era de que a matemática, para ter significado na vida dos colonos, deveria ser prática.

Alexanses d. 2 Minima of Backworth Rachworth Starting of Starty Starting of Starty Sta

FIGURA 52 - CADERNO DE ARITMÉTICA, 1918

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Nesse caderno, percebe-se uma abordagem mais prática no que se refere ao ensino da matemática, quando a aquisição do conhecimento sobre as quatro operações básicas era aprendida nas primeiras séries e os alunos menores passavam a fazer contas e mais contas. Quando progrediam de série, tornavam a resolver problemas, treinando e treinando. Era preciso escrever e resolver problemas aritméticos, treinar caligrafia, elaborar mapas de geografia e história. Prezava-se o trabalho independente, e a recomendação era a de "começar pelos conteúdos mais fáceis e prosseguir com os mais difíceis, dessa maneira estariam aproveitando um tempo de maior concentração dos alunos" (SANGALI, 2005a, p. 42).

A metodologia de ensino da matemática constituía-se na matemática prática. Os temas dos problemas apresentados tinham como base a vivência do colono, abordando situações corriqueiras, como fazer compras, ou relativos à sua produção. Nas conversões de metragem, por exemplo, aproveitavam o fato comum de as roupas serem confeccionadas por eles próprios. Mesmo assim, para isso era preciso adquirir o tecido, a "fazenda", bem como os artigos de armarinho para a confecção. Era preciso, portanto, treinar para que a matemática pudesse contribuir para as práticas

cotidianas, mas ao mesmo tempo para se ter conhecimento suficiente para manter as finanças familiares sob controle. O terceiro caderno (Figura 53) pertence à classe de alfabetização, da aluna Marta Szczepanski. Marta frequentou a escola por três anos, e consta nos registros sua matrícula nos anos de 1921, 1922 e 1923, tendo iniciado seus estudos aos 7 anos (SANGALI, 2005d). O caderno é do tipo brochura, pautado para caligrafia, sem números identificando as páginas, em um total de 32 páginas. A caneta utilizada era do tipo "bico de pato", uma caneta-tinteiro geralmente da marca Nanquim, modelo, aliás, sempre citado nas entrevistas apresentadas por Sangali (2005a).

FIGURA 53 CADERNO DA ALUNA MARTA, FOLHA 29

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

No Quadro 7, estão relacionados os conteúdos do caderno de Marta Szczepanski. As atividades de escrita seguiam uma lógica, a ordem alfabética do

alfabeto polonês, a "língua-mãe" então comum a todos os alunos, pois a maioria deles era de origem polonesa. As atividades propostas no caderno de Marta seguiam o modelo escrito pela professora, grafados na cor vermelha⁸⁸, e o exercício realizado pela aluna era na cor azul. A atividade constava de repetir a letra do alfabeto polonês até ao final da página, como forma de treinar a grafia de cada letra. Ao final, sempre era escrita uma palavra, em um exemplo prático de aplicação da letra.

QUADRO 7 – CONTEÚDO DO CADERNO DA ALUNA MARTA

Conteúdo do Caderno de Caligrafia							
Página	Letra	Conteúdo	Tradução*	Página	Letra	Texto	Tradução*
1		(capa)		17	В	Bób	Feijão
3	i/u			18	F	Fala	Onda
4	Т	Tu		19	Н	Herb	Armas
5	W	Uvi		20	K	Ktos	Alguém
6	N	Ni		21	J	Jaje	Ovo
7	М	Mi		22	Υ	Indyk	Peru
8	V	vuva/		23	G	Grzyby	Cogumelo
		vama					
9	С	Cień	Sombra	24	Р	pszczota	Abelha
10	Е	Eva	Eva	25	Z	Ziemia	Terra
11	Α	Ano	Ano	26	Ż	Żdżbto	
12	Α	Ar	Ar	27	Ż	Żyto	Centeio
13	D	Dom	Casa	28		dzuvan	Sino
14	S	Sosna	Pinheiro	29	SZ	Szafa	Armário
15	L	Liść	Folha	30	CZ	Czas	Tempo
16	Т	Tan	Baile	31	SZ	Vzeka	Rio
				32	ch	Chata	Cabana

Fonte: Baseado no caderno de Marta Szczepanski (1921).

Organizado e traduzido pela autora.

Em cada uma das páginas do caderno consta uma letra ou um dígrafo do alfabeto polonês⁸⁹, em um exemplo a ser copiado. Observa-se que o início de cada

⁸⁸ No conjunto de cadernos analisados, foi possível relacionar nitidamente que a cor vermelha pertencia às professoras e a cor azul ou preta era de uso dos alunos.

⁸⁹ O alfabeto polonês é semelhante ao alfabeto latino, mas com algumas letras que só existem no alfabeto polonês. Utiliza-se de signos diacríticos como o *kreska*, graficamente similar ao acento agudo (por exemplo: ź, ś), o ponto superior (ż) e o *ogonek* (ą, ę). Formado por 33 letras, sendo 9 vogais e 24 consoantes. Há também sete dígrafos: ch, cz, dz, dź, dż, rz e sz. As letras Q, V e X não pertencem ao alfabeto polonês.

letra, dígrafo ou palavra nova, sempre está escrito em vermelho, o que representaria a intervenção da professora, que durante o período de 1918 a 1919, nas turmas de alfabetização, sugere pelo ano ter sido de Irmã Natália, uma das pioneiras de Abranches, a qual, segundo Sangali (2005b, p. 4), "tinha muito gosto em trabalhar com os alunos menores".

Em atendimento à legislação publicada em 1915, a Escola Polonesa São José iniciou o ensino das disciplinas de português, geografia e história do Brasil. Uma dificuldade evidente apresentava-se pelo uso do idioma, mas, apesar de a maior parte das colônias polonesas não falar o português, os moradores da Colônia Abranches, pela sua proximidade com o núcleo central de Curitiba, já estavam relativamente familiarizados com o idioma nacional, alguns com certa dificuldade, é importante ressaltar. E é somente a partir de 1918, então sob a influência da Primeira Grande Guerra, que a Escola Polonesa São José sofreu mudanças significativas. O governo brasileiro manteve-se alerta para o "perigo germânico", uma vez que a eficiente organização da imigração alemã e das próprias colônias alemãs atemorizava as autoridades governamentais brasileiras.

O referido código também regulamentava os exames finais das escolas particulares, que deveriam ser realizados perante o superintendente da Instrução Pública ou de um de seus delegados destacados para esse fim. Dessa maneira, foi necessário cumprir as exigências do Código de Ensino, uma vez que só assim os alunos das escolas particulares poderiam equiparar-se aos das escolas públicas. A legislação esclarecia, ainda, que, caso a escola não se submetesse às exigências, ela poderia ter suas atividades encerradas (PARANÁ, 1915, p. 41). Na ocasião, de fato, escolas no interior do Paraná foram fechadas por não seguirem o programa oficial do ensino (SANGALI, 2007, p. 19). Importante mencionar que na Escola Polonesa São José, desde 1906, autoridades eclesiásticas e alguns convidados do governo integravam a banca de exames finais (GÓRAL, 1929; BIERNASKI, 2017).

Segundo a Constituição Federal, cabia aos estados criar, manter e legislar sobre o ensino primário e secundário. Diante disso, no estado do Paraná passou-se a exigir o cumprimento do Código de Ensino, de 1915, destacando em seu capítulo único a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa, da geografia e da história do Brasil, sugerindo, ainda, a adoção de exercícios ginásticos e atividades físicas, bem como recomendando os cânticos escolares, entre eles a exigência do Hino Nacional Brasileiro. Na paróquia de Abranches, no máximo, as autoridades do governo

participavam de almoços que aconteciam na escola em razão de alguma festividade.

Com a obrigatoriedade do Código de Ensino Estadual de 1915, então exigido a partir de 1917, teve início o bilinguismo na Escola Polonesa São José. O ensino do português passou a ser obrigatório, inicialmente como segunda língua, o que, no entendimento da escola, cumpria as exigências do governo de ensinar o idioma nacional. A língua oficial da escola continuou a ser a polonesa, uma vez que a maioria dos alunos e das irmãs tinha dificuldade em entender e falar o português. Dentro dos muros do colégio, mesmo com a proibição do governo brasileiro, não havia como evitar. As crianças só conviviam com a língua polonesa.

Apesar das mudanças exigidas no currículo e do contexto de pós-guerra, as crianças eram preservadas, não sendo afetadas ou sofrendo algum impacto advindos disso resultante, como bem registra Sangali (2005a, p. 18): "quando a gente tinha o que comer, o que vestir, e criança não entrosava muito com a Guerra", ou seja, nesse período não era comum as crianças participarem da conversa dos adultos, principalmente ao falarem sobre a guerra, era um assunto tão distante que elas nem se davam conta do que estava acontecendo⁹⁰. Sobre as inspeções nas escolas particulares por parte do governo do Paraná, estas foram praticamente inexistentes até determinado momento.

Nesse processo, as Irmãs Filhas da Caridade dedicaram-se intensamente à aprendizagem da língua portuguesa. A congregação não queria passar por nenhum constrangimento em relação à desobediência à legislação brasileira. Era preciso cumprir as determinações da lei e manter a escola distante de acusações e situações embaraçosas pelas quais outras escolas de estrangeiros em Curitiba haviam passado, sendo vistas como intransigentes ao se recusarem a ensinar o português (SANGALI, 2005a). No entanto, é importante observar que nos espaços da Colônia Abranches e em seus arredores, os moradores conviviam mais com poloneses que com a população brasileira de Curitiba. Segundo Padre Biernaski (2018), os colonos continuavam a falar na sua língua de origem, normal e independentemente de qualquer lei que surgisse. Sentiam-se praticamente na Polônia, uma vez que foram poucas as mudanças promovidas pelo governo brasileiro adotadas pela comunidade

não foi possível identificar com maior clareza quais (SANGALI, 2005a, p. 18).

⁹⁰ Na época, as notícias da guerra circulavam também pelos jornais. Na cidade de Curitiba, dos reflexos sentidos desse triste momento, pode-se citar o *Blackout*, um racionamento de energia que fora imposto, mas que não atingiu o colégio de Abranches, já que o prédio ainda não era atendido pela rede elétrica. Ao que parece, houve outros racionamentos, de alguns outros itens, mas nas informações coletadas

polonesa. Assim, para que os professores fossem capacitados na língua portuguesa, foi preciso organização.

Nesse intuito, os professores organizaram-se em conjunto com as associações que defendiam a cultura polonesa, a Oswiata e a Kultura, então representantes legítimas das colônias polonesas. Munidas dessa organização, as organizações representaram as escolas e obtiveram do governo estadual o prazo de um ano para preparar seus professores, quando deveriam prestar os exames requeridos pelas autoridades da delegacia de ensino. O receio de sofrer algum tipo de intervenção governamental nas escolas, interrompendo a missão educacional das Irmãs Filhas da Caridade, foi por algum tempo tomando vulto. De acordo com Padre Biernaski (2017), as Irmãs Filhas da Caridade prepararam-se e foram aprovadas com sucesso na avaliação imposta. No entanto, alguns professores de outras colônias se sentiram humilhados publicamente durante os exames, em virtude da dificuldade em se expressar na língua portuguesa e/ou por possuírem um sotaque carregado ao se expressar.

Deve-se destacar que as irmãs, a princípio, não dominavam o português, assim como a maioria dos colonos mais antigos. Foi preciso aprender a falar e escrever, a dominar a língua, para posteriormente poder ensiná-la, acatando as imposições do governo. No entanto, as irmãs tinham consciência do significado para os colonos da paróquia de Abranches ter de se desligar de suas origens. Deixar sua língua, e aos poucos deixar sua memória afetiva para trás. A estratégia adotada pelas Irmãs Filhas da Caridade não se restringiu a simplesmente trocar o idioma de ensino, mas sim a manter a língua polonesa, embora tenham oficialmente incluído no currículo a língua portuguesa, inicialmente ensinando por meio de cópia.

E na escola seria apenas uma questão de tempo para que as exigências começassem a surgir. Nesse período, a maior contribuição para promover o aprendizado de português na colônia deu-se pela iniciativa de Padre Góral (Figura 54), que organizou e publicou uma coleção de livros que se constituíam em pequenos manuais de gramática, utilizados não apenas pela escola, mas também pelos colonos. Um material muito bem-vindo, pois seu uso diminuiu as dificuldades que as irmãs e os próprios alunos ainda encontravam para se comunicar em português (BIERNASKI, 2017).



FIGURA 54 – PADRE GÓRAL

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Esses manuais foram impressos na tipografia do jornal *Lud*, na paróquia dos vicentinos, e constituíram-se em um material de apoio para que as irmãs conseguissem apropriar-se da língua portuguesa e, posteriormente, para todos os alunos e poloneses que quisessem ter acesso ao material escrito em polonês e traduzido para o português. Para eles, era importante aprender o português, se "abrasileirar", deixando até mesmo de falar apenas em sua própria língua. Não deixavam, porém, de ser poloneses, uma vez que sua cultura não se limitava ao idioma: o catolicismo os unia, e a escola das irmãs os representava.

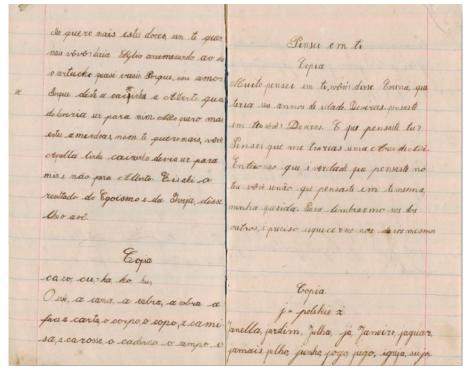
Diante da análise dos cadernos de alunos e do contexto vivido nesse período, infere-se que as atividades de cópia deviam-se muito mais à obrigatoriedade de demonstrar aos fiscais de ensino que a escola atendia às exigências legais acerca do ensino da língua portuguesa do que como um instrumento utilizado no processo de

ensino. E tal foi a estratégia adotada pelas Irmãs Filhas da Caridade com a finalidade de convencer a inspeção. Dessa forma, sempre que um inspetor visitava a Escola São José com propósitos de fiscalização, uma irmã o acompanhava. Para cumprir essa tarefa, a escolhida deveria ter bom domínio da língua portuguesa não apenas para facilitar a comunicação com o inspetor, mas, sobretudo, para passar a imagem de que o idioma nacional era, de fato, ali utilizado como primeira língua, conforme requeriam as normas do governo (SANGALI, 2005b).

De acordo com os registros consultados, a Escola São José foi ampliada em 1920, uma vez que o número de alunos crescia, ano após ano. A escola seguiu adaptando-se à nova legislação e transformando-se em uma instituição bilíngue. Pela manhã, o conteúdo das aulas era ministrado em português, e, à tarde, em polonês. Assim, os alunos tinham o conteúdo das disciplinas disponibilizado nas duas línguas. Contudo, essa transposição para o bilinguismo não foi rápida e tranquila, como as autoridades eram levadas a pensar.

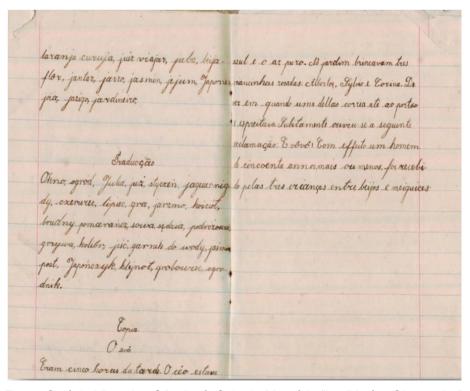
Voltando para a análise no quarto caderno (Figuras 55 e 56), constatou-se que a Escola São José não se tornou bilíngue em 1918, o que se efetivou somente após 1920. Uma somatória de fatores que contribuíram para esse processo foi a ênfase na aprendizagem da língua portuguesa, a contribuição dos livros didáticos em português e o fato de a família, com o passar do tempo, passar a dominar o novo idioma. O bilinguismo, assim, modificou boa parte da rotina do colono de origem polonesa. Aos poucos, modificou até mesmo as publicações dos jornais, na medida em que a nacionalização compulsória alcançava esses meio de comunicação, que deveriam ser redigidos em polonês e em português. Para satisfazer às imposições do governo, nas décadas de 1930, os jornais passaram a publicar suas matérias nas duas línguas, com uma coluna em polonês e outra em português.

FIGURA 55 - CADERNO DE POLONÊS/PORTUGUÊS, 1918, PARTE A



Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

FIGURA 56 - CADERNO DE POLONÊS/PORTUGUÊS, 1918, PARTE B



Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Na prática, o que se pretendia era demonstrar o "abrasileiramento" da escola durante a inspeção, encobrindo eventuais "sinais" da cultura polonesa em seu interior, o que incluía até mesmo ocultar a presença das irmãs mais idosas, que ainda mantinham um acentuado sotaque polonês. Todavia, as práticas pedagógicas na escola de Abranches não se limitavam apenas à escrita. Uma das atividades mais apreciadas pelas crianças era o desenho, na qual o aluno era livre, pelo menos em parte, para desenhar e expressar-se sem as normas rígidas das línguas polonesas ou portuguesas. O desenho não tinha pátria. A criança era livre para demonstrar a sua criatividade, e provavelmente desenhava muito do que via e ouvia.

Do quinto caderno analisado apresenta-se o desenho realizado por uma aluna de nome Augustine Szczepanski⁹¹. O caderno é uma demonstração de que traços de polonidade fluíam por intermédio dos desenhos. Do tipo brochura, o caderno contém linhas quadriculadas, composto de 24 páginas, sem paginação e dotado de 3 grampos. Na capa consta o desenho de uma etiqueta com o nome da aluna, o ano de 1921 e a inscrição em algarismo romano II, sugerindo ser a indicação da série que a aluna frequentava. Analisando os desenhos quanto à técnica, pode-se verificar que se tratava de representações de vivências do cotidiano, coloridas com lápis de cor (SANGALI, 2005d).

Os desenhos impressionam pela qualidade, principalmente no que diz respeito às noções de perspectiva e profundidade, demonstrando o bom domínio da técnica de representação pela aluna. A qualidade dos desenhos apresenta-se também na riqueza de detalhes reproduzidos. Entre os temas de desenho ao largo do cadernos analisados, encontraram-se alguns que sugerem uma projeção ou observação do interior de uma casa, retratando móveis e animais domésticos como gatos, cachorros e pássaros exóticos, engaiolados ou em poleiros. Destacam-se, ainda, o mobiliário da época e o apreço pelo uso de flores e folhagens em vasos sobre aparadores, que faziam parte da decoração interna das casas no período de 1918-1920.

É interessante refletir sobre esse conteúdo, que traz o olhar de uma criança filha ou neta de imigrantes, pela observação da vida em uma colônia polonesa, do universo no qual estava inserida. Através dos desenhos vislumbra-se a concepção

⁹¹ Augustine Sczepanski, com 11 anos à época, tem matrícula no livro de registro da escola nos anos de 1918, 1919 e 1920. A aluna era proveniente da localidade de Cachoeira (atualmente município de Almirante Tamandaré, Região Metropolitana de Curitiba) (SANGALI, 2005d).

que tinha do seu mundo, que se resumia à sua casa e seus animais, à natureza e, quando possível, a animais exóticos.

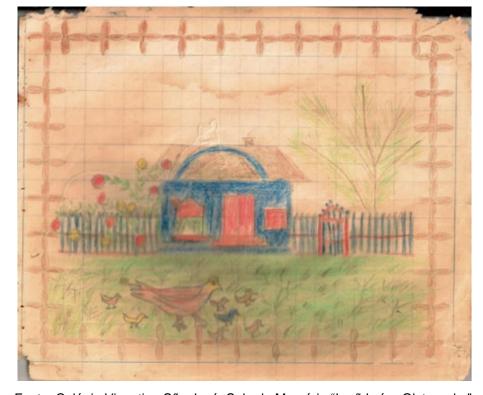


FIGURA 57 – DESENHOS E RISCOS DE BORDADOS

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Na Figura 57, o desenhos que retrata o exterior de uma casa, chama atenção a demonstração de apreço pelo jardim. A representação da cerca de madeira, comum nas propriedades da época, que mantinham um espaço destinado aos animais de criação e uma variedade de espécies de flores e folhagens coloridas, que eram dispostas em um espaço reservado e cercado, para separar a área da casa daquela utilizada para abrigar os animais.

Ainda, deve-se destacar que os cadernos quadriculados também eram usados para a execução de moldes de bordado. Percebe-se na imagem uma combinação de linhas e traçados que lembram essa prática, porém usados como uma moldura do desenho, que se assemelha aos esboços de trabalhos em ponto de cruz, uma modalidade de bordado muito utilizada pelos grupos étnicos eslavos. Nessa técnica de bordado, as linhas geométricas permitem que os espaços interiores por elas criados sejam pintados de cores vivas, na maioria das vezes uma característica dos traços étnicos-culturais poloneses. Assim, é possível tratar-se de esquemas de

bordados utilizados, muitas vezes, na decoração de toalhas de banho e mesa. Diante da percepção desses elementos, reforçava-se na cultura tradicional da colônia a necessidade de preservação e transmissão desse legado aos mais jovens.

Em seus estudos sobre cadernos como artefatos etno-históricos, Santos (2018, p. 2) destaca que "há peculiaridades a se considerar, que permitem agregar às análises, considerando-se diferentes lugares geográficos, contextos e temporalidades associados à construção do caderno enquanto documento histórico". Nessa perspectiva, passa-se a olhar para o caderno enquanto documento histórico, que propicia a oportunidade de se tratar da cultura gráfica, além da representação imprimida no desenho pela aluna, que traz expressões visuais que remetem à sua infância, dentro de um contexto e de uma temporalidade que expressam sua capacidade criativa, mais intensa durante a infância. O fato é que os colonos imigrantes poloneses buscaram alternativas para se adequarem à cultura local, em parte pela necessidade de se "abrasileirar" na comunidade na qual estavam inseridos, e também para cumprir uma determinação legal de nacionalismo.

Nessa perspectiva de aula bilíngue, cabe aqui uma reflexão: seria possível habilitar os alunos na escrita da língua portuguesa e realizar um aprendizado com fluidez entre as duas línguas somente por meio da atividade de cópia, aprendendo, de fato, o novo idioma? Considerando que os dois idiomas apresentam grafias diferentes, com distinções entre os alfabetos, isso dificultaria o aprendizado da escrita. Nesse contexto, destaca-se que na pesquisa realizada, tendo como referência o período de 1918 a 1920, não foram encontrados elementos que permitam afirmar que os alunos tornaram-se efetivamente bilíngues, ou seja, fluentes também na língua portuguesa, fosse na escrita ou na fala, contando com apenas dois anos de estudo, até porque nos espaços fora da escola, como no núcleo familiar e social, a língua polonesa mantinha-se vigente. O domínio da língua se deu naturalmente, na medida em que a comunidade com polonesa vai se aproximando e convivendo com a comunidade brasileira.

Uma das maneiras de se abrasileirar os alunos foi levando elementos da cultura brasileira para as aulas em Abranches, embora previsto em legislação, faltava material de apoio, pois a história estava sendo escrita e a geografia ainda era um mistério em muitos pontos do país. Um exemplo se mostra pelo livro lançado em 1928, que trata da geografia do Paraná (Figura 58).

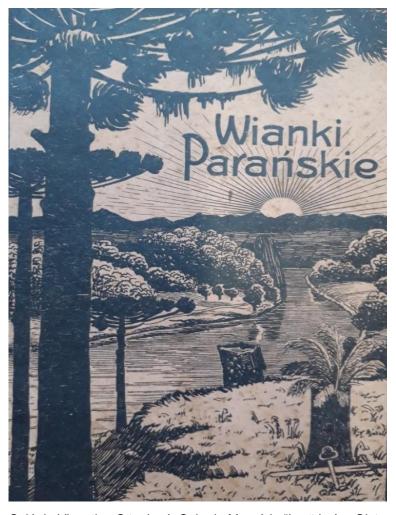


FIGURA 58 – A GEOGRAFIA DO PARANÁ

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

A história e a geografia do Paraná estavam em construção, logo após a proclamação da República, pois o Paraná ainda era uma província com pouca história para ser documentada. A imigração polonesa participou ativamente dessa construção histórica quando famílias inteiras inseriram-se em definitivo em solo brasileiro, desbravando as terras do Paraná. Na capa do livro em análise são retratados temas como a vegetação, as araucárias, o xaxim, o rio caudaloso e um sol exuberante, representando a esperança dos poloneses e de seus descendentes em seu território, uma abundância que ajudaria esse povo a superar as adversidades. Sobre seu conteúdo, foram abordados temas gerais sobre a geografia, a exemplo da localização do Brasil, suas divisas e rios, bem como as riquezas naturais e um pouco de sua cultura. A importância da obra: fora escrita por poloneses para poloneses! Quanto à didática das aulas de geografia, analisando as entrevistas de Sangali (2005a), destaca-se a descrição de uma dessas aulas:

Ofélia já está no grupo escolar. Ela já sabe ler e escrever conta. Hoje ela teve uma lição de geografia. Sabem vês como foi a lição? Primeiro a professora lhe mostra o globo geográfico. Mostrou-lhe no globo os mares, os continentes. Depois mostrou-lhe no globo a América do Sul e o Brasil. Ofélia está agora com o globinho na mão. Ela mostra para Hipólito onde fica o Brasil. Hipólito ficou muito alegre, disse: "Vamos ao gabinete onde está o quadro do Brasil. Como o Brasil é belo e grande! Viva para a nossa pátria – Viva o Brasil" (SANGALI, 2005a, p. 135).

Avançando no tempo, também em período de guerra, percebe-se no relato a ênfase no nacionalismo, quando o aluno saúda e "dá vivas ao Brasil". Outro aspecto que reforça o nacionalismo é a presença de um quadro com o mapa do Brasil instalado no gabinete, logo na entrada da escola, citado em Sangali (2005a, p. 135). Os alunos tiveram a liberdade de manusear o globo terrestre, passado de mão em mão, no entanto fica a dúvida se o ufanismo apresentado no texto é cópia da lição de algum livro ou realmente uma metodologia de ensino.

A seguir, apresenta-se um aspecto do sexto caderno, da aluna Emília Szczepanski, matrícula registrada na escola no ano de 1934 e 1935 (Figura 59). Em um dos textos, a atividade descrita em seu título, "cópia", permite identificar que se trata da reprodução do que fora ensinado em uma aula de geografia.

Copies

Chilija ette repusse esclor. Edds jo saber to econo le plas dispolythe quadre Creail sta plas plas lande et gipe later a ma producera la mostre la restra tratta the the the dra dra a la glas grande escono producera la mostre la restra de phono de phono promo la produce escando de produce de produce

FIGURA 59 – CADERNO DE POLONÊS E PORTUGUÊS

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

No caderno, o texto foi escrito com caneta-tinteiro na cor azul, e as correções, quando havia, foram feitas na cor vermelha. Contudo, também foram encontrados alguns cadernos escritos com lápis grafite. Pela grafia das letras, é possível supor tratar-se de alunos mais novos, ou seja, das séries iniciais. Por sua vez, o padrão observado no que diz respeito à frequência das atividades de caligrafia pressupõe que estas eram realizadas duas vezes por semana. Cada página era iniciada com o cabeçalho, a localização, sempre denominada de "Abranches", seguida de data, por extenso. Como título, a identificação da disciplina era "Caligrafia", e a lição propriamente dita constituía-se na repetição de uma frase até o final da página. Dando sequência ao texto, o aluno repetia as letras que provavelmente apresentou ter mais dificuldade na escrita, de forma que treinasse a caligrafia. Finalizando a tarefa, o aluno escrevia seu nome completo, possivelmente para facilitar a correção pela professora. Comumente, para serem corrigidos, os cadernos eram dispostos empilhados pelos alunos na mesa da professora.

Em relação aos cadernos de caligrafia, percebe-se ao longo dos anos um padrão. A caligrafia foi uma disciplina ofertada desde o início da escola até os anos de 1970, conforme consta nos boletins dos períodos. Nos anos iniciais, contribuía para o aprendizado do ler e escrever nas séries avançadas, para o treinamento da escrita, bem como para a inculcação moral à época. Quanto à metodologia trabalhada, percebe-se uma repetição no que se refere à tipologia. Embora também se encontrem desenhos avulsos de modelos de grafias, mas sem outras menções a esse material. No acervo analisado encontraram-se dois tipos de cadernos: um simples, geralmente encapado e adquirido pelo aluno; e outro fornecido pelo colégio, identificado com o nome da instituição impresso na capa.

Uma das irmãs, em seus relatos a Sangali, afirma que após a nacionalização do ensino os cadernos da escola eram encomendados com o nome do colégio impresso na capa, alguns em gráficas de São Paulo, e outros em estabelecimentos em Curitiba. Os cadernos usados para caligrafia não eram pautados especificamente para essa disciplina, mas na capa constavam informações como o nome do aluno completo e a disciplina: caligrafia. Outra diferença constatada relativamente aos anos anteriores é que a escrita passou a ser feita a lápis (Sangali, 2005a).

Quanto à disposição, o conteúdo do sétimo caderno (Figura 60), pertencente ao aluno Mário Kovalski, traz cada lição ocupando uma página. A atividade de

caligrafia consistia na realização da cópia de uma frase, com a finalidade de treinar a escrita. As frases variavam de tema, sendo alguns de teor ético e moral, reforçando um modelo de comportamento, e outras vezes associados aos conteúdos de história e geografia do Brasil, como uma maneira de reforçar a aprendizagem dessas disciplinas. Outras frases, ainda, visavam exercitar o aluno para a fixação de letras como "P" ou "G", seguido de uma aplicação prática dessas letras em uma palavra. Como exemplo dos temas utilizados para a realização dessa atividade, destacam-se as lições escritas pelo aluno Mário Kovaski, em 1938, cujos temas propostos foram: "Ilha é uma porção de terra"; "Mentira tem perna curta"; "A escola é a segunda família"; "Quem muito dorme, pouco aprende"; "Quantos sabes, quanto vales"; "José Bonifácio faleceu em 1838"; "Amor com amor se paga" (uso das letras P e G), "Nossa pátria está na América"; "Francisco, Antonio, Mário José"; "cidade" (uso das letras ddd); "Darci".

banches, à de novembro de 1930 branches, « de novembre ai montre Caligrafia.

Caligrafia.

Catigrafia.

Catigrafia.

Mosa patriaistà ratiminista tameisco, lintonio, Mario, José Tossa patriaistà malminista tameisco, lintonio, Mario, José Tossa patriaistà malminista tameisco, lintonio, Mario, José Mossa patriaistà malmissa tameisco, lintonio, Mario, Ma

FIGURA 60 – CADERNO DE MÁRIO KOVASKI, 1938

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Na trajetória histórica do funcionamento da Escola Polonesa São José, quando houve a determinação obrigatória de que todas as escolas de imigrantes ficavam proibidas de utilizar a língua estrangeira, a forma imposta pelo governo foi a proibição

de professores estrangeiros, mesmo que nacionalizados. Nesse contexto, as irmãs professoras tiveram de ser remanejadas e somente permaneceram no quadro funcional as Irmãs Filhas da Caridade nascidas no Brasil. No entanto, as missionárias já esperavam que algo assim viesse a acontecer, e precaveram-se ganhando e se adequando tempo para que não houvesse sequer um dia de interrupção dos serviços prestados para a comunidade, até porque, se isso acontecesse, chamaria a atenção das autoridades (BIERNASKI, 2017).

Em 1938, a Escola São José deu entrada com documentação em órgão estadual do Paraná para regularizar a condição de escola particular com a denominação de Colégio São José, e gradualmente a língua polonesa tornou-se a segunda língua no ofício das aulas, que agora eram ministradas em português. Eventualmente, com alunos que moravam mais distante ou que a família insistia em falar em polonês em casa, as irmãs usavam do expediente de falar com eles naquele idioma, uma vez que para muitos desses alunos o ensino da matemática, por exemplo, ficava prejudicado se as aulas não fossem em polonês. No ensino regular, os conteúdos incluídos eram o português, a matemática, a geografia brasileira, história do Brasil e religião (SANGALI, 2005a, p. 35). Assim, a escola foi equiparada às escolas nacionais recebendo o registro da Inspetoria de Ensino, fazendo parte da rede particular de ensino como uma escola confessional. No entanto, os conteúdos eram difíceis de ser explicados aos alunos em português, e assim surgiram publicações com o objetivo de facilitar a compreensão do colono sobre que "país era o Brasil" (Figura 61). Independentemente da lei, as publicações também continuaram a ser escritas em polonês, pois a maior parte da população da colônia não conseguia dominar a língua portuguesa e seus moradores sentiam necessidade da ligação com a língua-mãe, na medida em que fazia parte do costume o cultivo da polonidade.

A nacionalização continuou avançando no ensino na escola, com temas direcionados nas aulas de caligrafia, entre outros. Como exemplo, o caderno do aluno Mário Kovaski (Figura 61) traz temas desenvolvidos nas atividades de caligrafia que versavam sobre princípios morais e patriotismo nacional, cópias realizadas com base em textos com os seguintes temas: "O mais precioso tesouro é a inocência"; "Falar sem cuidar é atirar sem apontar!"; "Diz-me com quem andas e dir-te-ei quem és!"; "Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso"; "Quem não caça com gato", entre outros com a mesma temática. Eram recorrentes os temas relacionados à exaltação do patriotismo brasileiro, bem como aos heróis da República. O método de ensino

aplicado era sempre o tradicional, pela repetição mecânica do movimento. Observase, ainda, que no final dos textos consta um número assinalado em vermelho, que possivelmente representa a nota dada à tarefa após a avaliação da professora, e no caso desse aluno, cujo caderno foi analisado, na média que conseguia atingir girava entre 5 e 6 pontos por atividade.

Outro exemplo perceptível da nacionalização compulsória nas análises encontra-se no oitavo caderno, da disciplina de geografia, datado de 1940 (Figura 61). Todas as atividades são propostas em português, demonstrando que se busca desenvolver nos alunos as habilidades para desenhar e, ao mesmo tempo, conhecer o Brasil. Trata-se de um caderno também do tipo brochura, grampeado, etiquetado, porém de dimensões grandes. Em cada página apresenta-se um mapa do Brasil, com características físicas, políticas e regionais do território brasileiro, sempre com figuras coloridas, contrastando com os cadernos das demais disciplinas, sempre com uma configuração gráfica mais austera.

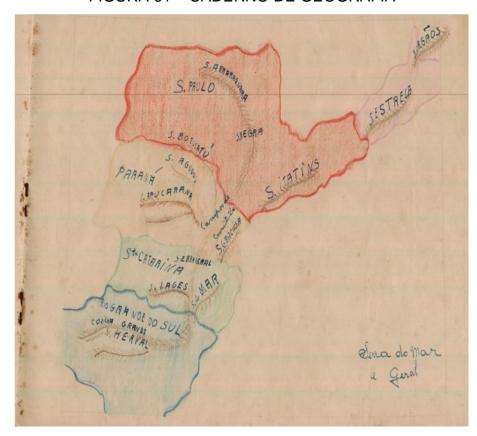


FIGURA 61 – CADERNO DE GEOGRAFIA

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Ainda no contexto da nacionalização compulsória, lentamente esse processo foi disseminando-se e a língua polonesa deixando de ser falada. Em 1945, o ensino do polonês na escola havia acabado definitivamente, porém uma língua não é extinguida por meio de um decreto, trata-se de um processo lento, e, por fim, restaram somente o sotaque e algumas palavras adicionadas ao dia a dia em meio ao português. Todavia, algumas pessoas mais velhas da comunidade ainda usavam o polonês em suas conversas, bem como algumas irmãs, que na rotina diária trocavam algumas palavras em polonês entre si (SANGALI, 2005a, p. 130).

Quanto às avaliações finais, de início consistiam em atividades práticas, ou seja, os pais falavam e os filhos escreviam, sendo autorizado usar papel ou escrever no quadro, ou ainda resolver as questões "de cabeça". O evento era sempre público e contava com a presença de diversas autoridades. Dizia-se que os alunos eram tão bem preparados que não tinham receio no momento do grande exame, o que se constituía em um motivo de orgulho para as famílias, que desde os primeiros anos acompanhavam seus filhos. Essa avaliação sempre foi realizada nas dependências da Escola Polonesa São José.

Em atenção ao Decreto nº 710/1915, as avaliações passaram a ser uma atribuição da Inspetoria de Ensino, com a presença de convidados ilustres, demonstrando para as autoridades brasileiras as boas intenções da escola em acatar a legislação escolar em vigor. Ao mesmo tempo, seguir as recomendações possibilitava aos alunos uma continuidade nos estudos, pois a legislatura previa a equiparação da escola de Abranches com as escolas públicas, o que ampliaria as chances de darem prosseguimento a seus estudos (PARANÁ, 1915; SANGALI, 2005a). Não foi possível precisar em que período essas avaliações públicas deixaram de ser realizadas, mas tudo leva a crer que passado o período da nacionalização compulsória, já nos tempos do nome Escola São José, elas tenham acabado, quando os alunos seguiram sendo avaliados apenas pelas professoras, por meio de prova escrita ou oral.

Conforme as escolas particulares recebiam mais atenção das leis da educação, os conteúdos aplicados seguiam os mesmos da escola pública. O Colégio São José deixava, assim, de ser uma escola que preservava a língua de origem dos descendentes de poloneses, em uma mudança gradual e constante. Todavia, mantendo outros aspectos e costumes representativos de sua etnicidade, seja na religiosidade ou na maneira de comportar, na culinária e nos hábitos alimentares, na

postura corporal e até mesmo no sotaque, um elemento que marcou profundamente muitas gerações.

No Paraná, a tendência pedagógica que se estabeleceu sob o comando da Inspetoria de Ensino, e mais à frente pela Secretaria de Ensino, foi seguindo os princípios pedagógicos na concepção da Escola Nova. Toda formação de professores de instrução pública ocorria pela referência desenvolvida no Instituto de Educação, sob o comando do professor Erasmo Pilotto. Essa mesma formação foi posteriormente repassada para os professores poloneses mediante a política de nacionalização das escolas dos imigrantes. Estava então em pauta o método intuitivo, divulgado pela Europa e os Estados Unidos pelos discípulos de Pestalozzi, reconhecido teórico da educação. Importante ressaltar que as orientações pedagógicas das irmãs polonesas da escola de Abranches já seguiam as tendências psicológicas de ensino no fim do século XIX e início do século XX, pois aqui haviam chegado com uma formação sólida de magistério.

As aulas deveriam seguir os Passos Formais da Instrução, de Herbert. Quando o aluno deveria ser preparado para novos dados através da lembrança de dados conhecidos, generalizavam-se os pontos principais das aulas em princípios gerais, para serem fixados (SANGALI, 2007, p. 21).

Ou seja, as noções aprendidas na escola deveriam ser aplicadas à vida prática dos alunos. Na tentativa de implementar o progresso e escolarizar cada vez mais crianças, os grupos escolares de instrução pública passaram a ser um fenômeno urbano, pois no meio rural prevaleciam as escolas isoladas, sempre com caráter provisório, que estavam destinadas a desaparecer, enquanto os grupos escolares se firmavam como escolas primárias propriamente ditas. Porém, quando se tratava da escola polonesa de Abranches, observa-se que a instituição não se caracterizava em um modelo urbano, nem tampouco rural, embora seus alunos fossem trabalhadores da terra, colonos e produtores.

Havia muito tempo que as escolas particulares constituíam-se em um espaço no qual o conhecimento aplicado não remetia o sujeito ao seu contexto de vida, ou seja, o conhecimento ali era de cunho étnico, católico romanizado, um mundo à parte dentro dos muros do colégio. Porém, diferentemente dos conventos, os alunos, em especial as alunas, tinham a permissão de ir e vir, transitando entre dois mundos, a casa e o colégio confessional.

E é nessa perspectiva de cunho étnico e católico romanizado que a Escola Polonesa São José oferecia aulas de religião que traziam conteúdos de catecismo em uma preparação para a primeira comunhão. Caso fosse desejado, a criança poderia frequentar somente essas aulas, independentemente de estar matriculada na escola. Tratava-se de uma estratégia das Irmãs Filhas da Caridade para convencer as crianças, driblando a resistência dos pais para despertar o interesse de estudar regularmente na instituição. Como uma escola confessional católica, o ensino do evangelho era o estudo do catecismo, preparando o aluno para a eucaristia, um ritual católico que permitia aos jovens participar da comunhão durante as missas e, assim, inserirem-se no mundo dos adultos (Figura 62). A proximidade da Igreja permitia que essas aulas fossem dadas inicialmente pela irmã diretora, bem como pelo padre vigário. Os ensinamentos eram repassados aos alunos por meio de palestras, contando histórias bíblicas.



FIGURA 62 – A PRIMEIRA COMUNHÃO

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Quanto aos boletins, o documento mais antigo encontrado da aluna Emília Szczepanski, promovida da primeira para a segunda classe (Anexo IV). Ao se analisar as disciplinas e atribuições de notas no boletim, encontram-se destacados comportamento, asseio e aplicação, seguidos de religião. Na sequência, estão leitura, gramática portuguesa e caligrafia, história e geografia do Brasil, matemática oral e

escrita, geometria e desenho, canto e ginástica. Na organização da escola, as aulas de polonês e as de trabalhos manuais, ou atividades que contribuíssem com a manutenção da casa, ocorriam no período vespertino.

No boletim apresentado na Figura 63, é possível verificar as disciplinas ofertadas, evidenciando uma ampliação do currículo após o período da nacionalização compulsória. As disciplinas foram ampliadas dentro do curso ginasial, contemplando uma das reivindicações antigas da comunidade. No boletim também estão dispostas as avaliações e as faltas do aluno, distribuídas em bimestres. As disciplinas ofertadas em 1951 para a segunda série eram: religião, português oral e escrito, aritmética, geometria, geografia, história, ciências, educação moral e cívica, caligrafia, desenho e trabalhos manuais. Todas as atividades eram avaliadas entre: ótimo (10), boa (9), regular (8-7), sofrível (6-5), má (4-3-2-1) e péssima (zero). Também existia a possibilidade de perder os direitos ao exame final o aluno que atingisse cinquenta faltas justificadas ou ainda trinta faltas injustificadas durante o ano letivo.

FIGURA 63 – BOLETIM DO INSTITUTO SÃO JOSÉ ABRANCHES

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Concluída a quarta série do curso primário e o aluno aprovado na prova final, estava finalizado o ginásio, segundo a lei, e havia formatura com direito a beca e diploma (Figura 64). O aluno estava assim habilitado para cursar o primeiro ciclo do

ensino secundário, nos termos da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, segundo o Decreto-Lei nº 4.020, de 20 de dezembro de 1961.

Administrado pelas Irmãs Filhas da Caridade, o Instituto São José firmou-se como uma escola convencional integral, utilizando-se do método tradicional. Sangali (2005a), porém, enfatiza que a metodologia de ensino tinha ênfase na produção do aluno, em um ensino que respeita o desenvolvimento da criança, principalmente para que esta seja a produtora de seus estudos.



FIGURA 64 - DIPLOMA DO CURSO GINASIAL

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

4.2 O INTERNATO E O CURSO DE EDUCAÇÃO FAMILIAR

O Internato São José surgiu com a finalidade de oportunizar a alunas que moravam distante uma possibilidade de estudar na escola das irmãs. A escola estruturava-se para atender a população da maneira mais producente possível, e no período da Primeira Grande Guerra a possibilidade de regime de internato também foi ofertado a meninos de até 12 anos. Dentro da organização do internato, pelas manhãs, todos, indistintamente, frequentavam as aulas regulares, e à tarde cada qual tinha suas tarefas. Faz-se importante mencionar que, com a prática de manter as crianças ocupadas, o internato elaborou um currículo específico para as moças. Os alunos internos, durante as manhãs da semana, seguiam uma rotina igual à dos

alunos externos, havia convivência e cumplicidade entre eles. A luz do dia era aproveitada para que realizassem suas tarefas, e era no fim de semana que as brincadeiras podiam ser possíveis, quando, em um momento de convivência e integração, as crianças que moravam próximas da escola costumavam ir brincar com os alunos internos.

Em entrevista concedida a Sangali (2005a), Irmã Margarida, fala sobre as crianças, descrevendo-as como "arteiras", comentando ainda que "crianças são crianças". Relembrou que nos fins de semana as irmãs organizavam piqueniques, outras vezes visitavam algum parente ou aceitavam convites de alguma família para visitar sua chácara. "Na temporada de pinhão encontravam toda a criançada de Abranches" (SANGALI, 2005, p. 13).

Para alguns alunos, o recreio era o momento mais esperado do dia, pois era uma momento de distração e brincadeiras, uma pausa da disciplina rígida das irmãs, uma trégua. No intervalo, os alunos também aproveitavam para ir ao banheiro, tomar água e comer. O espaço para as brincadeiras era dividido entre meninos e meninas, uma divisão natural, pois as brincadeiras deles eram sempre mais agitadas, com bolas e muita correria. Já as meninas gostavam de atividades mais tranquilas, como brincar com cordas, passar anel, cantigas de roda, lenço atrás, entre outras. Segundo as irmãs, o colégio disponibilizava brinquedos como cordas, bola e arcos, para que os alunos pudessem se divertir (SANGALI, 2005a). Havia, ainda, alunos que traziam seus brinquedos de casa para brincar com os colegas na escola.

Além de ser um intervalo para brincadeiras, o recreio significava a hora do lanche, e a maioria dos alunos costumava trazer algo de casa. Eles se dirigiam para um canto no pátio espaçoso, na frente do colégio, debaixo de alguns cedros, um dos espaços preferidos para as brincadeiras. As crianças comiam e brincavam até que o sino batesse. De acordo com Sangali (2005a, p. 78), na década de 1920, "os alunos de fora [os regulares] se juntavam com os alunos internos, estes faziam o lanche dentro do colégio, pois as irmãs achavam perigoso as internas saírem para brincar, pois podiam fugir".

Quando se fala de regimento e normas disciplinares na escola, as memórias remetem também ao uso de uniformes. No início da escola de Abranches, "os alunos não usavam uniformes, cada um ia vestido assim, simples, ia com o que tinha, mas sempre limpo e bem arrumado" (SANGALI, 2005a, p. 8). Os colonos imigrantes de Abranches não saíram em situação de penúria de seu país de origem. Aqui chegaram

com pouco, mas suficiente para recomeçar a vida. Como destaca Sangali (2005a, p. 8), "Os colonos eram todos bem arranjados, daí o vestuário era bom! Sempre calçados". De fato, alguns alunos iam descalços para a escola, e outros dispunham de calçados, mas o fato é que todos os colonos se esforçavam para que seus filhos fossem apresentáveis para as aulas com as professoras Irmãs Filhas da Caridade (SANGALI, 2005a, p. 8).

No período pós-nacionalização, as irmãs propuseram o uso de uniforme e guarda-pó branco, porém os pais não gostaram da ideia e alegaram que seus filhos seriam confundidos com os alunos do grupo escolar do estado, ou até ficariam pareciam com "pedreiros". Essa justificativa sugere que os cidadãos de Abranches, mesmo mantendo seus filhos em uma escola que dispunha de um currículo equiparado ao das escolas nacionais, com conteúdo aproximado e a língua portuguesa em comum, faziam questão de se distinguir, pois não gostavam de ser equiparados aos nacionais, pois eram filhos de poloneses (BIERNASKI, 2017).



FIGURA 65 – O UNIFORME

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

O uniforme que perdurou por várias décadas foi bermuda e colete azul-marinho e camisa branca para meninos e meninas, que ainda contavam com a saia. A boina fazia parte somente do uniforme das meninas (Figura 65).

Uma preocupação constante das Irmãs Filhas da Caridade desde a abertura da escola, registrada até mesmo em cartas enviadas à congregação, era poder oportunizar para as moças a partir de 13 anos, o acesso aos estudos. A inquietação tinha fundamento, pois, segundo Wachowicz (2002), havia entre as famílias polonesas a cultura de fazer distinção entre meninos e meninas. As famílias viam o filho como seu principal herdeiro, e por isso estes deveriam receber uma instrução melhor. Cabia ao filho homem "enfrentar a vida, procurando trabalho e maior responsabilidade em sustentar futuramente sua família". Em contrapartida, os colonos acreditavam que a filha "não teria tantas responsabilidades com a casa, pois isto seria atributo do seu futuro marido". Como a filha não precisaria enfrentar uma vida de trabalho fora de casa, ter o conhecimento de administrar o lar repassado pela mãe já seria o suficiente (WACHOWICZ, 2002, p. 34). Era uma questão simples para a sociedade de Abranches: a mulher não precisava de uma instrução melhor que os homens, pois caberia a ele as responsabilidades materiais, de prover a casa. Esse modo de pensar dos colonos não só era contrário ao entendimento das irmãs, como as levou a buscar alternativas para modificar essa condição, propiciando às meninas meios de também terem acesso a mais conhecimentos. Com esse propósito, criaram o curso educação familiar, especialmente pensado para mudar a mentalidade dos pais e a situação das jovens.

QUADRO 8 – SABERES DA EDUCAÇÃO FAMILIAR

Alfabetização Corte e costura, trabalhos manuais Culinária e serviço de copa Administração do lar e higiene Aproveitamento de frutas e conservas Boas maneiras e comportamento social Lavar e passar roupa
Culinária e serviço de copa Administração do lar e higiene Aproveitamento de frutas e conservas Boas maneiras e comportamento social
Administração do lar e higiene Aproveitamento de frutas e conservas Boas maneiras e comportamento social
Aproveitamento de frutas e conservas Boas maneiras e comportamento social
Boas maneiras e comportamento social
<u> </u>
Lavar e passar roupa
Música e rudimentos de francês ou alemão, se fosse da
vontade dos pais

Fonte: Wachowicz (2002, p. 36). Elaborado pela autora. O Quadro 8 resume o currículo do curso de educação familiar, que visava educar seguindo as tradições católicas. Divulgar essa modalidade de formação era também um modo de recrutar jovens para seguir a vocação religiosa e ingressar na Congregação das Filhas da Caridade (SANGALI, 2005a, p. 4-17).

O curso de educação familiar ia além ao preparar as jovens para o trabalho no lar, para o casamento, pois o conhecimento adquirido dava a essas moças a possibilidade de atuar como doméstica ou governanta em residências e hotéis de Curitiba. As irmãs acreditavam que com um currículo primoroso e seguindo o exemplo de uma norma de conduta segundo as diretrizes da congregação, uma jovem teria plenas condições de conseguir um trabalho remunerado. Dessa maneira, abriam espaço para as jovens da colônia, que até então eram condicionadas pela mentalidade tradicional das famílias, quando viam como única opção para a mulher tornar-se dona de casa. Uma vez preparadas e habilitadas para exercer um trabalho fora do lar, poderiam tornar-se trabalhadoras ou, se assim decidissem, entrar para a Congregação das Filhas da Caridade.

As aulas de corte e costura eram direcionadas para as alunas maiores de 15 anos, fosse elas externas ou ainda para as alunas internas do último ano. Realizadas sempre no período da tarde, as aulas de costura tinham um ritmo próprio, desenvolviam-se mediante a escolha de um modelo de roupa que a aluna desejasse fazer, como vestido, calça, blusa. A seguir, era preciso comprar o material para confeccionar a peça, o que nos primeiros tempos só era possível de ser adquirido em um armazém em Curitiba. Depois aprendiam a "riscar" a peça, a "cortar" e a "costurar. A máquina de costura era da marca Singer, no modelo de pedal. Depois, se necessário, fazia-se o acabamento e as costuras a mão. "Terminada uma peça, começava-se outra" (SANGALI, 2005a, p. 85).

Os registros em Sangali (2005a) indicam que a sala de costura era muito espaçosa, com uma grande mesa no centro, promovendo o seu uso na totalidade. Ao lado, havia um quartinho com um armário embutido e uma mesa na qual se passava roupa. "De costura se fazia de tudo ali. Ela [a professora] ensinava a todas as alunas, pois fazia parte do currículo. As turmas eram separadas entre alunas internas e externas" (SANGALI, 2005a, p. 148).

Na Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska" encontram-se alguns exemplares de revistas alemãs utilizadas nas aulas de corte e costura, que serviam para sugerir modelos para as alunas (Figura 66).



FIGURA 66 - COLEÇÃO DE REVISTAS

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Alguns dos relatos sobre as aulas de corte e costura registrados por Sangali (2005a) são reproduzidos a seguir:

Comecei a aprender costura depois que acabei as aulas, tinha pelos 15 anos, vinha à tarde. Aprendi a costurar na "máquina Singer", aquelas de pedal. Aprendíamos a riscar os moldes, recortava e costurava. Aprendia-se de tudo, costurar vestido, calça, blusa, de tudo [...]. Aprendíamos a risca, cortar o modelo que escolhíamos, pois naquele tempo não havia loja nenhuma, só em Curitiba. Só tinha um armazém que vendia de tudo, servia café numa mesa grande, era tipo um boteco (SANGALI, 2005a, p. 73-85).

O material para a sala de costura íamos comprar na loja "Orion". A irmã encomendava as toalhas, a quantia de fios que era necessário, e depois se comprava por um preço bem razoável, às vezes eles esperavam para quando tivéssemos dinheiro para pagar. Tínhamos uma conta para comprar agulhas, fios, agulhas de tricô, de crochê. Todo o material utilizado pelas crianças. O trabalho era para a família, então muitos davam uma gratificação pelos trabalhos. Vendíamos também para fora, principalmente para as igrejas, era uma maneira de trazer dinheiro para o colégio (SANGALI, 2005a, p. 131).

Havia outra sala especialmente para as aulas de bordado. No acervo da Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska" encontram-se dois exemplares de um manual de bordado na língua alemã, que deveriam servir para as alunas aprenderem novos pontos (Figura 67).

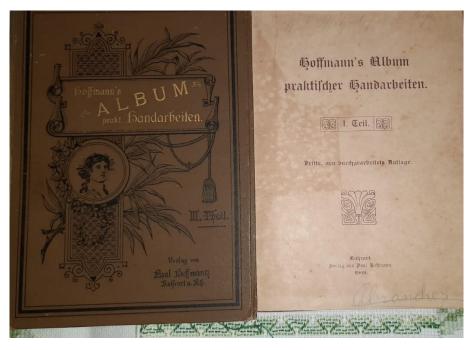


FIGURA 67 – DE PRÁTICA DE BORDADO

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Das metodologia de ensino praticada nas aulas de bordados, um delas consistia na distribuição de pequenos cartões com o desenho do ponto a ser feito (Figura 68), ou ainda, para as alunas iniciantes, a irmã responsável ensinava a fazer um pequeno mostruário de pontos, cada um com o seu próprio nome bordado, e a partir desses modelos seguiam-se outros trabalhos (Figura 69). Era bem comum as alunas que assim desejassem, quando terminavam o curso, terem seu enxoval de casamento pronto.



FIGURA 68 – PONTOS PARA BORDAR

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".



FIGURA 69 - MODELOS PARA BORDAR

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

O ensino da arte culinária consistia em ensinar o preparo de refeições, aprender a arrumar a mesa e a servir. Primeiro eram explicadas as formas de preparo e os ingredientes necessários para a elaboração de cada prato, e a seguir as receitas eram preparadas com a orientação da irmã professora.

Havia turmas que chegavam a ter setenta moças. Todavia, para as aulas práticas, o mais comum era formar sempre turmas de oito a dez alunas, porque para aprender bem não podia ser uma turma grande. A experiência na prática do ensino levou as irmãs a reconhecerem que a aprendizagem era mais bem-sucedida com

turmas menores. Essas aulas, embora fossem direcionadas para as alunas do último ano, eram abertas exceções para alunas externas que tivessem interesse e pudessem participar.

Diante disso, as turmas revezavam-se para participar das aulas, que aconteciam um domingo por mês. Definia-se o cardápio e o nome dos pratos era escrito em papeizinhos. As alunas, então, organizavam-se em duplas e escolhiam o que elaborar: galinha, macarrão, as saladas, as verduras. Preparado o almoço, era servido às irmãs, que avaliavam os pratos e davam a sua nota. A avaliação incluía orientações sobre os alimentos, e a irmãs aproveitavam para alertar as alunas caso houvesse alguma falha, por exemplo se faltava sal, se estava bem assado.

Quando alguma não tirava nota boa, dizia-se a ela: "Você vai ficar com essa nota ou querem fazer de novo?" Elas preferiam fazer novamente a ficar com nota baixa!

Só no olhar eu já sabia se faltava fermento, faltava farinha, e elas perguntavam como corrigir. Se fossem fazer bolacha, quebrava-se a receita ao meio, pra não ter desperdício. A avaliação era mais do que saber se "sabiam fazer algum prato", ia além, pois contava também o capricho da aluna, do preparo, do assar, enfim, contava todo o esforço no preparo para até o resultado final (SANGALI, 2005a, p. 122).

Na Figura 70, apresenta-se uma rotina do cozinhar com o "grande fogão", que para ser comprado precisou de uma campanha especial para arrecadar fundos. Era necessário um fogão de porte industrial na cozinha da escola, pois havia um número expressivo de alunos e funcionários, demandando cento e cinquenta refeições diariamente.



FIGURA 70 - O GRANDE FOGÃO

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

As aulas de música, assim como as de corte e costura, eram sempre ministradas no período da tarde. Conforme assevera Sangali (2005a, 2007), esse ensino era mais direcionado para as alunas aspirantes, ou para alguma aluna que pagasse a aula particular. No entanto, como não havia tempo hábil para ensinar música com maior profundidade, os alunos aprendiam apenas alguns fundamentos.

A Figura 71 mostra uma aluna de 8 anos em sua aula de violino na escola. Nas aulas, não preparavam os alunos para tocar órgão, que era executado na igreja pelas irmãs. No entanto, alguns registros trazem evidências de que a escola promovia aulas de piano, violino e órgão. As aulas de violino eram dadas apenas para um ou dois alunos, pois, de acordo com Sangali (2005a), o ensino do violino era muito difícil.

As crianças vinham pesadas na mente e não conseguiam aprender, escutar o som limpo. Se quiser tocar violino, tem que não deixar as cordas tocarem umas nas outras. Tem que combinar as notas, tanto de dó, de ré, de mi, o violino tem sol, ré, é preciso acertar o som (SANGALI, 2005a, p. 26).



FIGURA 71 – AULAS DE VIOLINO

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

A Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska" ainda guarda um violino provavelmente dessa época, bem como preservam o piano na sala de visita.

Sempre que possível, eram realizadas apresentações na escola polonesa de Abranches. Improvisava-se um pequeno palco, no qual o tablado e o cenário eram feitos de tábuas, carteiras, mesas e cadeiras emprestadas, ornamentados com bandeirinhas polonesas e flores que todos traziam para essas apresentações. Os estudantes declamavam "versinhos" e apresentavam "bailados". O teatro também teve espaço na escola com apresentações voltadas para as famílias dos alunos.

Declamavam as próprias "poesias" e cantavam "canções". Essas representações comoviam a todos. Na sequência, seguiam para a Igreja de Sant'Anna, atravessando a rua, onde tomavam a bênção do padre e seguia-se a missa (SANGALI, 2005a). Encerradas as atividades, todos voltavam satisfeitos para casa. Na maioria das apresentações abertas ao público externo, que também contava com a participação de adultos nas peças encenadas, era cobrada uma entrada que visava arrecadar fundos para ajudar na manutenção da escola.

Entre as manifestações artísticas do colégio, um destaque vai para a música, seguida de teatro, que desde os primeiros dias de trabalho das Irmãs Filhas da Caridade já eram atividades muito apreciadas pela comunidade de imigrantes poloneses da Colônia Abranches. "Pois ainda no primeiro ano apresentaram um Auto de Natal na Igreja que fez a todos sentirem-se mais perto da Polônia" (SANGALI, 2007, p. 31). Assim, as manifestações artísticas se davam principalmente por meio da música, fosse ela sacra, cantos folclóricos ou hinos cívicos, inclusive o hino da Polônia.

Nesse contexto, eram realizadas apresentações internas e externas. As internas eram exclusivas para o público escolar e aconteciam dentro da escola. Dessas apresentações, destacavam-se os "bailados", que eram pequenas apresentações de dança, musicadas ou não, desenvolvidas com temas diversos, além das "declamações" de poesia. As apresentações externas, por sua vez, eram realizadas na Igreja, e toda a comunidade comparecia. Eram sempre apresentações de cunho religioso, como as pastorinhas, as apresentações para a Páscoa, os autos de Natal, entre outras.

Algumas apresentações eram realizadas na Sociedade Abranches. Tratava-se, geralmente, de almoços festivos em comemoração à presença de alguma autoridade, ou ainda restritas, com a cobrança de ingresso, como peças de teatro e cinema. Todas essas apresentações artísticas eram sempre uma possibilidade de levar a cultura à população e desenvolver o lado lúdico das crianças de Abranches (SANGALI, 2007).

Essas apresentações artísticas rompiam com a rotina da escola, oportunizando aos alunos um maior contato com as manifestações culturais. Eram apresentações teatrais, de canto e coral, de bailados, além de números de ginástica, que eram apresentados no pátio interno da escola. Normalmente eram apresentações criadas e organizadas pelas professoras e representadas pelos próprios alunos. Cada uma ensaiava e preparava as apresentações com os alunos de suas turmas, escolhiam o

repertório, criavam as alegorias e os figurinos. Todos se empenhavam nas apresentações, que eram assistidas por toda a escola, além da família presente. Sangali assinala que os pais, sempre orgulhosos de seus filhos, emocionavam-se nesses eventos (SANGALI, 2005a, p. 94).

Nas apresentações teatrais, sempre que possível, a preferência era a comédia, pois a vida era dura e quase não havia diversão. Um exemplo que marcou um desses momentos é descrito por Irmã Eulália (SANGALI, 2005a), que trata do caso de um visitante na plateia que, segundo relatos, era "ilustre e também sisudo", não rindo durante as apresentações. Um dia, um aluno apostou com uma das irmãs que durante a sua apresentação, na qual representaria uma raposa esperta que roubava ovos, ele faria o visitante sorrir. E tanto fez o aluno que no meio da apresentação o visitante deu uma gostosa gargalhada. O famoso visitante era o então governador Manoel Ribas. Assim, o aluno Bertoldo Shubmer ganhou a aposta (SANGALI, 2005a, p. 94).

As apresentações apenas para o núcleo escolar eram corriqueiras, o que movimentava a escola, fosse na dança, canto ou teatro. Eram eventos geralmente à noite, entre 19h e 22h, ou ainda de dia, a matinê, quando eram realizadas das 13h às 17h. Nessas ocasiões, havia apresentações das crianças, com dança, música, recitação de versinhos, encenações de teatro ou ainda de ginástica. Também não faltava comida, e eram vendidos pastéis, bolinhos e bolos. "Algumas vezes xicrinha de café, não existia esses negócios de refrigerante" (SANGALI, 2005a, p. 135). A maioria das apresentações era realizada em dias santos, quando eram apresentadas peças de teatro e algumas comédias. Sangali (2005a) apresenta um dos relatos sobre as apresentações:

Minha irmã apresentou uma assim: Havia uma rodinha das meninas e uma menina então que estava em cima dum toco dormindo, e elas cantavam em polonês, daí vinham assim pros lado dela e acordavam ela, cantando em polonês. Ela tinha fotos dessas apresentações aqui no colégio, tinha uns 8 anos (SANGALI, 2005a, p. 80).

Foram encontrados poucos registros iconográficos dessas atividades, pois muito raramente alguém dispunha de máquina fotográfica⁹². Quando a apresentação

⁹² Máquina fotográfica era um equipamento caro na primeira metade do século XX. As fotografias oficiais da escola nesse largo período de tempo eram tiradas por empresas de Curitiba, e somente na década de 1960 é que o equipamento passou a se popularizar. Desse período em diante, a Sala da Memória do colégio possui um grande acervo de fotografias, mas, mesmo assim, é notável a quantidade de fotografias de tempos anteriores.

era realizada no salão da Sociedade Abranches, os convidados pagavam ingresso. "Era coisa simples, tinha o pai de uma irmã. Eu lembro de uma apresentação, que um senhor de 92 anos se apresentou tocando gaita, para nós era uma novidade" (SANGALI, 2005a, p. 80). Ainda sobre essas apresentações, destaca-se o seguinte relato:

Existia um salão, que eu tocava acordeom, eu tocava nos bailados. Também cheguei a me apresentar na Sociedade, o pessoal era bastante animado, tinha o teatro. Quase não temos fotos, pois era difícil tirar, os tempos eram difíceis para comprar. Tinha de encomendar para alguém vir se não ninguém tinha máquina fotográfica (SANGALI, 2005a, p. 150).

Com exceção das festas que eram realizadas na Sociedade Abranches e na igreja, nem sempre os eventos na escola eram abertos ao grande público. Em algumas ocasiões, a escola recebia somente as famílias dos alunos para as festas. Entre as atividades que faziam muito sucesso na comunidade, eram as projeções de filmes que mais agradavam, uma vez que o colégio dispunha de equipamentos de cinema, cujas sessões aconteciam nos fins de semana, com cobrança de bilheteria. Entre os filmes apresentados, destacavam-se os de Mazzaropi, considerado o maior cômico da época. Nessas ocasiões, as Filhas de Maria ajudavam na organização dos eventos (SANGALI, 2005a, p. 166-167).

Assim, as manifestações artísticas se davam principalmente através da música, fosse sacra, cantos folclóricos ou os hinos cívicos, inclusive o hino da Polônia. Alguns registros mostraram evidências de que a escola promovia aulas de piano, violino e órgão. As aulas especiais, que eram pagas à parte, contribuindo com a manutenção da escola, só eram oferecidas quando a escola dispunha de alguma uma irmã musicista que pudesse ministrá-las.

Assim, o currículo do curso de educação familiar visava educar seguindo as tradições católicas romanizadas, mas também preparando as meninas para atuar na ordem e na economia doméstica, incluindo: alfabetização, corte e costura, trabalhos manuais, culinária e serviço de copa, administração do lar, música e francês ou ainda alemão para quem assim o desejasse. Essa modalidade de curso foi amplamente divulgada na imprensa polonesa por meio de anúncios. Os periódicos chegavam a todas as colônias polonesas. Era também uma forma de recrutar jovens para seguir a vocação religiosa e entrar para a Congregação das Filhas da Caridade (SANGALI, 2005a, p. 4-17).

Divulgar o trabalho do ensino era algo do qual a escola dispunha, e as irmãs periodicamente publicavam anúncios em jornais. Os anuários ligados à igreja chegavam a todas as colônias polonesas, e o modelo de ensino da Escola São José, e depois Instituto São José, passou a ser visto como o ideal (SANGALI, 2005a, p. 4-17).

Exemplificando uma propaganda, apresenta-se a Figura 72, com uma fotografia e informações de locais de funcionamento do internato. A propaganda era única para todas as casas das Filhas da Caridade no sul do Brasil que ofertassem a modalidade de ensino em internato, entre elas: Thomaz Coelho, Rio Claro, Prudentópolis, São Mateus, no Paraná, e Itaiópolis, em Santa Catarina.



FIGURA 72 – A PROPAGANDA

Fonte: Almanaque da Congregação Vicentina, 1930.

As Irmãs Filhas da Caridade ofertavam uma "educação prática" para as filhas de colonos, a partir de 12 anos, que complementava a educação das escolas populares, acrescentando a educação familiar geral e a cultura polonesa.

Os anúncios eram feitos pelo jornal *Lud* e também, segundo Wachowicz (1976, p. 34), por meio do *Kalendarz Ludu*, com propagandas visando despertar a atenção dos pais exibindo as vantagens que o curso oferecia a suas filhas. Wachowicz (1976) nos brinca com algumas falas de propagandas que traziam fortes apelos, levantando a questão da preparação da mulher para o casamento, para o trabalho, pois estariam sendo bem educadas para ser donas de casa:

[...] pai, mãe, amais vossa filha? Desejai-lhes bem? Quereis garantir o seu futuro? Enviai-a, pois, a uma escola das Irmãs da Caridade, por dois anos, e, na pior das hipóteses por um ano só, e não vos arrependereis. Vossa filha lucrará por toda a sua vida e por isso amar-vos-á com maior fervor, vendo o seu destino e sua educação, e após a morte, com maior frequência e com maior fervor há de rezar por vossas almas. [...] Se quereis que nossa filha seja uma eficiente dona de casa, senhora do lar, mãe dedicada, então envia-a, ao menos por um tempo, para instruir-se e educar-se nas escolas de EDUCAÇÃO FAMILIAR DAS IRMÃS DA CARIDADE, onde receberá melhor desembaraço e traquejo, aprenderá a tratar com gosto, de si e dos outros, aprendendo corte e costura, limpeza de roupa. Culinária, trabalhos domésticos e variados trabalhos manuais [...] dessa maneira, tornará a vida aprazível para si e para os outros [...] (WACHOWICZ, 1976, p. 34).

Em virtude do incêndio ocorrido em 1966, iniciou-se o orfanato para os meninos do Instituto de Amparo ao Menor (IAM). Nesse período, extinguiu-se o curso de educação familiar. Não houve uma oferta especial de currículo para os órfãos, que seguiram recebendo o mesmo que era ofertado para o programa de ensino regular de uma escola primária do Paraná. As disciplinas contempladas eram: português, matemática, geografia, história, educação física, ciências e religião. As aulas de religião-catequização eram realizadas à parte, pelas irmãs responsáveis pela catequese. Conforme o orfanato se estabelecia, foram necessárias algumas modificações, quando uma irmã passou a ser responsável pelas duas e posteriormente três salas de aula organizadas para os internos e outra irmã pelo internato (SANGALI, 2005a, p. 35).

No período da tarde havia a oferta de aulas de educação física, religião e de canto para os meninos, conforme registram o momento nas Figuras 73 e 74.





Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

FIGURA 74 - CANTO CORAL DO INSTITUTO DE AMPARO AO MENOR



Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".

Reforçamos que o curso educação familiar foi ofertado em regime de internato para as moças de Abranches, bem como a escola ofertava internato para meninos até 12 anos. Com o passar dos anos, o modelo de internato de Abranches para mais cinco casas das vicentinas, estendendo a oferta para todo o sul do país. Através dos

saberes do curso de Educação Familiar preparava as jovens para o trabalho fora do lar, bem como para o casamento, e, uma vez preparadas, elas poderiam suprir perfeitamente a demanda de trabalhadoras, atuando como domésticas ou governantas nas residências e hotéis de Curitiba. A oferta desse curso abria espaço para as jovens, até então condicionadas pela mentalidade tradicional das famílias, que viam como única opção para a mulher tornar-se dona de casa se tornarem trabalhadoras na cidade, ou, se assim decidissem, entrar para a ordem das Irmãs Filhas da Caridade. Posteriormente, após um incêndio, a modalidade deixou de ser ofertada em Abranches e passou a abrigar os meninos do IAM.

Finalizando este capítulo, cuja o objetivo foi apresentar os saberes da escola, por meio da intensificação e a formação dos currículos da escola no decorrer do tempo, possibilitando observar o avanço da missão vicentina. Nos marcos temporais, destacam-se: a primeira tentativa de nacionalização, a implantação do bilinguismo, a nacionalização compulsória na ditadura de Getúlio Vargas e a ditadura militar entre os anos de 1964 e 1973, com a implantação da Lei nº 5.692/1971. Apesar dos obstáculos, a escola seguiu em frente, garantindo um ensino de qualidade, cumprindo a missão que fora designada às Irmãs Pioneiras Filhas da Caridade. Para concluir com um sentimento de se conhecer mais da história dessa instituição que vem promovendo a formação das crianças de Abranches, apresenta-se a Figura 75, com a fachada atual do Colégio Vicentino São José.



FIGURA 75 – FACHADA DO COLÉGIO VICENTINO SÃO JOSÉ – 2020

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das análises das fontes experimentei a sensação de voltar no tempo, quando passei a escutar os sujeitos estudados. Outras vezes, essa sensação surgiu no manuseio de cadernos ou livros, quando senti estar de certa maneira, embora em universos distantes, vivenciando o momento da escola. Ou, ainda, de tanto apreciar as fotografias da época tornei-me "íntima" das fontes. É a chamada sedução das fontes. Em conclusão, nesse tipo de pesquisa é fácil entrar, mas é difícil sair do campo investigado sem algo significativo (NOSELLA; BUFFA, 2008, p. 25).

Ao entrar na Sala da Memória do Colégio Vicentino São José, fui envolvida ao imergir no passado da escola, tamanho o volume de material disponível. Para apresentar essas considerações finais, procurei manter o distanciamento que o rigor acadêmico exige, bem como estar ciente das escolhas metodológicas e do roteiro percorrido durante o desenrolar da pesquisa. Em contrapartida, foi impossível não refletir sobre os caminhos trilhados por esses imigrantes, que, assim como foi com minha família, iniciaram uma nova vida em Curitiba.

Ao adentrar na pesquisa, após introdução acerca da imigração e do catolicismo entrelaçados no processo de educação dos sujeitos estudados, seguiram-se os fundamentos teóricos e metodológicos sugeridos nos estudos de Nosella e Buffa (2008), divididos em três categorias, a saber: a implantação e o espaço da escola; a vida na escola e as relações dos sujeitos, bem como a rotina e os saberes escolares, quando são apresentados o currículo, o método e a metodologia, bem como o regimento e as normas de funcionamento da escola. Em determinados momentos, optou-se por subdividir as categorias de análises em finais ou terminais, por avaliar assunto específico, quando se busca tratar os resultados e coletar os conteúdos explícitos ou subentendidos, explicam Santos e Vechia (2019). Conforme se abria a "caixa-preta" da instituição, como menciona Julia (2001), foram trazidos outros aportes teóricos para decompor a história aqui apresentada.

Entende-se que ao escrever acerca da história das instituições vive-se a evidência da narrativa apresentada, em um processo de construção e reconstrução dos objetos pesquisados. Assim, ao examinar as fontes históricas, surgem elementos novos para as análises, quando se passa a produzir conhecimento.

Nesse processo, buscou-se analisar a história oral da instituição investigada recorrendo-se às entrevistas registradas por Irmã Amélia Sangali, bem como a um

conjunto de cadernos e livros, reproduzindo a história não pela perspectiva da instituição, mas por meio de um olhar diferenciado daqueles que vivenciaram o contexto estudado, em um distanciamento necessário para fazer emergir os fatos que constituíram a escola. Acredita-se que dessa maneira pode-se contribuir para a história da instituição, para no futuro tornar-se também uma fonte de pesquisa, concorrendo para a sua preservação, abrindo espaço para visibilidade e visitação.

Nο desenvolvimento da pesquisa, iniciou-se 0 primeiro contextualizando o momento em que os poloneses de Abranches optaram por emigrar, saindo da Polônia, que havia sofrido uma ocupação em um triste capítulo de sua história, passando a ser uma nação subjugada e dividida pela Rússia, Prússia e Áustria. Nesse contexto, o povo polonês se viu submetido a uma política de extermínio de sua cultura, de sua língua e de sua fé. Desacreditado de alguma possível mudança, famílias inteiras de poloneses decidiram partir em uma imigração transoceânica, chegando ao Paraná, em uma América que prometia progresso. Nessa nova realidade, era preciso trazer as origens da polonidade para perto, registrando a cultura polonesa, que é uma marca presente entre os poloneses e seus descendentes ainda nos dias de hoje. Ao investigar a Escola Vicentina de São José, buscou-se demonstrar que a escola contribuiu sensivelmente para a manutenção da identidade étnica polonesa em solo brasileiro.

Discutiu-se sobre o ultramontanismo, pois foi com base nesse movimento que a educação dos imigrantes foi balizada, na segunda metade do século XIX e início do século XX, quando a Igreja Católica passou a responder a Roma. As missões que aqui aportaram trouxeram em sua bagagem o ultramontanismo, consistindo em um amparo aos imigrantes poloneses, alemães e italianos, que haviam imigrado com apoio do governo brasileiro.

As imigrações espontâneas de alemães e italianos foi dando ares diferentes à cidade, que completou seu colorido com a chegada dos primeiros poloneses em 1871, instalados no Pilarzinho, e na Colônia Abranches, 1873. Conforme as famílias se adaptavam aos novos tempos, aproveitando a liberdade para trabalhar, sentiram que era preciso recuperar alguns dos elementos dos quais não se haviam desligado: a Igreja e a escola. Para conseguirem "criar" esses dois importantes elementos da manutenção da identidade étnica em Abranches, criaram o Comitê dos Cidadãos, uma organização que se propunha a defender os interesses dos colonos, principalmente no que dizia respeito à manutenção da identidade étnica. Congregaram-se e,

liderados pelo comitê e pelo esforço da população de colonos, ergueram uma Igreja à altura do seu "orgulho polonês". Mantiveram os traços da identidade étnica, na medida em que desejavam ter uma Igreja com traços da fé polonesa, seguindo o catolicismo ultramontano, e com a presença de um padre polonês, usando o idioma de origem. Os imigrantes poloneses haviam estruturado uma igreja paroquial, mas, ao mesmo tempo que se sentiam amparados espiritualmente, desejavam fortalecer sua cultura, o que era possível por meio da educação.

No intuito de contextualizar o período, procurou-se apresentar os primeiros passos do desenvolvimento de Curitiba, quando a cidade fora designada para ser a capital da província do Paraná, que se separou da província de São Paulo no ano de 1853. Com poucas escolas governamentais à disposição da população curitibana, os estrangeiros de um modo geral, acabavam optando por construírem escolas comunitárias/paroquiais, que, embora deficitárias, cumpriam a missão de alfabetizar e evangelizar as crianças e a juventude. Em Abranches, a comunidade optou por construir uma escola ao lado da igreja, que era mantida pelo Comitê de Cidadãos, e prontamente está apoiou os colonos em seu desejo de oferecer uma escola para as crianças da colônia.

Nessa conjuntura, pode-se perceber os dois pilares da comunidade: o Comitê de Cidadãos, que se congregou na voz de Abranches, e a Igreja, conforme o padre vigário trazido pelos imigrantes ganhava espaço na comunidade, fortalecendo o Comitê dos Cidadãos. Em um apoio mútuo, esses sujeitos construíram a Igreja da capelania, posteriormente paróquia de Sant'Anna, que como segundo pilar de Abranches provoca mudanças no comitê, que se tornou a Sociedade Abranches, com características mais definidas.

Na análises das fontes, foi possível perceber uma disputa de forças que se acomoda com o tempo, uma vez que esse posicionamento para o colono era natural, afinal era assim na Polônia, a Igreja cuidava da aldeia, como o padre agora cuidava dos colonos. A escola comunitária/paroquial era incipiente, pois configurava-se como um apêndice da Igreja, na medida em que o professor era o braço direito do pároco ou até o sacristão de Abranches. Os colonos perceberam que o governo paranaense não lhes daria condições favoráveis de uma escola que preenchesse seus anseios de católicos romanizados, que ensinasse em língua polonesa, que auxiliasse a manutenção de sua identidade étnica. No ano de 1903, elegeram as Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo para representarem a escola polonesa que

desejavam e obtiveram apoio do bispo de Curitiba. No entanto, para trazer a congregação vicentina para Abranches era preciso agradar construindo um prédio que serviria de escola. Então os colonos se organizaram para sensibilizar a quem fosse preciso para trazer para Abranches uma missão da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, direto de Chelmno, na Polônia.

A organização da Colônia Abranches foi pensada pelos chefes de família, que por meio do Comitê de Cidadãos conseguiam resolver muitos problemas locais, entre eles o de ter um padre para professar a fé polonesa pela perspectiva do catolicismo romanizado, diferente do catolicismo brasileiro. Determinados no desejo de ter uma escola polonesa para educar suas crianças, os imigrantes poloneses mais uma vez se organizaram e iniciaram a construção de uma escola para as Irmãs Filhas da Caridade São Vicente de Paulo, que enfim chegaram para iniciar uma missão no sul do Brasil. Em Abranches, as missionárias perceberam as dificuldades enfrentadas pelas crianças que moravam distante da escola e abriram a possibilidade de um futuro internato ao cederem espaço para abrigar seis meninas, nos moldes da congregação vicentina. As Irmãs Filhas da Caridade seguiram estruturando uma instituição que dará novos rumos à colônia, pois segundo Wachowicz (1976), a Igreja era um ponto vital para os colonos poloneses, conduzindo a vida religiosa e social. Assim, a escola passou a ser um local de aprendizado e manutenção da cultura polonesa.

Tecendo agora as considerações sobre o segundo capítulo, parece oportuno clarear as nomenclaturas da escola mencionadas nesta pesquisa, que não são usadas indistintamente, mas sim como um marco. Verificando documentos legais da escola, percebeu-se que a primeira história a ser contada sobre a instituição se faz por meio de seus nomes, que carrega as marcas do tempo em seu registro. Mudanças então instituídas de fora para dentro, por vontade própria, ou outras vezes por força da lei, em uma imposição ditatorial.

O primeiro marco histórico da instituição é o de sua inauguração, com a fachada registrando a inscrição Szkola Polska Pod Wezwaniem Św. Józefa (Escola Polonesa a serviço de São José), no que era o seu primeiro prédio, datando de 1904, até que ocorresse a sua primeira ampliação. O prédio oficial do internato, em 1914, registrou o nome Escola Polonesa São José, como ficou conhecida no período da Primeira Grande Guerra Mundial. Em 1927, o nome foi alterado para Escola São José, na primeira tentativa de nacionalização, quando foi ampliado um andar de construção que retirou o nome da escola em polonês, evitando embates com o governo

nacionalista. Ocupou o lugar do antigo nome da instituição uma estátua em homenagem a São José. Passado o período da nacionalização compulsória, na década de 1940 a escola novamente tem o nome alterado para Instituto São José, com a instituição devidamente registrada na rede de escolas particulares de Curitiba. O prédio foi derrubado e iniciou-se uma obra para a construção de um novo projeto arquitetônico para o Instituto São José, que terminou em 1952 mediante empenho das Irmãs Filhas da Caridade, da comunidade e da Igreja.

No terceiro capítulo apresenta-se a vida na escola, tratando da origem e dos princípios dos fundadores da Congregação das Filhas da Caridade São Vicente de Paulo. Abordam-se a chegada das religiosas em solo paranaense e a vida das Irmãs Pioneiras, como ficaram carinhosamente conhecidas as primeiras religiosas, e de algumas outras missionárias, até a quarta leva que aqui chegou. Foi possível perceber que na formação das religiosas havia três aprimoramentos. Eram professoras com ampla formação, enfermeiras, farmacêuticas, dentistas, oculistas, traziam formação e experiência em ambulatórios e hospitais. Muitas iniciaram um ambulatório na escola, bem como a prática de uma farmácia natural. A terceira especialidade das irmãs era a de serem artistas por excelência, fosse pela musicalidade, pelos pincéis, ou pela prática nos artesanatos, no teatro, fosse pela animação e organização dos bailados e outras apresentações culturais feitas pelos alunos.

O quarto capítulo aborda os saberes escolares evidenciando os currículos da escola primária, o curso de educação familiar e o currículo do orfanato. Conforme se estruturava o quadro de trabalho da equipe de irmãs, elaborava a oferta de aulas no contraturno. De modo planejado, todas as habilidades foram distribuídas pelas casas das vicentinas, que atuavam em várias disciplinas. Um pouco de tudo todas sabiam, e sempre bem preparadas em alguma área específica. Quanto ao cargo de visitadora, o mais elevado dentro da congregação, a religiosa recebia uma preparação maior, uma vocação extra que não se explica nas fontes analisadas. Foram doze as levas de irmãs missionárias fortalecendo a missão no sul do Paraná, em um total de cinquenta irmãs polonesas, o que explica o bom ânimo do colégio das Irmãs Filhas da Caridade, pois as recém-chegadas oxigenavam a escola, sempre com atrativos baseados nas formações recebidas na terra natal. Além de virem todas da Polônia, elas se visitavam entre as escolas espalhadas na região e trocavam cartas entre si, um fator que as animava para a missão.

Quanto aos funcionários, importante destacar que havia uma fidelização destes para com as Irmãs Filhas da Caridade, quando muitos passavam a morar na escola, levando uma vida de celibato. No que diz respeito aos alunos, as irmãs procuravam impor uma disciplina rígida, mas sabiam que eram crianças, como explicam as falas nas entrevistas de Sangali (2005a). Para essa tarefa, era preciso paciência, e se necessário poderiam utilizar-se de algum método disciplinador para conseguirem produzir bons frutos – para os alunos internos, a ocupação das tarefas do dia já resolvia a maior parte das ocorrências, pois mantê-las ocupadas contribuía para a disciplina do internato. No entanto, precisou tempo para as irmãs conseguirem manter a permanência dos alunos por quatro anos, o prazo exigido para concluir o curso primário.

Ainda no contexto da história da instituição, a década de 1930 foi um período de resistência, em que a determinação de Padre Góral destaque na defesa da língua polonesa, que elaborou manuais que oportunizaram às Irmãs Filhas da Caridade aprenderem e ensinarem a língua portuguesa. Como pároco, foi questionado e perseguido pela imprensa paranaense, colocou-se como defensor da polonidade na paróquia de Abranches e, de certa maneira, "blindou" o trabalho realizado pelas irmãs professoras na escola de Abranches, quando continuarem a ensinar em língua polonesa. Sua importância na paróquia vicentina deve-se justamente por ajudar a promover a educação dos imigrantes poloneses no Paraná, sendo ainda o fundador do *Lud*, o jornal da Associação Oswiata, criada para dar voz à Igreja no movimento ultramontano. A proposta da associação foi a de fortalecer a cultura polonesa por meio do ensinamento da língua de origem mediante seu uso.

Na defesa de falar e ensinar a língua polonesa, as Irmãs Filhas da Caridade, desde a abertura da escola, oportunizam para as moças de Abranches o acesso aos estudos. Wachowicz (2002) aponta o costume das famílias dos poloneses em diferenciar a educação das meninas, uma vez que os meninos eram os herdeiros da terra, e por isso deveriam receber uma instrução melhor. Os homens teriam de "enfrentar a vida, sustentar a família", já as meninas teriam as responsabilidades com a casa, e seu futuro seria resolvido no casamento. Embora a escola das vicentinas fosse na direção de uma educação tradicional, ao criar um internato as religiosas possibilitaram que as meninas se colocassem no mesmo patamar dos meninos.

Ao proporcionar uma escola para educar para a o lar, a menina estaria preparada para ajudar a cuidar do futuro da família, pois "o menino proveria e a menina

economizaria, e o resultado seria somado". Ela seria católica, falaria o polonês e transmitiria essa cultura para seus filhos. Nessa perspectiva, além de formar as meninas e moças para um casamento, a escola contribuiria de forma significativa para o sustento da família, na medida em que se abria um mercado de trabalho para as meninas mais pobres da colônia. No entendimento das irmãs, com uma formação sólida, não faltariam oportunidades de trabalho na cidade para as meninas, bem como, caso sentissem o chamado vocacional, poderiam entrar para a congregação. Essa proposta de curso fez com que o Instituto São José e outras casas vicentinas que seguiam o exemplo de Abranches no interior do Paraná e Santa Catarina se tornassem um dos internatos mais bem avaliados e procurados na época.

As irmãs serviam-se de propagandas nos jornais poloneses católicos, entre outros, para divulgar a escola e um curso especialmente pensado para mudar a mentalidade e a situação das jovens. Assim, as Irmãs Filhas da Caridade impulsionaram as moças ao curso de educação familiar, estabelecendo na sociedade uma mudança de paradigma, pois as famílias que matriculavam suas filhas na escola em sua maioria tinham a origem do campo, vinham de regiões próximas e também das colônias polonesas mais distantes. Para as moças do curso de educação familiar, além da possibilidade de ampliar seus estudos assistindo às aulas regulares pelas manhãs e às especiais no período da tarde, após a sua formatura poderiam participar das atividades das Filhas de Maria, bem como após o casamento entrar para a Associação das Senhoras de Abranches.

Para financiar a escola, as irmãs mantinham valores de mensalidades acessíveis, criando mecanismos atrelados ao currículo, utilizando-se de traços da etnicidade polonesa. O internato de Abranches abriu caminho para a construção de outras escolas fundadas e organizadas pela congregação vicentina, bem como de outros orfanatos, proporcionando a criação da Rede Vicentina de Educação.

Era preciso ter uma rotina estabelecida para a escola funcionar bem. Todos acordavam cedo com um "Viva Jesus", uma saudação de despertar, e se dispunham à reza, à missa, ao café e à escola, como também às atividades da tarde. Uma rotina que foi exaustivamente testada e, conforme necessidade, modificada. No entanto, em uma comparação entre os anos iniciais e os anos finais do internato para as moças, não se encontra diferença significativa.

No texto abordou-se de forma rasa sobre o seminário de formação dentro da escola, por acreditar-se que fugiria ao objetivo da pesquisa, mesmo que muitas das

irmãs professoras tenham atuado no seminário em Abranches, sendo até mesmo edificada a Casa Mãe da Congregação da Província do Paraná, no bairro das Mercês. É sabido que o seminário foi um fator preponderante para a continuação da missão das Irmãs Filhas da Caridade, pois do contrário não haveria como continuar, principalmente no período da nacionalização compulsória da educação, em que as irmãs polonesas foram proibidas de ministrar aulas. Nas palavras do bispo de Curitiba, "tendo a Igreja de perfil reformador, trabalha-se na perspectiva de uma parceria, ou melhor, uma instituição formadora. Pois para uma Igreja funcionar bem é preciso uma escola pastoral como que para uma congregação, é preciso um seminário" (Fedalto, 2014, p. 158 apud LOPES, 2017, p. 86).

Com o Decreto nº 5.659-2/1971, o Instituto São José voltou a se chamar Escola São José, acrescentando a nomenclatura "ensino infantil e fundamental", quando autorizado, em 1973. Desde 1999, a instituição passou a se chamar Colégio Vicentino São José, integrando-se à Rede Vicentina de Educação, bem como à Rede de Ensino Particular e, ainda, à Associação das Escolas Católicas.

Desde o princípio, a escola polonesa de Abranches apresentou-se, sem dúvida, como um espaço privilegiado, no qual foi possível se pensar em que tipo de sociedade se pretendia construir para os descendentes de poloneses. Uma instituição que auxiliou na programação do futuro de uma geração, constituindo-se em um lugar de resistência para imigrantes e seus descendentes poloneses, tendo à frente religiosas determinadas que possibilitaram a presença traços da manutenção étnica, permeando num novo estilo de vida. Inicialmente dirigido para crianças e moças da colônia, com um ensino na modalidade de internato em uma escola conceituada, como todas as outras instituições que no início do século XX, e após a primeira Grande Guerra ofertando ensino em internato também para meninos. Nesse contexto, o internato de Abranches se propôs a preparar as meninas não só para o casamento, mas para o trabalho e a devoção confessional, se assim fosse escolha da jovem.

Ainda, julga-se relevante ressaltar os cuidados que as irmãs tiveram com os órfãos do Instituto de Amparo ao Menor (IAM), uma vez que se propuseram a algo que o governo se negava, promovendo seus alunos enquanto pessoas. Não era só questão de alimentar e manter estudando, mas de oportunizar uma vivência com uma família, um momento que mudaria a vida daqueles garotos – embora essa ideia não apareça com intensidade no corpo da pesquisa, pois não se queria correr o risco de ser seduzida pelas fontes. Cabe ressaltar que o trabalho em relação ao orfanato fez a

diferença na vida daquelas crianças, na medida em que o governo, embora tivesse reconstruído o prédio depois de um incêndio que comprometeu a escola, pouco contribuiu para manter esses crianças na casa de Abranches, o que promoveu um período de penúria no Instituto São José, pois, além da falta de apoio, das poucas irmãs que ficaram na escola, sobrou muito trabalho.

Nas análises empreendidas das fontes, em momentos distintos foi oportunizado conhecer alguns mecanismos utilizados no primeiro período da nacionalização das escolas estrangeiras, quando, por exemplo, as irmãs professoras lançaram mão de estratégias para que a fiscalização governamental fosse abrandando, principalmente no tocante ao ensino da língua polonesa. Entre as estratégias, havia convites às autoridades para participarem da vida da escola, fosse assistindo às atividades artísticas, às avaliações finais, ou para almoços especiais, visando demonstrar como os métodos de ensino eram causadores de admiração. A escola era adepta de um método de ensino tradicional, porém aplicado em uma metodologia que conseguia elevar as matrículas, pois, comparado a outras escolas, o resultado do trabalho educativo era promissor.

Por ocasião dos conflitos mundiais, a imprensa se lembrava das escolas étnicas e apertava o cerco para que essas instituições iniciassem o ensino da língua portuguesa e a utilizasse como a primeira língua, bem como ensinassem noções de geografia e história do Brasil. E assim as irmãs fizeram: ensinaram a língua portuguesa utilizando-se da língua polonesa, mas ensinaram. Aos poucos as professoras foram ensinando as letras, e os cadernos de cópias tornaram-se uma estratégia para comprovar o ensino da língua vernácula. Evidências dessas estratégias apresentam-se mediante comparações entre os cadernos dos alunos desse período, com datas que marcam o fim do ensino do polonês, por força da lei, mas que na escola se manteve em ensino bilíngue.

O contato dos poloneses e seus filhos com os brasileiros contribuiu para que a escola realmente se empenhasse em ensinar o português. E assim foram usando da experiência de professoras, bem como de simulações para "blindar" o trabalho do ensino durante as visitas dos inspetores. Aplacado o momento, as irmãs propuseramse a participar dos cursos de formação do governo, demonstrando empenho e dedicação, alcançando boas notas, pois, acima de tudo, não queriam provocar suspeitas. Nos conteúdos ensinados no internato, o modo de viver era polonês, a fala, os bordados, a maneira de conduzir uma casa. Aos poucos, a cultura nacional foi

mesclando-se com a polonesa, porém os traços da polonidade permaneciam, principalmente nas atividades da Igreja.

Com a deflagração da Segunda Grande Guerra, os jornais "saíram batendo" em todos os imigrantes residentes no Brasil, bem como em seus descendentes. E os poloneses se viram inclusos nesse processo. As inspeções escolares intensificaramse e passaram a ser aleatórias. Era preciso atenção, ter uma irmã com o português na "ponta da língua", preparada para recepcionar e mostrar o lado "mais brasileiro" das instalações, "pois as arguições aconteciam em buscas de traços de nacionalismos que não fossem brasileiro" (SANGALI, 2005, p. 93). A nacionalização foi compulsória, abrangendo todo o país. Na Escola São José, no entanto, não houve grandes impactos, pois a criação do seminário anos antes possibilitou substituir o quadro de professores e funcionários com certa tranquilidade e a escola não chegou a interromper seu trabalho. Mesmo não sendo permitido ensinar a língua polonesa, esta continuou sendo falada por um bom período, pois era preciso usar a língua-mãe para ensinar o idioma nacional além das outras disciplinas. No recreio, por exemplo, os alunos entre eles permaneceram utilizando a língua-mãe.

À guisa de finalizar este trabalho, não esgotando as possibilidades de pesquisa, acredita-se que a escola polonesa de Abranches, desde os seus primórdios, funcionou como uma escola integral, quando ofertava aulas na escola primária tradicional pelas manhãs e, no período da tarde, complementava a formação dos alunos com aulas de música, trabalhos manuais e aulas de culinária, entre outras atividades, alimentando os elementos étnicos que eram oferecidos por meio das aulas diferenciadas, para o apreço às artes ou à praticidade do artesanato. Eram aulas com apego aos traços étnicos poloneses, na medida em que, mesmo as professoras não sendo mais polonesas de nascença, o convívio e o contato com a Polônia não cessaram. Havia a proibição de ensinar a língua polonesa, mas os bordados, a maneira de portar-se como um católico romanizado não. Assim, as irmãs fortaleciam os traços étnicos por meio das práticas educativas, para a cultura de origem continuar a circular pelos corredores do colégio.

A história do Colégio Vicentino São José é construída aqui com base em dados de sua secretaria, recorrendo à trajetória dos alunos e pelos itens preservados no acervo da Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska", que priorizou os primórdios da escola centenária, bem como o acervo iconográfico da instituição e outros de práticas educativas que vão caindo em desuso, como carteiras e cadeiras, entre outros

materiais de uso em uma escola. Esse acervo denota um cuidado por parte da direção da congregação com as origens da instituição, ao se prestarem na manutenção de uma sala da memória, possibilitando a preservação da história da escola em suas diversas fases de existência. Não se pode deixar de mencionar que o cuidado com os materiais da Sala da Memória do Colégio Vicentino São José é um fato raro ao se comparar com a Rede de Ensino Público, por exemplo, que é praticamente inexistente. Importante também saber que todo o acervo da escola traz a certeza de que muito ainda pode ser explorado em relação à História das Instituições.

Faz-se primordial destacar a possibilidade que se deu em Abranches para uma educação vicentina pautada em ajudar alunos carentes quando da instalação do orfanato após um incêndio nas dependências do Instituto São José, encerrando o internato. Na oportunidade em que as Irmãs da Caridade firmaram convênio com órgãos estaduais para reconstruir o prédio, receberam a princípio cem alunos meninos órfãos, dos quais se encarregaram de cuidar e educar, bem como auxiliá-los em suas condutas morais, por um período de dez anos.

Por meio desta pesquisa, espera-se contribuir com a História das Instituições Escolares, em especial na temática escolas confessionais polonesas, além de favorecer para que seja preservada a memória da história do Colégio Vicentino São José, o berço das escolas vicentinas no Paraná.

Dessa forma, aponta-se como resultado de pesquisa o lugar que a escola ocupou na comunidade de Abranches. Ao longo dos anos de trabalho, as Irmãs Filhas da Caridade não só cumpriram a determinação da missão como se tornaram o "terceiro pilar" da comunidade de Abranches e região, determinando os avanços em relação à educação, revelando a força de uma instituição de educação confessional que "ditou moda", estruturou regras de comportamento promovendo possibilidades de uma mudança de paradigma das famílias descentes de poloneses.

Enfim, trata-se de uma educação centenária que perdura na continuidade de resguardar a história e os traços étnicos poloneses que ajudaram a promover a formação de parte da população de Abranches e região, bem como servindo de exemplo para outras escolas da Rede Vicentina de Educação.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO LUD. [*Texto datilografado, cartas, bilhetes manuscritos, recortes de jornais e documentos*]. Curitiba: Biblioteca Histórica da Congregação dos Vicentinos, 1938.

AZZI, Riolando. A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira. Aparecida: Santuário, 2008.

BASTOS, Sênia; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. A imigração polonesa para São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial no quadro das entradas dos "deslocados de guerra": 1947 a 1951. *Revista Brasileira de Estudos de População,* Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 151-167, jan./jun. 2014.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas*: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2005.

BIERNASKI, Pe. Lourenço. *Quem foram, o que fizeram, esses missionários*. Curitiba: Vicentina Editora, 2003.

_____. [Entrevista]. Entrevistadora: Jaqueline Kugler Tibucheski. Curitiba: Casa Paroquial dos Vicentinos, 6 out. 2017.

_____. [Entrevista]. Entrevistadora: Jaqueline Kugler Tibucheski. Curitiba: Biblioteca Histórica da Congregação dos Vicentinos, 4 maio 2018.

BRASIL. Decreto Imperial nº 5.699, de 31 de julho de 1874. Autoriza a celebração do contrato proposto pelo coronel José Antônio Pereira Alves para a introdução de 4.000 imigrantes no Paraná.

CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas*. Proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

CARDOSO FILHO, Ronie. São José, o colégio de Castro. 1904-1994. 2009. 312 p. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

COLET, Irmã Raquel de Fátima. [Entrevista]. Entrevistadora: Jaqueline Kugler Tibucheski. Curitiba: Congregação das Irmãs Filhas da Caridade nas Mercês, 28 set. 2017.

CONTRA O BRASIL. A imprensa em lingua estrangeira. *Diário da Noite*, São Paulo, ano XV, 31 de maio de 1939.

FEDALTO, Dom Pedro Antônio Marchetti. *História da Igreja no Paraná*. Curitiba: Serzegraf, 2014.

FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO. *Jubileu*: um tempo de ação de graças. Curitiba: Gráfica e Editora Linarth, 2004.

FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO. *Histórico*. Disponível em: http://www.filhasdacaridade.com.br/institucional/historico/80>. Acesso em: 20 mar. 2016.

GOMES, Lara Gabriela Souza. *Imigração polonesa no estado do Paraná*: uma análise da referida imigração e seu reflexo nas relações bilaterais entre Brasil e Polônia. 2018. 55 p. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife, 2018. Disponível em: https://faculdadedamas.edu.br/revistafd/index.php/academico/article/view/895. Acesso em: 23 jan. 2020.

GÓRAL, Pe. José Joaquim. Jubileu de Prata das atividades das Irmãs polonesas da Congregação das Irmãs Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo no sul do Brasil. Trad. Wacùaw Úój. Curitiba: Província de Curitiba Filhas da Caridade, 1929. [Título original: Srebrny Jibileusz Dziaùalnoúci Polskich Sóstr Miùosierdzia w Poùudniowej Brazylii].

IAROCHINSKI, Ulisses. A Polônia em português. Disponível em: https://iarochinski.blogspot.com/2010/. Acesso em: 20 jan. 2020.

IWAYA, M. Cenário e palco para a instrução – a linguagem arquitetônica do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960). In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas*: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2005.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749. Acesso em: 9 dez. 2020.

KLEIN, Roseli Bilobran. *O Colégio Santos Anjos da Congregação das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo (1917-1970)*: uma referência da educação feminina no Planalto Norte Catarinense. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas na história da educação brasileira: a contribuição dos imigrantes. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 2005. v. II.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Pedagogia vicentina: as primeiras escolas confessionais femininas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX (Mariana e Diamantina). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. *Anais* [...]. Aracaju: SBHE, 2008. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbh e5/pdf/713.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2014.

D	os conver	ntos e rec	colhime	entos p	ara os	colégio	os de freiras	s: as	diferença	as da
educação	feminina	católica	nos s	éculos	XVIII	e XIX.	Educação	em	Revista,	Belo
Horizonte,	v. 32, n. 3	3, p. 47-6	9, jul./	set. 20'	16.		-			

LOPES, Luís Fernando. *O Colégio Bom Jesus*: de escola étnica a escola franciscana (1896-1971). 2017. 298 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

LUPORINI, Teresa Jussara. Educação polonesa: os fundamentos da educação escolar étnica revisitados. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 9., 2012, João Pessoa. *Anais* [...]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 31 jul. a 3 ago. 2012.

MAGALHÃES, J. P. *Tecendo nexos*: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MALIKOSKI, Adriano; LUCHESE, Terciane Ângela. O processo de organização de escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul (1875-1939). Revista Brasileira de História da Educação, Maringá, v. 17, n. 3, p. 85-105, jul./set. 2017.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919)*: uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MARIN, Iraci José. *Imigrantes poloneses afundados num mar italiano.* Caxias do Sul: Maneco, 2014.

NALEPA, Bernardo; VALENGA, Simão; BIERNASKI, Lourenço; GORSKI, José (Orgs.). *Livro das famílias* Nalepa, Valenga, Biernaski e Gorski. Curitiba: 2016.

NAWROSKI, Alcione. *Amor à terra a função social da escola no meio rural.* 2017. 288 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

NORONHA, Eduardo. História da Polônia: fastígio, decadência de um povo. Lisboa: Empresa Lusitana Editora, 1915.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. Instituições escolares: porque e como pesquisar. *In*: SANTOS, Ademir; VECCHIA, Ariclê (Orgs.). *Cultura escolar e história das práticas pedagógicas*. Curitiba: UTP, 2008.

OS ESTRANGEIROS e a Campanha da Educação Nacional. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 1938.

PALMER, Alan Warwick. *Bismarck*. Trad. Heitor Aquino Ferreira. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982.

PARANÁ. Estado. Código do Ensino do Estado do Paraná. *Decreto nº 710, de 18 de outubro de 1915.* Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/ Ano_1915_MFN_1914.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.

PARANÁ. Governo do Estado. Secretaria de Comunicação Social e da Cultura. Significado do termo Tombo. 2019. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/ modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=46>. Acesso em: 13 mar. 2019.

PEREIRA, Heloísa Helena Daldin. *O Habitus Cajuruense*: cultura escolar no curso normal do colégio Nossa Senhora de Lourdes da década de 1960. 2014. 243 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

PETITAT, André. *Produção da escola*: produção da sociedade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

POLSKICK STOWARZYSZEŃ DZIECI MARJI W ABRANCHES. Pierwszy Zjazd. Curitiba: 1930.

PROBST, Melissa. A Neue Deutsche Schule de Blumenau: cultura escolar e identidade étnica (1889-1938). 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2018.

RENK, Valquíria Elita. A educação dos imigrantes alemães católicos em Curitiba. Curitiba: Champagnat, 2004. _. Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas do Paraná. 2009. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil: 1930-1973. Petrópolis: Editora Vozes, 1978. SANGALI, Ir. Amélia. Entrevistas – memória oral 100 anos. (100 Anos Educação Vicentina 1904-2004). Monografia. Curitiba: Colégio Vicentino São José, 2005a. 182p. _. Filhas da Caridade: 100 anos. (100 Anos Educação Vicentina 1904-2004). Monografia. Curitiba: Colégio Vicentino São José, 2005b.125 p. . Colaboradores vicentinos: 100 anos. (100 Anos Educação Vicentina 1904-2004). Monografia. Curitiba: Colégio Vicentino São José, 2005c. 75 p. . Cadastro de ex-alunos: 1919-1933. (100 Anos Educação Vicentina 1904-2004). Monografia. Curitiba: Colégio Vicentino São José, 2005d. Caderno 1, 72 p. . Cadastro de ex-alunos: 1919-1933. (100 Anos Educação Vicentina 1904-2004). Monografia. Curitiba: Colégio Vicentino São José, 2005e. Caderno 2, 98 p. _. [Memória de ex-alunos: pequenos textos, rascunho de pesquisa, trabalhos de sala de aula, coleta de informações dos pais e avós em época de escola]. Curitiba:

Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska", 2005f.

[Material de acervo escrito e datilografado].

Colégio Vicentino São José: árvore frondosa produzindo muitos frutos. (100 anos educação vicentina 1904-2004). Monografia. Curitiba: Colégio Vicentino São José, 2007. 202 p.
SANTOS, Ademir Valdir dos. A escrita bilíngue nos cadernos escolares dos descendentes de imigrantes alemães e o nacionalismo: escrita para a Pátria? <i>Roteiro</i> , Joaçaba, v. 32, n. 1, p. 75-94, jan./jun. 2007.
SANTOS, Ademir Valdir dos. Educação e colonização no Brasil: as escolas étnicas alemãs. <i>Cadernos de Pesquisa</i> , São Paulo, v. 42, n. 146, p. 538-561, maio/ago. 2012.
Cadernos como artefatos etno-históricos. <i>Revista Brasileira de História da Educação</i> , Maringá, v. 18, e028, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942018000100218&Ing=en&nrm=iso . Acesso em: 20 jan. 2020.
SANTOS, Ademir Valdir dos; VECHIA, Ariclê (Org.). <i>Cultura escolar e história das práticas pedagógicas</i> . Curitiba: UTP, 2008.
; A pesquisa sobre instituições escolares na Revista de História da Educação (2001-2016). <i>Cadernos de Pesquisa</i> , São Luís, v. 25, n. 4, p. 245-266, out./dez. 2018.
; As escolas que construímos: a história de instituições escolares na Revista Brasileira de História da Educação. <i>História da Educação</i> , Maringá, v. 19, e062, 2019.

SCHENATTO. [Memórias da Congregação Filhas da Caridade]. Curitiba: Congregação das Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo, 1999. Texto datilografado.

SIKORA, Mafalda Ales. As políticas de imigração no Brasil nos séculos XIX e XX e o desenvolvimento de territórios: estudo de caso da Colônia Dom Pedro II – Campo Largo, Paraná. 2014. 212 p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

TIBUCHESKI, Jaqueline Kugler. *Educação rural no município de Araucária/PR*: de escolas isoladas a escolas consolidadas. 2011. 181 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. *Cultura e educação do Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski. Símbolo de liberdade: a monumentalização do herói na construção do busto de Chopin em Porto Alegre (1961-1963). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 18., 2015, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis: ANPUH, 27-31 jul. 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1442615143_ARQUIVO_Chopin_em_Porto_Alegre.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2010.

subjetividade: a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
VECHIA, Ariclê. <i>Imigração e educação em Curitiba</i> : 1853-1889. 1998. 339 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
The "German Threat" in Southern Brazil: the education of German immigrants as a menace to the Brazilian National Character. <i>History of Education & Children's Literature</i> , Macerata, v. III, n. 2, p. 141-163, 2008.
WACHOWICZ, Ruy Christovam. A "febre brasileira" na emigração polonesa. In: ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO POLONESA. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, 1970a. v. I, p. 29-55.
ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO POLONESA. As escolas da colonização polonesa no Brasil. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, 1970b. v. II, p. 13-110. Disponível em: https://www.ufrgs.br/biblioestudosetnicos/wp-content/uploads/2015/08/Anais-da-Comunidade-Brasileiro-Polonesa-Vol-II.pdf . Acesso em: 20 mar. 2018.
Abranches: um estudo de história demográfica. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina. 1976.
O camponês polonês no Brasil. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba: 1981.
As escolas da colonização polonesa no Brasil. Curitiba: Champagnat, 2002.

ANEXO I

Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

Senhor Delegado:

Para o exato cumprimento das Leis que regulam a atividade de estrangeiros em Território Nacional, transmitindo a V. S. as seguintes:

Instruções:

1º Os estrangeiros fixados no Território Nacional e os que nele se encontrem em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuírem-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do País.

É-lhe VEDADO especialmente:

- a) organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de <u>caráter político</u>, ou ainda que tenha por fim exclusivo a propaganda ou difusão entre os seus compatriotas, de ideias, programas ou normas de panfletos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais, o filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou sua direção;
- b) exercer seção individual junto a compatriotas no sentido de, mediante promessa de vantagens, ou ameaças de prejuízos ou constrangimentos de qualquer natureza, obter adesões a ideias ou programas de partidos políticos do país de origem;
- c) hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro;
- d) organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões com os objetivos acima.

Decreto Federal nº 383, de 18/04/1938.

2º NÃO SERÁ PERMITIDA nas zonas rurais do país a publicação de livros, revistas ou jornais em língua estrangeira. A publicação de quaisquer folhetos, livros, jornais ou revistas em língua estrangeira fica sujeita a autorização e registro especial do Ministério da justiça.

As publicações acima referidas devem ser apreendidas e inutilizadas sempre que os responsáveis por elas não provarem a autorização devida, ou não exibirem os documentos do pagamento de taxas de autorização do Ministério da Justiça. Decreto Federal nº 3.010, de 20/08/1938.

3º Em todas as escolas o ensino deverá obrigatoriamente ser ministrado em idioma nacional.

274

Ficam também PROIBIDOS os sermões, proclamas, anúncios e convites religiosos em língua

que não seja a Nacional.

V. S. deverá notificar a todos os religiosos católicos, protestantes, etc. que deverão usar

exclusivamente o idioma nacional em tais atos, sob pena de desobedecerem e

consequentemente prisão.

Sempre que desses casos se registrou, V. S. deverá comunicar a Chefia de Polícia do Estado.

É necessário notar que, se estrangeiros pretendem ouvir discursos, sermões, etc. em língua

de seu país de origem, isso depende de autorização especial do Ministério da Justiça, sem o

que não será permitido o uso de língua estrangeira no púlpito.

Decreto Federal nº 383, de 18/4/38.

Estas instruções devem ser cumpridas rigorosamente.

Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

Fonte: Arquivos Lud, Biblioteca Histórica da Congregação dos Vicentinos.

ANEXO II

Carta aberta de repúdio à nacionalização das escolas paranaenses

A população de origem polonesa no Paraná, composta na sua maioria de cidadãos aqui nascidos, consideram-se brasileiros com plenos direitos e pede que sejam ouvidas não só as questões econômicas, mas em todos os assuntos que interessem à coletividade brasileira.

A população de origem polonesa com grande pesar recebeu a notícia de que as escolas, por eles fundadas e que cumpriam à risca o programa oficial, constituindo verdadeiros centros de cultura e progresso, foram fechadas. No entanto, para substituí-las, poucas foram abertas. Deste modo, a mocidade ficou privada de estudo da língua portuguesa que figurava nos programas das escolas dos colonos como matéria importantíssima e indispensável. Em consequência disso foi mandado aos colonos a renúncia da língua polonesa, língua de um povo que tantos benefícios trouxe ao Paraná e ao Brasil.

E ainda mais dolorosa é a extinção que se está fazendo da língua polonesa nas Igrejas, construídas e sustentadas pela população de origem polonesa. Tal procedimento fere profundamente os sagrados sentimentos da população polonesa que se sente por isso muitíssimo sentida e prejudicada.

Pedimos, pois, a licença para a abertura novamente das nossas escolas, onde, cumprindo o programa oficial, também se lecione a língua polonesa, língua de um povo que neste país vence os sertões a implantar a civilização.

Lastimamos que, nos últimos tempos, na imprensa paranaense apareceu com uma série de artigos com o fim de provocar desinteligências entre nossos patrícios de origem lusitana e os patrícios de origem polonesa.

Pedimos ainda o respeito ao direito da língua polonesa na Igreja que é baseado no princípio da universalidade da Igreja Romano-Católica.

Confiamos que o governo do Estado do Paraná, orientado pelos espíritos da razão e da justiça, ouvirá o nosso apelo e tudo fará para que voltem a harmonia e o entendimento cordial de todos os agrupamentos da população do Paraná, deixando de lado as suas origens e tradições.

Brasileiros de origem poloneses domiciliados no Brasil.

Fonte: Arquivo Lud, Biblioteca Histórica da Congregação dos Vicentinos, 1938.

ANEXO III

Nós abaixo assina	ados: Immã ROSARIA SERAFIM	
	natural de <u>Paraná</u>	
	com 37 anos de idade, e	
	residente	
	-Abranches natural de Bile Gre	
	NICZ natural de Rio Gra com 37 anos de idade, co	
	residente	
	branches. ATESTAMO	
	lidade da lei que conheçemos a senhora EMMI AL	
	ira, solteira, com 60 anos de idade, do lar,	
	de nesta cidade no Colegio São José-Abranc	
mais de cinco anos e	e se conserva em estado de celibato e leva	7
honesta, para fins de	Previdencia Social.	
посра усласного в Витив Диди	aa	
Ineces versecours a mina suppli Inmà Rosólic Berofin	20 22	
nnogo vorcecena a mma suque Inmà Rosólic Berofin Inmà Abelena Gentrica	222	
lema Gelena Dentrine	22 22	
Inna Abelina Dentrino po tost. De de verdado.	232	
Sama Solic Berofin Sama Soluma Dentical test. de verdade.	232	
Sama Abelina Dentrino po test. Va de verdade.	72. 1.	
Sama Abelina Dentrino, test.º Voida verdade.	72. T	
Sama Abelina Dentrino, test.º Voida verdade.	72. Curitiba, 5 de JULHO de 19672	
Sama Abelina Dentrino, test.º Voida verdade.	72. Curitiba, 5 de JULHO de 19672	
Sama Abelina Dentrino, test.º Voida verdade.	222 Curitiba, 5 de JULHO de 19672 Sama Rosalies Sarafin	
Sema Abelina Dentrino, test.º Voida verdada. itiba, 5 da julho da 192	72. Curitiba, 5 de JULHO de 19672	
Sema Abelina Dentrino, test.º Voida verdada. itiba, 5 da julho da 192	222 Curitiba, 5 de JULHO de 19672 Sama Rosalies Sarafin	
Sama Abelina Dentrino, test.º Voida verdade.	222 Curitiba, 5 de JULHO de 19672 Sama Rosalies Sarafin	

ANEXO IV

KOLEGIUM SW. JÓZEFA ABRANCHES SWIADECTWO Emilja Storepanska Storepanska Storepanska Storepanska Storepanska Storepanska Storepanska Storepanska Storepanska	
Zachowanie Pilność Porządek Porządek Religja Religja Wychowanie Język portugalski polski Gramatyka Historja naturalna Fizyka Chemja Hygjena Język francuski niemiecki Kaligrafja Rysunki Śpiew Polski Geografja Brazylji i powszechna Polski Kosmografja Rachunki pomiarowe ustne WAGI:	(·
STOPNIE: 10=wzorewo; - 9i8=bardzo dobrze; - 7i6 = dobrze; - 5i4=dostatecznie; - 3i2= niedostatecznie; - 1 = żle; - 0 = bardzo źle. Pobranches, 15. dn. Listopordo: 1934 Nauczycielka Dyrektorka Promistawa. Propriedostatecznie; - 1 = żle; - Dyrektorka Rodzice lub opiekunowie obczązaniości Tławynyniecj.	C

Fonte: Colégio Vicentino São José, Sala da Memória "Irmã Luíza Olstzynska".